

**SOB OS TEMPOS DO EQUINÓCIO:
OITO MIL ANOS DE HISTÓRIA NA AMAZÔNIA
CENTRAL (6.500 AC – 1.500 DC)**

Eduardo Góes Neves

Tese apresentada para Concurso de Título de Livre-Docente

Museu de Arqueologia e Etnologia

Universidade de São Paulo

São Paulo, agosto de 2012

"Ao lado disso, compreende-se como, por uma tendência compensatória para aquele excessivo crédito que, durante longo tempo, obtivera a doutrina de que os lugares cortados pela equinocial hão de repelir os viventes de boa compleição ou, quando menos, os seres humanos, sucedesse o pendor invencível e não menos exagerado, para só distinguir em tais lugares o que eles pudessem oferecer de salutar e aprazível".

Sergio Buarque de Holanda, *"Visão do Paraíso"*, cap. VI

*O vaso encerra o cheiro
e os ritmos da terra e da semente
porque antes de ser forma foi primeiro
humildade de barro paciente.*

Bruno Tolentino, *"Nihil obstat"*

"Meu respeito pela história, o gosto que tenho por ela, provêm do sentimento que ela me dá de que nenhuma construção do espírito pode substituir a maneira imprevisível como as coisas realmente aconteceram."

Claude Lévi-Strauss, *"De Perto e de Longe"*, entrevistas a Didier Eribon, cap. 13.

Pra Daina, com todo meu amor.

Índice

1. Introdução	1
2. Materiais, métodos e suas dimensões práticas e conceituais.	21
3. As evidências mais antigas de ocupação humana na Amazônia central e o quadro no Holoceno médio.	65
4. Os Primeiros sinais visíveis de mudanças antrópicas: as ocupações da fase Açutuba.	122
5. O apogeu demográfico da Amazônia central: as ocupações Manacapuru e Paredão – As Sociedades Frias do Primeiro Milênio DC.	158
6. A História acelerada – as ocupações Guarita e as mudanças nas formas de vida na Amazônia central no início do segundo milênio DC.	221
7. A serviço da História: a arqueologia da Amazônia central no contexto das terras baixas da América do Sul	267
8. Referências	282

Índice de Figuras	
Figura 1.3-1: O "modelo cardíaco" de Donald Lathrap expresso em seu livro "The Upper Amazon" (1970)	
Figura 2.1-1: Localização dos rios que delimitam a Amazônia Central	
Figura 2.1-2: Área de confluência entre os rios Solimões e Negro	
Figura 2.2-1: Várzea do Rio Solimões	
Figura 2.2-2: Vista do Rio Negro na Comunidade de Paricatuba, com a cidade de Manaus ao fundo.	
Figura 2.2-3: Vista da várzea do Rio Solimões a partir do sítio Laguinho.	
Figura 2.2-4: Sítio Hatahara no dia em que foi identificado, em 1997, com terra preta e fragmentos de cerâmica em superfície.	
Figura 2.2-5: Corte de área em solo arenoso. Sítio Dona Stella.	
Figura 2.2-6: Área de campinarana perturbada recobrando o sítio Dona Stella.	
Figura 2.2-7: Gravura antropomorfa que se tornou visível durante a seca de 2010. Ponta das Lajes no encontro das águas em Manaus. Foto: W. Calheiros.	
Figura 2.4-1: Conjunto de feições expostas no sítio Laguinho.	
Figura 2.4-2: Material sendo coletado durante as tradagens no sítio Laguinho. Detalhe para divisão estratigráfica artificial a cada 20cm.	
Figura 2.4-3: Mapa do sítio Hatahara com as plantas das tradagens, suas respectivas estratigrafias e quantidade de material.	
Figura 2.4-4: Escavação de montículo no sítio Hatahara.	
Figura 2.4-5: Controle estratigráfico de escavação feito por nível ótico no sítio Hatahara.	
Figura 2.4-5: Desenho de croqui em campo	
Figura 2.5-1: Visita de alunos da rede pública de Iranduba a uma etapa de campo do PAC.	
Figura 3.2-1: Pinturas rupestres na Gruta da Pedra Pintada. Foto: E. Pereira.	
Figura 3.2-2: Amostra do material lítico escavado em Araracuara, Amazônia colombiana (Mora 1995).	
Figura 3.2-3: Amostra do material lítico da Gruta do Gavião, Serra dos Carajás (Hilbert 1993).	
Figura 3.2-4: Ponta lanceolada bifacial encontrada em Castelo dos Sonhos, sul do Pará. Fotografia desconhecido.	
Figura 3.3-2: Material lítico aflorando na superfície exposta do sítio Dona Stella.	
Figura 3.3-1: Planta do sítio Dona Stella com a sua localização na área de confluência.	
Figura 3.3-3: Limpeza de perfil do barranco resultante da retirada de areai do sítio.	
Figura 3.3-4: Perfil de corte do barranco exposto no sítio.	
Figura 3.3-5: Perfis estratigráficos do sítio Dona Stella.	
Figura 3.3-6: Cronologia para o sítio Dona Stella.	
Figura 3.3-7: Coleta de amostras para análise micromorfológica.	
Figura 3.3-8: Valores comparativos de fosfatos totais para o sítio Dona Stella e outros depósitos arqueológicos e naturais na área de confluência (Arroyo-Kalin 2008).	
Figura 3.4-1: Fragmento de pontas bifaciais do sítio Dona Stella.	
Figura 3.4-2: Ponta bifacial. Desenho: Marcos Brito.	
Figura 3.4-3: Ponta de projétil bifacial, sem proveniência arqueológica definida, coletada no município de Maués, acervo do Museu do Homem do	

Norte, Manaus.	
Figura 3.4-4: (acima) Artefatos líticos plano-convexos; (abaixo-esq.) retocados e (abaixo-dir.) sem retoques.	
Figura 3.7-1: Perfil de escavação de um sítio com terras pretas enterradas e datadas do Holoceno médio, rio Jamari, Rondônia (Miller et al 1991).	
Figura 4.2-1: Fragmentos cerâmicos decorados da Fase Manacapuru (Hilbert 1968)	
Figura 4.2-2: Fragmentos da fase Manacapuru. (acima): Exemplo de decoração incisa com motivos retilíneos e curvilíneos em linhas duplas. (abaixo): Exemplos de flange labial com decoração ponteadas, apêndice zoomorfo e lábios cortados.	
Figura 4.2-3: Cronologia cultural do rio Orinoco (Boomert 2001).	
Figura 4.2-4: Prancha que correlaciona a distribuição de cerâmicas com decoração modelada zoomorfa à expansão Arawak (Nordenskiöld 1930).	
Figura 4.3-1: Escavação do sítio Açutuba – depósito enterrado com camada de ocupação da fase Açutuba. Foto: E. Neves.	
Figura 4.3-2: Sítio Jacuruxi: depósitos da fase Açutuba associados a terras pretas do começo do primeiro milênio DC.	
Figura 4.3-3: Perfil estratigráfico do sítio Jacuruxi.	
Figura 4.3-4: Fragmentos cerâmicos da fase Açutuba na Amazônia Central – exemplos de decoração plástica e pintada.	
Figura 4.4-1: Vasilhame da fase Pocó in situ, sítio Boa Vista, rio Trombetas. Cortesia: Vera Guapindaia.	
Figura 4.4-2: Amostras de fragmentos cerâmicos Pocó, rio Branco, Roraima. Fotos: Fernando Almeida.	
Figura 4.4-3: Carlos Augusto da Silva escavando uma feição da fase Açutuba. Foto: E. Neves.	
Figura 5.1-1: Mapa com a localização dos sítios na área de confluência. Desenho: Marcos Brito.	
Figura 5.1-2: Localização do sítio Nova Cidade na periferia de Manaus.	
Figura 5.1-3: Sítio Nova Cidade. (acima) Vista da destruição do sítio após a terraplanagem e (abaixo) aspecto da escavação de um dos vasos destruídos pelas obras. Fotos: F. Costa.	
Figura 5.2-1: Amostra de vasos e fragmentos da fase Manacapuru.	
Figura 5.2-2: Amostras de vasos e fragmentos da fase Paredão.	
Figura 5.2-3: Urna Paredão com apêndice globular no ombro, comunidade de Canarana, município de Maués.	
Figura 5.3-1: Sítio Laguinho – Fragmentos cerâmicos na superfície associados a terra preta. (M. Castro).	
Figura 5.3-2: Vista aérea do sítio Açutuba que, com cerca de 900 ha., é a maior área de terra preta identificada pelo PAC. Foto: E. Neves.	
Figura 5.3-3: Sítio Laguinho – perfil com feições onde se nota o contraste entre a terra preta e o latossolo amarelo típico da região. Foto: Val Moraes.	
Figura 5.3-4: Sítio Hatahara – planta indicando diferentes profundidades dos depósitos de terras pretas. Desenho: M. Brito.	
Figura 5.3-5: Sítio Osvaldo – planta do sítio indicando a variação das densidades cerâmicas nos depósitos. Desenho: M. Brito.	
Figura 5.3-6: Sítio Osvaldo, perfil estratigráfico da unidade S710 E1966, cuja datação indicou um processo rápido para formação do depósito de terra preta.	
Figura 5.4-1: Sítio Osvaldo – mapa de densidade de cerâmicas indicando a	

composição de uma aldeia circular no setor sul do sítio - Chirinos 2008	
Figura 5.4-2: Plantas de sítios indicando concentrações de montículos e cerâmicas em estruturas circulares ou semi-circulares (exceto Laguinho).	
Figura 5.4-3: Sítios identificados por C. Moraes (2007) no entorno do Lago do Limão.	
Figura 5.4-4: Sítio Antônio Galo – Montículos dispostos ao redor da praça central na parte norte do sítio. Fonte: C. Moraes 2011.	
Figura 5.4-5: Sítio Lago Grande – planta da aldeia circular com pátio central.	
Figura 5.4-6: Projeto Amazônia Central - compilação de datas radiocarbônicas com concentração ao redor do ano 1.000 DC.	
Figura 5.4-7: Sítio Laguinho – vista do montículo e detalhe do perfil estratigráfico do montículo sendo preparado para fotografia.	
Figura 5.4-8: Sítio Laguinho - modelo topográfico com dois montículos em destaque. Castro 2009	
Figura 5.4-9: Sítio Hatahara, trincheira escavada em montículo revelando camadas construtivas de fragmentos cerâmicos. Foto: E. Neves	
Figura 5.4-10: Sítio Hatahara, sepultamentos escavados em 1999, foto E. Neves	
Figura 5.4-11: Sítio Hatahara vista de sepultamentos geral nível 90-100-110, foto Val Moraes, 2006	
Figura 5.4-12: Sítio Antônio Galo - Concentração de fragmentos cerâmicos em base de montículo de terra. Foto: C. Moraes.	
Figuras 5.4-13A e 5.4-13B: Plantas dos sítios Antônio Galo e Lago do Limão indicando, já nos mapeamentos preliminares (2005), concentrações circulares de montículos nas extremidade norte e sul dos assentamentos	
Figura 5.4-14: Sítio Antônio Galo - vista de um dos montículos. Foto: Val Moraes	
Figura 5.4-15: Conjunto de feições sobrepostas evidenciadas em escavação do sítio Laguinho. Foto: J. Gomes.	
Figura 5.4-16 A e B: Sítio Laguinho - Aspectos de feições antes e depois de escavação, fotos E. Neves	
Figura 5.4-17: Sítio Hatahara - área de concentração de urnas funerárias da fase Paredão. Foto: Val Moraes.	
Figura 6.1-1A e B: (A) - Urna policroma da fase Guarita, proveniência desconhecida, acervo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Foto: F. Chaves. (B) – Vaso da fase Guarita encontrado no sítio São Raimundo do Miriti, na divisa dos municípios de Codajás e Coari, acervo particular. Foto: M. Lima.	
Figura 6.1-2: Prato da fase Guarita com decoração pintada, sítio Lauro Sodré, acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Foto: J. Caldas.	
Figuras 6.1-3A, B, C e D: (A) e (B) - Urnas funerárias antropomorfas da fase Guarita, sítio Urucurituba, Prefeitura Municipal de Urucurituba (AM). Fotos: E. Neves; (C) – Fragmento do bojo superior de uma urna antropomorfa encontrada no sítio Cemitério do Curupira (antiga Clareira 19), durante as prospecções do Gasoduto Coari – Manaus, município de Coari. Foto: V. Moraes. (D) – Urna funerária encontrada no sítio Costa do Gabriel, no município de Anamá. Foto: M. Lima.	
Figuras 6.1-4A e B: A Urna funerária do tipo Nuevo Rocafuerte, fase Napo, tradição Policroma, rio Napo, Equador (Evans & Meggers 1968), Fig. 4 B - Exemplos de vasos da fase Guarita, tradição policroma, na Amazônia central. Desenhos: V. Moraes, M. Brito.	
Figura 6.1-5: Vasos da fase Guarita com decoração excisa e flanges mesiais,	

comunidade Lauro Sodré, município de Coari, médio Solimões. Foto: E. Tamanaha.	
Figura 6.1-6: Vaso da fase Guarita com flange mesial e decoração excisa, sítio Lago do Limão. Desenho: V. Moraes	
Figura 6.1-7: Mapa da bacia amazônica indicando os locais mencionados. Fonte: Neves 2006.	
Figura 6.2-1: Sítio Antonio Galo - Superposição das ocupações Guarita e Paredão, C. Moraes 2011.	
Figura 6.2-2: Comparação das áreas de dispersão de cerâmicas da fase Guarita (vermelho) com ocupações precedentes (bege e preto). Desenho: M. Brito.	
Figura 6.2-3: Localização dos sítios da fase Guarita na Amazônia central estudados por E. Tamanaha (2012).	
Figura 6.2-4: Betty Meggers ao lado da urna da fase Jatuarana coletada em Humaitá, rio Madeira. Foto: E. Miller.	
Figura 6.3-1: Planta do sítio Açutuba com indicação das valas escavadas na extremidade sul. Desenho: M. Brito.	
Figura 6.3-2: Escavação de perfil em vala no sítio Açutuba. Foto: E. Neves.	
Figura 6.3-4: Planta do sítio Lago Grande com indicação de vala no istmo. Mapa: M. Brito.	
Figura 6.3-5: Planta do sítio Laguinho. Desenho: M. Brito.	
Figura 6.3-6: Alinhamento de manchas escuras indicando paliçada, sítio Laguinho, foto J. Gomes.	
Figura 6.3-7: Planta das feições alinhadas ao longo de 8m (dos 40m) encontradas no sítio Laguinho. Desenho: E. Tamanaha.	

Índice de Tabelas	
Tabela 2.3-1 - Sítios arqueológicos levantados pelo Projeto Amazônia Central (1995-2002).	
Tabela 2.3-2 - Sítios e ocorrências em areais localizados em agosto de 2002.	
Tabela 3.3-1: Sítio Dona Stella – Datas obtidas para a camada escura de proveniência da ponta de projétil.	
Tabela 3.3-2: Sítio Dona Stella – valores das análises químicas por camada – amostras coletadas de perfil em corte de barranco.	
Tabela 4.2-1: Cronologia cerâmica da Amazônia central (Hilbert 1968: 256)	
Tabela 4.3-1: Quadro comparativo entre as cerâmicas das fases Açutuba e Manacapuru (Lima et al. 2006)	
Tabela 4.3-1: Sítios Açutuba (Ac), Hatahara (Hat), Lago Grande e Jacuruxi (Jc) – Datas radiocarbônicas de ocupações da fase Açutuba (Lima 2008, Lima et al. 2006).	
Tabela 4.3-2: Sítios Açutuba (Ac), Osvaldo (Osv) e Hatahara (Hat)– Datas radiocarbônicas de ocupações da fase Manacapuru (com terras pretas).	
Tabela 4.3-3: Sítio Lago Grande – Datas ¹⁴ C dos carvões do perfil da unidade 1 (N500 E500).	
Tabela 4.3-4: Variabilidade cronológica das ocupações das fases Açutuba e Manacapuru na Amazônia central.	
Tabela 5.4-1: Datas obtidas para as ocupações da fase Manacapuru.	

Tabela 6.3-1: Tabela comparativa entre as ocupações Manacapuru/Paredão com a Guarita na Amazônia central.	

Agradecimentos

Este trabalho é resultado de um esforço coletivo empreendido por vários colegas ao longo de mais de 15 anos de pesquisas no Amazonas. A todos eles, sobretudo meus atuais e antigos orientandos, de cuja parceria me orgulho, faço os mais sinceros agradecimentos. A alguns tive o prazer de citar extensivamente no texto, que é a melhor homenagem que lhes posso fazer. Mesmo assim, gostaria de mencionar alguns deles, mais ou menos na ordem cronológica em que participaram do projeto: Helena Pinto Lima, Juliana Machado, Lilian Rebellato, Claide de Paula Moraes, Anne Rapp Py-Daniel, Eduardo Kazuo Tamanaha, Márjorie do Nascimento Lima, Adriana Guimarães, Caroline Caromano, Leandro Cascon, Márcio Castro, Thiago Trindade, Bruna Rocha, Vinícius Honorato, Jaqueline Belletti, Filippo Stampanonni, Bernardo Costa, Jaqueline Gomes e Lígia Trombetta Lima. Fernando Ozório de Almeida, Rodrigo Suñer e Guilherme Mongeló, embora envolvidos com a arqueologia de Rondônia, têm sido parceiros nas discussões sobre arqueologia da Amazônia. Faço votos que continuemos a colaborar, sob diferentes formas, ao longo dos anos que virão. Eduardo Tamanaha prestou também uma inestimável ajuda organizando as figuras e tabelas do texto.

Agradeço à Fundação de Amparo e a Pesquisa no Estado de São Paulo as cerca de 30 bolsas de iniciação científica, mestrado e

doutorado e auxílios financeiros concedidos desde 1999. O Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – onde tenho o privilégio e honra de trabalhar - foi sempre generoso na concessão de licenças, apoio institucional e plena liberdade de trabalho. Aos colegas docentes e, técnicos e administrativos, sobretudo Fábio Batista e Carla Gibertoni, agradeço também. Ainda no MAE, tenho o prazer de dividir com Fabíola Andréa Silva a tarefa de realizar pesquisas Amazônia, em uma convivência intelectual estimulante da qual muito me benefico.

Ao longo dos anos fiz vários amigos no município de Iranduba, lugar que aprendi a amar. Agradeço a todos eles, sobretudo Levemilson Mendonça, Enilda Lins e Yodi Ideta, com votos que possam um dia ler este trabalho e apreciar a riqueza arqueológica do lugar onde vivem. Carlos Augusto da Silva, mais que um parceiro, foi um amigo de todas as horas, além de um mestre nas coisas amazônicas com quem não paro de aprender. A Michael Heckenberger, por iniciar este projeto, a Jim Petersen e Bob Bartone pelo que generosamente me ensinaram e também a Raoni Valle, Bill Woods, Wenceslau Teixeira, Manuel Arroyo-Kalin, Myrtle Schock e Anna Browne-Ribeiro, por suas participações estimulantes.

À minha família pelo apoio e afeto constantes e, sobretudo, à minha companheira, Dainara Toffoli, que sempre me dividiu, sem

ciúmes, com a arqueologia. A meus três filhos, Luca, Carl e Bernardo por me forçarem, sem saber, a me manter na linha.

1. Introdução

1.1. Apresentação:

Este trabalho tem alguns objetivos distintos, embora relacionados. O primeiro é apresentar uma reconstituição da história da ocupação humana da Amazônia central no longo período transcorrido entre o início do Holoceno, há cerca de dez mil anos atrás, até a época do início da colonização européia, no século XVI DC. O segundo objetivo é utilizar os dados e hipóteses da arqueologia da Amazônia central para discutir temas semelhantes presentes em outros contextos da arqueologia das terras baixas da América do Sul. A premissa, nesse caso, é que o potencial e limitações da arqueologia da Amazônia central não são exclusivos dessa área, mas têm uma relevância que vai além do contexto regional. O terceiro objetivo, indivisível dos anteriores, é o de contribuir para o debate teórico e metodológico da arqueologia brasileira. Tal contribuição será, no entanto, indutiva, feita de baixo para cima. Isso quer dizer que não haverá aqui extensas discussões devotadas à teoria ou ao método. Ao contrário, quando presentes tais discussões serão realizadas de maneira quase utilitária, a serviço da interpretação dos dados e da resolução dos problemas colocados pela pesquisa. Trata-se de uma opção explícita, feita em contraponto a certa intoxicação teórica que tem caracterizado a disciplina nos últimos anos.

A opção pela Amazônia central resulta de meu próprio envolvimento com a arqueologia dessa região, iniciado em 1995 em

parceria com Michael Heckenberger e James Petersen. Desde essa época até o ano de 2010 me dediquei quase que integralmente à pesquisa nessa área, interrompida por alguns flertes mais ou menos duradouros com outros contextos no Amapá e na bacia do alto rio Madeira. Ao longo dos anos o esforço de pesquisa individual foi se somando ao de outros colegas, a maioria deles alunos do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (PPARQ-USP), mas também de outras Universidades brasileiras e estrangeiras. O trabalho aqui apresentado pretende, portanto, ser uma síntese da arqueologia da Amazônia central, beneficiando-se de um esforço verticalizado de pesquisa, um mergulho na arqueologia de uma região poucas vezes realizado na arqueologia brasileira.

Tal esforço resulta menos de uma coordenação com capacidades intelectuais superiores e mais da curiosidade em entender melhor um contexto tão rico como o da Amazônia central. A essa condição se acrescenta a boa fortuna de uma parceria de longo prazo com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) que tem sido generosa na concessão de bolsas de pesquisa e de pós-graduação desde 1999. Todas essas pesquisas individuais se aglutinam sob um grande guarda-chuva, que é o Projeto Amazônia Central (PAC). A inspiração para a estruturação do PAC vem de um projeto antigo, das décadas de 60 e 70, coordenado por Kent Flannery na região de Oaxaca, no México. Tal projeto tinha como foco

o estudo do registro da arqueologia uma região mais ou menos bem delimitada que foi um centro antigo de domesticação de plantas, e de emergência de urbanismo e do estado na Mesoamérica. O projeto coordenado por Flannery gerou uma série de publicações clássicas. Seus resultados trouxeram avanços fundamentais ao entendimento da arqueologia mesoamericana, bem como ao desenvolvimento de métodos e técnicas para a arqueologia em geral.

O PAC, humildemente, adotou o mesmo modelo, baseado na premissa de que só um esforço coletivo aprofundado, multidisciplinar na medida do possível, pode de fato superar as inúmeras limitações e dificuldades impostas pela prática da arqueologia. Tal aposta metodológica é ainda mais forte num contexto como o brasileiro, onde a arqueologia mantém um caráter exploratório.

O texto aqui apresentado é quase que inteiramente original, exceto os capítulos de descrições sobre os sítios, que baseiam em dados de relatórios científicos não publicados. É desnecessário dizer que, num projeto de duração tão longa, e com participantes tão obcecados, as interpretações aqui apresentadas não serão consensuais sequer a meus companheiros de viagem arqueológica pela Amazônia central. A esses companheiros, muitos deles hoje colegas professores, alguns ainda alunos, todos, ou quase, absolutamente comprometidos com a pesquisa na Amazônia, agradeço o acesso aos relatórios, teses e dissertações que

enriquecem o trabalho, mas, sobretudo, à parceria intelectual que construímos ao longo dos anos, da qual muito me orgulho.

Este texto é uma tese acadêmica, mas procurei ao máximo evitar o uso de jargões e terminologia especializada. O objetivo é tentar alcançar uma audiência que vá além do público especializado em arqueologia e alcance também os profissionais interessados na história dos índios das terras baixas e na Amazônia. Procurei ser leve na redação, e a mim cabe pedir aos eventuais leitores que não confundam essa leveza com superficialidade.

1.2. A Arqueologia e seu papel como ciência histórica:

É importante, antes de seguir adiante com a apresentação das hipóteses que orientam este trabalho, apresentar também quais são as principais premissas conceituais do tipo de arqueologia aqui realizada. Em poucas palavras, e se algum tipo de enquadramento a alguma linha teórica se fizer indispensável, pode-se dizer que essa arqueologia recicla alguns princípios do Culturalismo Histórico de meados do século XX com as noções mais recentes da Ecologia Histórica. Fundamental, no entanto, é a premissa de que, nas terras baixas da América do Sul, a arqueologia é a fonte privilegiada para o estudo da história dos povos indígenas anterior ao início da colonização europeia. Para isso, procurar-se-á, sempre que possível, estabelecer um diálogo com a rica tradição intelectual estabelecida há décadas pela etnologia das terras baixas. É necessário, portanto, que

se discutam brevemente aqui as formas de diálogo crítico que se podem estabelecer, no âmbito de uma história dos povos indígenas das terras baixas, entre a arqueologia e antropologia social.

É comum que se pense que arqueólogos estudam o passado, mas esta ideia é incorreta. Arqueólogos estudam fenômenos do presente: os sítios arqueológicos e outros tipos de registros que viajaram pelo tempo, às vezes por milhões de anos, até os dias de hoje. Esta não é apenas uma distinção semântica, mas ela define de saída quais são as possibilidades e limitações que a arqueologia oferece para o conhecimento do passado. O passado é um país estrangeiro, um território estranho, ao qual jamais poderemos retornar. Qualquer tentativa de reconstituí-lo será sempre especulativa, sujeita a variações de humores, interesses ou agendas. Nada disso se constitui em uma grande novidade: há décadas historiadores sabem que qualquer pretensão de conhecimento objetivo sobre o passado é ilusória.

No caso da arqueologia, essa tarefa é ainda mais complexa. Houve uma época, na década de 60, quando, inspirados em uma ilusão positivista radical, arqueólogos se preocuparam em construir um projeto de ciência exata para a disciplina, semelhante ao da física. Como consequência, leis gerais do comportamento humano e outros tipos de generalizações foram propostas, como se a capacidade de produzir leis fosse o único caminho possível para a autenticidade científica. Tal projeto ruiu de maneira fragorosa a partir

da década de 80, embora redutos ainda resistam encastelados em alguns departamentos acadêmicos espalhados pelo mundo.

Feitas essas ressalvas, é surpreendente a capacidade que arqueólogos têm em revelar detalhes obscuros ou surpreendentes sobre o passado e seus habitantes. Refiro-me aqui especialmente à arqueologia das populações sem escrita, também conhecida como arqueologia pré-histórica, pré-colonial ou mesmo arqueologia dos povos “sem história”. A prática da arqueologia requer uma boa dose de esperança e até mesmo de ingenuidade: há que se ter muita fé para acreditar que o estudo de pedaços de rocha e cacos de cerâmica enterrados ou espalhados pelo chão pode gerar algum tipo de produção de conhecimento. No entanto, como por milagre, isso é possível. Nossa espécie, *Homo sapiens*, tem mais ou menos 200.000 anos de idade, dos quais apenas os últimos 4 ou 5.000 registrados por alguma forma de escrita. Ou seja, nossa capacidade de registrar nossa própria história tem apenas 2,5 % do tempo em que temos vivido no planeta. Se considerarmos a antiguidade de nossos ancestrais remotos, que viveram nas savanas africanas há cerca de 6 milhões de anos, a relação é ainda mais esmagadora: de 0,05% a 0,1%. A realização desses pequenos milagres constitui a prática da arqueologia. Essa esperança quase pueril é dividida com outros profissionais obcecados pelo passado, mas é talvez com a astronomia que as semelhanças são maiores, pois o brilho das estrelas ou as ondas de rádio que atingem hoje as antenas ou lentes dos modernos

telescópios modernos são viajantes que iniciaram sua jornada pelo tempo e pelo espaço também há milhões ou milhares de anos.

Qual é, afinal, o objeto de estudo da arqueologia e por que é tão importante defini-lo como um fenômeno do presente? Arqueólogos são cientistas sociais que pretendem entender a história de populações do passado, mas fazem suas investigações a partir de uma fonte diferente da usada por historiadores. Enquanto esses trabalham com documentos escritos como fonte primordial, embora não única, para o estudo do passado, arqueólogos usam outro tipo de fonte: objetos, estruturas, feições, sepultamentos, restos orgânicos e outros tipos de detritos. Documentos escritos, mesmo que sejam os mais áridos dos relatórios, contêm sempre uma carga de intenção. A própria pretensão à objetividade ou à neutralidade já revela algum tipo de postura. Aos historiadores, cabe por força de seu ofício, realizar a crítica a esses documentos para deles extrair as informações procuradas. As fontes empregadas por arqueólogos são, por sua vez, mudas. Lascas de pedra, restos de carvão, conchas de bivalves, cacos de pote, amostras de polén, pedaços de telha, sementes têm o silêncio profundo das pedras e dos túmulos, se comparados às fontes escritas.

Por falta de nome melhor, o objeto de estudo da arqueologia pode ser definido como “registro arqueológico” ou então, em uma alternativa mais justa com a língua portuguesa, “patrimônio arqueológico”. O problema, no entanto, com o uso do termo

“patrimônio” é que ele vem carregado de uma série de conotações e expectativas jurídicas e políticas. Assim, por falta de opção melhor, seguiremos com “registro”. A propriedade mais importante sobre o registro arqueológico é sua natureza híbrida. É enganoso pensar que arqueólogos trabalhar só com objetos, com a chamada “cultura material”. Embora objetos fragmentados ou inteiros componham uma parte importante do registro arqueológico, este é uma matriz de componentes culturais e naturais, que inclui também elementos que não foram modificados pela atividade humana. Por causa da natureza híbrida de seu objeto de estudo, a boa arqueologia retém um pouco do sonho renascentista de uma espécie de conhecimento generalizado sobre as sociedades humanas e a natureza. É também por isso comum que a formação profissional e acadêmica em arqueologia tenha tantos caminhos distintos: embora seja visivelmente crescente a tendência de criação de cursos superiores de arqueologia no Brasil, a maioria dos arqueólogos em atividade fez seus cursos de graduação em História, Ciências Sociais, Biologia, Geografia, Biologia, Geologia ou até Artes Plásticas.

É óbvio que, em um mundo onde a produção e circulação de conhecimento são cada vez mais fragmentados, a utopia de uma espécie de conhecimento generalizante é inalcançável, mas resta ainda uma espécie de consolo aos arqueólogos que diz respeito ao menos à capacidade de formulação de perguntas passíveis de resposta a partir da investigação do registro arqueológico. É

justamente aqui, no âmbito das perguntas, que reside a particularidade da arqueologia: a diferenças entre objetos de estudo, e entre as perguntas que a tais objetos se podem fazer, estabelecem de saída o campo no qual a arqueologia pode melhor operar e trazer uma contribuição única que só ela pode fazer.

Para exemplificar, cabe discutir um pouco as relações que se podem estabelecer entre a arqueologia e a antropologia social. Na tradição acadêmica norte-americana, inaugurada por Franz Boas na virada do século XIX ao XX, ambas as disciplinas - juntamente com a lingüística e a antropologia biológica - compõem uma ciência mais ampla, inclusiva, denominada antropologia. Trata-se de uma tradição centenária, muito forte nos Estados Unidos, mas menos influente na Europa, conhecida como a dos “quatro campos”. No Brasil, a influência prática dessa tradição é relativamente fraca e esteve restrita muito mais às pesquisas realizadas em museus que aos departamentos de antropologia, embora as contribuições conceituais de Boas tenham sido imensas. As razões para isso são muitas e não é o caso de discuti-las aqui, mas talvez estejam associadas à influência da antropologia estruturalista no Brasil. Por outro lado, se à época de Boas a antropologia estava restrita ao estudo de populações conhecidas como “tradicionais”, grupos nativos que estavam estabelecendo formas regulares de contato com as sociedades ocidentais, seu campo de investigação é hoje imenso, e inclui temas tão diversificados quanto globalização, dieta, saúde, sexualidade,

meio-ambiente, a ciência, o corpo em sociedades rurais e urbanas espalhadas pelo planeta.

Apesar dessas mudanças, no novo mundo é com a antropologia das sociedades indígenas, também conhecida como etnologia indígena, que a arqueologia tem estabelecido um diálogo mais consistente ao longo dos anos e é justamente nos pontos de convergência e divergência ensejados por essa conversa que seu campo de atuação e possibilidades interpretativas podem ser exemplificados. Tais convergências e divergências vêm das diferenças de objeto de estudo: desde Malinowski o trabalho de campo em etnologia consagrou o modelo clássico da etnografia, através do qual investigadores permaneciam por períodos prolongados em campo, estudando minuciosamente uma sociedade em particular, normalmente um grupo habitando pequenos assentamentos como aldeias ou vilas. Após esse mergulho profundo, voltavam os etnógrafos de campo com um registro detalhado das formas de produção material da sociedade estudada, bem como com dados demográficos, informações sobre a religião, sistemas de parentesco, produção artística etc. De fato, as informações eram tão detalhadas que poderiam incluir, por exemplo, um censo preciso do total de habitantes naquela comunidade.

Para continuar esse exercício comparativo, vale a pena recuar no tempo e imaginar uma comunidade semelhante, só que ocupada ao redor do ano 1.000 DC em algum lugar da Amazônia brasileira. É

óbvio que nessa época não havia antropólogos nem arqueólogos e que uma comunidade ocupada há 1.000 anos era diferente, por exemplo, das comunidades indígenas contemporâneas. Mesmo assim, a favor do exercício aqui proposto, vale a pena seguir com o exemplo. Os habitantes dessa comunidade podem ter empilhado o solo para construir aterros sobre os quais erguiam suas casas. Em alguns casos, tais aterros eram dispostos em estruturas circulares, circundando um pátio interno. As casas construídas eram de palha e madeira, assim como a maior parte dos objetos que nelas se guardavam, com exceção dos vasos de cerâmica e eventuais artefatos de pedra. De fato, dependendo do local, rochas são escassas na Amazônia e é pouco comum que tenham sido usadas, por exemplo, como material de construção. A produção de lixo orgânico, como restos de carvão, ossos de animais, sementes, folhas etc., lentamente depositado nos fundos das casas promoveu mudanças lentas na coloração e composição química do solo, que aos poucos se ia escurecendo e adquirindo um pH menos ácido. Imaginemos que essa comunidade foi ocupada durante dois séculos e que, ao longo do processo de ocupação, novos aterros foram sendo construídos, casas foram reconstruídas e mais lixo foi depositado.

Um belo dia, por alguma razão desconhecida, a aldeia é abandonada e, quase que instantaneamente, o mato começa crescer nos locais que eram anteriormente de habitação e trânsito. Frutificam algumas das sementes jogadas nos quintais das casas, continuam

crescendo as árvores plantadas pelos antigos moradores e aos poucos uma espessa mata de capoeira se forma, recobrando os objetos abandonados na superfície. Esses objetos, se feitos de palha, pluma ou madeira vão aos poucos apodrecendo enquanto que os de cerâmica ou pedra podem até se quebrar, mas dificilmente irão se decompor. As casas vão caindo e, sobre elas, crescem árvores. Animais abrem suas covas em meio ao solo escuro e, eventualmente, moradores de outros locais visitam a capoeira para coletar frutas ou caçar. Como não é incomum, é possível que o local venha ser posteriormente reocupado mais de uma vez e que até posteriormente, alguma cidade surja ali também. Afinal, a coisa mais frequente na Amazônia é que as cidades modernas cresçam sobre os sítios arqueológicos.

Após essa longa estória chegam, por fim, os arqueólogos e o que encontram está longe de ser um registro preciso sobre o que ocorreu ali no passado. Assim, ao contrário de seus colegas etnógrafos que podem ter um registro preciso das atividades e seus significados em comunidades de tempos e lugares determinados, arqueólogos normalmente se defrontam com contextos repletos de ruídos aos quais tentam impor algum sentido, como se estivessem lendo um livro velho sem capas, com páginas arrancadas e nem sempre numeradas, cheias de anotações e rabiscos, cuja ordem se foi alterando com o tempo. É talvez por tal razão que o arqueólogo Lewis Binford denominou o que se conhece como “premissa de Pompéia”: a

ideia de que o sítio arqueológico de Pompéia é tão famoso justamente por ser único, por trazer uma espécie de instantâneo da cidade à época da erupção do Vesúvio. Casos como esses são raríssimos em arqueologia. É por isso que arqueólogos não fazem paleoetnografias, a contribuição que podem fazer vem muito mais da capacidade, oferecida pelo próprio registro arqueológico, de entender a história de longa duração, às vezes por centenas ou milhares de anos. Trata-se, enfim, de uma maneira específica de lidar com o tempo e seus ritmos.

1.3. A Amazônia central no contexto da arqueologia das terras baixas da América do Sul:

A arqueologia da região Amazônica apresenta os problemas de pesquisa mais amadurecidos e bem formulados da arqueologia brasileira contemporânea pelo fato de ter, desde os anos cinqüenta, apresentado uma preocupação sistemática com o teste de problemas antropológicos gerais (Neves 1999). A Amazônia central, aqui definida como a região situada ao longo de ambas as margens do rio Amazonas entre a foz do rio Japurá e a foz do rio Madeira, pode ser vista como uma espécie de microcosmo da região amazônica, pelo menos no que se refere à arqueologia, porque uma série de hipóteses apresentadas para explicar processos de mudança sócio-cultural pré-coloniais na Amazônia remetem à obtenção de dados empíricos na Amazônia central para o seu teste.

Essas hipóteses podem ser agrupadas em duas grandes categorias: uma diz respeito à obtenção de cronologias controladas sobre a ocupação pré-colonial na Amazônia central; outra diz respeito ao estabelecimento do tamanho, densidade e duração da ocupação dos sítios arqueológicos nessa região.

Em uma série de trabalhos, Donald Lathrap e seus alunos propuseram ser a Amazônia central uma antiga área de inovação cultural na arqueologia Sul-Americana (Brochado & Lathrap 1982, Lathrap 1970, Lathrap & Oliver 1987) caracterizada, dentre outras coisas, pela ocorrência de complexos cerâmicos bastante antigos e por ter sido um centro de diversificação lingüística durante o Holoceno médio. De acordo com o raciocínio de Lathrap e associados a Amazônia central seria uma área chave devido ao padrão hidrográfico radial, característico da região Amazônica, do qual ela é o centro: desde, por exemplo, as cercanias de Manaus, é possível o acesso hidrográfico ao norte da América do Sul e Caribe, via rio Negro e Orinoco; ao alto Amazonas, via rio Solimões; à bacia do Paraná, via rios Madeira e Guaporé e, finalmente, ao litoral Atlântico, via o baixo Amazonas (Figura 1.3-1).

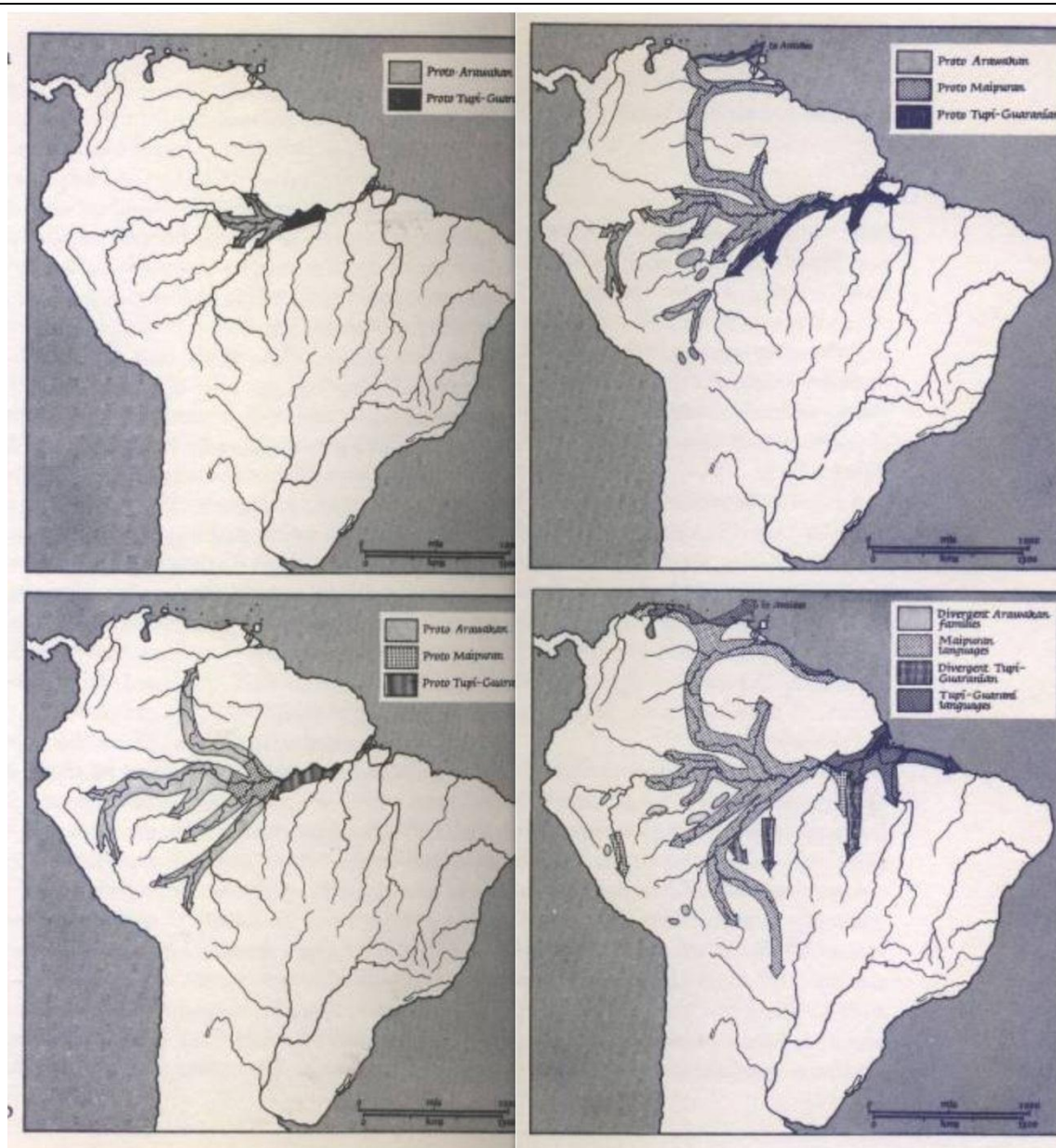


Figura 1.3-1: O "modelo cardíaco" de Donald Lathrap expresso em seu livro "The Upper Amazon" (1970).

A essa configuração geográfica estaria associado um processo adaptativo bastante antigo baseado na exploração dos abundantes recursos faunísticos das várzeas amazônicas. Segundo o modelo inicial de Lathrap (1970), também conhecido como "modelo cardíaco", a milenar estabilidade adaptativa nas várzeas da Amazônia central conduziria a um processo de crescimento demográfico nessa

região que levaria as populações excedentes a colonizar sucessivamente áreas adjacentes de várzea até que as várzeas Amazônicas estivessem todas ocupadas por populações semi-sedentárias, cuja principal fonte de recursos naturais seria a exploração da fauna ribeirinha combinada com o plantio de tubérculos como a mandioca.

A formulação inicial do modelo cardíaco (1970) incluía também uma série de hipóteses - posteriormente desenvolvidas por Brochado (1984); Brochado & Lathrap (1982); Lathrap & Oliver (1987) e Oliver (1989) - correlacionando o registro arqueológico da Amazônia central ao suposto processo de diferenciação dos troncos lingüísticos Tupi e Arawak nessa mesma área. Tal diferenciação estaria, de acordo com esses autores, associada ao aparecimento, por volta de 5.000 anos AP, de cerâmicas policrômicas da chamada "sub-tradição Guarita" da "Tradição Policrômica da Amazônia Brasileira" na Amazônia central.

A identificação de limites étnicos ou lingüísticos no registro arqueológico é sabidamente problemática. A hipótese acima alinhavada é, no entanto, interessante porque ela apresenta expectativas cronológicas ($\pm$ 5000 anos AC) e geográficas (Amazônia central) para a ocorrência de um fenômeno formalmente definido (a presença de cerâmicas policrômicas da subtradição Guarita), que permitem um teste arqueológico através de pesquisas de campo, sem que se pretenda necessariamente associar esses complexos cerâmicos a grupos étnicos específicos.

Nas áreas de várzea do rio Amazonas, e de alguns de seus principais afluentes, é bastante comum a ocorrência de grandes sítios arqueológicos, cobrindo áreas de dezenas de hectares, geralmente associados à presença de solos de coloração bastante escura e alta fertilidade, as chamadas “terras pretas de índio” da Amazônia (Falesi 1974, Mora et al. 1991, Smith 1980). A natureza do processo de formação desses sítios é, no entanto, fonte de um debate acirrado na arqueologia amazônica. Por um lado há os arqueólogos, como Hilbert (1968), Meggers (1983-85), Meggers et al. (1988), Miller et al. (1992), que propunham que o processo de formação desses sítios foi o resultado de inúmeros e repetidos episódios curtos de reocupação dos mesmos locais por populações semi-sedentárias. Tal hipótese está associada a uma perspectiva determinista ambiental, que vê a Amazônia como uma região marginal no contexto da arqueologia Sul-Americana (Meggers & Evans 1983). Por outro lado havia e geógrafos arqueólogos, como Denevan (1992), Lathrap (Lathrap et al. 1985), Myers (1973), e Roosevelt (1989), dentre outros, que sugerem ser esses grandes sítios os correlatos arqueológicos de grandes e densos assentamentos sedentários pré-coloniais ocupados por longos períodos.

A verificação dessas hipóteses mutuamente exclusivas tem conseqüências importantes para o entendimento dos padrões de organização social e política das populações pré-coloniais tardias das várzeas amazônicas. Se, por um lado, a hipótese de Meggers e

associados fosse corroborada, poder-se-ia propor que os referidos padrões não foram excessivamente modificados pela colonização européia, já que essa hipótese está parcialmente associada à projeção do registro etnográfico contemporâneo da Amazônia para a interpretação do registro arqueológico da região. Se, por outro lado, a hipótese de Lathrap e Roosevelt fosse corroborada, poder-se-ia propor no entanto que houve mudanças significativas entre os padrões de organização social e política pré-coloniais e os contemporâneos das populações indígenas da Amazônia, já que é rara ou inexistente a presença de assentamentos indígenas contemporâneos cuja área seja comprável a alguns dos sítios arqueológicos com terra preta da Amazônia.

Os resultados e discussões que se apresentarão a seguir indicam para um caminho que, felizmente, supera o forte dualismo que caracterizou os debates na arqueologia da Amazônia até o final do século passado. Esse amadurecimento acadêmico pôde, por exemplo, ser visto nos dois Encontros Internacionais de Arqueologia Amazônia que se realizaram em Belém, em 2008, e Manaus, em 2010, perspectivas inovadoras foram apresentadas, sem que necessariamente buscassem um alinhamento com o quadro tradicional de hipóteses que prevaleceu durante a segunda metade do século XX. Esta obra pretende também contribuir para a consolidação desse novo quadro, que é múltiplo e, portanto, mais interessante.

Procurei, ao longo do texto, trabalhar com alguns conceitos que, espero, possa atuar como ferramentas no desenvolvimento dos argumentos apresentados. O primeiro diz respeito ao uso de categorias classificatórias como “culturas arqueológicas”, “fases” e “tradições”. Nesse caso, específico, a justificativa para o uso é apresentada ao longo dos capítulos. Faço também um uso ligeiro, e de maneira despretensiosa, dos conceitos de sociedades frias e quentes proposto por Lévi-Strauss (1962, 1988). O entendimento enganado do significado desses conceitos levou a uma série de mal-entendidos, como se Lévi-Strauss houvesse sugerido que as sociedades às margens do capitalismo, ou sociedades tradicionais, as típicas sociedades “frias”, fossem sociedades sem história, cabendo apenas às sociedades da tradição judaico-greco-romana tal primazia. Na verdade, a distinção entre sociedades frias e quentes procura mais indicar, dentro de *categorias* assumidamente abstratas, diferentes perspectivas que sociedades têm com relação a suas histórias. Nas palavras de Lévi-Strauss em “*O Pensamento Selvagem*” (1962 : 309-310): “les unes cherchant, grace a aux institutions qu’elles se donnent, à annuler de façon quasi automatique l’effect que les facteurs historiques pourraient avoir sur leur équilibre et leur continuité ; les autres intériorisant résolument de devenir historique pour en fiare le motuer de leur développement”.

Na Amazônia central, o registro arqueológico do primeiro e segundo milênio DC parece indicar um contraste interessante entre

ocupações de sociedades frias, onde a estabilidade a mudança muito lenta parecem ter sido a regra, e sociedades quentes, caracterizadas aparentemente por um impulso à mudança, agudo como uma flecha atirada rumo ao futuro. Confesso que meu uso de tal distinção é muito mais metafórico que propriamente conceitual, mas me parece interessante, de qualquer modo, indicar como mudanças no registro arqueológico podem também ser indicativas de mudanças em regimes de historicidade. O exame do texto indicará se fui bem sucedido ou não nesta tentativa.

2. Materiais, métodos e suas dimensões práticas e conceituais.

2.1 Introdução:

Ao longo deste texto, utilizar-se-ão, às vezes de maneira assistemática os termos “Amazônia central” e “área de confluência dos rios Negro e Solimões”. O primeiro caso fará referência à área que vai, grosso modo, do baixo curso do rio Japurá, a oeste, à boca do rio Madeira, a leste, da latitude da boca do rio Branco, ao norte à latitude da cidade de Borba, no rio Madeira, ao sul (Fig. 2).



Figura 2.1-1: Localização dos rios que delimitam a Amazônia Central (M. Brito).

Trata-se de uma definição mais ou menos arbitrária, cujos limites funcionam mais como um parâmetro que como fronteiras rígidas. O segundo caso, da área de confluência (Fig. 3), inclui a

região onde o Projeto Amazônia Central atuou de maneira contínua e sistemática de 1995 a 2010 e que é delimitada ao sul pelo rio Solimões, ao norte e leste pelo rio Negro e a oeste pelo rio Ariáú. A área de confluência é uma espécie de microcosmo da Amazônia central. Por causa disso será comum, ao longo do texto, a mudança de escalas de análise do local – área de confluência – para o regional – Amazônia central. Tais mudanças, espera-se, não deverão comprometer o desenvolvimento dos argumentos.

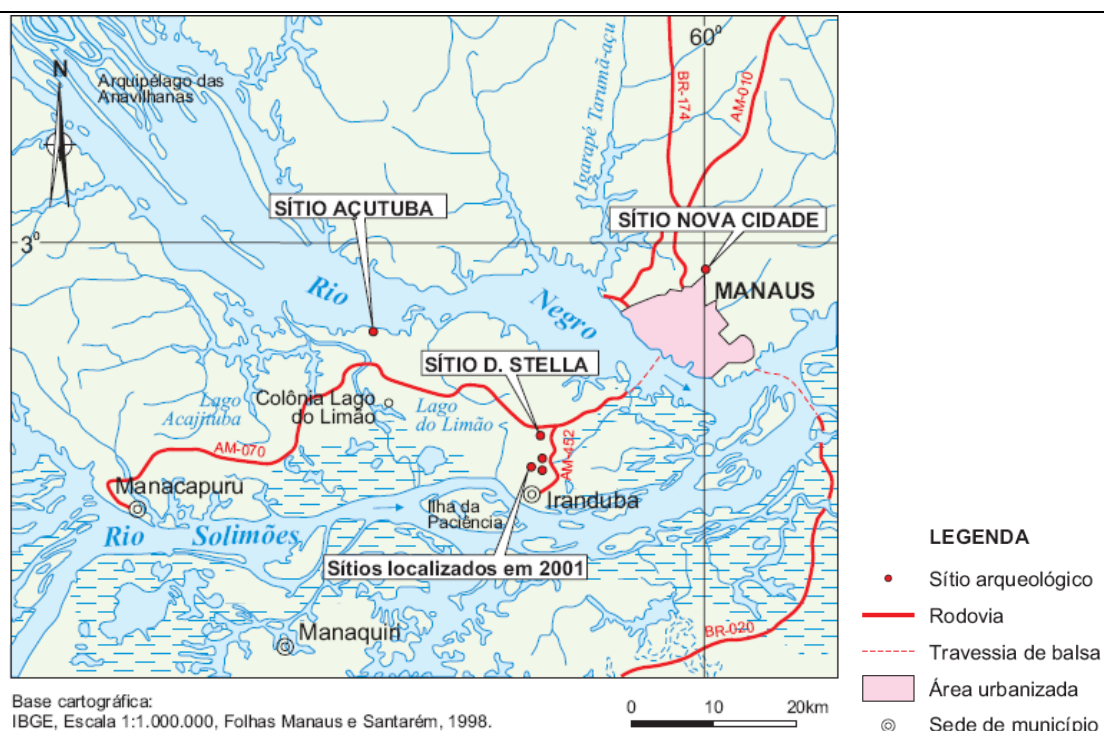


Figura 2.1-2: Área de confluência entre os rios Solimões e Negro (M. Brito).

Este capítulo fará, inicialmente, uma breve introdução das características ambientais da área de pesquisa. Posteriormente serão apresentados os procedimentos utilizados no levantamento e escavação dos sítios, para depois se discutir as bases conceituais

para a organização dos dados de campo e laboratório. Não será aqui apresentada uma descrição detalhada dos sítios escavados. Tal documentação primária, quando necessário, será provida ao longo das discussões nos capítulos subsequentes. Dada sua grande quantidade, a publicação desses dados realizar-se-á em um outro volume, de caráter mais técnico que este, que pretende ser sintético e acessível ao público não especializado.

2.2: O ambiente na área de confluência dos rios Negro e Solimões:

A área de confluência dos rios Negro e Solimões é uma região de mosaico paisagístico, caracterizada por ecossistemas de águas pretas e brancas. Tais ecossistemas têm diferentes características quanto à produtividade primária, sendo os rios de água branca mais produtivos que rios de águas pretas. Essas diferenças já haviam sido observadas nos anos cinquenta por Sternberg (1998), em seu clássico estudo sobre a geografia humana na ilha do Careiro, próximo à área de pesquisa. Sternberg observou, por exemplo, diferenças em termos de produtividade pesqueira (Sternberg 1998: 44), carga sedimentar (Sternberg 1998: 54-55) e aptidão agrícola (Sternberg 1998: 58) entre os ecossistemas de águas brancas e pretas na ilha do Careiro.

O rio Solimões é, na tipologia clássica dos rios amazônicos, o clássico rio de águas brancas, barrento, cujas cheias anuais fertilizam, com sedimentos recentes de origem Andina, antigos

meandros abandonados que formam planícies de inundação de tamanho variável, as várzeas, compostas por diferentes habitats incluindo lagos sazonalmente inundados, meandros abandonados, canais em diferentes tipos de atividade, restingas, praias e ilhas (Latrubesse & Franzinelli 2002).



Figura 2.2-1: Várzea do Rio Solimões na vazante (foto E. Neves).

A fertilização regular das várzeas cria microambientes ricos em nutrientes, o que favorece o desenvolvimento de uma complexa cadeia alimentar composta por peixes, crustáceos, aves, répteis e mamíferos. A cobertura vegetal da várzea inclui capinzais, aningais, igapós e florestas (Pires & Prance 1985: 126-130). Como em outras partes da Amazônia, a várzea é também tradicionalmente um local preferencial para agricultura e criação de gado (Shorr 2000, Sternberg 1998). Na região de Iranduba, na margem norte do Solimões, a extensão da várzea varia de alguns metros a vários

quilômetros. Na margem oposta, em direção à cidade de Manaquiri, a várzea é ainda mais extensa, chegando a dezenas de quilômetros (Latrubesse & Franzinelli 2002).

O rio Negro, como o próprio nome diz, é um rio de águas pretas, cujas cabeceiras drenam os terrenos antigos do planalto das Guianas. Consequentemente, seu potencial de fertilização é baixo, o que reduz a produtividade primária dos ecossistemas a ele relacionados. A bacia do rio Negro não forma várzeas. Sua planície de inundação é pouco desenvolvida na área de confluência sendo coberta por matas de igapó ou por praias de areia branca (Fig. 5) (Franzinelli & Igreja 2002; Goulding, Carvalho & Ferreira 1988: 20). Ao contrário das várzeas dos rios de águas brancas, matas de igapós são anualmente inundadas pelas águas ácidas e pobres em nutrientes dos rios de águas pretas. A carga de sedimento arenoso trazida por esses rios é também depositada, formando as extensas praias de areia branca características da bacia do rio Negro (Oliveira, Daly, Vicentini & Cohn-Haft 2001: 204). Apesar das diferenças em produtividade primária entre as bacias dos rios Solimões e Negro, o curso do baixo rio Negro - ou pelo menos uma faixa de 50 km rio acima a partir de sua foz, portanto dentro da área de pesquisa - tem ainda uma influência do rio Solimões em termos da diversidade e número de espécies de peixes (Goulding, Carvalho & Ferreira 1988: 100).



Figura 2.2-2: Carlos Augusto da Silva e Francisco Pugliese Filho às margens do rio Negro na época da cheia, Comunidade de Paricatuba (foto E. Neves).

Talvez isso possa explicar a diferença significativa entre as grandes dimensões dos sítios arqueológicos do baixo rio Negro e as pequenas dimensões dos sítios do alto rio Negro (Neves 1998), uma vez que as populações que ocuparam a região do baixo rio Negro tenham tido acesso direto e indireto aos abundantes recursos das várzeas dos rios Solimões e Amazonas. Outro aspecto notável de ecossistemas de águas pretas nesta parte da Amazônia - a ocorrência de extensas áreas de areias cobertas por vegetações típicas, as campinaranas - será discutido na próxima seção.

Em locais adjacentes às planícies de inundação do Solimões e do Negro há altos barrancos expondo depósitos Cretáceos da

formação Alter do Chão erodidos pela ação fluvial (Franzinelli & Igreja 2002). Sobre esses barrancos é comum a ocorrência de sítios arqueológicos, um padrão de assentamento descrito por Denevan (1996) para outras partes da Amazônia. Desse modo, na Amazônia central os sítios “de várzea” não estão tecnicamente localizados sobre a várzea, mas adjacentes a ela no alto dos barrancos muito acima da variação anual dos níveis dos rios, mesmo na época da cheia (Fig. 6) Assim, a flutuação no nível dos rios não deve ser vista como fator limitante ao estabelecimento de populações humanas em ambientes de várzea, como proposto por Meggers (1996).



Figura 2.2-3: Vista da várzea do Rio Solimões a partir do sítio Laginho.

Na área de confluência, os interflúvios são compostos por colinas e morros, com encostas de declividade variável,

periodicamente cortados por igarapés. O levantamento arqueológico realizado por Lima (2003) indica que os topos de colinas eram locais preferenciais para a ocupação humana pré-colonial. Os solos da região são majoritariamente latossolos amarelos e argilosos com pH ácido e baixa aptidão agrícola. É também comum a ocorrência de laterita na superfície. Além dos latossolos há também áreas de areais cobertas por vegetação do tipo campinarana e as terras pretas antrópicas associadas aos sítios arqueológicos.

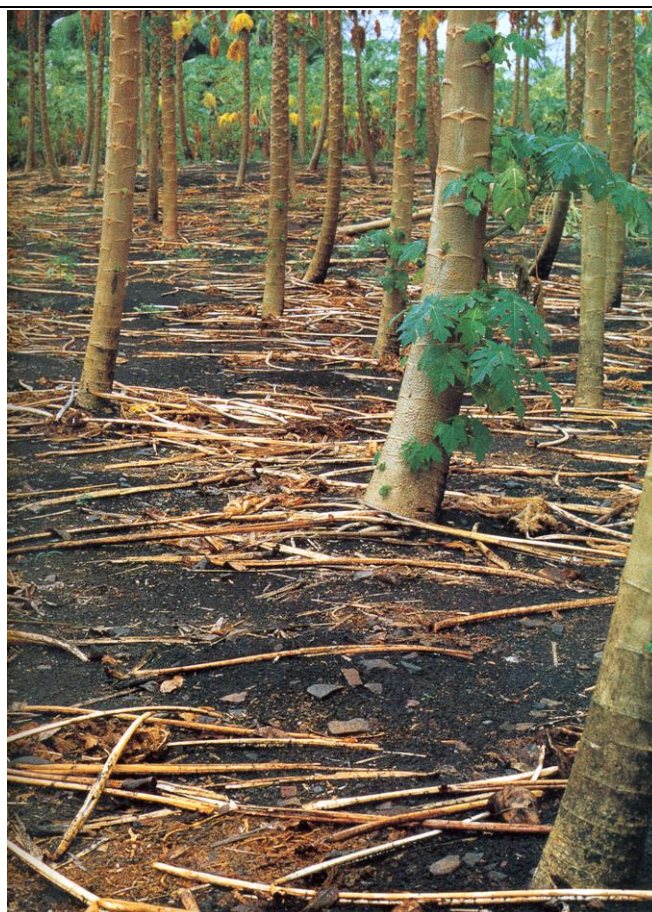


Figura 2.2-4: Sítio Hatahara no dia em que foi identificado, em 1997, com terra preta e fragmentos de cerâmica em superfície.

A área de confluência já foi bastante desmatada nos últimos anos e a recente abertura da ponte que atravessa o rio Negro a partir

de Manaus só fará acelerar esse processo. Originalmente, a cobertura vegetal tinha uma grande diversidade de espécies, como é o padrão na floresta amazônica. Nos 10.000 hectares da reserva Ducke, próximo a Manaus, foram registradas 2.200 espécies pertencentes a 150 famílias de plantas: 1.300 espécies de árvores, 300 de cipós, 250 de ervas terrestres, 170 de epífitas e 60 de hemiepífitas (Vicentini 2001: 177). Esses parâmetros são provavelmente válidos para a área de pesquisa. Atualmente, o desmatamento e a formação de pastos levam ao aumento da concentração de algumas espécies de palmeiras, principalmente o tucumã (*Astrocaryum aculeatum*) e o inajá (*Attaleia maripa*). Nas áreas de terra preta, por outro lado, é notável a alta densidade da palmeira caioé ou dendê (*Elaeis oleifera*). Nas baixadas e áreas alagadas, prevalecem concentrações de buritis (*Mauritia flexuosa*).

As pesquisas arqueológicas mostram que a área de confluência já passou por modificações antrópicas significativas mesmo antes do início da colonização européia. Tais modificações são visíveis nos ecossistemas de águas brancas e pretas, bem como nas áreas de interflúvio. O exemplo mais claro são os solos de terra preta, que são muito férteis, têm grande importância social e econômica e são atualmente utilizados, juntamente como as áreas de várzea, para a produção de alimentos para o abastecimento de Manaus. A pesquisa arqueológica mostra que tais solos têm uma origem antrópica, correspondendo às antigas aldeias da região. Portanto, na área de

pesquisa, os padrões de assentamento do passado condicionam de certo modo os padrões atuais de ocupação.

Os areais da bacia do rio Negro e da Amazônia central são, como o próprio nome indica, extensas áreas cobertas por solos arenosos, porosos, claros e bastante ácidos. São compostos por areias de textura grossa, com um horizonte B enterrado a geralmente mais de 100 cm de profundidade enriquecido por matéria orgânica, ferro, alumínio (Jordan 1995: 90). É provável que a ocorrência de extensas áreas de areais por toda a bacia do rio Negro seja o determinante para a coloração escura e acidez das águas desse rio e a maioria de seus afluentes (Goulding, Carvalho & Ferreira 1988: 33).



Figura 2.2-5: Corte de área em solo arenoso. Sítio Dona Stella.

Os areais são recobertos por vegetação do tipo campinarana – também conhecida como caatinga amazônica. Campinaramas são formações abertas com uma flora peculiar caracterizada por árvores de porte geralmente menor que as das matas de terra firme, com folhas e caules grossos e abundância de musgos e líquens, tanto sobre as plantas como sobre o solo (Pires e Prance 1985: 140-41). Pires e Prance (1985: 140) propõem que campinaranas se desenvolvem em locais com clima adequado ao desenvolvimento de florestas, mas que devido aos fatores limitantes formados pela acidez e porosidade dos solos, apresentam vegetação raquítica. Em campinaranas estudadas ao norte de Manaus, verificou-se uma correlação positiva entre o porte da vegetação e a profundidade do lençol freático (Oliveira, Daly, Vicentini & Cohn-Haft 2001: 190). Na mesma região, os cortes de estrada mostram que as áreas de areia branca tendem a se depositar nas partes baixas das encostas, enquanto que o topo das colinas há áreas de oxisol amarelo-avermelhado recobertas por mata típica de terra firme (Oliveira, Daly, Vicentini & Cohn-Haft 2001: 189). Assim, embora compondo unidades claramente distintas, campinaranas ocorrem sob a forma de mosaicos, com áreas de concentração entremeadas a áreas de matas de terra firme.



Figura 2.2-6: Área de campinarana perturbada recobrando o sítio Dona Stella.

A área de atuação do Projeto Amazônia Central coincide, em linhas gerais, com os limites do município de Iranduba. Pequeno para as dimensões dos municípios amazônicos, Iranduba tem condições favoráveis ao desenvolvimento de um projeto de longa duração como o aqui proposto. Em primeiro lugar, apresenta uma situação logística relativamente boa, graças à sua localização, na margem direita do rio Negro do lado oposto à cidade de Manaus. A proximidade de Manaus tem como consequência a abertura de uma série de estradas que cortam o município, favorecendo o acesso às áreas de pesquisa. Dentre essas estradas destaca-se a rodovia Manaus-Manacapuru, que corta Iranduba no sentido E-W e da qual saem uma série de estradas vicinais que alcançam os rios Negro e Solimões. Em segundo lugar, e

também uma consequência da proximidade a Manaus, Iranduba é um município com atividades agrícolas relativamente intensas, incluindo o plantio de frutas e legumes para atender o mercado de Manaus e a criação de gado. Se tais atividades provocaram, por um lado, grandes desmatamentos na área do município, elas aumentam, por outro, a visibilidade dos sítios arqueológicos da área de estudo contribuindo, indiretamente, para a resolução de um grande problema prático da arqueologia amazônica, que é a baixa visibilidade dos sítios arqueológicos.

Juntamente com o Negro e o Solimões, o outro curso d'água importante da área de pesquisa é o rio Ariaú, que marca seu limite oeste. O rio Ariaú tem uma situação curiosa, já que funciona como um furo conectando o Solimões e o Negro antes do encontro desses dois rios. Ao Ariaú está relacionado o lago do Limão, onde muitas atividades de campo foram realizadas. Todos os cursos d'água da região apresentam um mesmo ritmo de cheias e vazantes: dos meses de janeiro a julho, aproximadamente os rios estão cheios, as praias e várzeas desaparecem e a pesca fica mais difícil. De agosto a dezembro, o verão, os rios vazam, praias e várzeas aparecem e a pesca torna-se abundante. É também durante esse período que afloram alguns dos pedrais que permanecem submersos durante o inverno tanto no Solimões como no Negro. No ano de 2010, a seca recorde registrada na boca do rio Negro revelou, pela primeira vez que se tem notícia, a ocorrência, no encontro das águas, de um

extenso afloramento rochoso cheio de gravuras antropomorfas representando rostos. É provável que tais gravuras tenham sido produzidas no Holoceno médio, uma época aparentemente mais seca que a atual.



Figura 2.2-7: Gravura antropomorfa que se tornou visível durante a seca de 2010. Ponta das Lajes no encontro das águas em Manaus. Foto: W. Calheiros.

2.3. O levantamento dos sítios:

As atividades de levantamento de sítios tiveram um caráter exploratório, com a preocupação de obtenção de dados gerais sobre tamanho, densidade e duração de ocupação dos sítios da área. Não houve, portanto, qualquer preocupação com o desenvolvimento de estratégias amostrais de levantamento. Ao contrário, os levantamentos foram francamente oportunistas e assistemáticos. Feita essa ressalva, procurou-se, na medida do possível, obter certo equilíbrio na representação regional dos sítios escavados, incluindo assentamentos localizados às margens dos dois grandes rios, nas áreas de interflúvio e nas bacias internas como a do lago do Limão. Ao longo dos anos, no entanto, é forçoso reconhecer que houve uma tendência maior em escavação de sítios localizado sobre os barrancos ao longo das várzeas do rio Solimões.

Durante os primeiros anos de atuação do projeto, as atividades de levantamento, mapeamento e escavação ficaram restritas às áreas ribeirinhas. A partir de 2001, no entanto, o levantamento regional realizado por Lima (2003), indicou a presença de uma grande quantidade de sítios e ocorrências arqueológicas também nas áreas de interflúvio (Fig. 10 MAPA COM SÍTIOS).

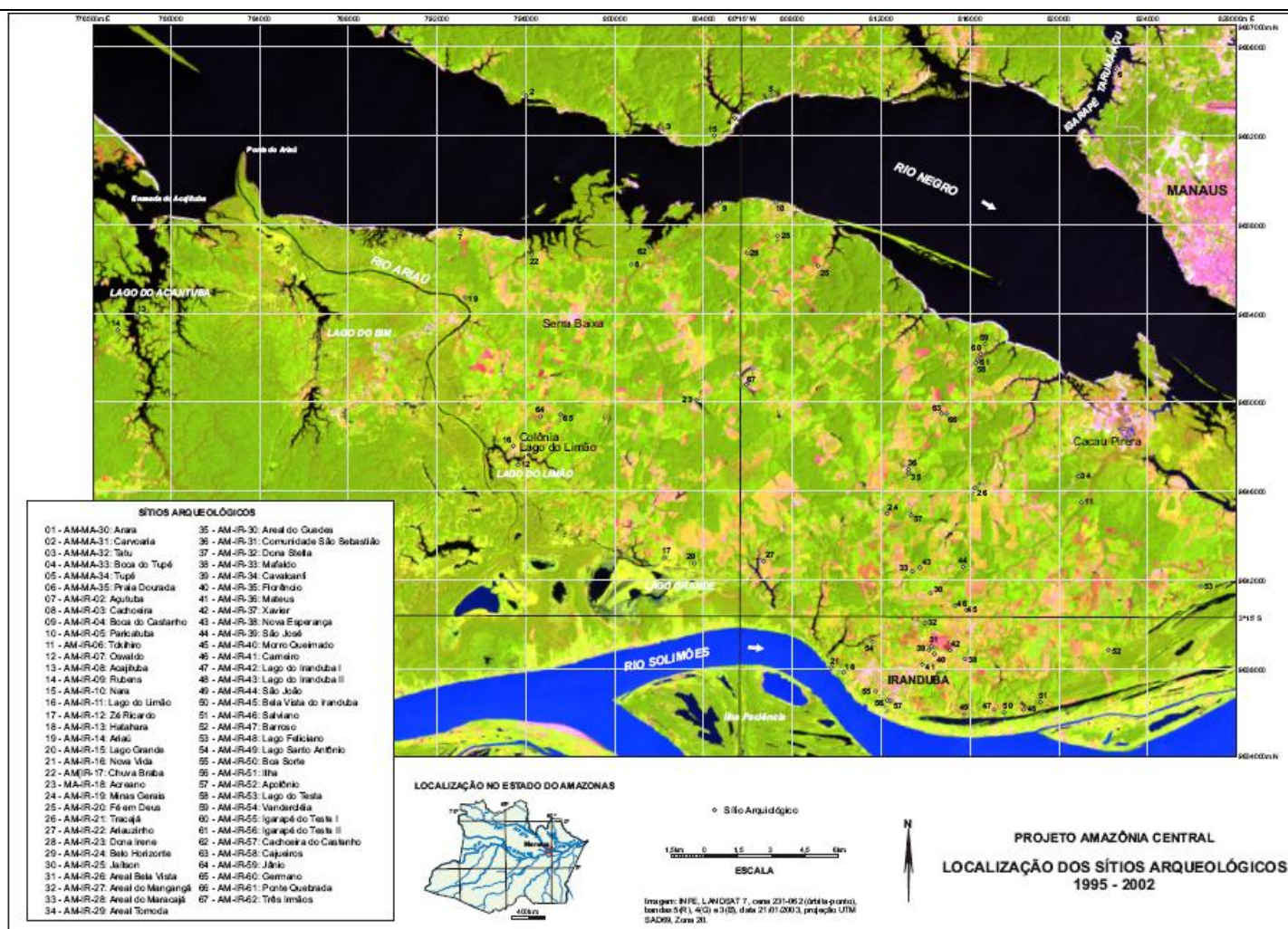


Figura 2.3-1: Mapa com a localização dos sítios do Projeto Amazônia Central (1995-2002). Mapa: M. Brito.

Tabela 2.3-1 - Sítios arqueológicos levantados pelo Projeto Amazônia Central (1995-2002).

Nome	Identificação	Coordenada UTM
1) Arara	Am-Ma-30	20M 790000 E/9666400 N
2) Carvoaria	Am-Ma-31	20M 796000 E/9663800 N
3) Tatu	Am-Ma-32	20M 802200 E/9662300 N
4) Boca do Tupé	Am-Ma-33	20M 805300 E/9662800 N
5) Tupé	Am-Ma-34	20M 807000 E/9664000 N
6) Praia Dourada	Am-Ma-35	20M 822550 E/9665000 N
7) Açutuba	Am-Ir-02	20M 792822 E/9657542 N
8) Cachoeira	Am-Ir-03	20M 800750 E/9656200 N
9) Boca do Castanho	Am-Ir-04	20M 804750 E/9659000 N
10) Paricatuba	Am-Ir-05	20M 807250 E/9659000 N
11) Tokihiro	Am-Ir-06	20M 821021 E/9645485 N
12) Osvaldo	Am-Ir-07	20M 795136 E/9647312 N
13) Acajituba	Am-Ir-08	20M 778500 E/9653900 N
14) Rubens	Am-Ir-09	20M 777600 E/9653250 N
15) Nara	Am-Ir-10	20M 804450 E/9661800 N
16) Lago do Limão	Am-Ir-11	20M 795350 E/9647500 N
17) Zé Ricardo	Am-Ir-12	20M 802275 E/9642750 N
18) Hatahara	Am-Ir-13	20M 810687 E/9637621 N
19) Ariaú	Am-Ir-14	20M 793250 E/9654300 N
20) Lago Grande	Am-Ir-15	20M 803525 E/9642675 N
21) Nova Vida	Am-Ir-16	20M 809756 E/9638071 N
22) Chuva Braba	Am-Ir-17	20M 796241 E/9656648 N
23) Acreano	Am-Ir-18	20M 803669 E/9650092 N
24) Minas Gerais	Am-Ir-19	20M 812175 E/9645179 N
25) Fé em Deus	Am-Ir-20	20M 809154 E/9656137 N
26) Tracajá	Am-Ir-21	20M 816231 E/9646145 N
27) Ariauzinho	Am-Ir-22	20M 806705 E/9642827 N
28) Dona Irene	Am-Ir-23	20M 807332 E/9657491 N
29) Belo Horizonte	Am-Ir-24	20M 805893 E/9656782 N
30) Jailson	Am-Ir-25	20M 814229 E/9641398 N
31) Areal Bela Vista	Am-Ir-26	20M 814277 E/9638994 N
32) Areal do Mangangá	Am-Ir-27	20M 813972 E/9640047 N
33) Areal do Maracajá	Am-Ir-28	20M 813516 E/9642378 N
34) Areal Tomoda	Am-Ir-29	20M 820878 E/9646663 N
35) Areal do Guedes	Am-Ir-30	20M 813239 E/9646811 N
36) Comunidade São Sebastião	Am-Ir-31	20M 813215 E/9646975 N
37) Dona Stella	Am-Ir-32	20M 813438 E/9644942 N
38) Mafaldo	Am-Ir-33	20M 815785 E/9638434 N
39) Cavalcanti	Am-Ir-34	20M 814143 E/9638748 N
40) Florêncio	Am-Ir-35	20M 814390 E/9638655 N
41) Mateus	Am-Ir-36	20M 813856 E/9638186 N

42) Xavier	Am-Ir-37	20M 815097 E/9638841 N
43) Nova Esperança	Am-Ir-38	20M 813746 E/9642559 N
44) São José	Am-Ir-39	20M 815524 E/9642583 N
45) Morro Queimado	Am-Ir-40	20M 815740 E/9640615 N
46) Carneiro	Am-Ir-41	20M 815336 E/9640845 N
47) Lago do Iranduba I	Am-Ir-42	20M 817092 E/9636144 N
48) Lago do Iranduba II	Am-Ir-43	20M 818547 E/9636341 N
49) São João	Am-Ir-44	20M 815329 E/9637581 N
50) Bela Vista do Iranduba	Am-Ir-45	20M 817533 E/9636016 N
51) Salviano	Am-Ir-46	20M 819176 E/9636485 N
52) Barroso	Am-Ir-47	20M 822020 E/9638584 N
53) Lago Feliciano	Am-Ir-48	20M 826414 E/9641694 N
54) Lago Santo Antônio	Am-Ir-49	20M 811579 E/9639237 N
55) Boa Sorte	Am-Ir-50	20M 812049 E/9636967 N
56) Ilha	Am-Ir-51	20M 812272 E/9636578 N
57) Apolônio	Am-Ir-52	20M 812420 E/9636549 N
58) Lago do Testa	Am-Ir-53	20M 816263 E/9651763 N
59) Vandercléia	Am-Ir-54	20M 816690 E/9652618 N
60) Igarapé do Testa I	Am-Ir-55	20M 816353 E/9651938 N
61) Igarapé do Testa II	Am-Ir-56	20M 816489 E/9652176 N
62) Cachoeira do Castanho	Am-Ir-57	20M 801558 E/9656995 N
63) Cajueiros	Am-Ir-58	20M 814726 E/9649494 N
64) Jânio	Am-Ir-59	20M 796669 E/9649354 N
65) Germano	Am-Ir-60	20M 797553 E/9649442 N
66) Ponte Quebrada	Am-Ir-61	20M 814949 E/9649481 N
67) Três Irmãos	Am-Ir-62	20M 805920 E/9650797 N

O levantamento realizado por Lima (2003) mostrou também uma aparentemente correlação positiva entre sítios arqueológicos pré-cerâmicos e os areais localizados nos interflúvios da área de pesquisa, conforme atestado pela identificação e posterior escavação do sítio Dona Stella (Costa 2002). Em 2002 foi realizado um levantamento arqueológico parcial nos areais da área de confluência que permitiu a localização de 12 sítios, (tabela 2.3-2).

Tabela 2.3-2 - Sítios e ocorrências em areais localizados em agosto de 2002.

Sítios	Cerâmica	Lítico	Intervenção	Situação
Acreano	Não	Sim	Não houve coleta	Pouco Impactado
Minas Gerais	Não	Sim	Lítico	Destruído
Fé em Deus	Sim	Sim	Não houve coleta	Intacto
Tracajá	Sim	Sim	Lítico e cerâmica	Intacto
Ariauzinho	Sim	Sim	Não houve coleta	Intacto
Dona Irene	Sim	Sim	Não houve coleta	Intacto
Belo Horizonte	Sim	Sim	Não houve coleta	Intacto
Cajueiros	Sim	Sim	Não houve coleta	Intacto
Jânio	Sim	Sim	Lítico	Destruído
Germano	Não	Sim	Lítico	Intacto
Ponte Quebrada	Sim	Sim	Não houve coleta	Intacto
Três Irmãos	Sim	Sim	Lítico e cerâmica	Destruído

No caso dos areais, a estratégia do levantamento foi percorrer as principais estradas vicinais, entre os quilômetros 8 e 34 da rodovia Manoel Urbano, que corta a área de pesquisa de leste a oeste, estradas vicinais que fornecem uma malha de acesso efetivo às áreas de interflúvio. O objetivo principal foi avaliar até que ponto existe uma relação entre estes areais e os sítios com material lítico lascado. Todos os sítios encontrados estão em areais próximos a igarapés de água preta, com vegetação do tipo campina e em muitos deles é possível observar afloramentos e matacões de arenito da formação Manaus.

Finalmente, Moraes (2007) realizou um levantamento da área do Lago do Limão e suas margens, como parte de sua pesquisa de mestrado. Nesse caso, o levantamento foi realizado por barco e carro, resultando na identificação de 14 sítios.

Os levantamentos regionais permitiram a identificação, ao final, de cerca de 100 sítios arqueológicos em uma área de cerca de 900 km². Dado, uma vez mais, o caráter exploratório que a pesquisa tinha em 1995, a opção por estratégias oportunistas parece ter tido um resultado efetivo, em face do desconhecimento que havia anteriormente sobre a arqueologia regional. É importante rapidamente mencionar que, também na Amazônia central, a equipe do PAC participou de outro projeto de grande porte, o Levantamento Arqueológico do Gasoduto Coari-Manaus, realizado entre 2005 e 2009. Nesse caso, as estratégias de levantamento foram diferentes das realizadas na área de confluência e tiveram um caráter sistemático, dado pela própria linha do gasoduto, que formou um transecto de cerca de 570 km de comprimento e 20 m de largura, que foi literalmente percorrido em toda sua extensão, salvo em áreas alagadas. Os resultados dos trabalhos em alguns dos sítios do gasoduto serão aqui também discutidos, embora não de maneira exaustiva.

2.4 Os Trabalhos nos sítios arqueológicos:

Na Amazônia os dois maiores fatores limitantes à realização de trabalhos de campo arqueológico são a cobertura vegetal e as condições de acidez do solo. Por essas razões, é comum que se considere que as condições de preservação de contextos arqueológicos sejam piores ali que em outros locais. Ao longo dos anos, no entanto, as atividades de campo no Projeto Amazônia

Central envolveram uma série de experimentos e iniciativas que levaram ao desenvolvimento de estratégias de trabalho de campo adequadas ao contexto amazônico. Tais iniciativas são baseadas menos em estratégias fechadas e metodologicamente rígidas e mais em procedimentos comuns que têm como principal preocupação o registro e a definição dos contextos, artefatos e ecofatos recuperados. A premissa da metodologia do PAC é que o objeto de estudo da arqueologia tem natureza híbrida e é uma matriz de componentes naturais e culturais. A atenção, portanto, à recuperação de artefatos inteiros ou fragmentados é tão importante quanto a coleta de amostras de restos de fauna ou flora. Isso não é necessariamente uma grande novidade na arqueologia, desde pelo menos o processualismo. A diferença neste caso é que na Amazônia, devido à influência da Ecologia Histórica, é cada vez mais importante que se identifique formas de constituição de paisagens e modificação da natureza no passado. Nesse sentido, a correta contextualização e escavação de amostras de solos antrópicos pode em alguns casos ser até mais importante que a de artefatos. No caso amazônico, além do mais, é surpreendente a quantidade de feições preservadas, tais como buracos de poste, covas, valas, fossos etc.



Figura 2.4-1: Conjunto de feições expostas no sítio Lagunho.

Por feições, define-se aqui “quaisquer marcas de atividades que deixaram vestígios discretos e bem delimitados”. Em alguns casos, tais feições podem ser acompanhadas por artefatos, como é o caso de lixeiras usadas para o enterramento de cerâmicas. Em outros, no entanto, o único vestígio disponível é o próprio solo enegrecido pelo enriquecimento pela matéria orgânica.

A palavra mais importante em arqueologia é “contexto”. A segunda é “registro”. No caso do Projeto Amazônia Central, adotou-se uma metodologia híbrida, inicialmente elaborada por James

Adovasio nos Estados Unidos, posteriormente modificada por James Petersen na Nova Inglaterra no Caribe. A metodologia prevê o uso sistemático de diferentes tipos de ficha de registro visando padronizar e acelerar o processo de aquisição de dados em campo.

Embora seja sempre recomendável o uso, nas escavações, de controles estratigráficos baseados em camadas naturais ou culturais, é também plenamente justificável, em contextos desconhecidos ou mal conhecidos, o uso de escavações por níveis artificiais. Cabe aqui uma breve definição dos conceitos de “níveis” e “camadas”. Níveis são sempre baseados em critérios arbitrários, sempre em centímetros regulares e podem variar de espessura. Na abertura de tradagens, por exemplo, é comum o uso de níveis artificiais de 20 cm. Na abertura de escavações, quando feitas por níveis artificiais, estes têm sempre 10 cm. de espessura. Camadas são baseadas em um conhecimento prévio da estratigrafia dos sítios e se definem pelos limites dos estratos, que têm espessura variada. Como em tudo no PAC, foi comum que nas intervenções de campo se tenha utilizado, no mesmo sítio, escavações por níveis artificiais e por camadas, uma variação explicada pelos contextos particulares abordados. Menos que falta de rigor, essa abordagem não dogmática mostra que são os contextos e problemas enfrentados no campo que definem os métodos e não o oposto. Mais uma vez o importante é sempre o registro dos procedimentos empregados.

Uma vez localizados, sítios arqueológicos foram trabalhados em três níveis diferentes de resolução. O primeiro nível, de grande resolução espacial, mas pouca resolução estratigráfica, consiste na plotagem de malhas de tradagens realizadas sistematicamente, na maioria dos casos com espaçamentos regulares. As tradagens foram abertas com profundidade máxima de 100 cm. A abertura sistemática de tradagens é vantajosa porque permite que se obtenha rapidamente, e com uma pequena margem de destruição do patrimônio, uma boa noção, ainda que preliminar, sobre a variabilidade da distribuição de vestígios no sítio arqueológico, auxiliando também em sua delimitação.



Figura 2.4-2: Material sendo coletado durante as tradagens no sítio Laguinho. Detalhe para divisão estratigráfica artificial a cada 20cm.

Tipicamente, a malha de tradagens é estabelecida com um instrumento de topografia ou mesmo uma bússola. Uma vez estabelecida a malha, geralmente com 25 m de espaçamento,

tradagens concomitantes eram abertas por grupos de dois indivíduos: um responsável pela tradagem em si, outro pelo preenchimento da ficha de tradagem. As tradagens foram sempre realizadas em níveis artificiais de 20 cm. As fichas foram preenchidas com informações sobre a profundidade das camadas arqueológicas, a coloração do sedimento das camadas (descritos com uma tabela de cores "Munsell") e a contagem do número de fragmentos obtidos.

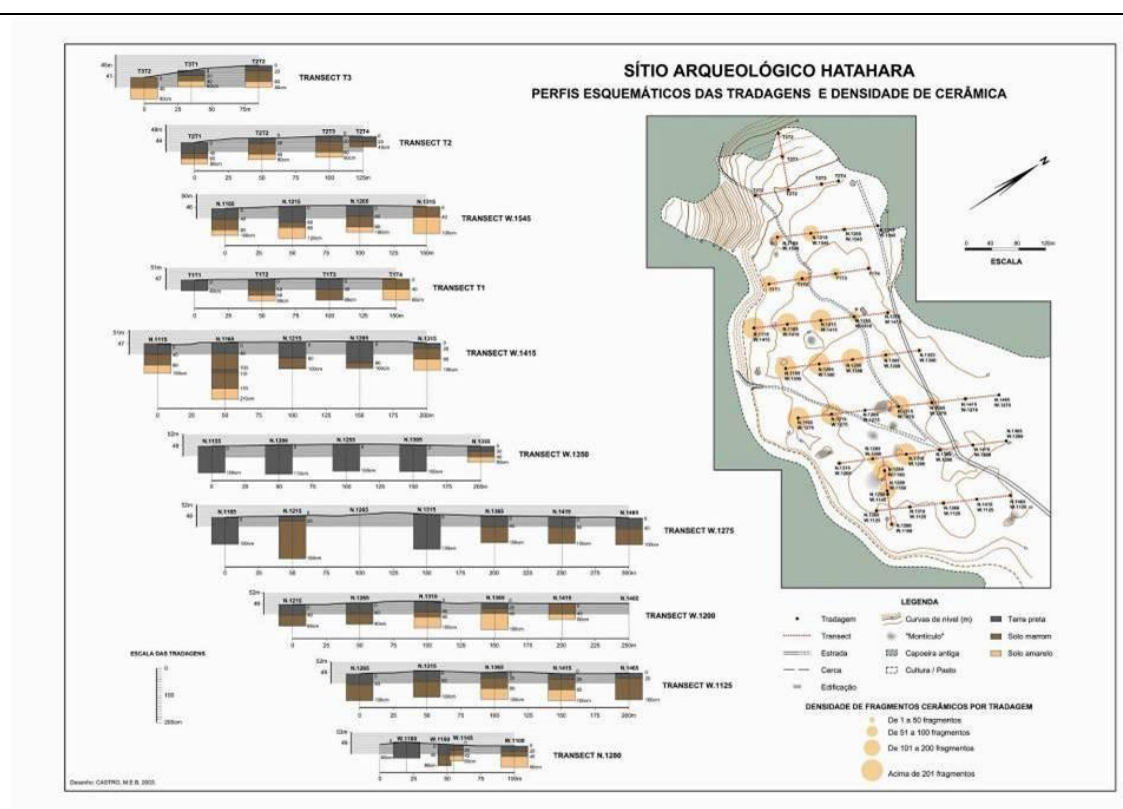


Figura 2.4-3: Mapa do sítio Hatahara com as plantas das tradagens, suas respectivas estratigrafias e quantidade de material.

Procedendo da maneira acima descrita, sítios com dezenas de hectares de área puderam ser rapidamente levantados. Os dados obtidos nas malhas de tradagens, tais como profundidade dos

depósitos arqueológicos e número de fragmentos obtidos por tradagem individual possibilitaram assim a determinação de unidades de escavação em tempo relativamente curto e com bastante precisão. A utilização de malhas de tradagens sistemáticas constitui-se ainda como o método mais efetivo de mapeamento preliminar de sítios arqueológicos para a arqueologia Amazônica. Roosevelt (1991) utilizou métodos geofísicos no mapeamento do Teso dos Bichos, ilha de Marajó, mas tais métodos apresentam comparativamente poucas vantagens, em uma relação custo/benefício, quando se leva em conta as imprecisões inerentes a sua aplicação, o peso e volume dos equipamentos e a necessidade da presença constante de um técnico que saiba operá-los e interpretar os dados. Trados, por sua vez, são altamente portáteis e de fácil aplicação, podendo ser transportados sem problemas por trilhas entre a mata.

Em seguida às tradagens, o segundo nível de resolução consiste na abertura de sondagens de 0,5 m² de área. Tais sondagens são geralmente dispostas regularmente, intercaladas com a malha de tradagens. De fato, a malha de sondagens e tradagens obedece ao padrão básico de quadriculamento do sítio, composto por unidades (quadrículas) de 1 m², plotadas, com instrumento topográfico, ao linhas mestras, orientadas ortogonalmente, que compõem as linhas do quadriculamento. No

caso de locais com cobertura de mata, picadas foram abertas ao longo dessas linhas.

As quadrículas são denominadas de acordo com um sistema de coordenadas cartesianas orientadas a partir de um zero arbitrário. Nesse sistema, a identificação de uma quadrícula é dada pela sua distância com relação a esse zero. Assim, uma quadrícula localizada a, por exemplo, 90 m ao norte e 240 m a leste do ponto zero receberá a identificação 90N-240E. Procedendo desta maneira, determina-se a localização precisa de uma quadrícula dentro do sistema de coordenadas cartesianas, podendo assim retomar o trabalho em outras quadrículas, amarradas ao mesmo sistema, em pesquisas de campo subsequentes.

Conforme afirmado anteriormente, sondagens são escavadas em níveis artificiais de 10 cm. O registro da escavação é feito em fichas padrão, onde são anotadas observações relativas à estratigrafia e o tipo de sedimento encontrado. Depois de peneirado, o material resultante de cada nível é ensacado separadamente e recebe um número específico de proveniência, chamado PN ("provenience number"). Números de proveniência têm uma sequência infinita, dependendo da intensidade dos trabalhos realizados em cada sítio, sendo que cada sítio tem sua sequência própria de PNs.

A utilização de números de proveniência não está restrita à identificação de níveis de escavação. No caso de fragmentos que apresentem características de forma ou decoração particulares, essas peças são coletadas individualmente, recebendo um PN único. O mesmo procedimento é utilizado no caso de coletas de superfície individuais, realizadas com o auxílio da estação total ou outro instrumento de topografia. Em outros casos, quando uma coleta superficial é realizada aleatoriamente em uma determinada área, pode-se agrupar todo o material proveniente daquela coleta sob um único PN. Números de proveniência são assim, mecanismos de controle das atividades realizadas em um determinado sítio arqueológico, além, é claro, de servirem como indicadores de proveniência de artefatos particulares ou de contextos arqueológicos. A sequência de PNs para cada sítio é controlada por uma lista com formulário próprio. Normalmente, tal lista é controlada pelo coordenador da escavação.

Finalmente, o terceiro nível de resolução é dado pelas unidades de escavação de tamanho variado, mas sempre baseadas em quadriculas de 1m². Normalmente, a escolha de um local de abertura de escavação é provida pelos resultados obtidos nas tradagens e nas sondagens. Há casos, no entanto, de estruturas diferenciadas, como os montículos, que foram escavadas sem que tradagens ou sondagens fossem previamente abertas. A escavação

de unidades requer cuidados adicionais, quando comparada à abertura de sondagens.



Figura 2.4-4: Escavação de montículo no sítio Hatahara.

Fichas adicionais, de nível de escavação, são utilizadas para que se mantenha o registro das eventuais estruturas ou feições encontradas. Mesmo no caso de ausência de estruturas, a disposição dos artefatos e fragmentos na base de cada nível artificial é sempre registrada, para efeitos de controle da escavação. Durante a escavação, artefatos ou fragmentos diagnósticos - bem como fragmentos de carvão bem preservados e associados à contextos arqueológicos pouco ambíguos - são coletados e registrados individualmente (coordenadas x, y e z).



Figura 2.4-5: Controle estratigráfico de escavação feito por nível ótico no sítio Hatahara.

As unidades são invariavelmente escavadas até que se encontre o substrato rochoso ou as camadas estéreis. Esse substrato apresenta-se, na região, sob a forma de fragmentos de rocha decomposta, de cor amarelo avermelhada, conhecidos popularmente como “piçarra”. Ao final da escavação, desenha-se o perfil de uma ou mais faces expostas. O desenho é feito em papel milimetrado, depois passado a limpo no laboratório. Após o desenho e fotografia dos perfis, fragmentos diagnósticos de cerâmica e fragmentos de carvão são coletados com números de proveniência individuais para que sejam enviados aos laboratórios de datação. Todo o material resultante das escavações, sondagens e tradagens foi invariavelmente peneirado com malha de 6mm.



Figura 2.4-5: Desenho de croqui em campo

No caso das unidades de escavação, preservou-se uma amostra constante do volume de sedimento peneirado por cada nível de 10 cm para análises pedológicas, zooarqueológicas e paleobotânicas.

2.5 Os critérios de classificação dos dados – pelo uso dos conceitos de fase e tradição na arqueologia das terras baixas:

O estudo da arqueologia da Amazônia central é importante para a Arqueologia das terras baixas da América do Sul por pelo menos duas razões. A primeira diz respeito ao próprio conhecimento dessa área chave, zona de confluência dos três maiores rios da bacia Amazônica, o Amazonas-Solimões, o Negro e o Madeira. A segunda razão, metodológica, será discutida neste trabalho. A premissa que o orienta é que o estudo de caso da

Amazônia central revela a força dos princípios teóricos do culturalismo histórico e de alguns de seus procedimentos metodológicos.

Não cabe aqui reenunciar toda a história do culturalismo histórico. Ela já foi contada e compilada em uma série de manuais e obras editadas (Trigger 1989). Em geral, a leitura dessas obras mostra o culturalismo histórico como uma etapa superada num já quase clássico, ao menos entre nós, esquema anglocêntrico da história da arqueologia, que vai do evolucionismo do século XIX e desemboca no pós-processualismo atual. No entanto, o culturalismo histórico continua vivo e forte, como uma espécie de paradigma silencioso, em boa parte da arqueologia praticada em países periféricos, como ainda é o caso do Brasil. Uma resposta simples, porém correta, a essa observação seria que a arqueologia nesses contextos é ainda exploratória, que parcelas significativas dos territórios desses países são desconhecidas e que, portanto, as preocupações gerais clássicas do culturalismo histórico com variações formais, cronológicas e espaciais em grandes territórios, geralmente explicadas pelo difusionismo, encontrariam ali terreno fértil para desabrochar.

O problema, no entanto, é que, desde pelo menos a década de 90 percebe-se que algumas dessas questões clássicas do culturalismo histórico têm sido retomadas com força em alguns dos

principais centros de produção de conhecimento sobre a arqueologia. Dentre essas questões percebe-se uma preocupação com temas ligados, por exemplo, à correlação da cultura material e a expansão de línguas e famílias linguísticas (Renfrew 2000) de complexos agrícolas (Bellwood 2005), da domesticação de animais (Anthony 2007), a expansão genética (Cavalli-Sforza 2003). Essa retomada representa uma reação aos excessos positivistas do processualismo, com suas explicações excessivamente adaptativistas e ao beco sem saída epistemológico do pós-processualismo. O que talvez seja mais interessante, no entanto, é que tal movimento sinaliza uma aproximação com a história e um distanciamento da antropologia evolucionista que tanto influenciou o processualismo.

A reaproximação com a história por parte da arqueologia contemporânea é particularmente proveitosa no caso de pesquisas realizadas em contextos de sociedades ágrafas, como ocorre nas terras baixas da América do Sul. Tal reaproximação permite um diálogo direto com a etnologia e a etno-história, particularmente com um tipo de abordagem ora em desuso na Antropologia cultural, que é o de áreas culturais. O embasamento original para a formulação original do conceito de áreas culturais provém de uma crítica ao evolucionismo social, neste caso a formulada por Boas e seus seguidores no final do século XIX e início do século XX. Na raiz dessa crítica está a constatação de que a diversidade cultural deve

ser entendida a partir de fatores históricos cuja variabilidade é grande e imprevisível.

Talvez por sua natureza excessivamente esquemática, a abordagem de áreas culturais foi abandonada há muito na antropologia social, mas é inegável que a etnologia indígena das terras baixas reconhece algumas propriedades aparentemente inerentes a grupos linguísticos ou áreas geográficas específicas. Assim, é comum a referência a “canibalismo Tupi”, “acefalia política das sociedades das Guianas”, “terrorialismo Arawak” etc. Do mesmo modo, é inegável a forte correlação existente correlação entre elementos materiais algumas sociedades indígenas, tais como o shabono Yanomami, as aldeias circulares Gê, a maloca Tukano, a cerâmica Shipibo, dentre inúmeros exemplos. Dessa discussão depreende-se que, embora grande, a diversidade cultural dos povos indígenas nas terras baixas da América do Sul não é infinita e, o que é mais interessante para a Arqueologia, que tal a diversidade cultural pode ser positivamente correlacionada a padrões no registro arqueológico e não apenas na cultura material. Por distintas razões, explicadas por Hill e Santos-Granero (Hill & Santos-Granero 2002) a antropologia social das terras baixas não se preocupa mais com essas questões. Cabe então à Arqueologia a tarefa de ressuscitá-las para a construção de um quadro histórico amplo e de longa duração sobre as sociedades indígenas das terras baixas da América do Sul.

O foco na cultura material e na organização social utilizados na formulação de áreas culturais pela antropologia social permite uma comunicação entre este campo do conhecimento e a arqueologia (Galvão 1960). Arqueólogos têm como atribuição, dentre outras tarefas, mapear a variabilidade cronológica da cultura material no tempo e no espaço. Como resultado formulou-se alguns conceitos hoje clássicos na disciplina como o de “cultura arqueológica”. Para a Arqueologia do novo mundo, tal conceito foi adaptado, ainda na década de cinquenta do século XX, por Phillips e Willey (1953) e posteriormente por Willey e Phillips (1958). Nessa última obra, já clássica, esses autores formalizaram alguns conceitos hoje bastante conhecidos e bastante utilizados pela Arqueologia americana: os de Horizonte, Fase e Tradição. A autoria desses conceitos não pertence a Willey e Phillips. Já no começo do século XX Max Uhle se referia a horizontes para expressar a distribuição, por amplas áreas dos Andes, de padrões comuns na cultura material. Do mesmo modo, conceitos como “foco” e “aspecto” já haviam sido propostos na década de quarenta, nos Estados Unidos, com o objetivo de mapear a variabilidade cultural.

A introdução do uso do conceito de fase na arqueologia brasileira foi feita por Meggers & Evans em seu livro sobre a Arqueologia da foz do rio Amazonas (Meggers & Evans 1957: 13) para designar “culturas arqueológicas distintas com uma distribuição geográfica definida e persistência no tempo”, com a

ressalva de que, naquele contexto, fase não teria qualquer conotação etnográfica, porque não havia meios de determinar se cada fase arqueológica da foz do Amazonas corresponderia a uma tribo específica. Tal perspectiva foi posteriormente modificada e fases passaram a ser vistas como correlatos de comunidades no passado (Meggers 1990; Meggers & Evans 1983).

Com o advento do PRONAPA nos atos sessenta, e a posterior influencia por ele exercida nos anos 70 e 80, houve uma explosão de fases e tradições na Arqueologia brasileira. Já é sabido e amplamente discutido como esse processo gerou uma espécie de intoxicação classificatória, afastando a disciplina de uma necessária renovação teórica. As críticas aos excessos do PRONAPA são muitas. Tais críticas criaram e continuam alimentando uma crescente literatura, principalmente nos locais do país onde o PRONAPA foi mais forte. Ocorre, no entanto, que o exacerbamento dessas críticas está levando também a uma doença oposta à intoxicação, que é a inanição classificatória. É, portanto, chegado o momento de reavaliar o uso dos conceitos de fases e tradições na Arqueologia brasileira para verificar sua validade heurística. Para tal exame iremos à Arqueologia da Amazônia central.

A Amazônia central provê um campo interessante para o teste das ideias aqui apresentadas, já que tem sido uma área da Arqueologia brasileira cuja interpretação do registro arqueológico foi

feita a partir de três perspectivas distintas. A primeira linha de interpretações foi proposta por Hilbert e Simões, pioneiros em trabalhos de campo sistemáticos na área, realizados dos anos 50 aos 70 (Hilbert 1968, Simões 1974). A segunda linha de interpretações, de fato revisões dos dados de campo produzidos por Hilbert e Simões, pode ser encontrada nos trabalhos de Lathrap, Brochado e Oliver publicados nos anos 70 e 80 (Brochado 1984, Lathrap 1970, Lathrap & Oliver 1987) . Finalmente, a partir dos anos 90 outra perspectiva sobre a arqueologia regional se apresenta, de novo baseada em dados de campo (Arroyo Kalin 2009, Heckenberger et al. 1996, Lima et al. 2006, Neves 2008, Neves & Petersen 2006). Todas essas linhas de interpretação são tributárias de uma combinação de culturalismo histórico com antropologia ecológica, embora a partir de diferentes premissas. Assim, enquanto Hilbert e Simões usaram o registro arqueológico da Amazônia central para criar uma sequência crono-tipológica que indicaria um processo de sucessivas reocupações da região por populações de origens externas, Lathrap, Brochado e Oliver interpretaram esse mesmo registro para propor a ocorrência de um longo e contínuo processo de transformação social e cultural na própria região, sem influências externas. É importante notar que todos esses autores fizeram um farto uso dos conceitos de fases e tradições para embasar suas hipóteses. O que se discutiu, às vezes

agressivamente, foi a articulação histórica entre eles, jamais sua própria existência.

O esquema crono-tipológica da Amazônia central inicialmente proposto por Hilbert era composto por quatro fases cerâmicas que se sucederam entre si na seguinte ordem, da mais antiga a mais recente: fase Manacapuru, fase Paredão, fase Guarita e fase Itacoatiara. Tais fases foram construídas com base em diferenças na tecnologia e decoração dos vasos cerâmicos presentes nos sítios arqueológicos. Hilbert, Simões e todos os outros que tiveram a oportunidade de trabalhar na Amazônia central logo perceberam a complexidade do processo de formação dos sítios nessa região. É muito comum que sejam multi-componenciais, às vezes com quatro ocupações distintas sobrepostas. Tal condição, se por um lado favorável a abertura de escavações estratigráficas que permitam a construção de cronologias regionais, por outro dificulta bastante a interpretação das estratigrafias dos sítios, já que é bastante comum que as ocupações tenham interferido umas sobre as outras. A esse fator se deve também acrescentar que a presença ubíqua de terras pretas por muitos sítios da área dificulta bastante a visualização de feições como manchas de fundo de cabana, buracos de estaca etc. Assim, é também bastante difícil o entendimento dos padrões de organização de espaço nesses sítios.

Hilbert trabalhou em condições difíceis e com poucos recursos em uma época onde o acesso aos sítios era muito mais problemático que no presente. Mesmo assim, sua proposta cronológica, baseada em interpretações estratigráficas e poucas datas de carbono 14 - algumas das primeiras feitas no Brasil -, mostrou-se bastante acurada. Três fases propostas por Hilbert - Manacapuru, Paredão e Guarita - resistiram bem à passagem do tempo a ponto de se poder afirmar, sem margem de dúvida, que seus fragmentos e vasos decorados funcionam como excelentes marcadores cronológicos - verdadeiros fósseis-guias - para a Arqueologia regional (Lima et al. 2006). Por outro lado, é também cada vez mais claro que não existe uma correlação universal entre essas fases e o uso exclusivo de um tipo de antiplástico (Moraes 2007), embora exista uma tendência à associação entre o caraipé e a fase Guarita e o cauixi e as fases Manacapuru e Paredão. Na Amazônia central, portanto, as fases funcionam de maneira extremamente satisfatória como uma maneira de organizar a grande variabilidade formal e tecnológica de cerâmicas identificadas em sítios arqueológicos multi-componenciais que passaram por complexos processos de formação. Não há, assim, razões para abandoná-las. Cabe, no entanto, verificar se à variabilidade formal e tecnológica das fases correspondem também variações significativas em outros aspectos como padrões de assentamento, tamanho e forma das ocupações.

A Arqueologia brasileira contemporânea costuma responsabilizar o PRONAPA por quase todos os males que a afligem. O principal alvo dessa crítica, em essência correta, tem sido a fixação tipológica com a classificação de fases e tradições arqueológicas como um fim em si mesmo, ao invés de enxergar tais recursos como hipóteses classificatórias a serviço de uma tarefa mais interessante que é a explicação da história pré-colonial através do estudo do registro arqueológico. É provável, no entanto, que a grande “herança maldita” do PRONAPA subsista, insidiosa e silenciosamente, sem que se dela nos apercebamos: é ela o ainda hegemônico foco na cultura material como o único suporte de interpretação para o passado. É inegável que o estudo da cultura material está no cerne da Arqueologia, mas por si só tal foco corre o risco de se tornar redundante, se não for acompanhado pelo entendimento do contexto no qual se depositam os objetos. Essa observação não tem nada de original, já que ela encerra um dos princípios básicos da Arqueologia processualista, que um dia já foi nova, mas agora é quase quinquentenária. Por que então o foco apenas em objetos subsiste no Brasil? Talvez porque a crítica à Arqueologia pronapiana tenha sido construída nos mesmos moldes em que tal Arqueologia se edificou, ou seja, com foco em discussões voltadas apenas ao estudo da cultura material e sua variabilidade. Não se consolidou ainda no Brasil uma Arqueologia de fato contextual que confira a mesma importância aos ecofatos tanto

quanto aos artefatos. A exceção notável vem das pesquisas com sambaquis, mas nesses casos a própria matriz dos sítios demanda uma abordagem que privilegia, por exemplo, as análises de fauna. Por tal razão, estamos ainda longe da possibilidade de construção de, por exemplo, uma verdadeira Arqueologia da Paisagem.

Procurar-se-á mostrar aqui que os dados da Amazônia central são importantes porque indicam, ao menos naquele caso, a robustez que fases arqueológicas podem ter quando são usadas como ponto de partida para organizar a variabilidade cultural, social, demográfica e política prevalecente na região entre os séculos IV AC e XVI DC. Tais dados permitem também o estabelecimento de um diálogo entre a arqueologia e a etnologia indígena. Esse diálogo, nem sempre harmônico e às vezes até conflituoso, parte da premissa de que variabilidade cultural na Amazônia indígena, embora grande, é limitada e, mais importante, se manifesta de maneira regular no tempo e espaço no registro arqueológico. Essas regularidades trazem os fundamentos para construção de uma história indígena de longa duração construída a partir da Arqueologia. Trata-se de uma tarefa que apenas inicia, apesar de uma tradição de pesquisas de mais de cinquenta anos, mas cujos resultados podem ser promissores.

2.5. A pesquisa em museus como parâmetro para projetos arqueológicos:

O Projeto Amazônia Central foi concebido e executado a partir de minha própria experiência como arqueólogo de museu. Sendo assim, ao longo dos anos, foi adquirindo uma estrutura e maneira de organização e produção de dados típicas de um museu, articuladas em tripé que inclui: a pesquisa com os sítios e coleções, a ação educativa e a conservação no campo e laboratório.

As atividades de pesquisa de campo já foram brevemente apresentadas. As educativas geraram uma pesquisa extensa, que resultou na tese de doutoramento da educadora Carla Gibertoni Carneiro (2009), minha colega de museu (Figura 2.5-1). As atividades de conservação em campo e laboratório foram coordenadas por Silvia Cunha Lima, então conservadora do MAE e atualmente investigadora independente.



Figura 2.5-1: Visita de alunos da rede pública de Iranduba a uma etapa de campo do PAC.

Essas atividades encontravam sua sinergia completa durante a realização de diversos sítios-escola ao longo da década de 2000. Dessas escavações participaram literalmente algumas centenas de pessoas, dentre estudantes de graduação e pós-graduação do Brasil e da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Peru, França, Itália e Estados Unidos. Além do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do MAE-USP, alguns desses alunos realizaram seus projetos de pós-graduação em outras Universidades brasileiras e estrangeiras, como Federal do Rio Janeiro, California-Berkeley e Cambridge. Atualmente, alunos que realizaram projetos de pós-graduação com temas referentes à arqueologia da área de confluência são professores na Universidade Federal do Amazonas,

Universidade Federal do Oeste do Pará, Universidade do Estado do Amazonas e realizam pós-doutorados no Instituto de Arqueologia da UCL-Londres, Universidade Ohio State e Museu Paraense Emílio Goeldi. As atividades de curadoria das coleções obtidas em campo tiveram o apoio logístico de um laboratório mantido pelo MAE, com recursos da FAPESP e Petrobras, até dezembro de 2011 na cidade de Manaus.

O esforço de pesquisa do PAC em Iranduba foi parcialmente coroado com a criação de um curso superior de tecnologia em arqueologia na cidade, ligado à Universidade do Estado do Amazonas. A esse curso deveria juntar-se um centro de pesquisas arqueológicas, denominado Centro de Arqueologia da Bacia Amazônica (CABA). Infelizmente, no entanto, tais iniciativas não foram adiante e uma nova turma não foi aberta para o curso de arqueologia. Esses problemas, aliados à construção da ponte do rio Negro ligando Iranduba a Manaus, colocam infelizmente sob uma grande ameaça o rico patrimônio arqueológico do município. Parafraseando Drummond, em “Confidência do Itabirano”: “Iranduba é hoje apenas uma fotografia na parede. Mas como dói!”.

3. As evidências mais antigas de ocupação humana da Amazônia central e o quadro no Holoceno médio.

3.1 Introdução:

A ocupação humana da Amazônia é tão antiga quando outras áreas da América do Sul, pelo menos no que se refere à época de transição entre o Pleistoceno e o Holoceno. Essas evidências são importantes porque mostram que não houve impedimentos à ocupação da floresta tropical por grupos que não praticavam agricultura, ao contrário do proposto por antropólogos como Bailey e Headland na década de 80 (Headland & Bailey 1991). Para esses autores, que realizaram pesquisas etnográficas entre grupos caçadores-coletores na África e Ásia equatoriais, tais populações não conseguiam manter suas economias produtivas sem o aporte de carboidratos resultantes do consumo de tubérculos domesticados e cultivados por populações agricultoras, com as quais trocavam produtos da floresta. Tal hipótese foi posteriormente explorada por Clive Gamble (1993), que propôs que as áreas de florestas tropicais teriam sido alguns dos últimos habitats ocupados pelo *Homo sapiens* em seu processo de ocupação do planeta. De fato, se a hipótese de Bailey e Headland estiver correta, as florestas tropicais úmidas só teriam sido ocupadas após o advento da agricultura, na transição Pleistoceno-Holoceno.

No final dos anos sessenta, portanto alguns anos antes de Bailey e Headland, Donald Lathrap (1968) ofereceu uma hipótese

semelhante em um capítulo escrito para o livro "Man, the Hunter". Nesse trabalho, Lathrap propôs, de maneira inovadora para a época, que, nas áreas tropicais úmidas do novo mundo, as ocupações do tipo caçador-coletor teriam sido posteriores a de grupos agricultores. A idéia de Lathrap era criativa porque contrariava o pensamento evolucionista social típico da arqueologia norte-americana da época, que trabalhava com a premissa de que sociedades agricultoras deveriam sempre suceder, na cadeia evolutiva, a sociedades caçadoras-coletoras e não vice-versa. O raciocínio de Lathrap partiu das mesmas premissas que orientavam seu "modelo cardíaco": ocupações de grupos agricultores bem adaptados às áreas de várzea passariam por crescimento demográfico, pressão populacional e consequente expulsão de alguns grupos dessas áreas, levando à colonização, por essas populações expulsas, de áreas de terra firme, onde acabariam por adotar modos de vida caçadores-coletores nômades, devido à pobreza dos solos e à escassez da proteína animal aquática que é típica das planícies aluviais dos grandes rios amazônicos. Os dados arqueológicos produzidos nos últimos vinte anos mostram que a hipótese não se sustenta, já que algumas evidências mais antigas de ocupação da Amazônia vêm de áreas distantes dos grandes rios de água branca, como por exemplo a serra dos Carajás (Magalhães 1994) e as savanas das Guianas (Rostain 2008), indicando que não

havia pressão demográfica nas várzeas amazônicas no início do Holoceno (Neves 2008).

Outro avanço importante nessa discussão diz respeito a pesquisas recentes, etnográficas ou etnoarqueológicas, realizadas entre grupos caçador-coletores contemporâneos da Amazônia. Os trabalhos etnoarqueológicos, com destaque para as pesquisas de Politis (1996) entre os Nukak da Amazônia colombiana, mostram a possibilidade de ocupações bem-sucedidas em áreas de terra firme na floresta tropical por grupos caçadores-coletores, apesar desses grupos consumirem também uma pequena parcela de produtos agrícolas como a mandioca, obtida através da troca com grupos ribeirinhos. Em trabalhos realizados com outros grupos como os Awá, da Amazônia maranhense, Politis mostra também que há uma grande variabilidade adaptativa entre os grupos caçadores-coletores amazônicos. Assim, enquanto por exemplo os Nukak utilizam a zarabatana como instrumento de caça para a os animais que vivem nas copas das árvores, os Awá são exímios fabricantes de flechas, que usam para caçar também animais terrestres. Não existe, portanto, uma única forma de adaptação caçadora-coletora aos biomas da Amazônia, o que de qualquer modo é de se esperar no grande quadro de diversidade biológica da região.

Os trabalhos etnográficos entre caçadores-coletores trazem implicações teóricas ainda mais importantes porque mostram que a alternância entre modos de vida caçadores-coletores e agricultores

seja talvez mais comum que normalmente considerado. A etnografia de Carlos Fausto (2001), por exemplo, entre os Parakanã, um grupo Tupi-Guarani do leste do Pará, traz informações preciosas sobre as alternâncias, ao longo do último século, entre modos de vida com ênfase maior na caça e coleta ou na agricultura entre parcialidades desse grupo. Do trabalho de Fausto se percebe que as tomadas de decisão subjacentes a essas mudanças foram baseadas menos em critérios econômicos ou adaptativos e mais em critérios políticos. Tais tipos de alternância não são característicos apenas dos Parakanã: outros grupos Tupi-Guarani, como os Awá (Guajá), Sirionó, Xetá, Guayakí (Axé), que atualmente têm modos de vida caçadores-coletores, tinham no passado economias que eram mais agricultoras. Esses processos de mudança são às vezes tratados na literatura como regressões (Balée 1994), mas seria mais preciso vê-los como alternâncias baseadas em tomadas de decisão entre diferentes estratégias econômicas. É provável que tais alternâncias tenham sido bastante comuns também no passado da Amazônia, onde, conforme se discutirá adiante, parece ter havido um grande intervalo cronológico entre o início do processo de domesticação de plantas e a adoção da agricultura como principal atividade produtiva na região. Parece, de fato, cada vez mais claro, que, sob a perspectiva econômica, não é possível enquadrar as sociedades amazônicas antigas em categorias fechadas ou mutuamente exclusivas como “caçadores-

coletores” ou “agricultores”, já que, aparentemente, estratégias oportunistas baseadas na diversificação parecem ter sido, desde o começo, características dos modos de vida da região.

3.2 As evidências de ocupação na transição Pleistoceno-Holoceno na Amazônia:

É plausível que a ocupação humana da Amazônia tenha se iniciado ainda no final do Pleistoceno. Pesquisas realizadas por Miller nos anos 70, no abrigo do Sol, na região do rio Galera, noroeste do Mato Grosso, produziram datas que chegam até 14.000 anos BP (Miller 1983). Tadeu Veiga, um geólogo que trabalhou na região do Pitinga, norte do Amazonas, nos anos 80, identificou blocos de rocha com marcas de polimento enterrados sob sedimentos do final do Pleistoceno, o que indicaria que as atividades de polimento teriam sido ainda mais antigas. Na bacia do alto Paraguai, não tão distante dos formadores do alto Guaporé, a escavação do sítio Santa Elina revelou camadas em mais de 20.000 anos associadas a osteodermes com sinais de modificação humana (Vialou & Vialou 2008).

No centro da bacia Amazônica, as evidências mais antigas vêm da Caverna da Pedra Pintada, com datas que chegam a 11.200 anos BP (Roosevelt et al 1996). Localizada em Monte Alegre, na margem esquerda do rio Amazonas, a jusante de Santarém, a região da serra da Paituna, onde se encontram Pedra Pintada e

outras grutas, já havia sido visitada no século XIX por cientistas como Alfred Wallace, Henry Bates, Louis Agassiz e Charles Hartt, este último o fundador do Serviço Geológico do Império. De posse dos manuscritos de Hartt, depositados no Museu Peabody da Universidade Harvard, Anna Roosevelt inferiu a potencial importância das cavernas de Monte Alegre, que têm em suas paredes inúmeras pinturas, e ali realizou escavações no início dos anos 90.



Figura 3.2-1: Pinturas rupestres na Gruta da Pedra Pintada. Foto: E. Pereira.

Os resultados das escavações em Pedra Pintada são importantes por uma série de razões. A primeira delas diz respeito à própria de ocupação do lugar: as mais de 50 datas radiocarbônicas mostram que a caverna já era ocupada há mais de

11.000 anos (Roosevelt et al. 1996). Outro dado importante, embora pouco mencionado, foi a identificação de cerâmicas em camadas datadas em cerca de 8.000 anos de idade, data que, se confirmada, as coloca como as mais antigas das Américas. As escavações de Pedra Pintada mostraram também o que parece ser a mais antiga camada de solos antrópicos, ou terras pretas, da Amazônia, conforme pode-se ver no perfil publicado no artigo (Roosevelt et al. 1996), indicando a formação desse tipo de solo no período de transição Pleistoceno-Holoceno. A presença de terras pretas no depósito indica que a ocupação da caverna foi mais que sazonal, ao menos nos contextos antigos, o que é plenamente compreensível pela própria localização do sítio, situado em uma área que permite acesso aos recursos da várzea do Amazonas e às áreas de cerrado e floresta da terra firme circundante.

É provável, no entanto, que os dados mais interessantes produzidos pelas escavações em Pedra Pintada tenham a ver com os restos botânicos e faunísticos recuperados, pois eles indicam, ainda no início da ocupação da caverna, estratégias econômicas baseadas na exploração de um amplo leque de recursos incluindo plantas, mamíferos de pequeno porte e peixes (Roosevelt et al. 2002). Tais resultados são importantes porque mostram que, desde o início, as formas de ocupação e manejo de recursos na Amazônia foram caracterizadas pela diversificação e não pela exploração exaustiva de poucos recursos. De fato, quando se

considera o quadro da ocupação inicial da América do Sul fica cada vez mais claro que não houve uma única estratégia econômica que caracterizou os modos de vida dos primeiros habitantes do continente (Dillehay 2008), o que joga por terra as hipóteses de que esses paleoíndios teriam sido caçadores especializados na captura de mega-fauna.

Os vestígios líticos das ocupações mais antigas na Caverna da Pedra Pintada têm a presença de pontas inacabadas ou fragmentadas, lascas e outros tipos de debitage que indicam a presença de indústrias de pontas bi-faciais. Talvez devido a isso, Roosevelt (Roosevelt et al. 2002) tenha proposto que as indústrias líticas dos primeiros habitantes da Amazônia teriam sido caracterizados pela produção de pontas-de-projétil bifaciais. É interessante notar, no entanto, que nenhuma ponta inteira foi recuperada nas escavações de Pedra Pintada. De fato, a ponta que ilustra a capa da revista Science no qual o artigo sobre as escavações foi publicado foi coletada sem proveniência definida por um missionário em uma comunidade do rio Tapajós e posteriormente doada ao acervo do Museu Paraense Emilio Goeldi.

Um exame das evidências disponíveis sobre as indústrias líticas da transição do Pleistoceno-Holoceno ou do início do Holoceno para a Amazônia mostra que a padronização tecnológica proposta por Roosevelt não ocorre. Em Araracuara, no rio Caquetá, Amazônia colombiana, os artefatos líticos datados em cerca de

9.200 BP foram produzidos por uma tecnologia que privilegiou a fabricação de lascas simples e não retocadas, sem a presença de artefatos bifaciais (Mora 2003).

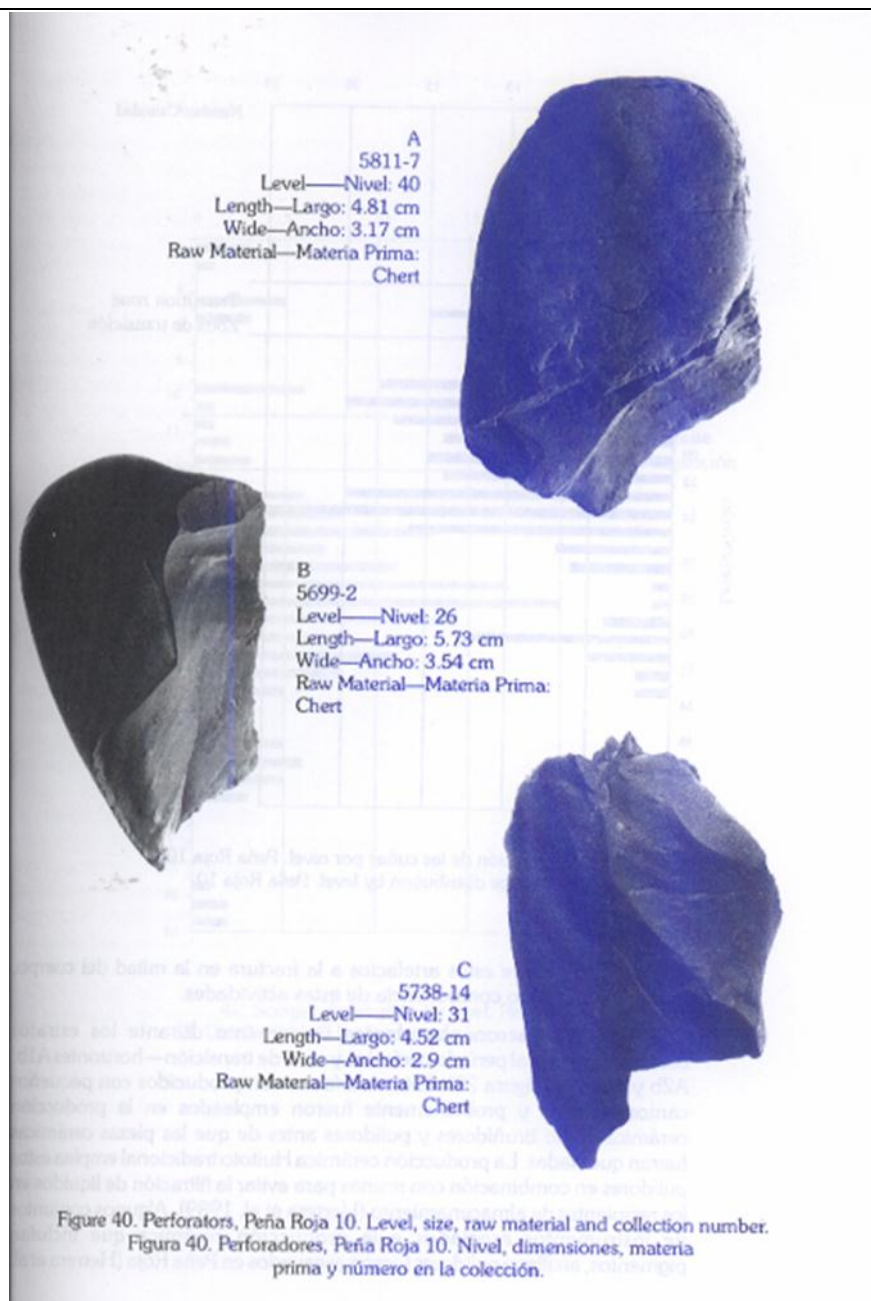


Figura 3.2-2: Amostra do material lítico escavado em Araracuara, Amazônia colombiana (Mora 2003).

Na região da serra dos Carajás, na extremidade oposta da Amazônia, o que se verifica, em períodos um pouco posteriores, ao

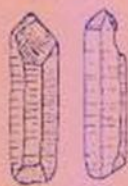
redor de 8.600 BP (Magalhães 1994) foi também a produção de lascas unifaciais, desta vez através do lascamento bipolar de núcleos de quartzo hialino (Figura 3.2-4). Na região do alto Madeira, as indústrias líticas do início do Holoceno também não têm pontas: depósitos datados em cerca de 8.500 anos na cachoeira de Santo Antônio, a montante de Porto Velho, são caracterizados pela presença de lascas e artefatos unifaciais sem vestígios de pontas de projétil (Miller et alli 1992). Parece claro, a esta altura, que não houve um único padrão tecnológico na produção de artefatos líticos lascados entre os primeiros ocupantes da Amazônia. Desde pelo menos o início do Holoceno o que se percebe é o desenvolvimento de indústrias regionais, com tecnologias distintas, mas aparentemente expeditas, sem uma aparente preocupação com a produção de artefatos padronizados, sejam eles bi ou unifaciais.

TIPOLOGIA LÍTICA DA GRUTA DO GAVIÃO: ALGUNS EXEMPLARES DE NÚCLEOS (Hilbert, 1993)

Obs. As frações correspondem à quadricula onde o material foi encontrado (17/12) e a letra, seguida ou não de um número, à camada (A2).



Núcleo decapado,
17/12, (A2), hialino.



Núcleo decapado,
16/12, hialino.



Núcleo 1 plataforma,
12/16, (A2), hialino.



Núcleo 1 plataforma,
19/1, (B), hialino.



Núcleo 1 plataforma,
16/12, (A2), hialino.



Núcleo 1 plataforma,
15/13, (A2), hialino.



Núcleo 1 plataforma,
17/10, (A2), hialino.



Núcleo 1 plataforma,
16/10, (A), hialino.



Núcleo 1 plataforma,
17/2, citrino.



Núcleo 1 plataforma,
(A1), quartzo.

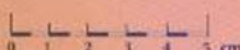


Figura 3.2-3: Amostra do material lítico da Gruta do Gavião, Serra dos Carajás (Hilbert 1993).

Nesse quadro de diversidade tecnológica e cultural, as primeiras evidências de ocupação humana na Amazônia central foram caracterizadas pela produção de artefatos bifaciais lascados encontrados no sítio Dona Stella. Ao contrário de Pedra Pintada e de outras regiões, como Castelo dos Sonhos, no sul do Pará (Figura 3.2-5), ou das savanas de Sipaliwini, no sul da Guiana, no entanto,

as pontas ali encontradas o foram em contexto arqueológico, o que permite que se estabeleça sua idade com certa precisão.



Figura 3.2-4: Ponta lanceolada bifacial encontrada em Castelo dos Sonhos, sul do Pará. Fotografia desconhecido.

3.3 O sítio Dona Stella – seu contexto cronológico e processo de formação:

Na Amazônia Central, as evidências mais antigas de ocupação humana disponíveis no momento vêm do sítio Dona Stella, identificado em 2001 e escavado em sucessivas etapas em 2002, 2004 e 2006 (Costa 2009, Neves 2003).

Dona Stella é um sítio a céu aberto localizado em uma área de campinarana às margens de um igaparé que drena para o rio Negro. Trata-se de um sítio de terra firme, localizado no centro da mesopotâmia formada pelos rios Negro e Solimões (Figura 3.3-1). O sítio foi localizado graças a Levemilson Mendonça, que conhecia a área por ter participado nos anos 90 do censo rural de Iranduba e se lembrar de ver, na superfície exposta, fragmentos de rocha

aparentemente atípicos no local. O sítio está localizado em uma fazenda homônima, na planície aluvial da margem direita de um igarapé que foi barrado para a construção de um açude. Durante o processo de construção, foram retiradas – com o objetivo de formar uma praia artificial junto ao igarapé - grandes quantidades do solo arenoso que recobria as camadas arqueológicas. Essa operação acabou por expor tais camadas, e com elas uma grande quantidade de vestígios líticos e lascados (Figura 3.3-2).



Figura 3.3-2: Material lítico aflorando na superfície exposta do sítio Dona Stella.

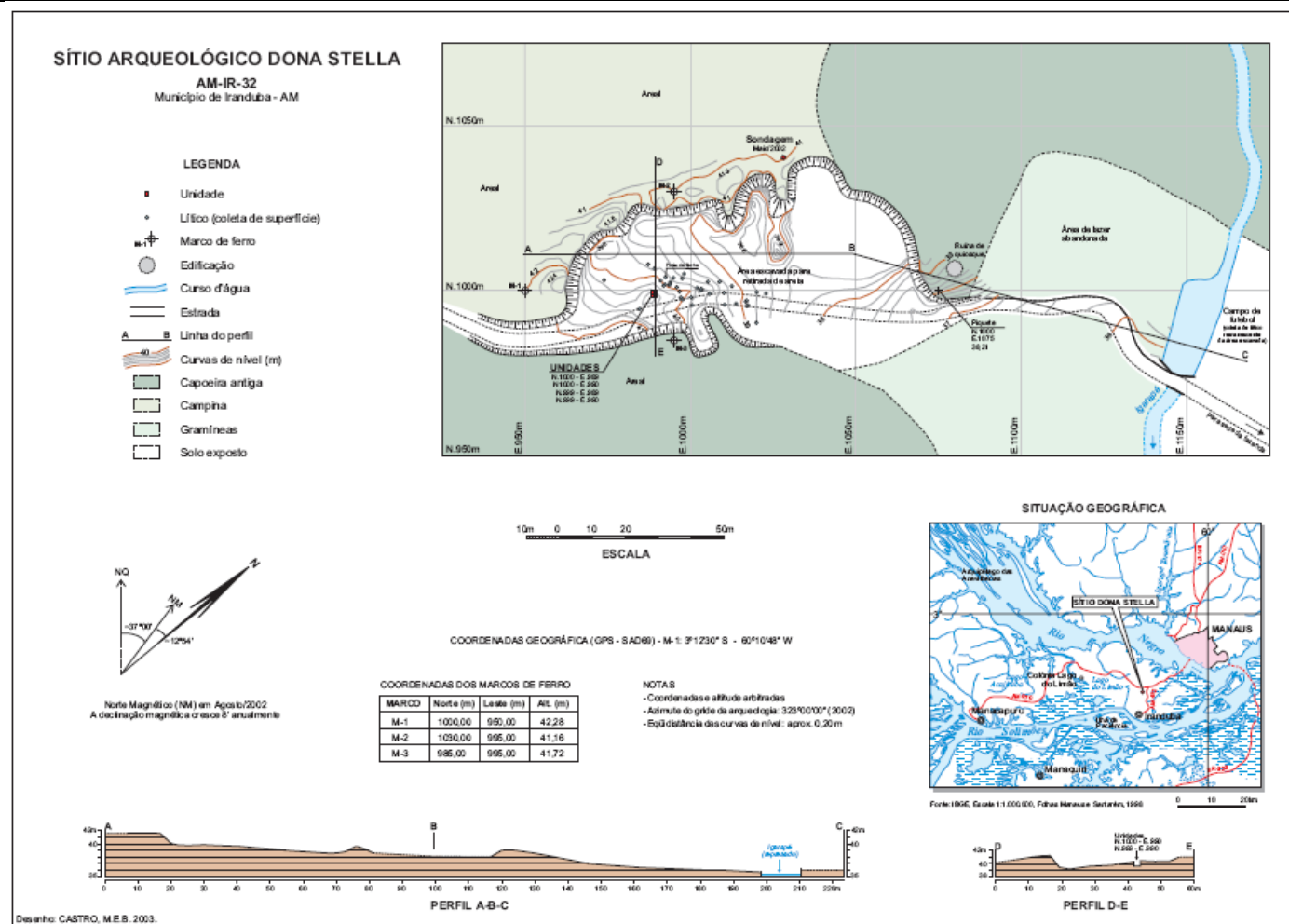


Figura 3.3-1: Planta do sítio Dona Stella com a sua localização na área de confluência.

A operação de retirada de areia expôs também perfis nos cortes de barranco, que permitiam uma visualização da estratigrafia do sítio (Figura 3.3-3).

Nesses perfis, é notável uma sequência que inclui, da base para o topo as seguintes camadas: 1) embasamento rochoso de arenito bastante friável da formação Alter do Chão (“arenito Manaus”); 2) camadas pouco espessas (cerca de 10 cm.) de areia fina e branca recobrindo o embasamento, com presença de materiais arqueológicos; 3) camadas com espessura chegando a 30 cm., de areia preta e úmida, com presença de materiais arqueológicos; 4) camadas bastante espessas (100 cm. ou mais) de areia fina e branca com algumas presença de materiais arqueológicos em sua base (Figura 3.3-4).

A análise preliminar dos perfis, feita na etapa de campo de 2002, sugeriu que as camadas de areia escura soterradas pelas camadas espessas de areia clara poderiam ser paleossolos soterrados de maneira rápida por repetidas cheias do igarapé. Nessa interpretação os materiais arqueológicos, aparentemente mais associados a tais camadas que às camadas superiores e inferiores, seriam um testemunho cultural da ocupação antiga do sítio enterrados no contexto do paleossolo.



Figura 3.3-3: Limpeza de perfil do barranco resultante da retirada de areai do sítio.

Essa hipótese, se confirmada, teria sido maravilhosa, pois paleossolos são bastante raros em contextos arqueológicos, principalmente em ocupações aparentemente tão antigas como aquelas. Tais tipos de solos, quando bem estudados, são verdadeiras minas de informação sobre as condições ambientais à época de ocupação dos sítios.



Figura 3.3-4: Perfil de corte do barranco exposto no sítio.

Um exame mais detalhado da estratigrafia feito com o auxílio de geólogos, geomorfólogos e pedólogos mostraram, no entanto, que a interpretação original não era a mais correta. Esse novo exame indicou que as camadas escuras, os supostos paleossolos, são “horizontes espódicos” comuns nos solos arenosos da bacia do rio Negro. Tal associação é tão comum que, de fato, horizontes

espódicos têm um papel importante na própria formação de rios de água preta, processo descrito brevemente a seguir.

Em ambientes de solos arenosos, ácidos e de relativamente pouca produtividade primária, e portanto “oligotróficos”, como é o caso da bacia do rio Negro, é comum que as plantas sejam de menor porte, formando florestas conhecidas como “campinaranas”, e que desenvolvam uma série de compostos químicos ricos em ácidos tânico, como mecanismos de defesa contra a predação. As águas das chuvas abundantes da região lavam essa matéria orgânica, depositada no chão das florestas sob a forma de serapilheira, diluindo no processo parte desses ácidos tânico. Essa água tinta, por sua vez, penetra o solo arenoso, que é poroso, até a base rochosa ou o lençol freático, manchando de escuro o solo arenoso branco. Tais camadas manchadas são os horizontes espódicos. Continuando o seu ciclo, a água enegrecida é carregada através do lençol freático até as nascentes ou olhos d’água, onde formará os igarapés de água preta.

Do ponto de vista tafonômico, portanto, os perfis estratigráficos do sítio Dona Stella mostram um interessante processo de inversão onde uma das camadas enterradas - o horizonte espódico - é de formação mais recente que camadas a elas sobrepostas. Em poucas palavras, o processo de formação das camadas pode ser assim reconstituído, de baixo para cima: 1) Formação de solos arenosos, resultantes da decomposição do

embasamento rochoso do arenito Alter do Chão, juntamente com a deposição aluvial e coluvial das areias; 2) ocupação humana do sítio sobre essa camada arenosa, cerca de 100 cm. abaixo da superfície atual do terreno; 3) abandono do sítio; 4) deposição de uma espessa camada arenosa recobrando os materiais líticos das ocupações antigas; 4) estabilização de condições semelhantes às atuais do terreno, com colonização por vegetação típica de campinarana; 5) processo de formação do horizonte espódico. No sítio Dona Stella, o horizonte espódico se confunde com as camadas arqueológicas, mas, embora estejam estratigraficamente relacionados, não há entre eles qualquer relação de cronológica na ocupação do sítio (Figura 3.3-5).

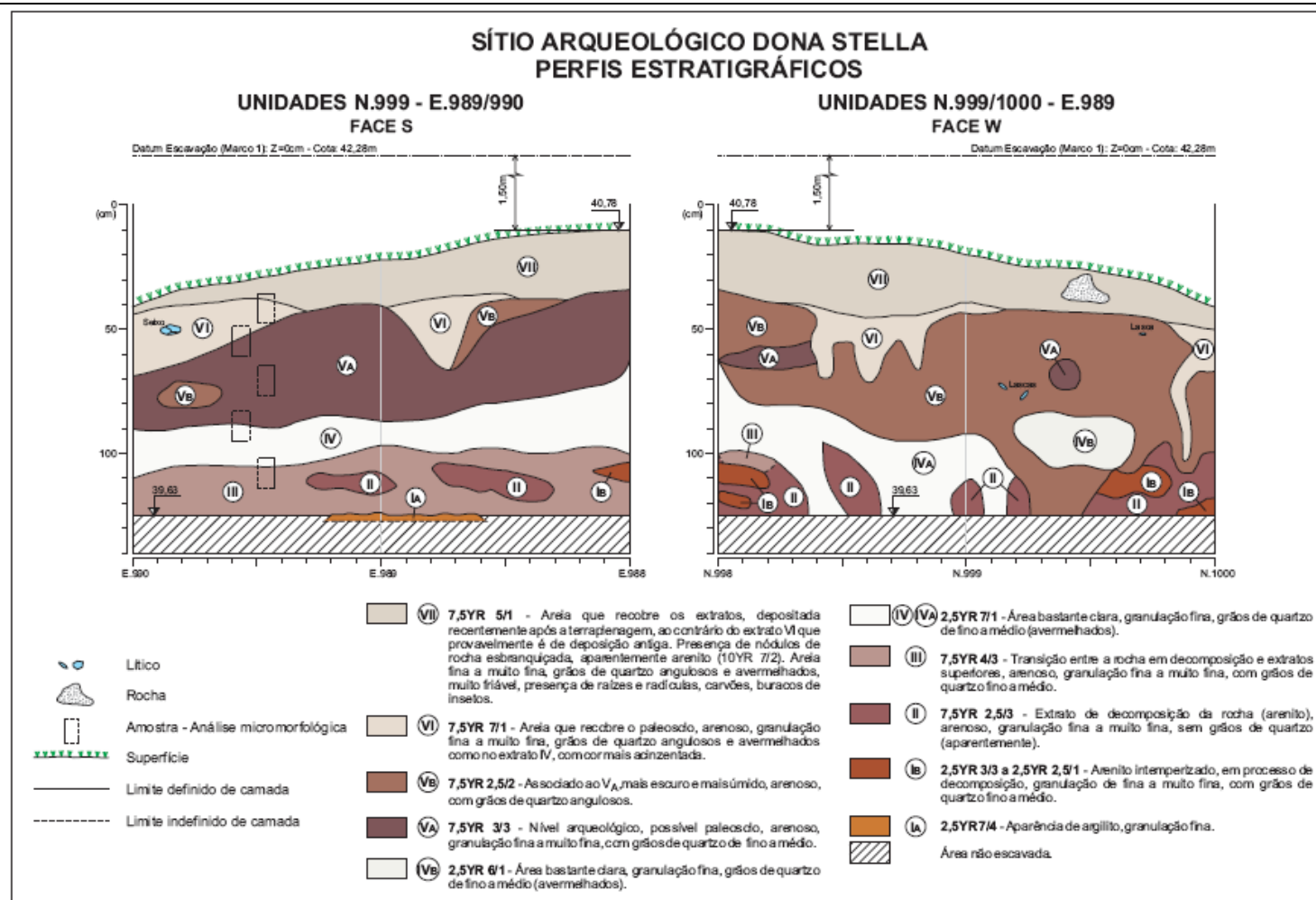


Figura 3.3-5: Perfis estratigráficos do sítio Dona Stella.

A extrema acidez, desagregação e porosidade dos solos arenosos permite a migração de materiais orgânicos dissolvidos, desde a superfície do solo até o nível do lençol freático, onde se depositam e são parcialmente transportados para os cursos d'água, formando rios de águas pretas. De fato, perfis de espodossolos são bastante semelhantes ao do sítio Dona Stella, caracterizados por espessas camadas de areias brancas recobrimdo camadas escuras ricas em materiais orgânicos (ver, por exemplo, Goulding, Carvalho & Ferreira 1988: 33). Essa hipótese não explica, no entanto, a presença de materiais arqueológicos associados à camada húmica enterrada, já que, se tais materiais tivessem sido re-depositados, sinais do transporte desses materiais deveriam ser visíveis nos perfis.

O complexo processo e formação do sítio coloca problemas para os esforços de datação das camadas de ocupação humana. O principal problema diz respeito à origem dos carvões datados: é importante que se estabeleça que, ao contrário do processo de percolação de água que resulta na formação dos horizontes espódicos, esses carvões se encontram razoavelmente *in situ*, assegurando um contexto potencialmente datável de associação entre artefatos e ecofatos. Por outro lado, os carvões identificados nas escavações eram fragmentados, de dimensões reduzidas e oriundos de troncos e não sementes – que são materiais potencialmente melhores para datação. Finalmente, é de se acrescentar que não se identificaram fogueiras, feições ou outras estruturas bem delimitadas

de combustão, outro fator que dificultou o estabelecimento de associações seguras entre as camadas arqueológicas e os materiais datáveis. Como resultado dessas limitações, optou-se por escolher, para datação fragmentos de carvão de grande porte que compusessem a matriz das camadas arqueológicas definidas ainda em campo. O critério de definição de amostras para envio ao laboratório de datação foi, em primeiro lugar, o tamanho e integridade dos fragmentos e, em segundo, a proximidade a alguma concentração de artefatos inteiros ou concentrações de lascas e outros fragmentos de lascamento.

As camadas arqueológicas foram identificadas de maneira arbitrária. Apesar da identificação de algumas concentrações de materiais nos mesmos níveis estratigráficos, não foram identificados pisos de ocupação nem foi possível a identificação de camadas estratigraficamente bem marcadas como ocorre em alguns sítios localizados em contextos aluviais, como o famoso caso de Pincevent, escavado por Leroi-Gourhan no vale do Loire. Tais dificuldades de visualização refletem provavelmente o próprio processo de ocupação do sítio, que deve ter sido um acampamento ocupado sucessiva e repetidamente ao longo dos anos por uma população pouco numerosa. Assim, embora a camada arqueológica represente provavelmente mais de uma ocupação, ela foi estudada, para os efeitos de interpretação do sítio, como uma única camada, hipótese corroborada pela análise das indústrias líticas.

A datação das amostras de carvão mostra que o sítio foi ocupado no início do Holoceno, ao redor de 6.500 AC (Tabela 3.3-1 e Figura 3.3-6). Apesar das dificuldades de estabelecimento de um contexto seguro de associação dos carvões, análises geoquímicas e de micro-morfologia de solo trouxeram resultados interessantes (Figura 3.3-7), indicando pouca atividade de migração dos carvões pela estratigrafia e concentrações um pouco mais elevadas de fosfato, provavelmente de origem antrópica, na camada arqueológica. Tais dados apoiam a hipótese de que os carvões coletados para datação estavam *in situ* e que a camada arqueológica corresponde a um ou mais episódio discreto de ocupação humana e não à associação accidental pós-deposicional de artefatos.

Tabela 3.3-1: Sítio Dona Stella – Datas obtidas para a camada escura de proveniência da ponta de projétil.

No da Amostra	Proveniência	Prof. (cm)	Data (1 σ)	No Lab.
DS 295	N1000 E989	68	7670 $\pm$ 40 AP	Beta 178911
DS 308	N1000 E989	83	7700 $\pm$ 50 AP	Beta 178912
DS 346	Perfil Barranco	$\pm$ 100	5280 $\pm$ 40 AP	Beta 178913
DS 665	N999 E993	145	9460 $\pm$ 50 AP	Beta 202678
DS 667	N999 E992	115	4500 $\pm$ 40 AP	Beta 202679
DS 668	N999 E992	120	5560 $\pm$ 40 AP	Beta 202680
DS 2168	N999 E1022	160	7500 $\pm$ 50 AP	Beta 242435

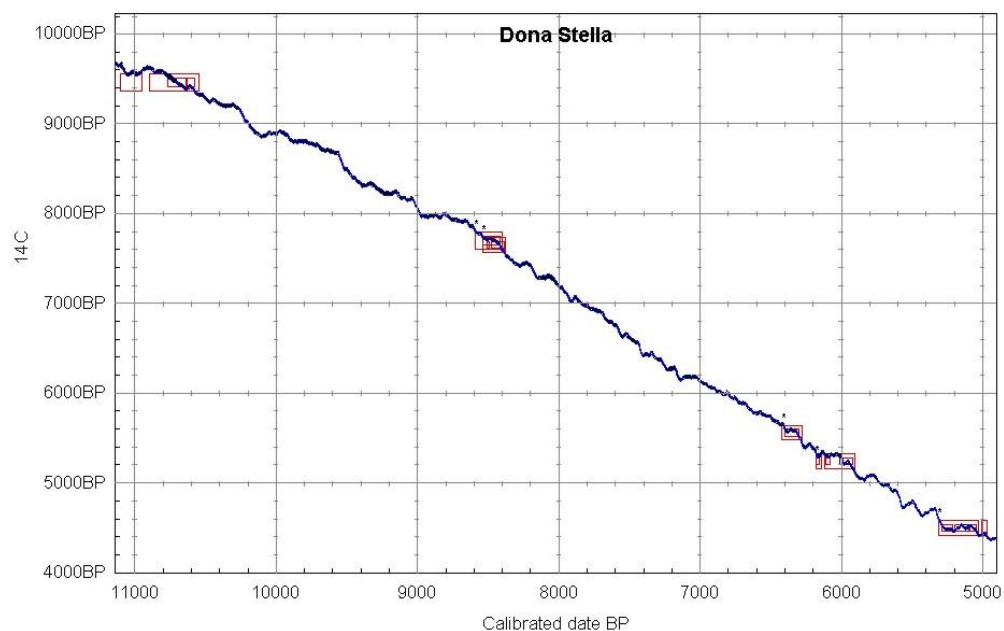


Figura 3.3-6: Cronologia para o sítio Dona Stella.



Figura 3.3-7: Coleta de amostras para análise micromorfológica.

As amostras de carvão foram datadas por AMS devido a sua grande fragmentação e pequena massa. O pequeno desvio padrão mostra que os resultados das datações são confiáveis. Do mesmo modo, a ausência de inversões e incoerências entre as profundidades das amostras e os resultados das datações indica que o contexto datado é pouco perturbado. O ótimo estado de preservação da ponta, sem fragmentações, indica que provavelmente ela foi encontrada in situ. Finalmente, os estudos do material lítico indicam que, de fato, há uma indústria de materiais lascados bifaciais depositada in situ camada de areia escura (Costa 2009). Assim, pode-se dizer que as datações obtidas datam de fato essa camada, em cerca de 6.500 anos AC.

Finalmente, a análise química de amostras de solo coletadas de um perfil feito em corte de barranco (Tabela 3.3-2), realizada por Manuel Arroyo-Kalin na Universidade de Cambridge, mostrou valores altos de fosfatos totais em níveis enterrados que correspondem à camada onde os materiais líticos foram encontrados (150-195 cm.), o que confirma a hipótese de que, embora não tenham sido clássicos pisos de ocupação, tais níveis correspondem a camadas de ocupação, uma vez que valores altos de deposição de fosfatos são interpretados como resultantes da atividade humana.

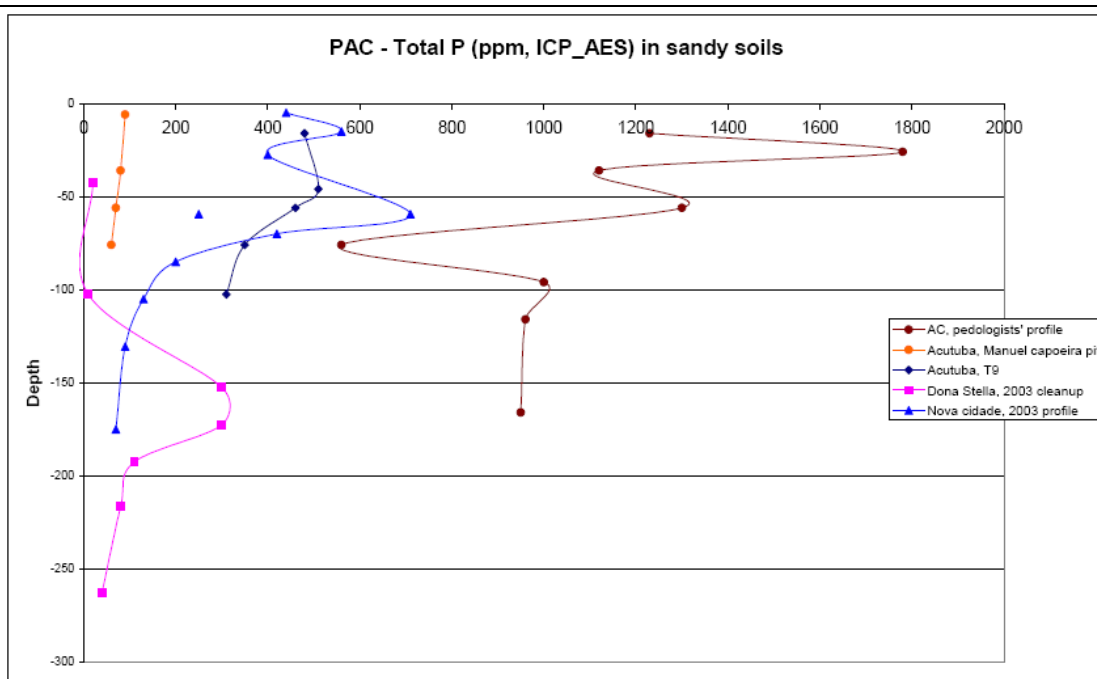


Figura 3.3-8: Valores comparativos de fosfatos totais para o sítio Dona Stella e outros depósitos arqueológicos e naturais na área de confluência (Arroyo-Kalin 2008).

Tabela 3.3-2: Sítio Dona Stella – valores das análises químicas por camada – amostras coletadas de perfil em corte de barranco.

Profundidade (cm); P=Total Fossato (ppm); C= Carbono (LOI, % perda); Elec. Conductivity (uS); Mag Sus (low Freq); Manganese (ppm)

Profundidade	P	C	EC	MS	Mn
0-10	-	1.6	32	0.9	-
40-45	20	8	117	0.2	5
50-55	-	0.4	37	0.2	-
70-75	-	0.5	26	0.3	-
100-105	10	0.2	12	0.2	6
150-155	300	0.9	36	1.6	9
170-175	300	1.2	16	1.2	7
190-195	110	0.4	13	0.6	<5
214-219	80	0.4	12	0.8	5
240-245	-	0.2	8	0.3	-
260-265	40	0.1	7	0.4	<5
290-295	-	0	12	0.1	-

Como no caso da bacia do rio Negro, a bacia do médio rio Orinoco ao norte da cidade de Puerto Ayacucho também é caracterizada pela presença de extensos areais, atualmente cobertos

por cerrados. Em ambos os casos, as areias têm sua origem nas rochas antigas do planalto das Guianas. Durante levantamentos realizados nessa região, Barse (2003: 254) verificou que, nas areias da bacia do Orinoco, espessas camadas de areias brancas recobrem camadas escuras contendo materiais húmicos e artefatos interpretados como paleo-solos. No médio Orinoco, Barse datou esses paleo-solos do início do Holoceno, bem como de períodos mais recentes. As ocupações do início do Holoceno foram datadas em 9.200 AP no sítio Provincial próximo a Puerto Ayacucho (Barse 2003). Neste e em outros sítios essas ocupações são compostas por materiais líticos lascados da tradição Atures I, caracterizada por lascas artefatos de quartzo, em alguns casos feitos a partir de seixos, mas sem artefatos bifaciais como pontas-de-projétil (Barse 2003). No médio Orinoco, pontas-de-projétil são datadas de períodos mais recentes, posteriores a 7.000 AP (Barse 2003: 264).

As evidências de Dona Stella tornam o quadro mais complexo. Por um lado elas podem suportar as hipóteses de Barse, já que o registro arqueológico do sítio pode ser interpretado como um paleosolo do início do Holoceno recoberto por uma espessa camada de areia branca. Por outro lado, a hipótese de um processo de podzolização, tão comum na região, não deve ser abandonada. É provável, portanto, que ambos processos devem ter atuado na formação dos depósitos do sítio Dona Stella.

3.4 As indústrias líticas do sítio Dona Stella e o contexto da produção de artefatos bifaciais no Paleoíndio e Arcaico da Amazônia:

O material lítico escavado no sítio Dona Stella se destaca por uma indústria caracterizada pela produção de artefatos bifaciais a partir de matérias-primas exóticas. As escavações e coletas permitiram a recuperação de uma ponta bifacial inteira, a primeira localizada *in situ* em um sítio Amazônico (Figura 3.4-2), de algumas pontas fragmentadas (Figura 3.4-1) e de uma grande quantidade de lascas associadas à produção de artefatos bifaciais (Costa 2009).

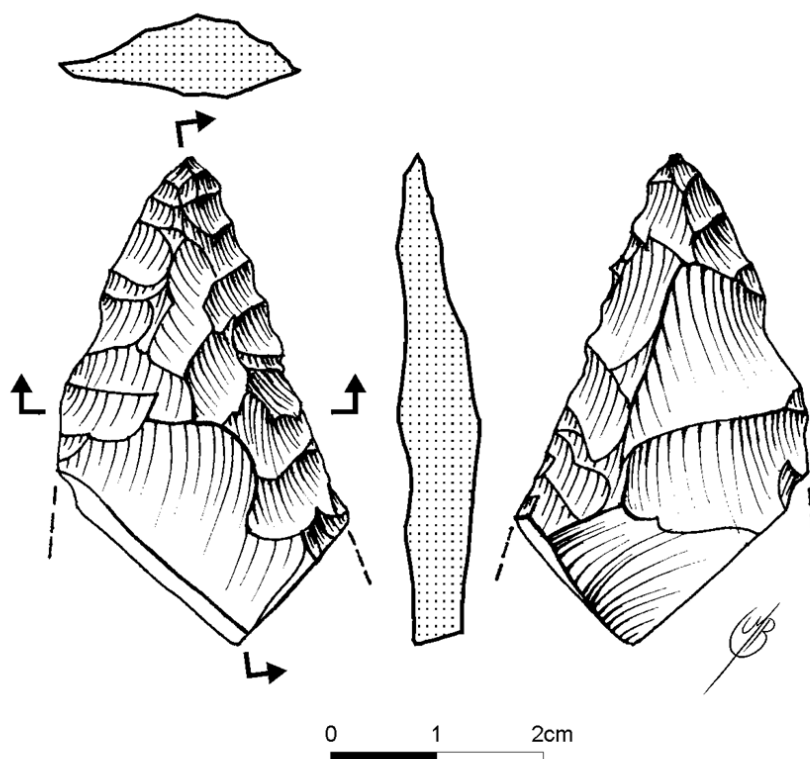


Figura 3.4-1: Fragmento de pontas bifaciais do sítio Dona Stella.

**SÍTIO ARQUEOLÓGICO DONA STELLA
ARTEFATO LÍTICO**

PONTA DE FLECHA - PN 200

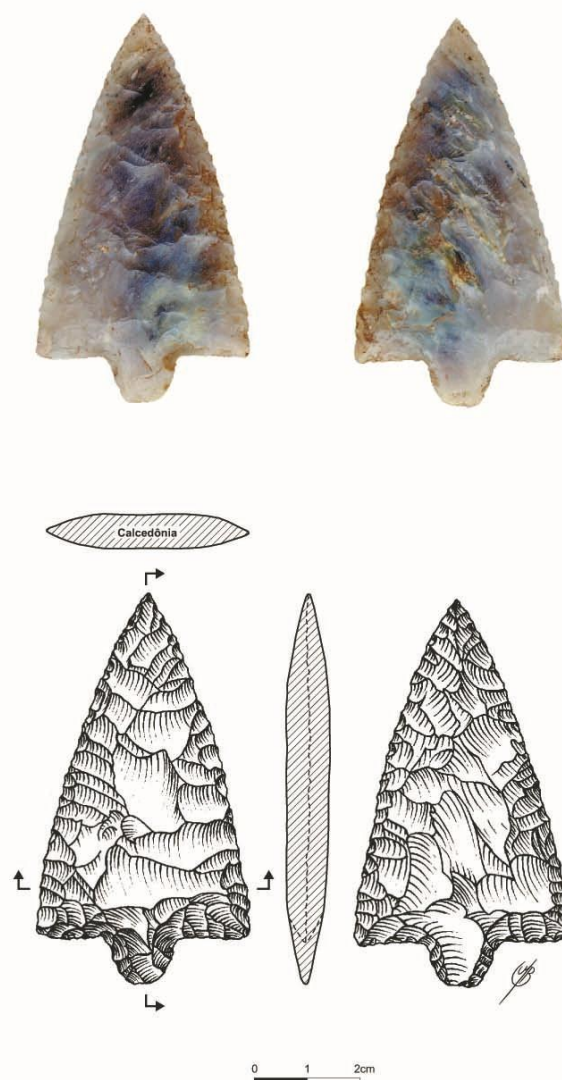


Figura 3.4-2: Ponta bifacial. Desenho: Marcos Brito.

A matéria prima utilizada na produção da ponta foi um tipo de sílex incomum na região de Iranduba, cujos afloramentos mais

próximos conhecidos se localizam na região de Presidente Figueiredo, 190 km ao norte de Manaus. A técnica de produção incluiu percussão direta e pressão. O acabamento refinado da ponta, a simetria nos retoques e a pouca espessura relativa indicam que ela foi confeccionada por artesãos com grande conhecimento técnico. Em ambas as faces do pedúnculo há um acanalado formado por uma retirada por pressão. A pequena dimensão do pedúnculo coloca dúvidas sobre função quanto ao encabamento da ponta. De fato, o ótimo estado de conservação de ponta e a ausência de evidências de desgastes no gume, ou mesmo de qualquer tipo de fragmentação, podem até sugerir que a função da ponta talvez não fosse a de instrumento de caça, mas sim, por exemplo, um objeto de status.

Talvez devido à relativa baixa frequência das pesquisas, quando comparada a outras regiões do continente, indústrias de pontas bifaciais são relativamente raras na Amazônia. A quantidade de pontas até hoje coletadas é baixa e chega, como já mencionado, a poucas dezenas. Dessas, a totalidade foi coletada por missionários, garimpeiros ou crianças sem, portanto, qualquer informação contextual (Figura 3.4-3).

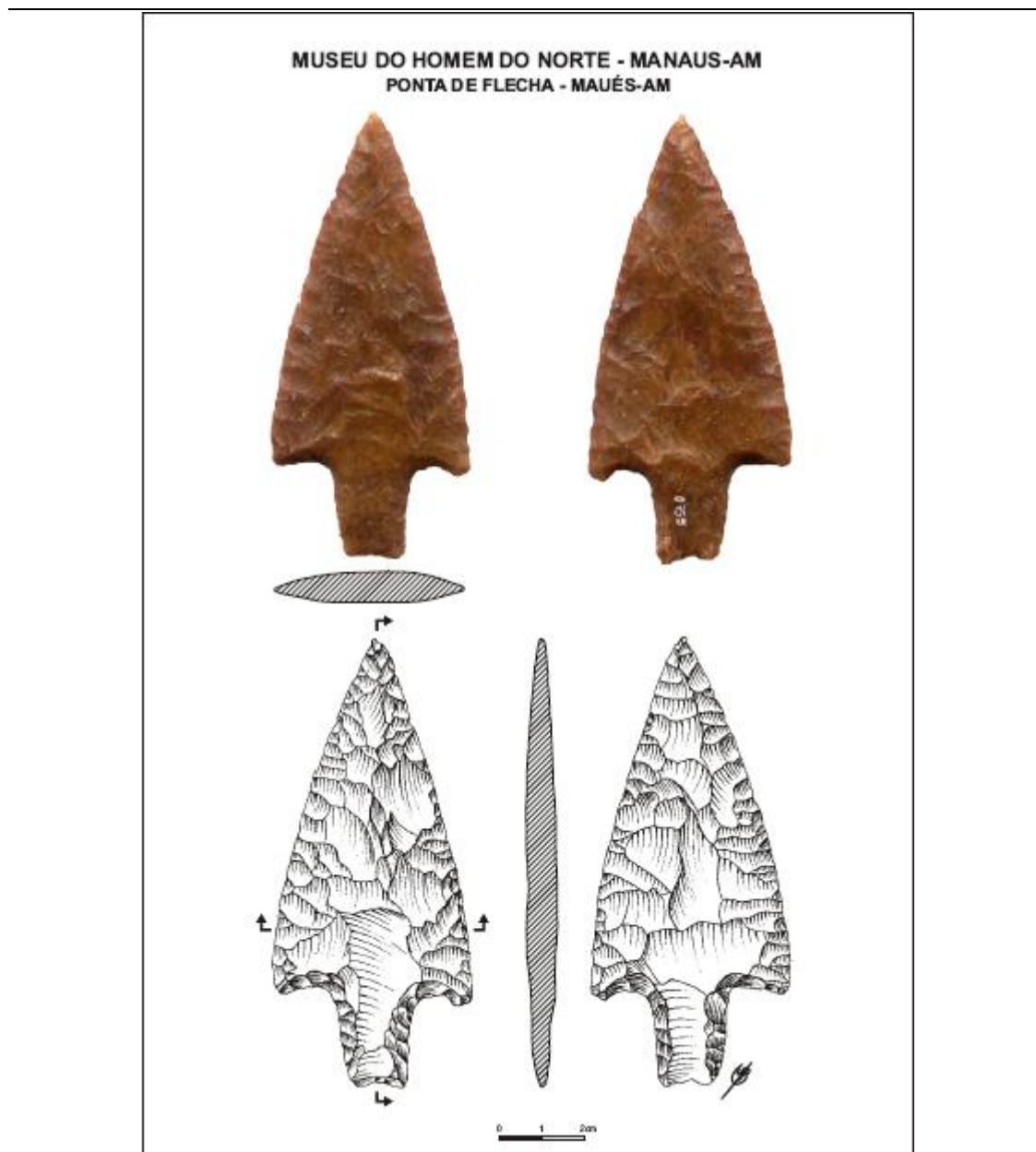


Figura 3.4-3: Ponta de projétil bifacial, sem proveniência arqueológica definida, coletada no município de Maués, acervo do Museu do Homem do Norte, Manaus.

O quadro Amazônico contrasta com outras áreas da América do Sul ou América Central, como o istmo panamenho, os desertos áridos da costa norte do Peru, onde floresceu a cultura Paiján, o planalto meridional do Brasil, com a tradição Umbu e a Patagônia. Nesses locais, indústrias com pontas foram comuns no início do Holoceno, e em alguns sítios, como o sambaqui fluvial de Capelinha,

no vale do Ribeira, em São Paulo, a quantidade de pontas recuperadas em escavações de poços-teste chegou a mais de uma centena.

A presença de uma indústria lítica de pontas bifaciais torna Dona Stella um sítio muito importante no contexto das ocupações do início do Holoceno na Amazônia. Um exame das indústrias líticas mostra outro padrão, também interessante: apesar de o arenito disponível no próprio local do sítio ter sido utilizado como matéria-prima para a produção de alguns artefatos, a matéria-prima da ponta, dos fragmentos de pontas e de muitas lascas não é de proveniência local (Costa 2009). A grande quantidade de lascas de pequeno porte, a presença de pré-formas ou artefatos inacabados e a ausência de blocos volumosos de rocha exótica mostram que o trabalho de lascamento inicial dos artefatos ocorria provavelmente junto aos afloramentos e que no sítio se realizavam as atividades de confecção final, acabamento e reavivagem dos artefatos (Costa 2009). Além das pontas bifaciais, foram também identificados artefatos plano-convexos, produzidos tanto em arenito silicificado de origem local quanto em matérias-primas exóticas (Figura 3.4-4).

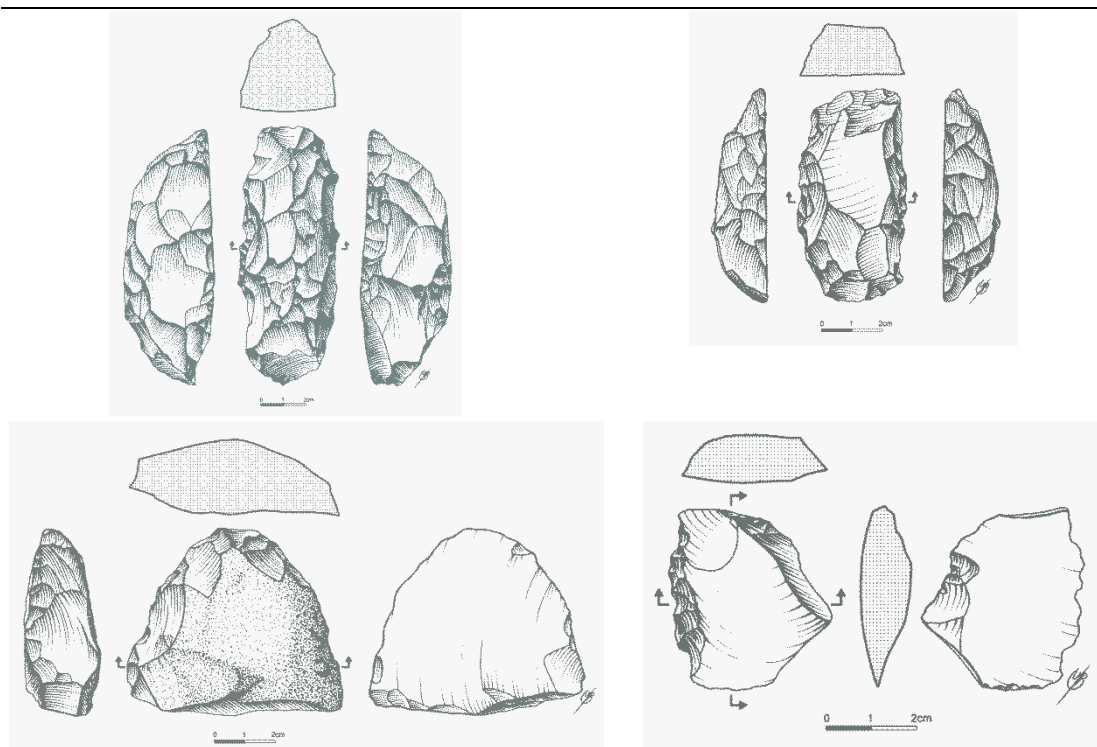


Figura 3.4-4: (acima) Artefatos líticos plano-convexos; (abaixo-esq.) retocados e (abaixo-dir.) sem retoques.

Tais matérias-primas exóticas são compostas por silexitos e outras rochas mais aptas ao lascamento que o arenito local, que é bastante friável. Na ausência de análises petrográficas e de proveniência, um exame no local das rochas feito por geólogos da Universidade Federal do Amazonas indicou que os afloramentos de onde provêm devem estar localizados nos contrafortes do Escudo das Guianas, cerca de 200 km em linha reta ao norte do sítio.

A presença de matérias-primas exóticas é indicadora da mobilidade dos grupos que ocuparam o sítio. O caso das indústrias de Dona Stella é interessante porque, se de fato vêm as rochas de uma grande distância, tal mobilidade se inscreveu em uma paisagem de florestas altas, campinaras – a provável composição das matas da

região à época – e de rios encachoeirados, como é o caso dos afluentes da margem norte do Amazonas o do rio Negro que drenam do planalto das Guianas como os rios Branco, Jauaperi, Uatumã, Urubu, Jatapu etc. Não há até o momento evidências na Amazônia de canoas ou outros tipos de embarcações datadas da transição Pleistoceno-Holoceno, mas é plausível que essa tecnologia já fosse de alguma disponível aos primeiros habitantes da região. De qualquer modo, mesmo com o uso de canoas, a exploração dos afloramentos implicava na identificação e mapeamento de áreas de terra firme, igarapés de pequeno porte ou locais junto a corredeiras ou cachoeiras, nem sempre acessíveis à navegação. Por outro lado, a breve revisão aqui apresentada mostra como algumas das evidências mais antigas de ocupação da Amazônia vêm de áreas de terra-firme, como a serra dos Carajás ou o alto Guaporé, indicando desde o início uma preferência indistinta pela ocupação de áreas ribeirinhas ou de terra-firme. A própria escolha do local de ocupação do sítio Dona Stella pode, nesse sentido, ser elucidativa, já que apesar de habitar em uma mesopotâmia entre dois dos maiores rios do mundo, os antigos habitantes optaram por ocupar, ou ao menos passar parte do tempo, as margens de um pequeno igarapé e não locais junto aos grandes rios.

É desnecessário ressaltar que o quadro que aqui se apresenta é parcial, já que ocupações antigas junto às planícies aluviais dos rios Negro, Solimões ou Amazonas não foram ainda identificadas. É

também perfeitamente plausível – quase uma obviedade – que os ocupantes do sítio tivessem um sistema de assentamento que incluísse estadias de variadas durações nessas planícies aluviais, principalmente no verão, com os níveis dos rios mais baixos, os igapós secos as praias aflorando, um contexto propício à pesca, à captura de mamíferos como o peixe-boi e à coleta de recursos importantes como ovos de tracajá enterrados na areia. Quem conhece as praias do rio Negro consegue entender que seria praticamente impossível que esses lugares não fossem ao menos sazonalmente ocupados. De qualquer modo, a localização do sítio Dona Stella mostra que, no início do Holoceno, locais de terra firme eram também ocupados, mesmo em áreas próximas a grandes rios.

Apesar de ainda incipientes, as pesquisas realizadas com ocupações do início do Holoceno na região de Manaus mostram um padrão que correlaciona tais ocupações ou sítios à presença de matas de campinarana. Em Manaus, próximo ao igarapé Tarumã-açu, pesquisas de arqueologia preventiva à construção de loteamentos identificaram vários sítios ou ocorrências dessa natureza, às vezes enterrados sob espessas camadas arenosas, às vezes aflorando em antigos locais de extração de areia. Tais sítios, que são difíceis de delimitar e que não foram ainda datados com precisão, têm indústrias bifaciais muito parecidas às de Dona Stella (Py-Daniel et al. 2011). Em Iranduba, os levantamentos regionais mostraram também alguma correlação entre sítios com indústrias bifaciais e áreas de

areais. Não se sabe até o momento se tais correlações resultam do fato de terem esses locais maior visibilidade arqueológica, já que areais são cobertos por campinaranas, que têm vegetação mais esparsa, ou se refletem uma escolha preferencial por esses locais por parte desses antigos habitantes

3.5 O sítio Dona Stella e o esboço de uma arqueologia comparativa do Arcaico nos neotrópicos:

As datas obtidas para o sítio Dona Stella são interessantes, mas não necessariamente surpreendentes. Conforme discutido anteriormente, há sítios arqueológicos com materiais líticos e idades comparáveis, em alguns casos até mais antigas, em diferentes partes da bacia Amazônica: baixo Amazonas (Roosevelt et al. 1996), serra dos Carajás (Magalhães 1994), rio Jamari (Miller et alli 1992) e rio Caquetá (Gnecco & Mora 1997). Surpreendente, no entanto, é que contextos com pontas de projétil tenham sido datados do Holoceno, uma vez que, na literatura, pontas-de-projétil bifaciais têm sido utilizadas como fósseis-guia para ocupações paleo-índias do final do Pleistoceno. Roosevelt, por exemplo, em um artigo de revisão sobre pontas-de-projéteis e ocupações antigas nas Américas, propôs que: “no triangular, finely-flaked projectile points have been dated to the Holocene in the Lower Holocene in the Lower Amazon, and no known Holocene cultures in the area had such projectile points and debitage” (Roosevelt, Douglas & Brown 2002: 190). As datas para as ocupações com pontas bifaciais do sítio Dona Stella levarão a que se repense o

papel cronológico desses tipos de artefatos na arqueologia da Amazônia e norte da América do Sul. Revisões recentes sobre pontas-de-projétil na Amazônia mostram quão incomuns e pouco conhecidos são esses artefatos na arqueologia regional (Hilbert 1998; Meggers & Miller 2003; Roosevelt, Douglas & Brown 2002). Isto ocorre porque, ao contrário do sul do Brasil, onde pontas-de-projétil são abundantes em contextos ligados à tradição Umbu, na Amazônia as pontas até o momento publicadas são poucas, do mesmo modo que seu contexto de origem é na maioria dos casos incerto ou bastante vago. Meggers & Miller (2003: 296), por exemplo, apresentam um mapa com 11 pontas e localidades onde pontas foram encontradas para toda a bacia Amazônica e Guianas. O levantamento de Roosevelt, Douglas & Brown (2002: 191) para o médio e baixo Amazonas apresenta 7 pontas para o médio e baixo Amazonas. O levantamento de Hilbert (1998) apresenta 9 pontas e 2 outros locais. A maioria dessas pontas pertence a colecionadores ou foram doadas a Museus por indivíduos que as encontraram fortuitamente. Devido ao contexto incerto e por não terem sido localizadas em escavações estratigráficas, nenhuma das pontas foi datada.

A exceção vem da caverna da Pedra Pintada, em Monte Alegre. Nesse local, as escavações realizadas por Roosevelt identificaram 24 artefatos líticos de calcedônia e quartzo, com lascamento bifacial ou unifacial, escavados em camadas datadas entre 9.200 e 8.000 AC

(Roosevelt, Douglas & Brown 2002: 196). Nenhuma das peças, no entanto, é uma ponta inteira sendo, ao contrário, fragmentos ou pré-formas pelo que se percebe pelos desenhos publicados (Roosevelt, Douglas & Brown 2002: 197). Assim sendo, é possível que Dona Stella seja o primeiro caso em que o contexto arqueológico de uma ponta não fragmentada tenha sido datado na Amazônia.

Finalmente, a ocorrência de uma ponta de projétil em um contexto datado em 6.500 AC apresenta um quadro diferente do Orinoco, onde esses artefatos parecem ser mais recentes. Se tomadas em conjunto, os três únicos sítios dessa região onde foram datados contextos contendo pontas-de-projétil (Pedra Pintada no baixo Amazonas, Dona Stella no médio Amazonas e Culebra no médio Orinoco) mostram que esses artefatos foram produzidos desde o final do Pleistoceno até o Holoceno médio. Por outro lado, outros sítios do início do Holoceno na bacia Amazônica, datados entre 8.000 e 5.000 AC, como os da fase Itapipoca, bacia do rio Jamari, médio Madeira (Miller et alii. 1992: 36), Peña Roja, no médio Caquetá (Gnecco & Mora 1997) e na serra dos Carajás, bacia do baixo Tocantins (Magalhães 1994), não foram encontrados pontas-de-projétil bifaciais.

3.6 Os falsos arcaísmos e o ambiguidades das tipologias evolutivas na Amazônia antiga:

A América do Sul foi o último continente do planeta a ser ocupado pelo *Homo sapiens*. Após a ocupação inicial, e o consequente e aparentemente rápido processo de diferenciação e especialização que a ela se seguiu, o continente permaneceu relativamente isolado durante a maior parte de sua história até o início da colonização européia, no início do século XVI DC. Isso quer dizer que quaisquer processos de mudança ou de estabilidade verificados em diferentes partes do continente resultaram da ação de fatores puramente locais, “locais” aqui definidos em uma escala continental. Trata-se de um quadro essencialmente diferente, por exemplo, dos continentes europeu e asiático, onde há abundantes evidências de que processos de expansão demográfica transcontinentais teriam sido responsáveis pela introdução de inovações como a agricultura ou mesmo o estado. O isolamento geográfico da América do Sul é ainda mais interessante quando se considera o quadro de diversidade social, cultural, econômica e política presente no continente à época do início da colonização européia. Todo esse quadro se constituiu por populações que descendiam de um único ou de poucos grupos humanos fundadores. É por isso que, para a arqueologia, é possível se tratar a América do Sul como uma espécie de laboratório: trata-se de último continente a ser ocupado no planeta, por uma população fundadora pequena, mas que ao cabo de alguns milênios, exibia todo o quadro

de diversidade social e política característicos da humanidade. Essa história se desenvolveu em um contexto de isolamento de outros continentes, ou seja, apenas variáveis locais atuaram em sua constituição. Isso não aconteceu por toda parte: na Austrália e Nova Guiné, por exemplo, a ocupação humana é ainda mais antiga que na América do Sul, mas não se verificou nesses locais, por exemplo, a emergência de formações políticas, como o estado, a despeito do isolamento periódico da Oceania com relação à Ásia ao longo de milênios.

Já se discutiu aqui brevemente como o registro arqueológico do início do Arcaico nas terras baixas da América do Sul mostra uma tendência clara e antiga à diferenciação econômica e especialização adaptativa resultantes dos contextos ecológicos e geográficos nas quais se estabeleceram os primeiros ocupantes do continente. Paralelamente, as evidências mostram também que o processo de manipulação de plantas que levou à domesticação de algumas espécies não esteve restrito a apenas algumas áreas nucleares. Embora algumas áreas pareçam de fato ter sido centros importantes de domesticação, como o litoral do Equador, há evidências diretas ou indiretas, paleobotânicas ou genéticas, de domesticação de plantas em diferentes regiões, em ambos os lados dos Andes, na América do Sul tropical. Tais evidências são ainda ampliadas pela ocorrência de restos botânicos de milho em contextos muito distantes dos trópicos,

como era o caso dos cerritos das lagunas do norte do Uruguai há mais de 4.000 anos atrás (Iriarte et al. 2004).

Os dados paleobotânicos são importantes porque mostram que a presença de um potencial para a domesticação de plantas visível por diferentes partes continente em períodos bastante recuados, em alguns casos poucos milênios após o início da ocupação humana. O interessante, no entanto, é que apenas em alguns locais a emergência da agricultura sucedeu à domesticação inicial de plantas. Para que se compreenda melhor esse ponto, é necessário que faça uma distinção entre domesticação e agricultura. Tal distinção já havia sido proposta por Rindos (1984) em seu estudo clássico sobre as origens da agricultura e merece ser lembrada. Embora a domesticação seja um requisito fundamental para a emergência da agricultura, seria errado tomá-las como sinônimo. Na América do Sul, o registro arqueológico das terras baixas, principalmente da Amazônia, parece mostrar vários exemplos onde a domesticação não precedeu a emergência da agricultura. Ao contrário, no caso da Amazônia, deve-se notar como algumas das plantas mais importantes que compõem a dieta atual e pretérita dos povos indígenas da região, como é o caso das palmeiras, foram sequer domesticadas, com exceção da pupunha ou chonta (*Bactris gasipaes*) (Neves 2007). Mais uma vez, de acordo com Rindos, a emergência da agricultura deve ser entendida com um processo co-evolutivo entre plantas e o *Homo sapiens*. Seguindo esse mesmo raciocínio, é correto

afirmar que houve, no passado Amazônico, ao longo do Holoceno médio, entre 7.000 e 3.000 anos atrás, poucas pressões evolutivas para que a agricultura se estabelecesse. Como explicar tal baixa pressão evolutiva? Através de um argumento que mostre que recursos alimentares eram abundantes e amplamente distribuídos pela Amazônia a ponto de não se colocar uma demanda para o investimento no cultivo, que é característico dos contextos onde a agricultura é a principal atividade produtiva. Há quase quarenta anos, Marshall Sahlins, em “Stone Age Economics” (1972), contribui para desmontar a ideia de que a transição de modos de vida caçadores-coletores para agricultores não implica necessariamente em melhoras na qualidade de vida das populações.

A oeste dos Andes, no litoral do Peru, as evidências são outras: há, por exemplo, em pleno Holoceno médio, claros sinais de estabelecimento de vida sedentária associada à agricultura e à arquitetura monumental em Caral, no vale de Supe, há 5.500 anos (Shady 2006). A partir dessa época, no litoral central e norte do Peru, as evidências de vida sedentária, agricultura e arquitetura monumental abundam em vales como Casma, Viru, Moche, Jequeteque/Zaña e assim sucessivamente (Dillehay 2011). Uma perspectiva comparativa da arqueologia da América do Sul tropical no Holoceno médio mostra, portanto, um quadro que amplia ainda mais as diferenças regionais já notadas no início da ocupação humana do continente. Na Amazônia, com exceção dos sambaquis litorâneos e

fluviais do litoral Atlântico, baixo rio Amazonas e rio Guaporé (Miller 2009) as evidências são de modos de vida nômades, com grande mobilidade e baixa visibilidade arqueológica (Neves 2006). No litoral do Pacífico, por outro lado, os sinais são de vida sedentária e de construção de monumentos com grande visibilidade arqueológica.

A hipótese mais interessante formulada para explicar as diferentes trajetórias políticas, na longa duração, entre as sociedades antigas da Amazônia e dos Andes seja ainda a proposta por Carneiro (1970), que correlaciona à circunscrição geográfica a emergência do estado. A possibilidade de aplicação dessa hipótese ao continente sul-americano deriva, certamente, à própria experiência de pesquisa etnográfica de Carneiro no continente, pois há poucos casos no planeta onde se verificam contrastes geográficos tão marcados entre diferentes regiões, como o que se verifica entre o litoral dos Andes centrais e a bacia Amazônica. Recapitulando, o litoral dos Andes centrais é caracterizado pela presença de grandes desertos entrecortados por vales férteis, verdadeiros oásis, formados por rios que nascem nos Andes, mas cujos limites geográficos são bem definidos. Tais vales desembocam, por sua vez, em uma das zonas oceânicas mais produtivas que se conhecem, a da costa do Oceano Pacífico no Peru, alimentada pela fria corrente de Humboldt. Trata-se, em suma, de um contexto onde recursos são produtivos e abundantes, mas com distribuição relativamente limitada, restrita aos

vales irrigáveis e ao oceano, e limitados pelo deserto e pela cordilheira.

Na Amazônia, por outro lado, vemos quase que uma imagem invertida: recursos são também abundantes, principalmente ao longo das planícies aluviais dos grandes rios, mas sua distribuição é muito mais irrestrita que no litoral do Peru. É curioso, nesse aspecto, verificar que muitas hipóteses apresentadas para explicar comparativamente as diferentes trajetórias políticas dos povos amazônicos e andinos tenham utilizado hipóteses baseadas na escassez de recursos na Amazônia - sejam esses recursos supostamente escassos os solos pobres ou a proteína animal -, escassez essa que impediria o estabelecimento de modos de vida sedentários, a divisão social do trabalho, a desigualdade institucionalizada e a emergência do estado (Roosevelt 1980).

Ainda nos anos cinquenta, Carneiro chamou a atenção para o fato de que populações indígenas da Amazônia contemporâneas, de fato, subutilizam o potencial agrícola dos locais que ocupam (Carneiro 1983). A mesma observação foi feita, a partir de outra perspectiva teórica, por Descola, trabalhando com outros grupos Amazônicos mais de trinta anos depois (Descola 1986). Trabalhando nas décadas de sessenta e setenta, Pierre Clastres (2003) notou a existência, entre os índios Guarani, de uma política interna, baseada no faccionalismo, que na prática limitava as possibilidades de emergência e reprodução de formas centralização política

permanente e institucionalizada entre esses grupos. A mobilidade geográfica e a “instabilidade” política das populações.

A perspectiva teórica da ecologia histórica (Balée 1994) partiu de contextos empíricos, verificados entre grupos indígenas contemporâneos, para a formulação de hipóteses que mostram que, na Amazônia, populações indígenas e caboclas exercem ações que modificam as condições naturais dos locais onde vivem e, que também, por outro lado, tais grupos ocupam e desenvolvem estratégias adaptativas a locais previamente transformados pela atividade humana. Essas ações incluem desde grupos caçador-coletores com muita mobilidade (Politis 1996, Rival 2002), passando por populações agrícolas sedentárias (Balée 1989, 1995; Balée & Moore 1995; Posey 1986) e incluindo também caboclos (Raffles 2002).

Evidências etnográficas e arqueológicas já nem tão recentes assim têm contribuído, portanto, para uma crítica da noção de que o processo de ocupação humana da Amazônia teria ocorrido dentro de um quadro de escassez de recursos, uma vez que, por um lado, as condições naturais dos biomas da Amazônia podem ser modificadas pela atividade humana e, por outro, as populações humanas contemporâneas da região aparentemente utilizam seus recursos abaixo da capacidade de suporte do meio ambiente. Talvez seja o momento, por estas razões, de abandonar o discurso de escassez para a Amazônia e adotar outro ponto de vista, baseado na abundância (Neves 2007). Abundância, nesse sentido, deve ser

entendida a partir do contraste já apresentado entre a Amazônia e o litoral peruano. Nesse último caso recursos são também abundantes, porém restritos. No caso amazônico, recursos são abundantes, porém irrestritos, na imensidão quase infinita da floresta, seus rios e lagos.

Se essas hipóteses estiverem corretas, elas nos ajudam a entender as diferentes trajetórias sociais e políticas dos povos amazônicos e andinos a partir do Holoceno médio. Assim, enquanto que nos Andes, inicialmente no litoral do Peru, a circunscrição geográfica e a abundância de recursos criaram condições para o estabelecimento da vida sedentária e, aparentemente, de algum tipo de estratificação social, na Amazônia a abundância de recursos não criou pressões evolutivas, ao longo do Holoceno médio, que selecionaram para o estabelecimento antigo da vida sedentária e da estratificação social (Neves 2007). É provável que nessa época as populações nativas da Amazônia tenham tido modos de vida baseados no consumo combinado de plantas domesticadas e de animais e plantas selvagens, sendo que a importância relativa desses componentes selvagens e naturais deve ter sido alternada ao longo das gerações. Trata-se de uma situação parecida com a já mencionada entre grupos indígenas contemporâneos que alternam ao longo do tempo entre estratégias produtivas baseadas na agricultura ou na caça e coleta. É provável, de fato, que tais alternâncias tenham sido o padrão na Amazônia do Holoceno médio. A arqueologia mostra que esse padrão mudou drasticamente, no entanto, a partir do início da era Cristã.

3.7 As mudanças sociais e políticas no início do primeiro milênio DC:

A arqueologia das terras baixas da América do Sul mostra um quadro impressionante de mudanças sociais e políticas visíveis a partir do início do primeiro milênio DC. Tais mudanças, que serão aqui apresentadas, se manifestaram em alguns padrões claramente verificados no registro arqueológico. Dentre eles, cabe destacar:

- 1) O estabelecimento da vida sedentária ao longo da Amazônia e áreas adjacentes nas terras baixas. Embora existam sinais anteriores de vida sedentária, estes se tornam muito mais claros, visíveis e ubíquos a partir dessa época,
- 2) O estabelecimento de sinais visíveis de modificações da natureza, ou seja, de criação de paisagens. Do mesmo modo que no caso anterior, é bastante plausível que processos de “humanização”, ou antropização, da natureza remontem ao início da ocupação humana das terras baixas, mas, a partir dessa época, eles se tornaram mais intensos e mais visíveis (Neves & Petersen 2006),
- 3) O estabelecimento de tradições cerâmicas distintas e com localizações geográficas relativamente bem definidas, que em alguns casos podem ser associadas a grupos lingüísticos conhecidos etnográfica e historicamente.

Não existe ainda uma explicação satisfatória que nos ajude a entender a relativa rapidez e aparente sincronia a partir das quais tais mudanças ocorreram. Uma explicação mais simples, e, portanto, talvez mais simplista, pode associá-las às mudanças climáticas que aparente ocorreram no final do Holoceno médio, criando condições climáticas tropicais com ligeiro aumento da umidade, semelhantes às atuais (Neves 2007). A simultaneidade das mudanças sociais verificada nas terras baixas implica alguma medida de integração direta ou indireta entre esses grupos.

Talvez o Brasil central seja a região das terras baixas sul-americanas onde são mais visíveis e claras evidências de mudanças sociais e políticas abruptas no primeiro milênio DC. Essa região é atualmente ocupada predominantemente por sociedades indígenas que falam línguas da família Macro-Gê e que têm um padrão de organização social cuja descrição faz parte de alguns dos clássicos da etnologia das terras baixas. Esse padrão de organização social tem o mérito de se manifestar de maneira bem clara no uso do espaço das aldeias, que têm normalmente formato circular ou anelar, formadas que são por casas multifamiliares localizadas no entorno de uma praça central. Tais aldeias, mesmo após seu abandono e o desaparecimento das casas, mantêm sua configuração circular, que pode ser vista pela distribuição de manchas circulares que coloração mais escura, normalmente acompanhadas pela presença de fragmentos cerâmicos, distribuídas ao redor da área da praça central.

A ocupação de aldeias circulares é, portanto, um indicador material da ocupação do Brasil central por grupos falantes de línguas da família Macro-Gê, apesar da presença relativamente menor de grupos falantes de línguas de outras famílias que também ocupam aldeias com o mesmo formato, como os Tapirapé, os grupos do Alto Xingu e Enawenê-Nawê. A arqueologia mostra como esse padrão de ocupação se consolidou no final do século VIII DC, em sítios escavados no Brasil central (Wüst 1994, Wüst & Barreto 1999). O interessante, no entanto, é que o início do processo de ocupação humana da região se iniciou há cerca de 11.000 anos (Bueno 2006). Durante milhares de anos, poucas mudanças ocorreram nas formas de ocupação, que eram feitas por populações que não produziam cerâmicas e aparentemente tinham modos de vida com maior mobilidade. A transição para um padrão de ocupação em aldeias circulares, com a presença de cerâmicas e modo de vida mais sedentários foi aparentemente abrupta e parece ter ocorrido simultaneamente ao longo da região. No Brasil central, portanto, é recente a emergência dos modos de vida que foram consagrados na etnografia e classicamente associados a grupos falantes de línguas da família Macro-Gê. Esse novo padrão, que tem pouco mais de mil anos de história, se contrapôs ou se desenvolveu a partir da história de outro padrão, muito mais antigo e aparentemente mais estável, que perdurou por mais de dez mil anos na região.

Quando observado em uma escala continental, o exemplo do Brasil central não é isolado. Uma história semelhante de mudanças aparentemente bruscas é também verificada nas regiões que correspondem atualmente ao litoral Atlântico e ao sul do Brasil. Essas áreas, à época da chegada dos Europeus, eram ocupadas por diversos grupos falantes de línguas da família Tupi-Guarani, com alguma especialização ecológica: enquanto os grupos Tupinambá e correlatos ocupavam a faixa costeira e os vales úmidos e áreas de mata tropical atlântica os Guarani e correlatos ocupavam também áreas de mata, em uma faixa geográfica que incluía partes do que são hoje o sul do Brasil, nordeste da Argentina, partes do Paraguai, Uruguai e Bolívia. Como no caso do Brasil central, o início da ocupação dessas áreas pelos grupos que as habitavam no século XVI DC foi também relativamente recente, embora existam dúvidas sobre a antiguidade do início da ocupação Tupi-Guarani. As datas mais antigas vêm de uma região próxima à cidade do Rio de Janeiro, e chegam a 700 AC (Scheel-Ybert et al. 2008), mas sinais consistentes e regulares de ocupação datam do primeiro milênio DC. Ali, a ocupação de grupos produtores de cerâmicas se sobrepôs a ocupações mais antigas e aparentemente também estáveis, com milhares de anos de história, realizadas por sociedades com modos de vida totalmente distintos: trata-se dos construtores de sambaquis, cujos sítios mais antigos têm cerca de 9.000 anos.

À medida que se observam outras regiões, fica claro que o padrão de mudanças sociais e políticas verificado no Brasil central e no litoral do Atlântico ocorreu de modo mais ou menos simultâneo por quase todas as partes das terras baixas sul-americanas. Na região do Pantanal mato-grossense, próximo à atual fronteira entre a Bolívia e Brasil, sítios de aterros artificiais associados à tradição pantanal datam da mesma época. É, no entanto, na Amazônia, que inúmeros exemplos indicam a consistência do padrão. Trabalhos arqueológicos recentes têm mostrado como os ambientes amazônicos foram extensamente modificados por atividades humanas no passado, do mesmo modo como há também evidências de produção cerâmica antiga na região, de fato as cerâmicas mais antigas do continente. É interessante notar, no entanto, como, na Amazônia, os sinais mais claros, visíveis e permanentes de modificações antrópicas da natureza, ocupação de sítios de grande porte e construção de estruturas monumentais datam todos do primeiro milênio DC. Alguns exemplos, provenientes de estudos de caso na Ilha de Marajó, Santarém, Amazônia Central, Alto Xingu, Alto Madeira e Alto Purus serão brevemente apresentados para ilustrar essa hipótese.

O caso da ilha de Marajó é ilustrativo porque a arqueologia local mostra uma longa sequência de ocupação que iniciou há pelo menos 3.500 AC, com evidências de produção cerâmica associadas a sambaquis da fase Mina (Bandeira 2008, Simões 1981) datando dessa época. A ilha de Marajó está situada na foz do rio Amazonas. A

arqueologia regional é conhecida desde o século XIX, notadamente pela presença de cerâmicas elaboradas associadas à ocupação de aterros artificiais conhecidos como “tesos” (Meggers & Evans 1957, Roosevelt 1991, Schaan 2008). Trabalhos realizados nas décadas de 50 e 60 do século passado permitiram a identificação de uma sequência cultural que associa a construção de tesos e a produção das cerâmicas elaboradas à fase Marajoara, com datas que vão do século III ao século XIV DC (Schaan 2004). A relação histórica entre as ocupações da fase Marajoara e ocupações precedentes ainda não é clara, bem como o entendimento do contexto social e político da construção dos tesos (Schaan 2008). Mesmo assim, o registro arqueológico do Marajó mostra sinais de crescimento demográfico e aumento da monumentalidade dos sítios a partir do início do primeiro milênio DC.

Na região de Santarém a sequência não é tão longa como na ilha de Marajó, mas percebe-se um padrão semelhante. Ali as evidências antigas de ocupação humana são ainda mais recuadas, com datas de mais de 11.000 anos obtidas na caverna da Pedra Pintada (Roosevelt et al 1996). Na mesma região escavaram-se depósitos com cerâmicas datadas em 8.000 e 7.000 anos (Roosevelt et al 1991, 1996). Esses sinais precoces de ocupação são seguidos por um aparente hiato, interrompido em alguns locais, como na região de Parauá, no baixo rio Tocantins (Gomes 2008), mas que é marcado por uma relativa baixa frequência e visibilidade nos sítios

arqueológicos. Foi apenas a partir do primeiro milênio AC que tal tendência foi modificada, através de ocupações associadas à fase Pocó (Guapindaia 2008, Hilbert & Hilbert 1981). Após as ocupações Pocó, sítios arqueológicos tornam-se lentamente maiores e mais densos, associados a cerâmicas conhecidas como Konduri e Tapajós (Gomes 2002, Guapindaia 2008). Esse processo de crescimento demográfico parece ter atingido seu apogeu no final do primeiro milênio DC, embora os primeiros colonizadores europeus tenham tido contato com os índios Tapajó ainda no século XVI DC, na região da atual cidade de Santarém (Gomes 2002).

O estudo dos povos indígenas da bacia do alto Xingu, iniciado por Karl Von den Steinen no final do século XIX, marca o início da etnologia das terras baixas sul-americanas. Foi apenas, no entanto, com os trabalhos de Heckenberger iniciados na década de 90 do século XX, que pesquisas arqueológicas sistemáticas foram ali realizadas. Esses trabalhos têm mostrado como alto Xingu pré-colonial foi marcado pela ocupação de grandes assentamentos, com estrutura urbana, conectados por estradas radiais (Heckenberger et al. 2003, 2008). Tais estruturas atingiram seu apogeu construtivo no século XIII DC, mas foi apenas com o início da colonização europeia, no século XVI DC, que a população indígena passou a diminuir drasticamente. Para a discussão aqui apresentada, é importante chamar atenção para o fato de que as evidências mais antigas até o momento disponíveis para o alto Xingu vêm do século VIII DC

(Heckenberger et al 2003). É provável que, com o avanço das pesquisas, evidências de ocupação mais antigas sejam ali identificadas, mas é também provável que, como no Brasil central, tais evidências mais antigas sejam de grupos com maior mobilidade, com modos de vida distintos dos evidenciados no final do primeiro milênio DC.

Outra região da Amazônia para a qual têm surgido dados arqueológicos recentes é a bacia do alto rio Purus. Ali, estruturas de terra artificiais, com formato geométrico circular, quadrangular ou composto, conhecidas como “geoglifos” têm sido identificadas na bacia do rio Acre, desde sua foz até a região da cidade de Rio Branco (Parsinnen et al. 2009, Schaan et al. 2010). Geoglifos têm sido encontrados em áreas de desmatamento recente, o que sugere que sua área de distribuição seja maior que a identificada. De fato, estruturas similares, conhecidas como Zanjás, são também conhecidas na bacia do alto Purus boliviano e na bacia do alto Madeira, também na Bolívia (Erickson 1995, Prümers 2004). Não há ainda uma explicação satisfatória para as razões subjacentes à construção dessas estruturas. Em muitos casos, geoglifos apresentam uma pouquíssima, ou mesmo nula, quantidade de cerâmica. Estruturas de combustão ou lentes com carvão são tampouco distinguíveis. Essas informações ainda escassas parecem indicar que não se tratavam, de qualquer modo, de locais de habitação. Para a discussão aqui apresentada, cabe afirmar que as datas obtidas até o momento para

a construção dos geoglifos mostram que essas estruturas artificiais começaram a ser construídas no início do primeiro milênio DC, em consonância com os outros fenômenos visíveis pelas terras baixas.

Na área de confluência o mesmo padrão é verificado. Foi, de fato, a partir do estudo da arqueologia regional, e da detecção de um hiato no Holoceno médio, que passei a procurar evidências semelhantes em outras áreas das terras baixas. Assim, apesar de haver datas indicando ocupações, no sítio Dona Stella, datadas de cerca de 6.500 AC (Costa 2009), é apenas a partir do final do primeiro milênio AC que os sinais de ocupação humana ficam mais claros e visíveis (Lima et al 2006). Esse processo culminou, já no primeiro milênio DC com a formação de solos férteis e antrópicos conhecidos como “terras pretas” associados a sítios arqueológicos de grandes dimensões (Neves et al. 2003, 2004; Petersen et al 2001). Muitos desses sítios na região estão também associados à construção de estruturas artificiais, conhecidas como montículos que, embora não tenham caráter monumental como os tesos de Marajó, são indicadores do estabelecimento de ocupações estáveis e sedentárias pela região (Machado 2003, Lima 2008, Moraes 2007).

O último exemplo a ser aqui mencionado é o da bacia do alto Madeira. Trata-se de uma região com um registro arqueológico excepcional, que cobre praticamente todo o Holoceno, conforme demonstrado por Miller (Miller et al 1992). A par de sua riqueza, a bacia do alto rio Madeira pode também ter sido o centro de

domesticação da pupunha (*Bactris gasipaes*) e da mandioca (*Manihot esculenta*). Finalmente, é no alto Madeira que se encontram as terras pretas mais antigas conhecidas até o momento na Amazônia, com datas recuando até ca. 3.500 AC (Miller et alli, 1992). Se, conforme aqui sugerido, terras pretas são marcadores do estabelecimento da vida sedentária, foi também nessa região que esse processo aparentemente se iniciou na Amazônia.

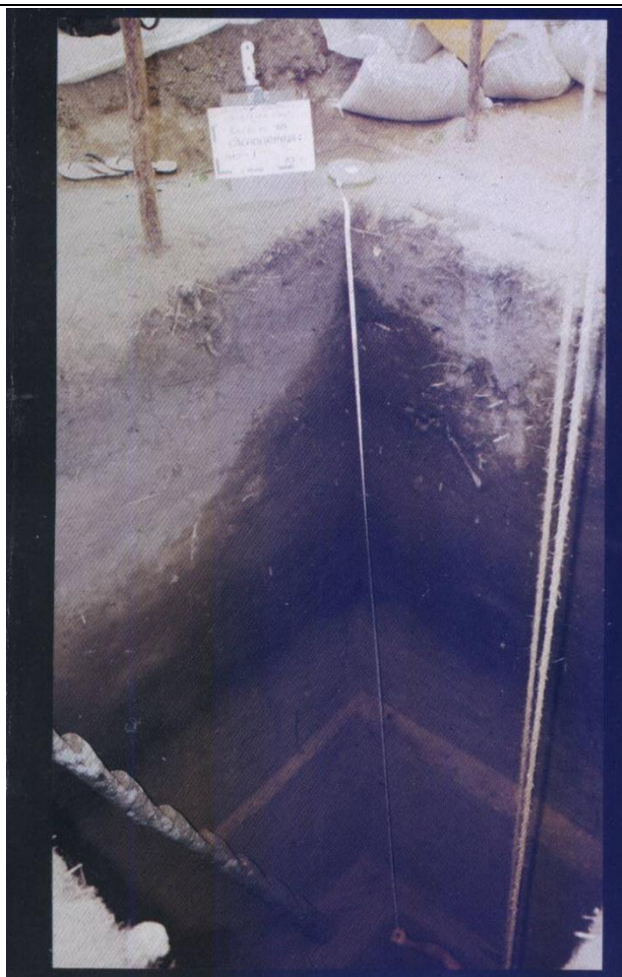


Figura 3.7-1: Perfil de escavação de um sítio com terras pretas enterradas e datadas do Holoceno médio, rio Jamari, Rondônia (Miller et all 1992).

Concluindo esta breve revisão, parece claro que o primeiro milênio DC foi uma época de mudanças sociais marcadas nas terras baixas tropicais da América do Sul. Os sinais mais visíveis dessas

mudanças foram, conforme mostrado, o estabelecimento da vida sedentária ao longo dessa imensa área, a construção de estruturas mais ou menos monumentais que marcarão indelevelmente a paisagem dos locais onde foram construídas e também a configuração de feições paisagísticas anteriormente vistas como naturais. O caso mais conhecido é o das terras pretas, mas há dados palinológicos que indicam que, no planalto Meridional brasileiro, a expansão das áreas com matas de araucária, uma rica fonte de recursos para as populações indígenas da área, ocorreu paralelamente à expansão pela área de grupos construtores de casas subterrâneas e fabricantes de cerâmicas conhecidas como pertencentes às tradições Itararé e Taquara (Bittencourt 2006). É provável que correlações parecidas se estabeleçam também com relação à distribuição de matas de castanha (*Bertholetia excelsa*) na Amazônia e de pequi (*Cariocar sp*) no Brasil central e nordeste.

No próximo capítulo serão apresentadas e discutidas as evidências dos sinais mais antigos, e com rastros ainda visíveis, de antropização na área de confluência.

4. Os Primeiros sinais visíveis de mudanças antrópicas: as ocupações da fase Açutuba.

4.1. Introdução:

Na Amazônia central, os primeiros sinais visíveis de modificações paisagísticas estão ligados à formação de solos escuros e antrópicos conhecidos desde o século XIX como terras pretas de índio ou simplesmente “terras pretas”. Curiosamente, os dados disponíveis até o momento indicam que há certa correlação entre o início da formação de solos de terra preta e a presença de cerâmicas nos depósitos arqueológicos na região. Por essa razão, este capítulo será dividido da seguinte maneira: primeiramente apresentar-se-á uma breve revisão sobre os contextos antigos de produção cerâmica na América do Sul em geral e na Amazônia em particular. A essa revisão seguirá uma discussão sobre as cerâmicas antigas na Amazônia central e sua correlação com outras áreas da Amazônia para, finalmente, postular-se uma correlação entre algumas dessas ocupações e sítios com terras pretas.

4.2. As cerâmicas mais antigas na Amazônia central e sua conexão com outras áreas nas terras baixas tropicais:

A publicação, em 1948, do *Handbook of South American Indians*, editado por Julian Steward deu um impulso às pesquisas arqueológicas e antropológicas nas terras baixas da América do Sul.

Foi através do *Handbook* que primeiramente se lançou o modelo de Cultura da Floresta tropical (TFC), definida por Lowie através da presença de traços tão diversos como o uso de redes de dormir, navegação fluvial, a cerâmica, agricultura incipiente, especialmente o cultivo de tubérculos, e a ausência de elementos arquitetônicos ou metalúrgicos (Lowie 1948). Foi também através do *Handbook* que se lançou uma perspectiva, ainda forte na arqueologia sul-americana, que enxerga a Amazônia como uma área periférica na história cultural do continente (ver, por exemplo, Wilson 1999). Um dos aspectos dessa questão diz respeito à definição de centros antigos de produção cerâmica, já para alguns autores influentes a Amazônia teria sido recipiente de inovações ocorridas em outras partes do continente, principalmente do noroeste (Meggers 1997, Meggers & Evans 1961: 386). Donald Lathrap (1970) apropriou-se do conceito de Cultura da Floresta Tropical de maneira diferente, apresentando um quadro alternativo para a arqueologia amazônica. A formulação do modelo cardíaco (Brochado 1989, Brochado & Lathrap 1982, Lathrap 1970, Lathrap & Oliver 1987) colocou a Amazônia central como uma região chave para a compreensão da história pré-colonial das terras baixas da América do Sul, sugerindo ser ali um centro onde se desenvolveram inicialmente processos como o adensamento demográfico, resultante de adaptações agrícolas e ribeirinhas bem sucedidas, e a emergência de sociedades hierarquizadas, resultantes de uma duradoura ocupação humana. Segundo a hipótese de

Lathrap, a Amazônia central teria sido um dos prováveis centros de origem e expansão da Cultura da Floresta Tropical e da agricultura no continente, bem como também o centro de dispersão inicial das populações ancestrais dos atuais falantes de línguas dos troncos Arawak e Tupi (Lathrap 1970a: 72, Lathrap 1977). O período inicial desse processo seria datado ao redor de 4000 AC (Brochado & Lathrap 1982, Lathrap & Oliver 1987).

Desde os trabalhos pioneiros realizados no Equador, Colômbia e litoral amazônico nas décadas de cinquenta e sessenta, sabe-se que no norte da América do Sul - num grande arco que vai desde a bacia de Guayas, no Equador, até a foz do Amazonas, no Brasil - estão localizados os centros mais antigos de produção cerâmica no novo mundo (Evans & Meggers 1957, Reichel-Dolmatoff 1997, Simões 1981). Essa tendência inicial foi reforçada por pesquisas realizadas nos anos noventa do século passado, quando foram identificados complexos no litoral do Equador, norte da Colômbia e baixo Amazonas com datas que remontam a 4.000 AC ou mais (Oyuela-Caycedo 1995, Roosevelt 1995). O entendimento das relações históricas entre tais complexos cerâmicos, bem como a própria aceitação de alguns dos contextos datados, são, no entanto, foco de um intenso debate. Para alguns autores, a ocorrência aparentemente simultânea de diferentes centros de produção antiga espalhados por uma ampla área indicaria que o início da produção cerâmica teria ocorrido de forma independente nesses locais (Barnett & Hoopes

1995). Já outros autores trabalham com uma hipótese alternativa, a de que teria havido um único centro de produção antiga, localizado na região do baixo rio Magdalena, no norte da Colômbia a partir da qual as ideias e técnicas relativas à produção cerâmica teriam se difundido para o resto do continente (Meggers 1997, Williams 1997).

Na Amazônia, apesar dos avanços realizados na identificação de complexos cerâmicos antigos e do relativo bom estado de conhecimento disponível sobre as cerâmicas produzidas nos períodos imediatamente anteriores ao início da conquista europeia, pouco se conhece sobre aquelas cerâmicas produzidas nos séculos anteriores ao início da era Cristã, ou seja, entre três e dois mil anos atrás. A identificação, na década de 90, de complexos cerâmicos antigos datados entre 6 e 5 mil anos AC no baixo Amazonas – nos sítios de Taperinha e Pedra Pintada, próximos às cidades de Santarém e Monte Alegre – colocam essas cerâmicas entre as mais antigas do continente, neste caso em um centro de produção distante do noroeste da América do Sul (Roosevelt 1995; Roosevelt et al. 1991). No entanto, a sequência cerâmica da região de Santarém é muito mal conhecida e aparentemente cheia de lacunas e hiatos, o que impede que se entenda melhor, por exemplo, a relação entre tais cerâmicas antigas e complexos mais recentes, da Tradição Incisa e Ponteadada, que datam de períodos imediatamente anteriores ao século XVI DC (Gomes 2011, Meggers 1997). Nas áreas litorâneas próximas à foz do Amazonas, cerâmicas com formas simples, engobo vermelho e

tempero de conchas moídas foram identificadas por Simões (1981), em sambaquis associados à fase Mina, e datadas em cerca de 3.500 AC. As cerâmicas da fase Mina aparentam ser, no entanto, bastante diferentes das cerâmicas identificadas nos sítios Taperinha e Pedra Pintada, o que impede que infira algum tipo de relação histórica entre elas. Por outro lado, é na região da foz do Amazonas e ilha do Marajó que se encontra uma das mais longas sequências arqueológica conhecidas na bacia Amazônica. Tal sequência se inicia com a fase Mina, há 3.500 AC, e segue, com lacunas até as fases Aruã, Aristé e Maracá datadas em 1500 DC ou até em épocas mais recentes (Meggers & Danon 1988; Meggers & Evans 1957; Schaan 2004).

A sequência arqueológica proposta por Hilbert (1968) para a Amazônia central era composta por quatro conjuntos cerâmicos distintos associados, respectivamente, às fases Manacapuru e Paredão, da Tradição Borda Incisa, à fase Guarita da Tradição Policrômica da Amazônia e à fase Itacoatiara, da Tradição Incisa e Ponteadada (Hilbert 1968). A cronologia de Hilbert é sintetizada na tabela a seguir:

Tabela 4.2-1: Cronologia cerâmica da Amazônia central (Hilbert 1968: 256)

Fase	Tradição	Datas ¹⁴C
Itacoatiara	Incisa e Ponteadada	Sem datas
Guarita	Polícroma da Amazônia	Sem datas
Paredão	Borda Incisa	880 ± 70; 870 ± 70 DC
Manacapuru	Borda Incisa	425 ± 58 DC

Ao propor sua classificação, Hilbert seguiu a divisão de quatro

grandes horizontes cerâmicos para a Amazônia proposta por Evans e Meggers em 1961 (Meggers & Evans 1961). Baseada em quatro grandes horizontes – Zonado-Hachurado, Borda Incisa, Polícromo e Inciso e Ponteados –, tal divisão, proposta inicialmente como hipotética ou mesmo provisória provê até hoje a espinha dorsal para o estudo das cronologias cerâmicas para a bacia Amazônica. Nos últimos cinquenta anos, as pesquisas mostraram que alguns desses componentes, como, por exemplo, “policromo”, têm uma grande profundidade cronológica, o que justificou a substituição do termo “horizonte” por “tradição”. Do mesmo modo, a identificação de cerâmicas antigas e bastante distintas em sambaquis do litoral do Pará e Suriname, datadas em até 4.000 AC, leva à identificação de um componente ainda mais antigo, que poderia ser denominado como “tradição Mina” (Neves 2006, Roosevelt 1995). Parece, de qualquer modo, claro que novos componentes deverão ser acrescentados aos cinco acima mencionados. Este pode, por exemplo, ser o caso das cerâmicas ainda mais antigas, datadas entre 6.000 e 5.000 AC, identificadas em sambaquis e abrigos sob rocha da região de Santarém e Monte Alegre (Roosevelt 1995).

Cerâmicas da fase Manacapuru são compostas por vasos de formas variadas, normalmente, temperados com o caixí. A decoração consiste essencialmente na modelagem de figuras abstratas, zoomorfas e antropomorfas, incisões simples e paralelas retilíneas e curvilíneas e engobo vermelho, entre outros elementos. É também

notável a presença de flanges labiais, normalmente usadas como suporte para decoração incisa, em linhas simples ou paralelas, com motivos curvilíneos e retilíneos; a aplicação, nos lábios, de apêndices modelados zoomorfos ou antropomorfos e a presença de lábios planos (Hilbert 1968, Lima 2008, Lima et al. 2006) (Figura 4.2-1).

Cerâmicas da tradição Borda Incisa Açutuba e Manacapuru têm o uso da modelagem como recurso decorativo marcante. Trata-se geralmente de apêndices aplicados na borda ou no lábio dos vasos, representando figuras antropomorfas, zoomorfas (especialmente répteis e aves), e abstratas. Estão sempre associados a outras técnicas decorativas, como incisões e a pintura. Em pratos ou vasilhas muito abertas os apêndices são uma extensão modelada de flanges labiais. Ocorrem também em grandes tigelas, provavelmente adquirindo função utilitária, como alça (Figura 4.2-2).

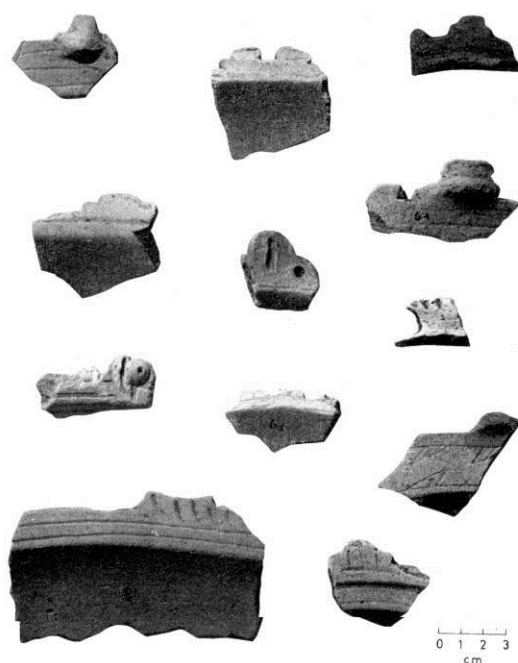


Figura 4.2-1: Fragmentos cerâmicos decorados da Fase Manacapuru (Hilbert 1968)

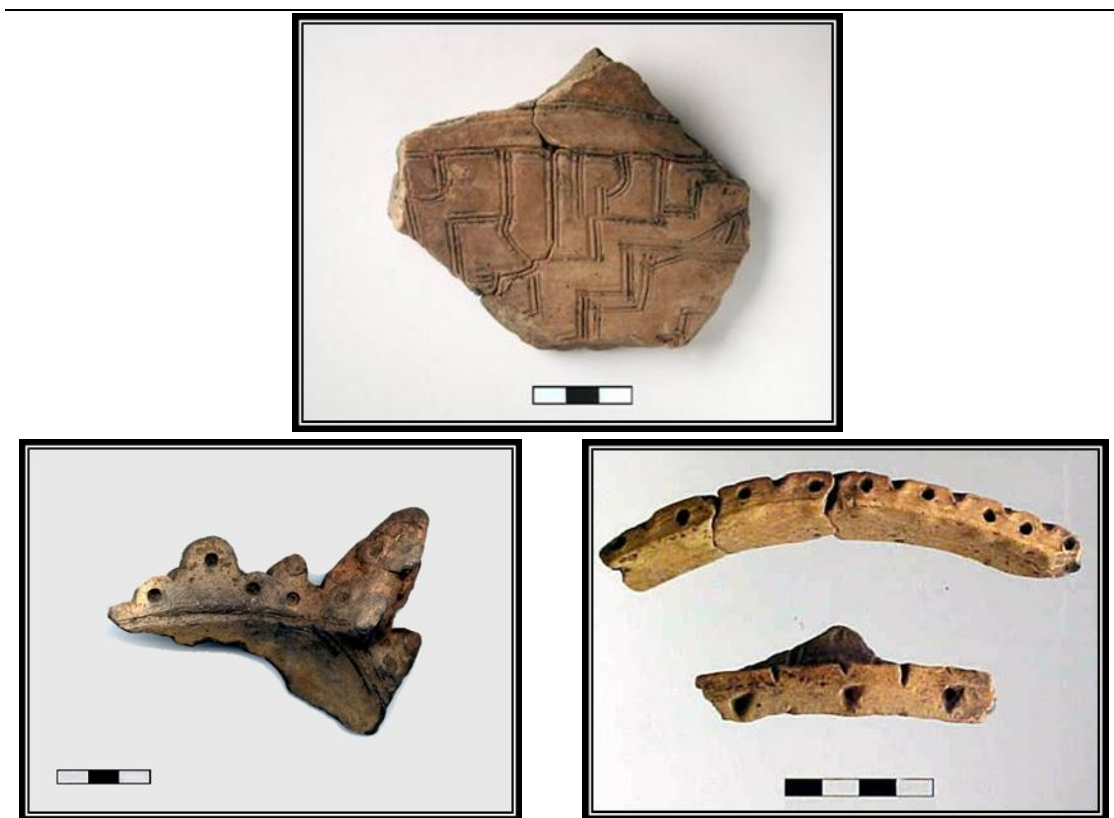


Figura 4.2-2: Fragmentos da fase Manacapuru. (acima): Exemplo de decoração incisa com motivos retilíneos e curvilíneos em linhas duplas. (abaixo): Exemplos de flange labial com decoração pontuada, apêndice zoomorfo e lábios cortados.

A filiação cultural e a posição crono-estilística da fase Manacapuru são temas de debates na arqueologia amazônica. Trata-se de um embate teórico-metodológico cuja origem está na contraposição de dois modelos distintos, que dizem respeito ao seu desenvolvimento e dispersão. Segundo a primeira vertente, a Fase Manacapuru estaria enquadrada na Tradição Borda Incisa, uma das tradições acima mencionadas, cujas datas variariam entre 100 e 800 DC (Hilbert 1968; Meggers & Evans 1961). A tradição Borda Incisa englobaria algumas fases cerâmicas no Amazonas e outras no médio Orinoco, Venezuela. Dentre as fases representadas na Amazônia,

estão Manacapuru (na Amazônia central), Boim (médio Amazonas), Japurá (rio Japurá/Caquetá) e Mangueiras (na Ilha de Marajó), entre outras. No Orinoco, a tradição Borda Incisa se manifestaria através das fases Nericagua, Cotua e Los Caros. Meggers, no entanto, reconheceu que a tradição Borda Incisa trata de um conjunto ainda pouco conhecido, já que *“a ocorrência dos traços diagnósticos nessas seis fases é menos consistente e menos proeminente do que em qualquer dos outros horizontes propostos, conseqüentemente o horizonte Borda Incisa é o mais hipotético dos quatro”* (Meggers & Evans 1983: 378).

Outros autores, como Lathrap (1970a) e Heckenberger (2002) trabalham com a hipótese de que a tradição Borda Incisa seria uma manifestação Amazônica de um fenômeno ainda mais amplo que incluiria o norte das terras baixas sul-americanas. Nessa perspectiva, a tradição Borda Incisa seria a manifestação local da chamada “série Barrancóide”, definida por Cruxent e Rouse (1958-59) para depósitos datados a partir de 1.000 AC no alto Orinoco.

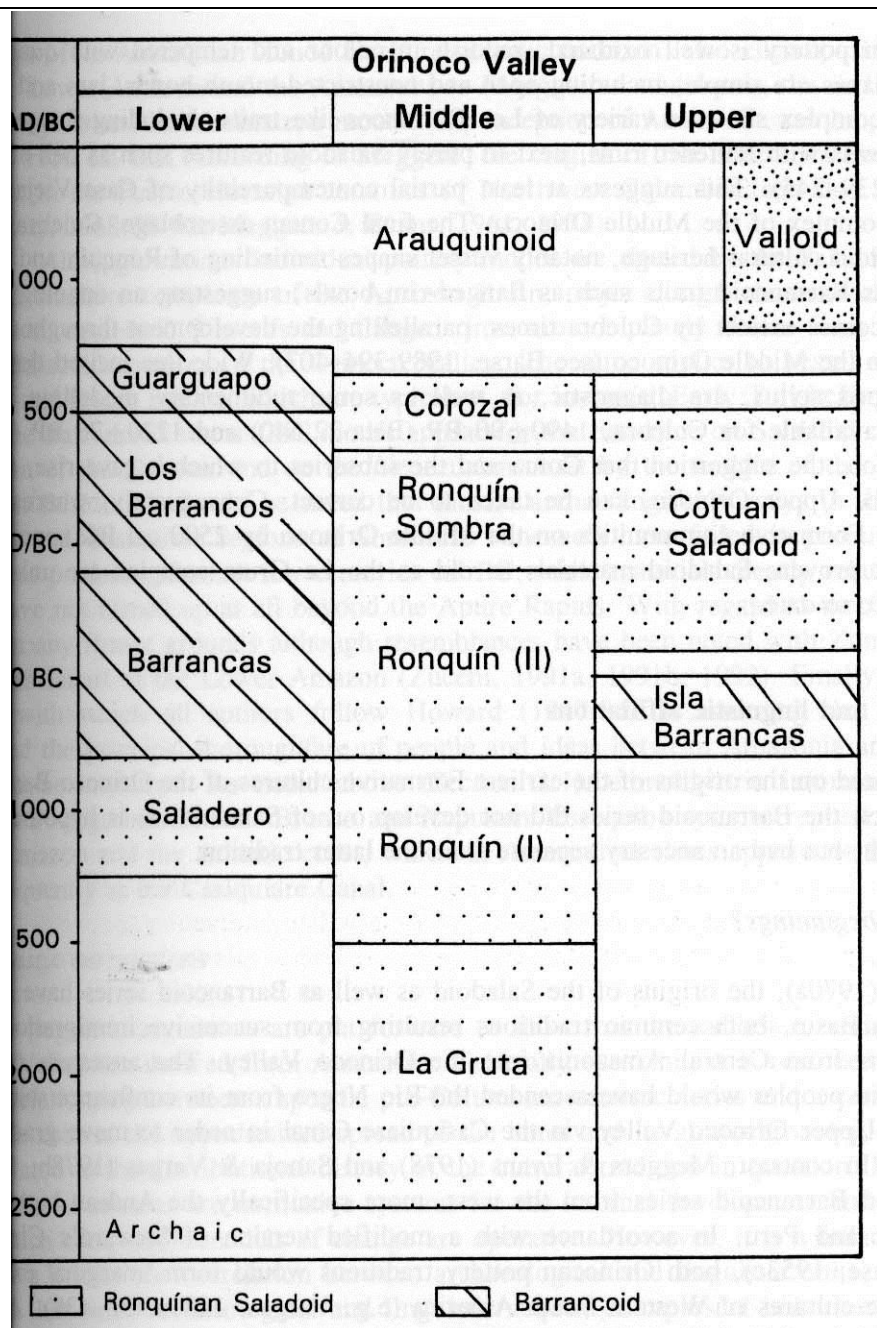


Figura 4.2-3: Cronologia cultural do rio Orinoco (Boomert 2000).

Lathrap e Heckenberger seguem uma longa e ilustre tradição acadêmica na antropologia das terras baixas, que correlaciona a distribuição de cerâmicas com decoração incisa e modelada – presente, de fato tanto na tradição Borda Incisa quanto na série Barrancóide – à expansão de grupos falantes de línguas da família

Arawak (Schimdt 1917, Nordenskiöld 1930). Notável, nesse aspecto, é a obra de síntese de Nordenskiöld, "*L'Archeologie du Bassin de l'Amazonie*", publicada em em 1930, em Paris, onde tal hipótese é ilustrada pela apresentação em uma prancha com apêndices zoomorfos de cerâmicas encontradas desde Trinidad, no Caribe, passando pela região de Santarém até o delta do rio Paraná, na Argentina.

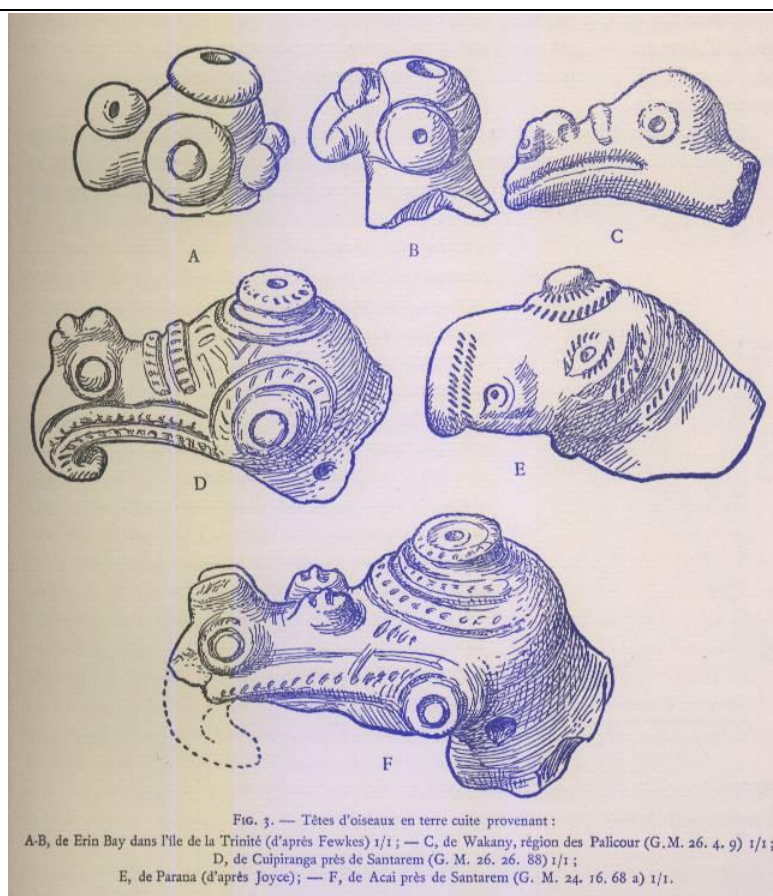


Figura 4.2-4: Prancha que correlaciona a distribuição de cerâmicas com decoração modelada zoomorfa à expansão Arawak (Nordenskiöld 1930).

De fato, as cerâmicas apresentadas na prancha pertencem a complexos cerâmicos conhecidos, do norte para o sul, como "série Arauquinóide" na Venezuela e Guianas, "estilo Konduri", na região de

Santarém e “Goya-Malabrigo” ou “Ribereños Plásticos” no delta do Paraná. Essa profusão de nomes e categorias -fases, tradições, horizontes, estilos, séries etc - mostra a necessidade do estabelecimento de critérios classificatórios que suplantem as tradições acadêmicas locais, geralmente importadas, que caracterizam a arqueologia da América do Sul. Um trabalho como este - verdadeira limpeza dos estábulos de Augias - vai além dos objetivos aqui propostos, mas, menos por questões puramente terminológicas, seria importante para elucidar processos de ampla distribuição geográfica que ocorreram no passado nas terras baixas sul-americanas.

Apesar de contrária à associação entre a série Barrancóide e a tradição Borda Incisa, Meggers (1997) - em um argumento contra a hipótese de que houve diferentes centros independentes de produção inicial de cerâmica na América do Sul - propôs de maneira convincente que a melhor maneira para explicar semelhanças formais e tecnológicas existentes entre complexos cerâmicos nas terras baixas seria a da difusão a partir de centros originais de produção. A hipótese de Meggers parte da premissa de que a produção cerâmica permite uma variabilidade quase ilimitada devido à natureza plástica da argila, à qual se pode conferir um amplo leque de formas e padrões decorativos plásticos e pintados. Nesse sentido, as semelhanças entre as cerâmicas Borda Incisa e Barrancóide não poderiam ser tratadas como coincidências ou processos de

convergência, mas sim como resultado de uma origem comum, embora ainda não se possa estabelecer quais são as relações históricas entre elas. Essa dificuldade resulta em parte da extrema confusão relacionada à definição de uma cronologia para as cerâmicas do baixo e médio Orinoco, onde teoricamente estariam as datas mais antigas para a série Barrancóide, no próprio sítio de Barrancas (Barse 2000. Boomert 2000).

4.3. A Fase Açutuba:

Na Amazônia central, as pesquisas mostraram que cerâmicas inicialmente associadas por Hilbert à fase Manacapuru mostravam uma considerável variabilidade estilística, tecnológica, estratigráfica e contextual. Essas diferenças, sumarizadas na tabela abaixo, levaram à sua divisão em duas categorias distintas: fases Manacapuru e Açutuba (Lima et al. 2006).

Tabela 4.3-1: Quadro comparativo entre as cerâmicas das fases Açutuba e Manacapuru (Lima et al. 2006):

Atributos	Fase Açutuba	Fase Manacapuru
Queima	Oxidada	Não-oxidada
Cauixi como tempero	Presente	Presente
Caraipé como tempero	Presente	Ausente
Formas abertas	Mais frequentes	Menos frequentes
Formas fechadas	Menos frequentes	Mais frequentes
Incisões retilíneas simples ou duplas	Ausentes	Presentes
Incisões curvilíneas simples ou duplas	Mais frequentes	Menos frequentes

Excisão sobre engobo vermelho	Presente	Ausente
Ponteadado	Ausente	Presente
Acanalado	Presente	Ausente
Apêndices zoomorfos modelados	Presente	Presente
Flanges Labiais	Presentes	Presentes
Flanges Mesiais	Presentes	Ausentes
Engobo vermelho	Presente	Presente
Engobo branco	Presente	Raro
Pintura policroma	Presente	Ausente

Às diferenças formais e estilísticas se acrescentam outras dimensões de variabilidade no contexto Açutuba/Manacapuru. No que se refere à cronologia, sítios ou ocupações com cerâmicas Açutuba são consistentemente mais antigos que os com cerâmicas Manacapuru. O contexto dos depósitos é também diferente: ocupações da fase Açutuba podem ocorrer associadas a terras pretas ou em matrizes indiferenciadas das características normais dos solos da região, seja eles argilosos, como nos sítios Hatahara e Lago Grande, seja eles arenosos, como no sítio Açutuba. Nos sítios Açutuba, Hatahara e Lago Grande as camadas associadas à fase Açutuba são normalmente profundas, variando de 60 a 100 cm abaixo da superfície.



Figura 4.3-1: Escavação do sítio Açutuba – depósito enterrado com camada de ocupação da fase Açutuba. Foto: E. Neves.

Já no sítio Jacuruxi, localizado em uma área de floresta alta próximo a uma rede de lagos da várzea do rio Solimões, encontrou-se uma associação entre a ocupação Açutuba e uma camada de terra preta enterrada (Figura 4.3-2) em um contexto importante por tratar-se de um sítio unicomponencial, o que assegura que a terra preta está de fato associada à ocupação Açutuba.



Figura 4.3-2: Sítio Jacuruxi: depósitos da fase Açutuba associados a terras pretas do começo do primeiro milênio DC.

As datas obtidas para esse depósito, dos séculos VI e VII DC, são também importantes porque um pouco mais tardias para os outros depósitos enterrados sem associação com camadas de terra preta. A comparação entre esses contextos mostra que, na Amazônia central, a formação de terras pretas está associada às ocupações Açutuba e data do século II DC (Figura 4.3-3). As datas radiocarbônicas obtidas para as ocupações Açutuba são listadas na tabela abaixo.

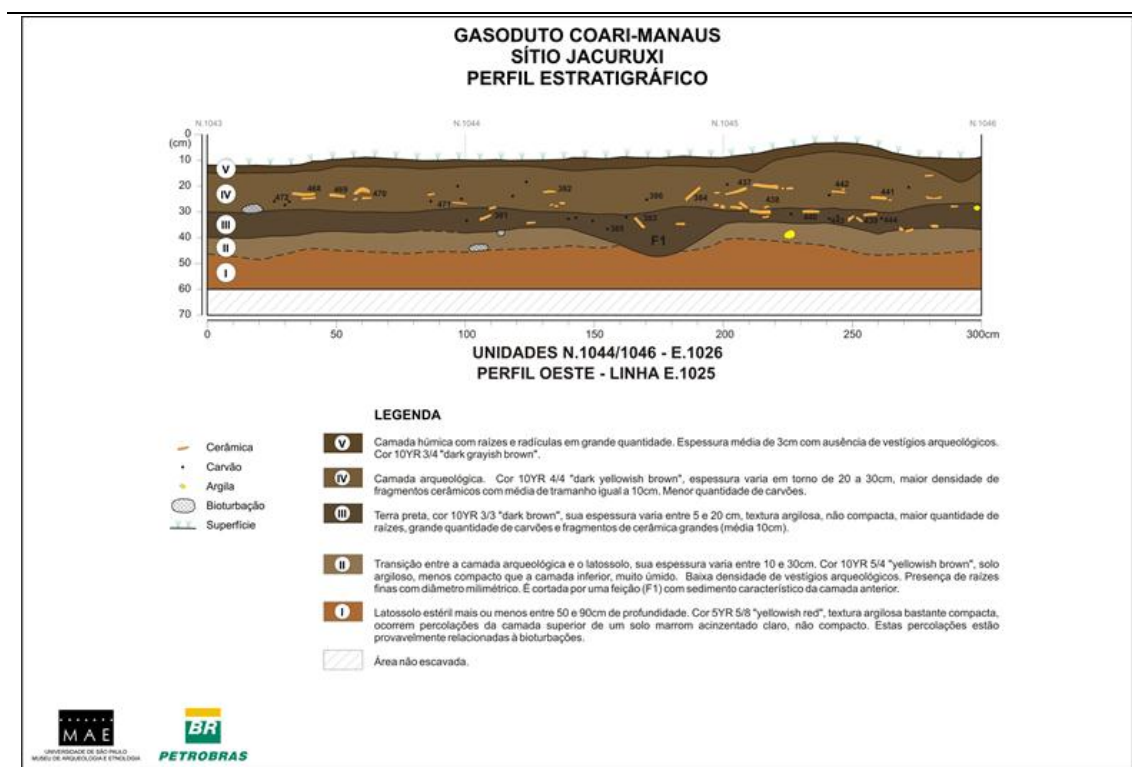


Figura 4.3-3: Perfil estratigráfico do sítio Jacuruxi.

Tabela 4.3-1: Sítios Açutuba (Ac), Hatahara (Hat), Lago Grande e Jacuruxi (Jc) – Datas radiocarbônicas de ocupações da fase Açutuba (Lima 2008, Lima et al. 2006).

NºAmostra	Proveniência	Prof.	Data (1σ)	Nº Lab.
Ac 2611	T10	65 cm	1590±40 BP	Beta 178908
Ac 2652	T10	77 cm	1610±90 BP	Beta 178909
Ac 2230	T9	90-100 cm	2280±100 BP	Beta 178910
Ac 1A	U2	70-80 cm	1800±80 BP	Beta 90724
Hat 1860	N1152 W1360	170-180 cm	2310±120BP	Beta 143597
LG 566	N508 E596	100 cm	1940±60 BP	Beta 178920
Jc	N1001 E1180	21 cm	1500±40 BP	Beta 242441
Jc	N1000 E1003	35 cm	1580±40 BP	Beta 242442

Ocupações da fase Manacapuru, presentes nos sítios Açutuba, Osvaldo, Hatahara e Cachoeira, estão por outro lado sempre depositadas em matrizes de terras pretas. A densidade de material arqueológico é, em na maioria dos casos, superior às ocupações da fase Açutuba. No que se refere à cronologia, as datas para as ocupações da fase Manacapuru são contemporâneas às do final da fase Açutuba, mas não se deve pensar que há uma ruptura brusca

entre elas, mas sim um processo de transição local. As datas obtidas para a unidade S710 E1966 do sítio Osvaldo indicam um rápido processo de formação da terra preta, o que mais uma vez sugere uma mudança de modo de vida talvez associada ao aumento da densidade demográfica na região. Essa tendência se tornará visível até atingir o que parece ter sido o apogeu demográfico da Amazônia central, que ocorreu ao redor do ano 1.000 DC.

Tabela 4.3-2: Sítios Açutuba (Ac), Osvaldo (Osv) e Hatahara (Hat)– Datas radiocarbônicas de ocupações da fase Manacapuru (com terras pretas).

Nº Amostra	Proveniência	Prof.	Data (1σ)	Nº Lab.
Ac II-B	U1	30-40 cm	1270±60 BP	Beta 90723
Ac II-B	U1	40-50 cm.	1230±70 BP	Beta 106437
Ac II-B	U1	50-60 cm	1590±60 BP	Beta 106438
Osv 332	S700 E1895 SE	20-30 cm	1350±40 BP	Beta 143627
Osv 581	S845 E2046 SE	40-43 cm	1100±40 BP	Beta 143626
Osv 170	S710 E1966	50-60 cm	1350±30 BP	Beta 143616
Osv 435	S710 E1966	61 cm	1340±40 BP	Beta 143617
Osv 505	S710 E1966	66 cm	1350±40 BP	Beta 143618
Osv 270	S845 E1921 SE	60-70 cm	1260±30 BP	Beta 143623
Osv 456	S710 E1966	73 cm	1320±60 BP	Beta 143619
Osv 457	S710 E1966	76 cm	1310±40 BP	Beta 143620
Hat 1892	N1152 W1360	155 cm	960±40 BP	Beta 143595
Hat 1855	N1152 W1360	160-170 cm	1070±70 BP	Beta 143596
Hat 1869	N1152 W1360	180-190 cm	1080±40 BP	Beta 143598
Hat 1873	N1152 W1360	192 cm	1300±40 BP	Beta 143599

Outra fonte para determinar a cronologia das ocupações da fase Manacapuru são as datas obtidas para a unidade N500 E500 do sítio Lago Grande, já que fragmentos cerâmicos Manacapuru são sistematicamente presentes, embora em pequena quantidade, em todos os níveis da unidade, com frequências que variam de acordo

com a frequência das cerâmicas da fase Paredão ali escavadas (Donatti 2003). Análises por ativação de nêutrons feitas com essas cerâmicas indicam que elas têm um perfil tecnológico bastante distinto das cerâmicas Paredão encontradas no mesmo depósito, o que sugere a prevalência de um sistema de trocas que incluía a circulação de vasos (Hazenfratz et al. 2012). Conforme se discutirá posteriormente, esses dados são compatíveis com outras informações, tais como o formato das aldeias, sugerindo que, ao final do primeiro milênio DC a Amazônia central era ocupada por grupos que compunham um sistema regional multi-étnico semelhante ao verificado no presente no alto Xingu.

Tabela 4.3-3: Sítio Lago Grande – Datadas ^{14}C dos carvões do perfil da unidade 1 (N500 E500).

Nº Amostra	Prof(cm)	Data – (1 σ)	Nº Laboratório
319	36	1050+-40 BP	Beta 143600
324	75	950+-40 BP	Beta 143601
326	83	950+-30 BP	Beta 143602
321	89	960+-30 BP	Beta 143607
325	118	1130+-40 BP	Beta 143604
322	123	1150+-40 BP	Beta 143603
329	142	1100+-30 BP	Beta 143605
330	158	1260+-40 BP	Beta 143606

A variabilidade cronológica das ocupações das fases Açutuba e Manacapuru na Amazônia central é sumarizada na tabela abaixo:

Tabela 4.3-4: Variabilidade cronológica das ocupações das fases Açutuba e Manacapuru na Amazônia central.

Fase	Variação cronológica aproximada
Manacapuru	600 – 1000 DC
Açutuba	300 AC – 600 DC

Cerâmicas Pocó-Açutuba são caracterizadas pelo uso sofisticado da decoração pintada e plástica. Na pintura, destaca-se o uso de uma ampla palheta de cores, de fato a mais ampla registrada entre as cerâmicas amazônicas antigas e contemporâneas, que inclui o amarelo, o laranja, o vermelho, o vinho e o branco (imagem). Os motivos pintados são geométricos e têm a forma de volutas. A decoração plástica inclui o amplo uso do modelado, sob a forma de apêndices zoomorfos e antropomorfos, aplicados sobre os lábios, as flanges labiais ou as bordas dos vasos. Ainda na decoração plástica, é comum também o uso de algumas técnicas características de complexos mais tardios, como a fase Marajoara e a fase Guarita da Amazônia central. Com a fase Marajora, as cerâmicas Pocó dividem, além da decoração polícroma, o uso da excisão como elemento de criação de contrastes em campos decorativos e o uso de apliques antropomorfos e zoomorfos modelados. É importante aqui destacar que a excisão é um dos elementos decorativos mais marcantes da cerâmica Marajora, sendo, de acordo com Meggers e Evans (1957: 54), definindo inclusive um tipo da fase, o "Aiari exciso". Na ilha de Mexiana, também na foz do Amazonas, cerâmicas da fase Acauan, ainda sem datas (Meggers & Evans 1957), têm cerâmicas com padrões de excisão, para a criação de contrastes entre campos decorativos, notavelmente semelhantes às cerâmicas Pocó, embora sem o uso de apêndices modelados (Meggers & Evans 1957: pranchas 90-92).

Há também outra técnica decorativa, comum nas cerâmicas da fase Açutuba da Amazônia central, que reaparece posteriormente associada a outro complexo cerâmico: a construção de flanges mesiais. Flanges mesiais são formadas pela adição de um ou mais roletes à parede dos vasos - geralmente na sua parte mesial ou mesial-superior - formando uma espécie de cintura ao longo do perímetro. Na fase Guarita, datada a partir do final do primeiro milênio DC, portanto centenas de anos após o desaparecimento das ocupações Pocó-Açutuba, flanges mesiais são tão comuns a ponto de poder ser consideradas como “fósseis-guia” dessas ocupações (Tamanaha 2012). É notável, portanto, como alguns elementos formais e decorativos exclusivos de cerâmicas da tradição polícroma, como a excisão na fase Marajoara e as flanges mesiais na fase Guarita, sem falar, é claro no uso disseminado da própria policromia, têm antecedentes nas cerâmicas Pocó-Açutuba. Tais conexões apontam para uma relação histórica entre esses complexos, ainda que não haja ainda elementos para que se compreenda como isso ocorreu.





Figura 4.3-4: Fragmentos cerâmicos da fase Açutuba na Amazônia Central – exemplos de decoração plástica e pintada.

Menos que propor uma discussão puramente tipológica, a definição da fase Açutuba na Amazônia central permitiu que se estabelecessem paralelismos com as cerâmicas Pocó, definidas por Hilbert & Hilbert (1981), mas que até então estavam desassociadas de outros complexos cerâmicos amazônicos. Em todas essas áreas, as ocupações Pocó/Açutuba ocorreram após hiatos na sequência e são sinais evidentes de um processo visível de antropização da paisagem.

4.4 A Tradição Pocó:

Em 2006, quando se identificou a fase Açutuba, pareciam claras as correlações entre ela e as cerâmicas antigas dos sítios Pocó e Boa Vista, dos rios Trombetas e Nhamundá, no baixo Amazonas (Hilbert & Hilbert 1980). Nos últimos anos, no entanto, pesquisas realizadas no próprio Trombetas (Guapindaia 2008), em Santarém (Gomes 2011),

no lago Amanã, próximo a Tefé (Costa 2012) e em La Pedrera, no rio Caquetá (Morcote-Rios 2011) mostram um surpreendente padrão de distribuição com as mesmas características formais e decorativas, datadas do primeiro milênio AC. Em alguns desses casos, como La Pedrera, há uma clara associação entre ocupações Pocó-Açutuba e a formação de solos antrópicos, no rio Caquetá, próximo a atual fronteira entre o Brasil e a Colômbia, no século VII AC (Morcote-Rios 2011). Próximo à foz do mesmo rio, já no lado brasileiro, escavações no sítio Boa Esperança, no Lago Amanã, indicaram também a presença de materiais Pocó-Açutuba, também em sítios de terra preta, embora sem uma associação estratigráfica tão clara, com datas chegam ao século VII AC.

No baixo Amazonas - na cidade de Santarém e no rio Trombetas - escavações recentes também têm mostrado contextos Pocó-Açutuba associados ao início da formação de terras pretas nessas áreas. No sítio Boa Vista, no baixo rio Trombetas, Guapindaia (2008) identificou camadas Pocó-Açutuba enterradas sob uma ocupação Konduri e datadas entre 360 AC e 410 DC.



Figura 4.4-1: Vasilhame da fase Pocó in situ, sítio Boa Vista, rio Trombetas. Cortesia: Vera Guapindaia.

No mesmo sítio, mas em pesquisas realizadas em 1975, Hilbert e Hilbert (1980), foram os pioneiros em identificar cerâmicas Pocó, em ocupações datadas do início da era cristã. Esses mesmos autores, no entanto, obtiveram datas ainda mais antigas para essas ocupações, situadas em cerca entre 1.300 e 1.000 AC, resultados que foram à época descartados, mas que podem fazer sentido à luz de dados mais recentes, como se discutirá a seguir. Na cidade de Santarém, Gomes (2011: 289), na escavação do sítio Aldeia, identificou camadas de ocupação Pocó-Açutuba datadas entre 1.000 AC e 200 DC. Na região do lago de Silves, Simões escavou cerâmicas datadas do século II DC, que interpretou à época como materiais

antigos da tradição policroma (Simões & Machado 1987), uma informação também incorporada por Meggers e Evans, no que foi provavelmente o último artigo de síntese por eles escrito sobre a arqueologia da Amazônia (Meggers & Evans 1983). A idade das datas, no entanto, sugere que os materiais escavados por Simões são provavelmente Pocó-Açutuba, uma vez que a decoração policroma é comum nessas cerâmicas. Cerâmicas da tradição policroma, que apesar do nome não incluem Pocó nem Açutuba, são muito mais recentes na região do Lago de Silves, sendo datadas do final do primeiro milênio DC (Simões & Machado 1987).

Finalmente, em 2011, o Museu de Arqueologia e Etnologia recebeu uma pequena coleção de cerâmicas coletadas por um entomólogo já falecido, professor da USP, que fazia trabalho de campo na região do baixo rio Branco, em Roraima, na área de transição entre os campos e a floresta, a jusante de Bela Vista, já no sul do estado. Esses materiais não foram datados, nem tampouco há sobre eles informações contextuais, mas as características das cerâmicas são típicas do conjunto Pocó-Açutuba (Figura 4.4-2).



Figura 4.4-2: Amostras de fragmentos cerâmicos Pocó, rio Branco, Roraima. Fotos: Fernando Almeida.

Essas informações, ainda preliminares, mostram que os materiais Pocó-Açutuba têm uma ampla distribuição pela Amazônia, se espalhando, de oeste para leste, ao longo de uma linha reta de mais de 1.600 km, desde La Pedrera até Santarém, e, de norte a sul, de mais de 700 km, desde o baixo rio Branco até a região de Manaus. Tal padrão amplo permite que essas ocupações sejam tratadas como uma tradição distinta, a tradição Pocó, ou pelo menos como um

componente distinto da tradição Borda Incisa. O objetivo, nunca é demais repetir, é menos o de complicar o já confuso quadro cronotipológico das terras baixas sul-americanas e mais o de ressaltar para a singularidade das ocupações Pocó, dentre as quais se destacam:

- 1) Sua já mencionada amplitude geográfica, que sem dúvida aumentará à medida que novas regiões sejam pesquisadas,
- 2) O fato de que os sítios com esses materiais representam em muitos casos os primeiros sinais de ocupação humana após longos hiatos no Holoceno médio,
- 3) A associação entre algumas dessas ocupações e o início da produção de terras pretas, um indicador do estabelecimento de modos de vida sedentários, ao longo da calha do Amazonas,
- 4) A associação, já notada por Guapindaia (2008) entre as ocupações Pocó e a habitação de áreas ao longo dos grandes rios ou lagos da região. De fato, até o momento, todos os sítios ou ocupações Pocó localizados estão situados às margens de grandes rios ou lagos, como o Caquetá/Japurá, Solimões, Branco, Negro, Trombetas e Tapajós,
- 5) A própria singularidade dessas cerâmicas, que sem dúvida têm o mais amplo repertório decorativo entre todas as tradições ou complexos amazônicos, comparado apenas à fase Marajoara, o que provavelmente não é uma coincidência, conforme se discutirá a seguir,

- 6) Ainda sobre as características formais e decorativas, a absoluta diferença entre as cerâmicas Pocó e as cerâmicas mais antigas conhecidas na Amazônia (Taperinha, Mina, Parauá, cerâmicas do rio Uaupés, fase Bacabal),
- 7) A presença constante de feições com concentrações de cerâmicas, presentes nos sítios Boa Vista (Guapindaia 2008), Aldeia (Gomes 2011), Hatahara (Neves 2003) e Boa Esperança (Costa 2012) (Figura 4.4-3). No sítio Boa Esperança, Costa (2012) identificou com clareza como uma feição associada à ocupação Pocó contem cerâmicas distintas que, após datadas, mostraram ser ainda mais antigas, com datas que chegam ao início do primeiro milênio AC. A atividade de enterramento desses fragmentos mais antigos parece indicar algum tipo de atividade de preparação do espaço do sítio, como se este fosse simbolicamente limpo das ocupações anteriores e preparado para a ocupação Pocó.

Tais características permitem que se tratem as ocupações Pocó como uma “cultura arqueológica”, conforme a definição de Childe (1957) recentemente reciclada por Anthony (2007).



*Figura 4.4-3: Carlos Augusto da Silva escavando uma feição da fase Açutuba.
Foto: E. Neves.*

Esses elementos indicam também que as ocupações Pocó têm um caráter histórico distinto, cuja principal marca foi iniciar o período de antropização mais intensa da Amazônia, iniciado no primeiro milênio. Se correta, esta é uma informação importante, que contribui para o desenvolvimento dos estudos de Ecologia Histórica, porque mostra que os processos de antropização e criação de paisagens na Amazônia não foram constantes e tampouco regulares ao longo do tempo (Neves & Petersen 2006, Neves 2011).

Baseado nessas considerações pode-se vislumbrar hipoteticamente o contexto do início das ocupações Pocó. Em primeiro lugar, a grande diferença entre essas cerâmicas e as cerâmicas amazônicas mais antigas, ou mesmo da mesma idade -

como o caso da fase Ananatuba, na ilha de Marajó (Meggers & Evans 1957), - indica duas possibilidades: introdução externa, a partir de um centro de origem no norte do continente, ou então o desenvolvimento local. O padrão de distribuição de datas, nesse caso, tampouco é elucidativo: embora as datas do primeiro milênio AC na bacia do Caquetá-Japurá, sugiram uma origem no noroeste da Amazônia, as datas publicadas por Gomes (2011), bem como as datas rejeitadas por Hilbert & Hilbert (1980) indicam ocupações no final do segundo milênio AC na região do Tapajós-Trombetas. Uma comparação com os complexos cerâmicos do baixo Orinoco - que mostram a presença de figuras incisas e modeladas e decoração pintada associadas às séries Barrancóide e Saladóide - é uma possibilidade, mas tampouco estão claras as relações entre esses complexos e sua cronologia.

Enquanto não se resolvem os problemas cronológicos e tipológicos relativos à origem das cerâmicas Pocó, pode-se, por outro lado, destacar as inovações notáveis no registro arqueológico da Amazônia resultantes dessas ocupações.

A primeira inovação diz respeito à introdução do modelado como recurso decorativo nas cerâmicas Amazônicas. Embora a decoração plástica, exercida através de incisões, já seja notável em complexos mais antigos, como a fase Bacabal do rio Guaporé, datada em 1.800 AC (Miller 2009) e a fase Ananatuba, na ilha de Marajó (Meggers & Evans 1957), datada em 1.400 AC, é a partir do

aparecimento das cerâmicas Pocó que o uso de apêndices zoomorfos e antropomorfos modelados se tornará comum até se disseminar completamente por diferentes tradições, fases ou estilos – incluindo, por exemplo, Marajoara, Guarita, Santarém, Konduri e, é claro, Borda Incisa - da Amazônia no final do primeiro milênio DC. Pode-se, portanto, afirmar que há uma influência simbólica, religiosa ou ideológica associada ao estabelecimento de grupos que produziam cerâmicas Pocó sobre as populações.

Em uma resposta às críticas elaboradas à hipótese que correlaciona a expansão dos grupos falantes de línguas indo-europeias à expansão da agricultura e pastoreio pela Europa no início do Holoceno, Colin Renfrew (2000) elaborou um argumento que justifica o uso de correlações entre padrões no registro arqueológico e outros padrões culturais, como por exemplo, agrupamentos de línguas. Para Renfrew, tais correlações são mais fortes nos casos de colonização inicial de áreas previamente desabitadas, como a Polinésia anterior à ocupação de falantes de línguas austronesianas, caracterizada pelo complexo arqueológico Lapita (Kirch 1997), ou então nos casos onde um grupo com uma tecnologia diferente ocupa uma área previamente ocupada por grupos com modos de vida totalmente distintos, como é o caso dos falantes de línguas Arawak e os sítios com cerâmica da série Saladóide no Caribe (Rouse 1992). Nesse sentido, é possível se postular que os grupos que produziam cerâmicas Pocó eram provavelmente falantes de línguas

geneticamente próximas entre si, mais ou menos como os grupos falantes de línguas da família Tupi-Guarani no litoral Atlântico no início do segundo milênio DC. Se essa hipótese estiver correta, é provável que esses grupos falassem línguas da família Arawak, de acordo com a velha hipótese de Nordenskiöld (1930).

A hipótese de correlação entre falantes de línguas Arawak e grupos produtores de cerâmicas incisas e modeladas, como é o caso de Pocó, vem desde o início do século XX. O fato de Pocó ser o conjunto de cerâmicas incisas e modeladas mais antigas encontradas até o momento na Amazônia confere apoio a esta hipótese, embora não a prove. É certo, no entanto, que as línguas Arawak foram as que tiveram a dispersão mais ampla pelas terras baixas da América do Sul, já que, à época da conquista, eram faladas desde as Bahamas até o Paraguai e desde o sopé dos Andes até o litoral do Atlântico (Urban 1992). Os mecanismos subjacentes à expansão dos grupos falantes de língua Arawak é ainda controverso, mas muitos autores (Arroyo-Kalin 2008, Ericksen 2011, Lathrap 1970. Heckenberger 2002, Hornborg 2005) associam tal processo à adoção da agricultura de mandioca. De fato, a hipótese de Lathrap tem em muitos aspectos a mesa base dos argumentos propostos por Renfrew (1987) para explicar a expansão indo-europeia: que a adoção da agricultura provocou crescimento demográfico e consequente expansão geográfica – ou “difusão dêmica” – de populações específicas, no caso da Amazônia os falantes de língua da família Arawak. Para

Lathrap (1970) os correlatos materiais dessa expansão seriam vistos nos sítios com cerâmicas com decoração incisa e modelada (ou da série Barrancóide e da tradição Borda Incisa) distribuídos pela Amazônia e norte da América do Sul.

Heckenberger (2002) refinou ainda mais a hipótese de Lathrap e acrescentou, aos correlatos arqueológicos anteriormente propostos, também a ocupação de aldeias de formato circular, um padrão claramente associado à ocupação das primeiras aldeias dos grupos falantes de línguas Arawak no Caribe insular (Petersen et al. 1996). Os dados atualmente disponíveis não permitem que se estabeleça qual era a forma dos assentamentos com cerâmicas Pocó-Açutuba. Na área de confluência dos rios Negro e Solimões, no entanto, foi detectado um claro padrão de ocupação de aldeias de formato circular ou de ferradura associadas a cerâmicas das fases Manacapuru e Paredão, que são mais tardias que Pocó, mas que também têm cerâmicas com decoração incisa em modelada e são classificadas na tradição Borda Incisa.

A classificação filogenética das línguas da família Arawak recentemente publicada por Walker & Amarante (2010), traz também uma contribuição para essa discussão ao mostrar que a distribuição das línguas Arawak, em termos de semelhanças de cognatos, se parece muito mais com um arbusto que com o modelo clássico de árvore. Tal configuração é por sua vez compatível com uma hipótese que postule que a expansão antiga dos grupos falantes de línguas

Arawak foi rápida e levou à colonização quase simultânea de áreas distantes entre si, o que por sua vez é também compatível com o padrão de distribuição ampla e aparentemente simultânea – em termos arqueológicos – de sítios com materiais Pocó-Açutuba no primeiro milênio AC.

4.5 O desaparecimento das ocupações Pocó-Açutuba na Amazônia central

No século VII DC não há mais sítios, camadas ou contextos associados a cerâmicas Pocó-Açutuba. A partir dessa época é visível um processo de mudança lento, mas cumulativo, que tem a ver com a inserção na área de ocupações associadas às fases Manacapuru e Paredão. No momento, a data mais antiga disponível para a fase Manacapuru é do início do século V DC (Hilbert 1968). No século VI e VII ocupações Manacapuru vão ficando cada vez mais visíveis e maiores, até atingir proporções realmente grandes no final do primeiro milênio. Tais ocupações são normalmente associadas a solos de terras pretas.

O único contexto claro de associação entre terras pretas e ocupações Pocó-Açutuba na área de estudo vem do sítio Jacuruxi onde há uma camada enterrada de solos antrópicos. Nesse sítio, a ocupação Pocó-Açutuba é datada do século VI DV, o que corresponde ao final da ocupação. No geral, no entanto, as ocupações Pocó-

Açutuba na área parecem ter sido de curta duração, já que não produziram modificações visíveis na coloração e pH do solo.

As semelhanças entre as cerâmicas Pocó-Açutuba e as cerâmicas da fase Manacapuru são grandes o suficiente para que se postule uma relação histórica entre elas. Dentre os elementos decorativos, formais e tecnológicos em comum há: o uso do cauxi como tempero, embora também de maneira não predominante, a construção de flanges labiais como suporte para a decoração plástica modelada, e o uso da incisão como elemento decorativo primordial. Notável, no entanto, na cerâmica Manacapuru é a diminuição drástica do uso da policromia – embora a pintura continue presente –, com uma redução significativa da palheta cromática. Em geral, vasos Manacapuru são mais sóbrios que os vasos Açutuba, em contrapartida a um esmero maior na produção da pasta, que é menos friável, e na queima, que produziu vasos com maior dureza.

Se de fato houve um processo local de transição entre as ocupações Pocó-Açutuba e as ocupações Manacapuru na Amazônia central, esta deve ter sido a manifestação local de uma história de longo prazo, sem rupturas marcantes nas formas de ocupação e nas cerâmicas. Com efeito, as poucas evidências até o momento disponíveis apontam para algo do tipo, uma história centenária, de 300 AC a 600 DC, com poucas mudanças visíveis, típica de sociedades frias, conforme a definição de Levi-Strauss em “O Pensamento Selvagem”. Tais regimes de historicidade, conforme se

verá a seguir, são bastante diferentes dos de outras sociedades indígenas que posteriormente deixaram registros na Amazônia central, nas quais a história e o próprio tempo parecem ter sido mais acelerados.

Os indígenas que produziram cerâmicas Pocó-Açutuba eram grupos que exploravam e manejavam a Amazônia com uma tecnologia aparentemente nova para a época que deveria incluir uma ênfase maior no cultivo de plantas domesticadas, embora não seja possível afirmar que tenham sido agricultores. Essa tecnologia permitiu que se espalhassem por uma grande área, ocupando locais anteriormente vazios ou previamente habitados por populações culturalmente distintas. Não há até o momento evidências que mostrem a associação entre conflitos e as ocupações Pocó-Açutuba, o que pode sugerir o estabelecimento, nos casos de grupos que já habitavam anteriormente essas áreas, algum tipo de relação horizontal que permitisse a incorporação desses povos por relações de comércio ou casamento como se vê atualmente em áreas que têm influência de grupos Arawak em sua ocupação, como é o caso do alto rio Negro e o alto Xingu.

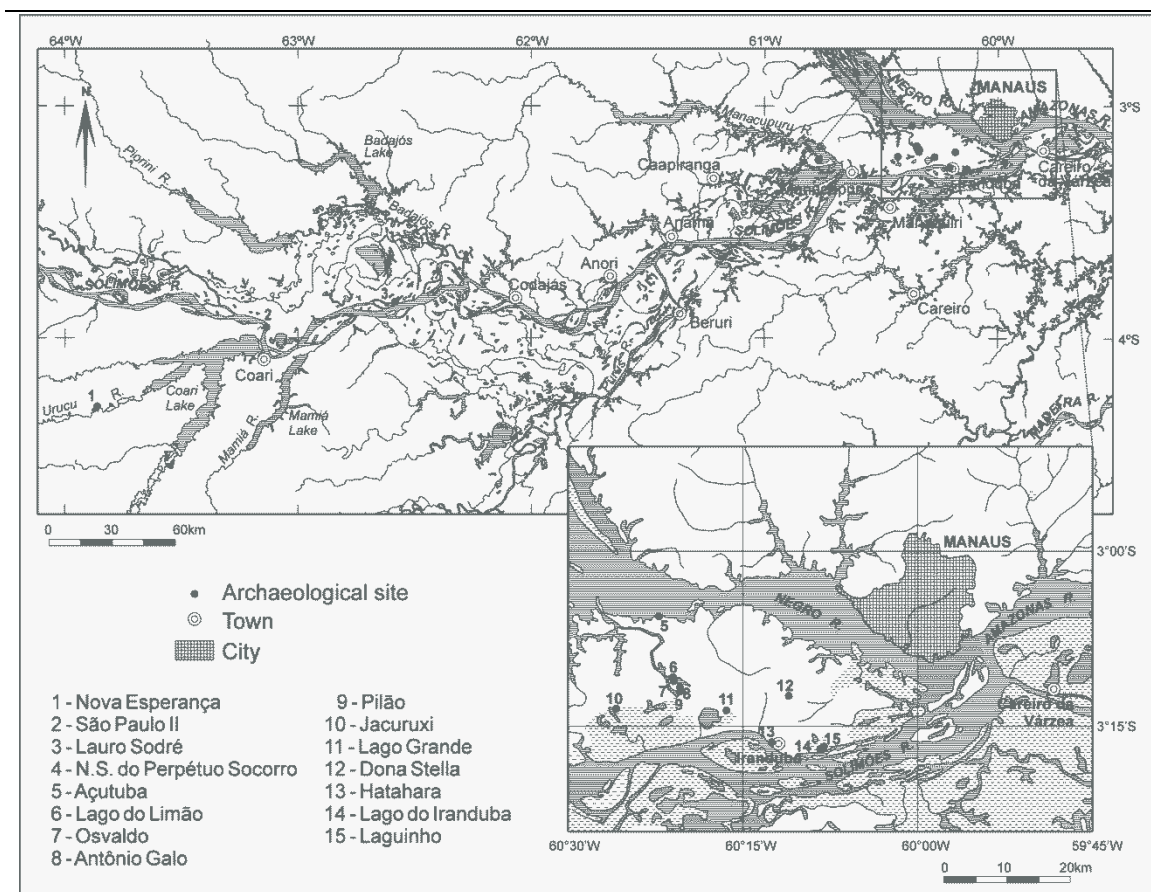
5. O apogeu demográfico da Amazônia central: as ocupações Manacapuru e Paredão - As Sociedades Frias do Primeiro Milênio DC

5.1. Introdução:

A partir do século VI DC, ocupações com cerâmicas da fase Manacapuru se tornam mais comuns e visíveis no registro arqueológico da Amazônia central. Foi também a partir dessa época que a formação de terras pretas passou a ser mais comum, tornando-se, até o início da conquista europeia, uma característica marcante das ocupações da região. A pesquisa arqueológica estabeleceu com clareza que a área de confluência dos rios Negro e Solimões foi ocupada simultaneamente por grupos que produziram cerâmicas das fases Manacapuru e Paredão. Tais cerâmicas têm, respectivamente, sido foco de estudos exaustivos de Helena Pinto Lima (2008) e Claide de Paula Moraes (2007), que dominam indiscutivelmente o tema. Por essas razões, a discussão aqui apresentada, principalmente no que se refere às cerâmicas, se beneficiará desses dois autores. Já que esse texto se trata de uma tese de livre-docência, gostaria de registrar aqui meu orgulho em ter tido dois alunos tão brilhantes como estes, atualmente professores na Universidade Federal do Amazonas e Universidade Federal do Oeste do Pará.

Boa parte das informações disponíveis sobre as ocupações Manacapuru vêm da escavação de alguns sítios localizados entre o rio Manacapuru e o rio Negro, na margem norte do rio Solimões. São

eles os sítios Osvaldo, Açutuba, Hatahara e Cachoeira. Sítios com materiais da fase Paredão, por sua vez, são muito mais frequentes na área e incluem: Lago do Limão, Pilão, Antônio Galo, Lago Grande, Açutuba, Hatahara, Lago do Iranduba e Laguinho (Figura 1 – Mapa com os sítios).



*Figura 5.1-1: Mapa com a localização dos sítios na área de confluência.
Desenho: Marcos Brito.*

Se considerarmos a área atual da cidade de Manaus, o número de sítios da fase Paredão é ainda maior: alguns dos principais marcos urbanos da cidade estão assentados sobre depósitos arqueológicos dessa fase, como o caso das praças D. Pedro II e da Saudade, localizadas no Centro (Lima & Moraes 2010). De fato, o viajante

francês Paul Marcoy, ao passar por Manaus em meados do século XIX notou, na atual Praça D. Pedro II, um conjunto de urnas aflorando que registrou em uma gravura que ilustra seu diário de viagem. O material da Praça D. Pedro, registrado por Hilbert nos anos 50 como parte do “sítio Manaus” tem sido escavado assistematicamente ao longo dos anos o que, associado aos impactos sofridos pelo sítio por conta do crescimento da cidade, reduzem muito seu potencial informativo. Ainda em Manaus foi localizado por Hilbert (1968) o próprio sítio Paredão, situado na estrada homônima, próximo ao aeroporto da Ponta Pelada, às margens do rio Negro, mas hoje totalmente destruído.

Finalmente, também em Manaus se identificou em 2003 o sítio Nova Cidade, um grande sítio da fase Paredão localizado longe dos rios Negro e Amazonas, um dado de grande importância por mostrar a presença de assentamentos de grande porte em áreas de terra firme (Figura 5.1-2). O sítio foi, no entanto, completamente destruído para a construção de um conjunto habitacional. Após a realização das terraplanagens, em um esforço de estimar o impacto sofrido pelo sítio, identificou-se a base de cerca de 200 urnas ou vasos depositados *in situ*, mas destruídos pelas máquinas (Figura 5.1-3).

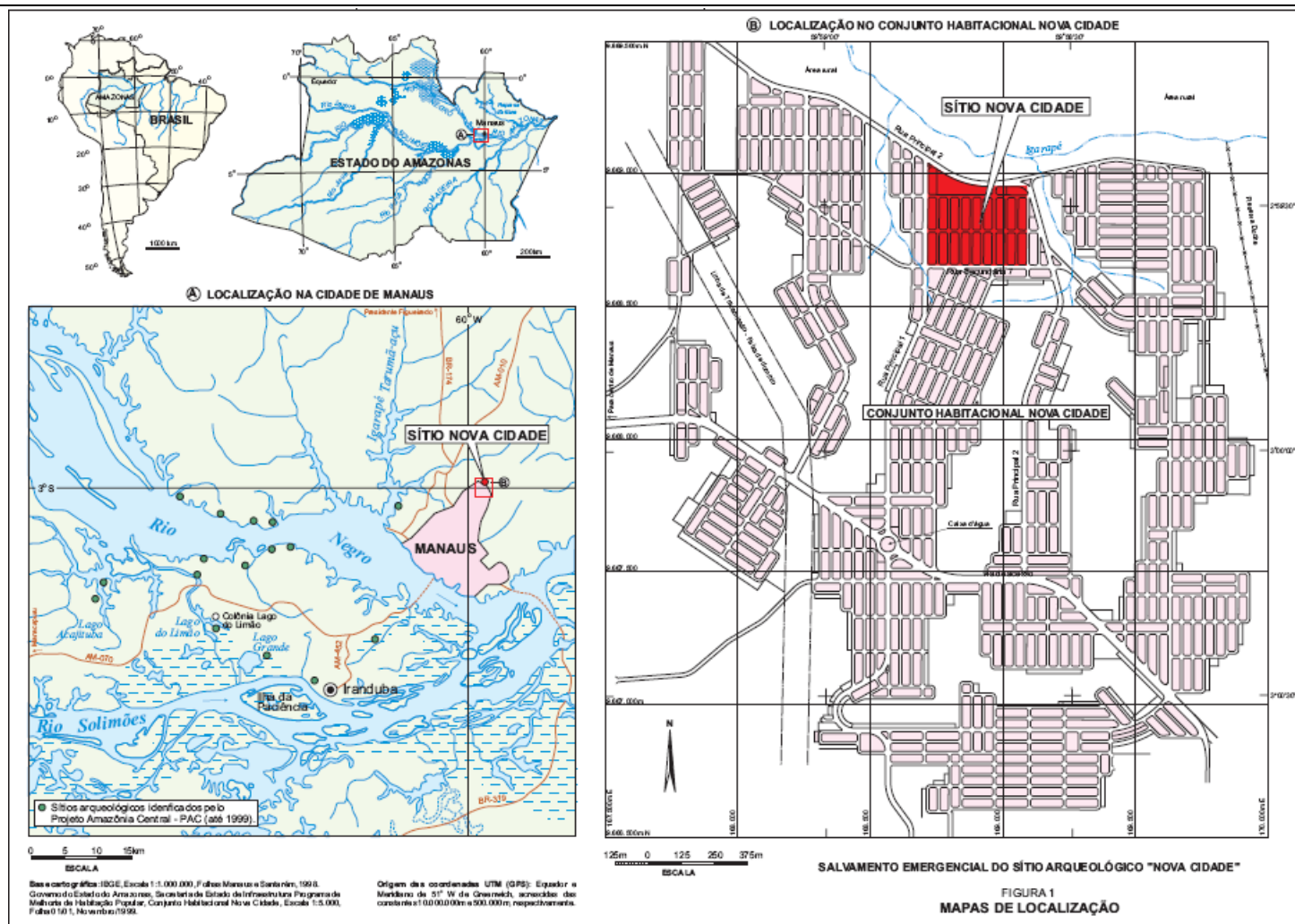


Figura 5.1-2: Localização do sítio Nova Cidade na periferia de Manaus.



Figura 5.1-3: Sítio Nova Cidade. (acima) Vista da destruição do sítio após a terraplanagem e (abaixo) aspecto da escavação de um dos vasos destruídos pelas obras. Fotos: F. Costa.

5.2 As Cerâmicas Manacapuru e Paredão:

As cerâmicas das fases Manacapuru e Paredão foram classificadas como partes da tradição Borda Incisa (Meggers & Evans 1961, Hilbert 1968). Embora encontradas em épocas concomitantes na área de confluência, e apesar de visíveis semelhanças entre esses dois complexos, as diferenças entre essas cerâmicas são bem marcadas. Cerâmicas Manacapuru têm um conjunto de vasos de contorno simples, com tempero preponderante de cauxí, embora não

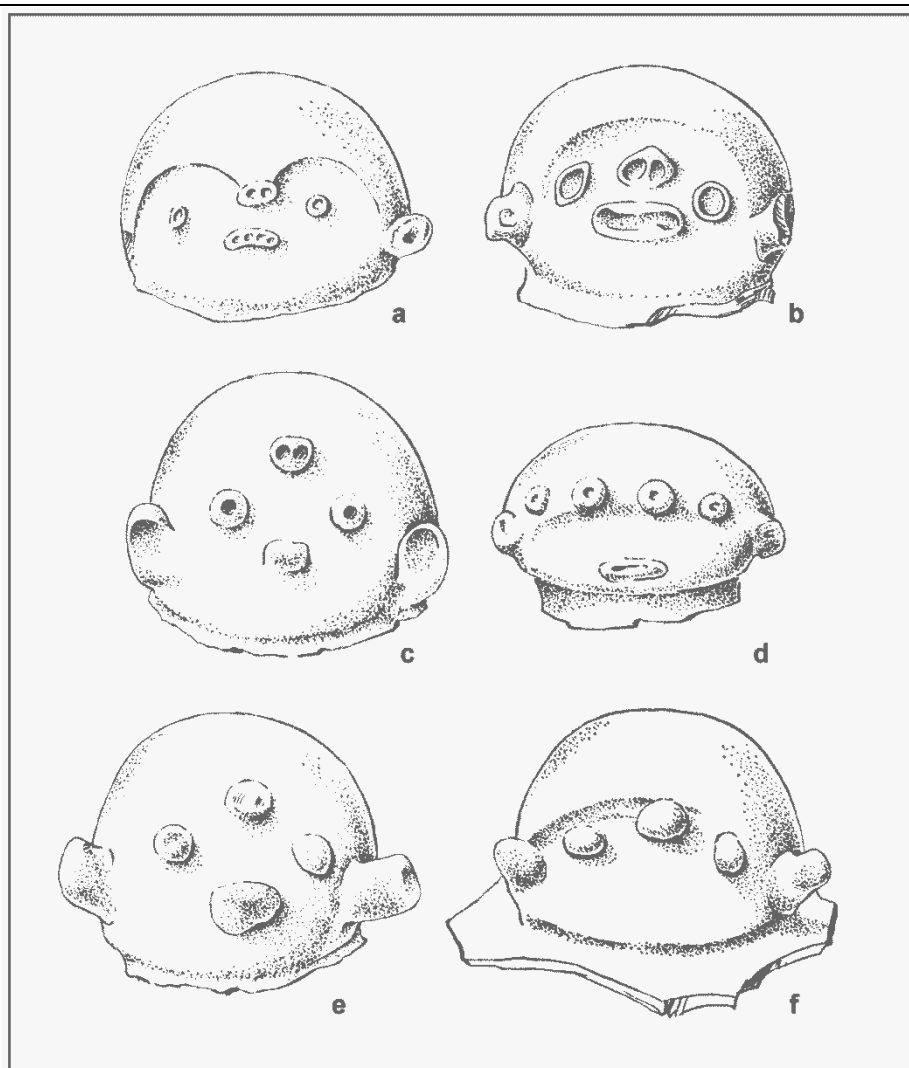
exclusivo, e algumas características formais e decorativas marcantes que incluem: o uso de flange labiais como base para decorações incisais retilíneas ou curvilíneas, em linhas simples ou paralelas; a presença de lábios planos, cortados por espátula ou algum outro instrumento semelhante; a presença de decorações incisais, também retilíneas ou curvilíneas, em linhas simples ou paralelas, na parte superior da borda (por isso “borda incisiva”). A pintura também ocorre, mas com um repertório cromático limitado, restrito ao vermelho. É também comum a presença de apêndices modelados, zoomorfos ou antropomorfos, que podem ocorrer de duas maneiras: como apêndices aplicados ao lábio ou à borda, ou como “falsos apêndices”, que são projeções do lábio formadas pela retirada da pasta nas áreas adjacentes ao ponto que se quer destacar. Urnas funerárias foram também produzidas e são vasos de contorno simples, às vezes com decoração incisiva na borda e pintura vermelha (Figura 5.2-1). Cerâmicas Manacapuru são normalmente bem queimadas. As semelhanças entre essas cerâmicas e das da fase Açutuba são marcadas, embora seja notável uma redução no repertório decorativo plástico e pintado das mais antigas às mais recentes.



Figura 5.2-1: Amostra de vasos e fragmentos da fase Manacapuru.

Cerâmicas Paredão, por sua vez, têm como característica mais visível o grande apuro tecnológico em sua produção. Vasos Paredão têm uma pasta dura e compacta, temperada com caixi, mas também com carvão, e são bem queimados, a ponto de se poder identificar sem margens de dúvida um fragmento Paredão mesmo na ausência de decoração plástica ou pintada. Esses tipos de decoração

são também presentes e incluem também incisões retilíneas e curvilíneas, embora com padrões distintos das incisões encontradas nas cerâmicas Manacapuru. No caso dos materiais Paredão, por exemplo, um padrão típico é a incisão de espirais na face interna de algumas categorias de vaso. Espirais pintadas em linhas vermelhas finas são também comuns. O mesmo vale para o uso de gregas, que podem ser pintadas em linhas finas ou incisas em linhas mais grossas (Figura 5 – Amostras de vasos e fragmentos da fase Paredão).



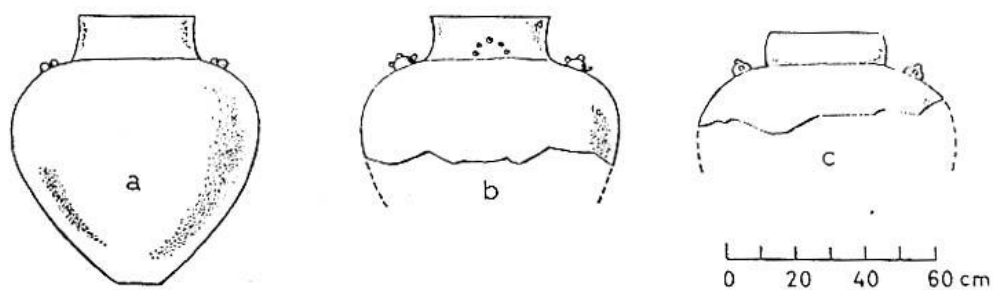
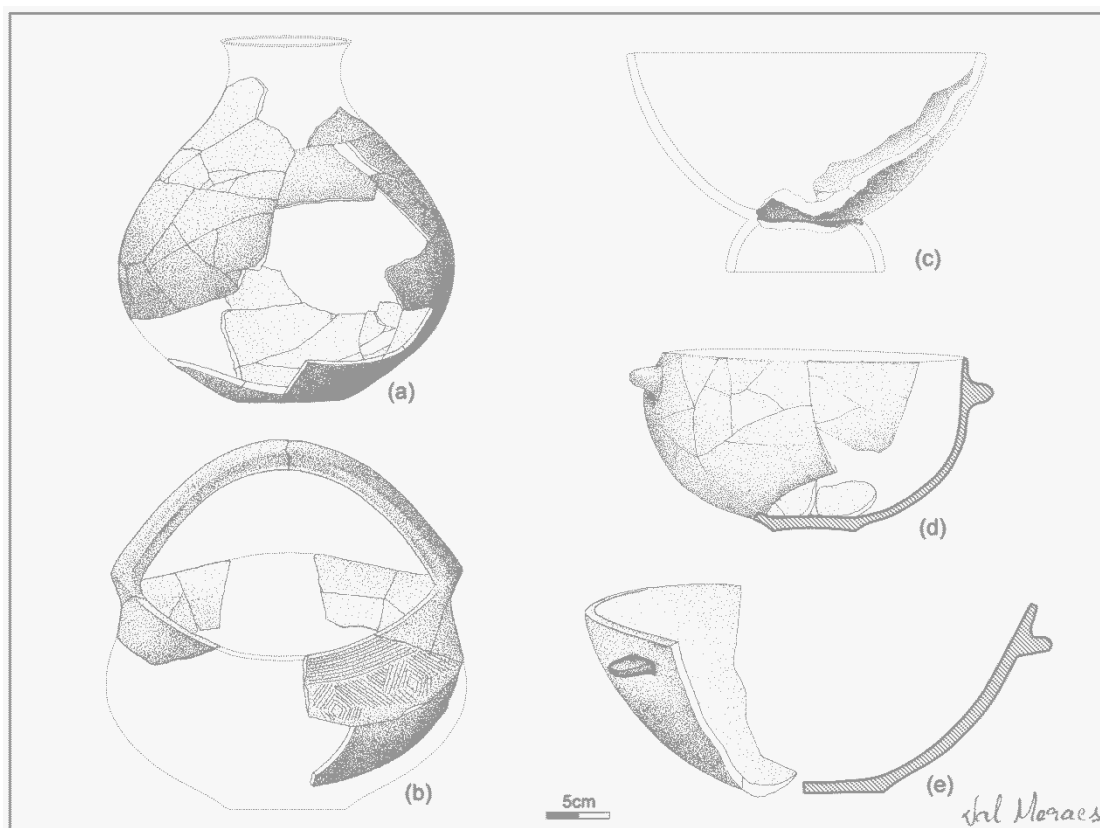


Abb. 26. Paredão-Phase. Urnen. Gefunden bei Ausschachtungen in Manaus. Museo Histórico e Geográfico, Manaus



Figura 5.2-2: Amostras de vasos e fragmentos da fase Paredão.

O elemento decorativo mais visível da fase Paredão é a presença de apêndices antropomorfos ou zoomorfos globulares aplicados nos ombros das urnas funerárias e outros tipos de vaso. O sepultamento em urnas se torna mais frequente nesses casos e é notável como grandes urnas, com mais de 100 cm. de altura foram construídas com paredes tão finas (Fig. 6 - Urna Paredão com apêndice globular no ombro, comunidade de Canarana, município de Maués). Sobre os sepultamentos em urnas, cabe destacar que foram até o momento localizados apenas na margem esquerda do rio Negro, geralmente em contextos fortuitos onde, por exemplo, está atualmente assentada a cidade de Manaus. Na margem direita não se identificou até agora esse tipo de sepultamento.



Figura 5.2-3: Urna Paredão com apêndice globular no ombro, comunidade de Canarana, município de Maués.

5.3. Terras pretas na história da ocupação da Amazônia:

Terras pretas são solos escuros, geralmente bastante negros (10 YR 3/3, 10 YR 3/2 na “tabela Munsell”), que podem ter uma textura “oleosa” e que se desenvolvem em diferentes tipos de substratos minerais e contextos geomorfológicos. Há terras pretas em solos arenosos, em solos argilosos, em topos de platôs ou planícies aluviais. Terras pretas são quase que invariavelmente acompanhadas por materiais culturais, normalmente fragmentos de cerâmicas, que podem se acumular em grandes quantidades na superfície.



Figura 5.3-1: Sítio Laguinho – Fragmentos cerâmicos na superfície associados a terra preta. (M. Castro).

Suas dimensões são variáveis, e vão, na área de confluência, de menos de um hectare a 900 hectares de área, como é o caso do sítio Açutuba.



Figura 5.3-2: Vista aérea do sítio Açutuba que, com cerca de 900 ha., é a maior área de terra preta identificada pelo PAC. Foto: E. Neves.

As profundidades também podem variar de cerca de 40 a 270 cm. Se sua composição e substrato físicos podem variar, terras pretas têm algumas características químicas interessantes e ainda pouco conhecidas: em primeiro lugar, e mais importante, são solos bastante estáveis que não perdem sua fertilidade mesmo sob as condições climáticas das zonas tórridas equatoriais. Sabe-se que, normalmente, solos tropicais têm uma limitação em sua capacidade em reter nutrientes, devido à intensa lixiviação. Terras pretas, por

razões ainda não totalmente claras, conseguem manter condições de alta fertilidade, bem superiores à de solos adjacentes, ao longo dos anos. Por essa razão, terras pretas são procuradas por moradores locais e é comum que áreas de roça sejam abertas sobre sítios arqueológicos. Dentre os elementos químicos que compõem terras pretas, há altas quantidades de carbono, zinco, fosfatos. Por causa da alta fertilidade, é também comum que roças formadas em áreas de terras pretas sejam cultivadas continuamente por muitos anos. Outra característica química importante dos solos de terra preta é seu pH quase neutro, ao contrário de típicos solos tropicais, que têm pH normalmente ácido. O pH neutro cria uma série de propriedades importantes para a agricultura contemporânea, mas também, no que se refere à tafonomia dos sítios, estabelece condições ideais para a preservação de vestígios orgânicos. Por essa razão, sítios com terras pretas são verdadeiras capsulas de informação concentradas, à vezes de maneira bastante discreta em feições (Figura 5.3-3).

Os materiais culturais presentes nas terras pretas são de origem variada: há cerâmicas de diferentes idades e complexos, materiais líticos e restos abundantes de animais e plantas. Terras pretas não são, desse modo, “propriedade” ou “autoria” de um grupo cultural específico. Embora presentes por uma grande parte da bacia Amazônica (Kern et al. 2003) é notável a ausência de terras pretas em algumas regiões, como a bacia do rio Uaupés, no alto rio Negro (Neves 1998) e a bacia do alto Juruá, no Amazonas e Acre, região

onde, juntamente com a terra preta, não ocorrem também a mandioca brava e a castanha-do-Pará.



Figura 5.3-3: Sítio Lagoinho – perfil com feições onde se nota o contraste entre a terra preta e o latossolo amarelo típico da região. Foto: Val Moraes.

Embora haja ainda muita discussão sobre sua origem, e sobre se resultam ou não de um processo intencional de produção, a maioria dos arqueólogos interpreta a formação de terras pretas como resultado de um processo de sedentarização que ocorreu ao longo da calha do Amazonas no início da era Cristã (Neves et al. 2003, Petersen et al. 2001). Há, no entanto, evidências de terras pretas formadas em períodos mais antigos. Conforme já discutido, na caverna da Pedra Pinta, ocupada há mais de 11.000 anos, localizada próximo à margem esquerda do rio Amazonas, em Monte Alegre, os perfis estratigráficos mostram uma camada escura, certamente

antrópica, associada a dezenas de datas que a posicionam na transição do Pleistoceno ao Holoceno, portanto há mais de 10.000 anos.

Há também um padrão emergente, que parece indicar que terras pretas se formaram inicialmente em áreas periféricas na bacia Amazônica, muito antes de se tornarem visíveis nas áreas adjacentes ao próprio Amazonas/Solimões e os baixos cursos de seus principais afluentes. No rio Jamari, bacia do alto Madeira, por exemplo, há depósitos com materiais líticos lascados e polidos, incluindo machados, mas sem cerâmicas, associados à fase Massagana, datados em cerca de 3.500 AC (Miller et al 1992). Na margem norte do rio Madeira, próximo à cachoeira de Santo Antonio, a montante de Porto Velho, identificou-se depósitos Massagana também com terras pretas e datas ainda mais antigas que chegam a cerca de 5.000 AC. Ainda na bacia do Madeira, a escavação do sítio Dardanelos, junto à cachoeira homônima, no rio Aripuanã indicou também a presença de depósitos densos, com grande quantidade de cerâmicas, incluindo urnas funerárias, associados a camadas espessas de terra preta, e datados em cerca de 500 AC. Finalmente, também na bacia do Madeira, as escavações realizadas por Miller nos sambaquis fluviais da fase Bacabal, a montante de Costa Marques, mostram que esses sítios recobrem camadas escuras, com presença de líticos mas sem cerâmicas, que são também terras pretas enterradas (Miller 2009). Na periferia norte da Amazônia um padrão análogo parece estar

sendo revelado por escavações realizadas na Guiana que indicam a presença de terras pretas datadas de cerca de 4.000 AC (Heckenberger com. pessoal).

O quadro acima esboçado pode ser interpretado de duas maneiras. Ele pode revelar um padrão consistente, indicando uma história de ocupação da Amazônia a partir do Holoceno médio caracterizada inicialmente pelo adensamento demográfico e mudanças paisagísticas na periferia seguida da posterior colonização das áreas centrais, entendidas aqui como as áreas adjacentes aos grandes rios. Nesse sentido, é importante ressaltar que, no momento, as áreas da Amazônia que têm as sequências mais longas e contínuas de ocupação estão localizadas na bacia do alto rio Madeira, em sua periferia sudoeste, e na região do estuário, que na verdade é o encontro de dois grandes biomas: a Amazônia e o Oceano Atlântico equatorial. Outra possibilidade, não menos plausível no momento, seria a ação de intensos fatores tafonômicos, entre 2.000 e 1.000 AC., relacionados aos eventos de aumento de pluviosidade que aparentemente ocorreram nesse período, já revisados anteriormente. Esses eventos poderiam ter levado simultaneamente, ao aumento da erosão em áreas mais altas, como os topos de platôs adjacentes aos grandes, ao aumento da intensidade da deposição ao longo das planícies aluviais e também e, em linhas gerais, ao aumento das dinâmicas erosivas e deposicionais no contexto das grandes planícies aluviais e suas áreas de entorno,

levando assim à destruição dos sinais de ocupação do Holoceno médio. A questão permanece aberta, embora minha própria opinião, puramente especulativa à essa altura, tenda a favorecer a primeira alternativa.

Terras pretas são conhecidas pela ciência desde o século XIX graças aos trabalhos pioneiros de Hartt e Katzer. Ao longo de boa parte do século XX, com exceção dos trabalhos arqueológicos de Nimuendaju no baixo e médio Amazonas (Nimuendaju 2004) esses solos foram pouco estudados e se consolidou na literatura a hipótese de que seriam formações naturais. Na década de 80, no entanto, dois trabalhos fundamentais contribuíram para uma verdadeira mudança de paradigmas que resultou num aumento crescente de pesquisa sobre o tema: o primeiro foi um artigo publicado pelo geógrafo Nigel Smith (1980) onde ele chama a atenção para o fenômeno e apresenta a hipótese de que terras pretas tiveram uma origem antrópica e não natural. O segundo trabalho, na verdade uma série de trabalhos, foi o grupo de publicações de autoria de Dirse Kern, geoarqueóloga do Museu Paraense Emilio Goeldi, que se dedicou a estudar detalhadamente a química das terras pretas, também com resultados que apoiavam a hipótese de uma origem antrópica.

A par do interesse científico que têm, estudos de terras pretas são importantes porque, se confirmada sua origem antrópica, esses solos proveriam a melhor evidência disponível para a validação

empírica, ao menos do ponto de vista da arqueologia, para os princípios da ecologia histórica. Cabe aqui lembrar que o artigo que define os princípios do determinismo ambiental para a arqueologia da Amazônia tem como elemento estruturador a hipótese de que a baixa fertilidade dos solos amazônicos, aliada à aparente impossibilidade de aprimorá-los, seria o fator limitante por excelência que determinaria o surgimento do padrão de agricultura itinerante característico das culturas de floresta tropical (Meggers 1954). A constatação, portanto, de que foram modificados pela atividade humana no passado atingiria em cheio as premissas do determinismo ambiental, falsificando-o por completo. Há, no entanto, uma grande confusão conceitual no momento nos estudos de terras pretas. Tal confusão resulta, em parte, da maneira pela qual o uso pretérito desses solos tem sido interpretado e também pelas próprias dificuldades relacionadas à realização de pesquisas interdisciplinares. Solos são matrizes de componentes minerais e orgânicos que estabelecem relações dinâmicas com os usos que deles se fazem e com as coberturas vegetais que sobre eles se formam. É, portanto, natural que o estudo dos solos seja feito por perspectivas interdisciplinares, embora seja dominado de fato por pedólogos com formação em agronomia. No caso das terras pretas, a interdisciplinaridade não é uma opção, mas uma imposição, uma vez que resultaram de atividades humanas no passado. Terras pretas são, antes de tudo, sítios arqueológicos.

Talvez por causa da formação em agronomia, geologia ou botânica por muitos dos cientistas que as estudam, e também por seu grande potencial agrícola no presente, o fato de terem sido criadas pela atividade humana, aliada à sua alta fertilidade, tem levado alguns desses cientistas a interpretar terras pretas como resultado do manejo intencional dos solos, com vistas a criar condições mais propícias para a agricultura no passado. Curiosamente, tal perspectiva é muito mais forte entre os cientistas naturais que entre os arqueólogos, que seriam, como cientistas sociais, melhor qualificados para entender as práticas pretéritas relacionadas à criação e manejo desses solos. De fato, os autores que propõem uma origem deliberada da terra preta, como solução para problemas de escassez, trabalham com a premissa no fundo muito parecida com a do determinismo ambiental: a de que as condições naturais amazônicas não propícias a ocupações estáveis e ao adensamento demográfico. Nessa perspectiva, ao gerar o aprimoramento do solo, a formação de terras pretas permitiria o estabelecimento de assentamentos sedentários e permanentes com economias baseadas na exploração agrícola dos solos antropizados. Tal modelo tem como raiz os trabalhos pioneiros de Wim Sombroek (Woods et al. 2009) na região do platô de Belterra, no baixo Tapajós, onde extensas áreas de terra preta – correspondendo aos locais de habitação – são circundadas por áreas ainda maiores de solos

escuros, mas sem vestígios cerâmicos, as “terras mulatas” que corresponderiam às áreas de cultivo circundando os assentamentos.

Além de questões conceituais relacionadas a temas como escassez e abundância na Amazônia, já anteriormente discutidos, o problema com essa perspectiva, no entanto, é que, ao menos na Amazônia central, terras pretas se formaram em locais de habitação, nas aldeias, e não em locais destinados à agricultura. Ao longo dos anos, através dos exaustivos e demorados trabalhos de mapeamento de sítios desenvolvidos pelo PAC, percebeu-se claramente que a profundidade das terras pretas varia consideravelmente dentro dos próprios sítios, algo natural para qualquer arqueólogo. Terras pretas são sítios arqueológicos. Sítios arqueológicos são conjuntos de contextos mais ou menos articulados representando, direta ou indiretamente, atividades humanas no passado. No caso dos sítios de terra preta da Amazônia central é surpreendente, ao contrário das expectativas para regiões tropicais equatoriais, a qualidade da preservação dos contextos, o que permitiu que se identificasse, por exemplo, áreas de atividade distintas, incluindo áreas de habitação e circulação nos sítios. Nesses últimos casos as terras pretas são normalmente menos profundas, enquanto que nos primeiros a profundidade é consideravelmente maior (Figura 5.3-4).

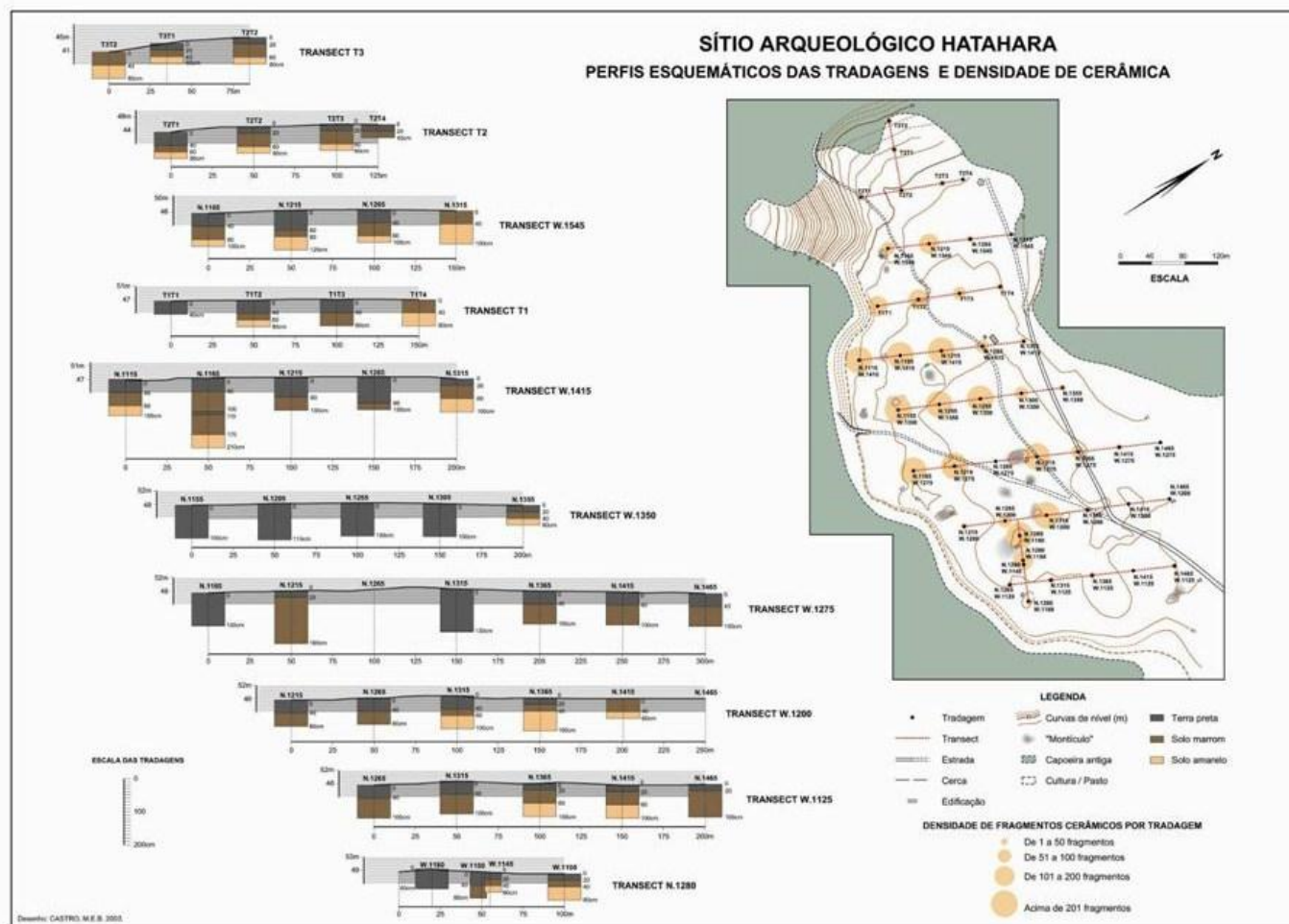


Figura 5.3-4: Sítio Hatahara – planta indicando diferentes profundidades dos depósitos de terras pretas. Desenho: M. Brito.

Esse tipo de evidência mostra que, ao menos na área de confluência, há uma relação direta e causal entre profundidade de depósitos de terras pretas e áreas de habitação o que confirma a hipótese de que esses solos se formaram inicialmente pelo acúmulo de refugo orgânico doméstico e não intencionalmente, como estratégia de aprimoramento (Figura 5.3-5).

Se as diferenças em profundidades nos depósitos de terras pretas estão ligadas a diferentes atividades relacionadas à ocupação dos sítios, o ritmo e tempo de formação dos depósitos foram também variáveis. Smith (1980), em seu trabalho pioneiro propôs a hipótese de que cada centímetro de terra preta corresponderia a cerca de 10 anos de ocupação de um local. Nesse sentido, depósitos com, por exemplo, 70 cm. de profundidade corresponderiam a histórias de ocupação de cerca de 700 anos. Escavações no sítio Osvaldo, seguidas pela datação exaustiva dos perfis expostos, mostraram, no entanto, um processo muito mais rápido com duração de poucas décadas (Neves et al. 2004) (Figura 5.3-5).

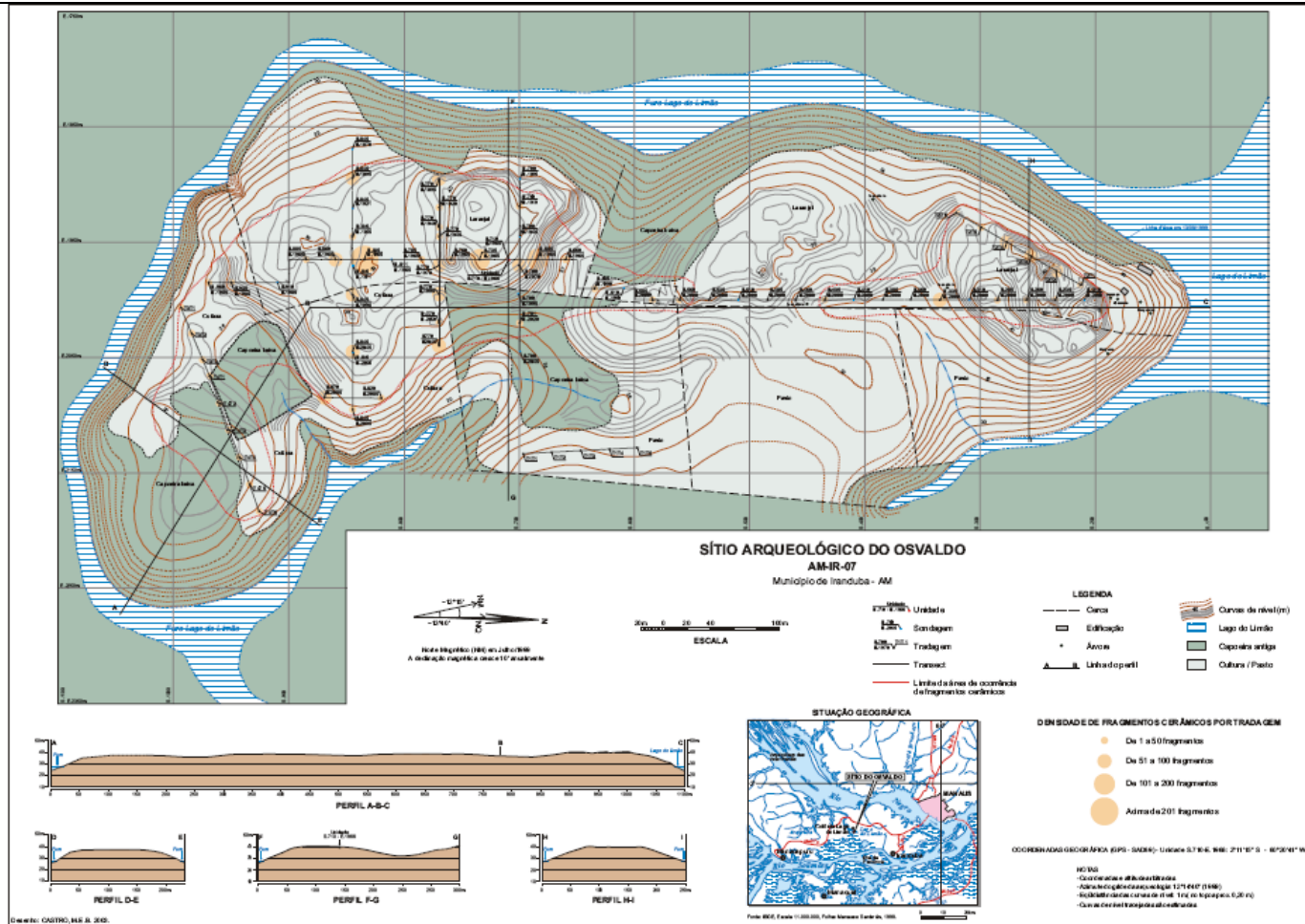


Figura 5.3-5: Sítio Osvaldo – planta do sítio indicando a variação das densidades cerâmicas nos depósitos. Desenho: M. Brito.

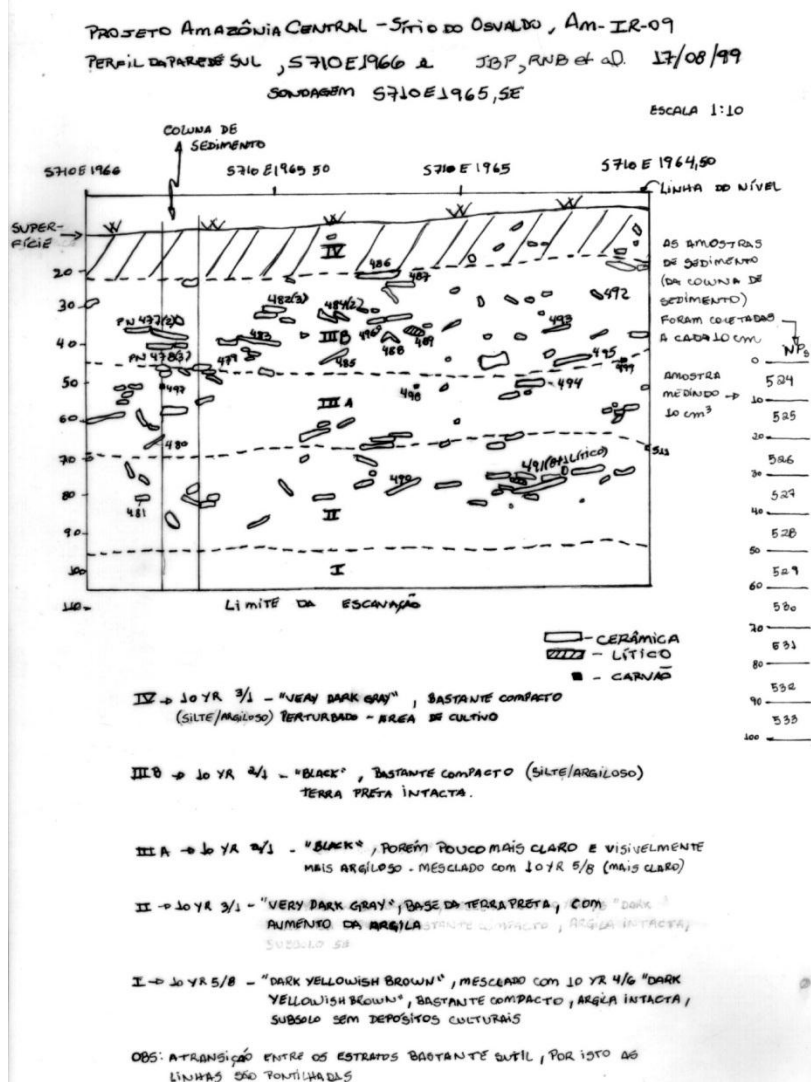


Figura 5.3-6: Sítio Osvaldo, perfil estratigráfico da unidade S710 E1966, cuja datação indicou um processo rápido para formação do depósito de terra preta.

A hipótese de que terras pretas foram formadas com a intenção de aprimorar as condições naturais de solos pobres foi consideravelmente abalada pela constatação de que ocorrem também nas áreas de várzea do rio Solimões (Macedo 2010). As várzeas do Solimões, um rio de águas brancas, estão entre as regiões de solos naturalmente mais férteis em todas as áreas tropicais do planeta. Isso ocorre porque, todos os anos, as cheias do Solimões e Amazonas alagam suas planícies aluviais e ali depositam sedimentos de origem

andina, que são recentes e ricos em nutrientes. Por essas razões várzeas de rios de água branca, que são rios de têm suas nascentes ou áreas de captação nos Andes ou em regiões próximas aos Andes, como o Solimões/Amazonas e Madeira, têm solos bastante férteis e amplamente utilizados para a agricultura no presente (Shorr 2000). Se alguma limitação à agricultura nesses solos, ela vem muito mais de imprevisibilidade das cheias desses grandes rios, que propriamente por limitações em termos de fertilidade (Meggers 1996).

Quem trabalha em sítios de terras pretas como os da Amazônia central está acostumado a passar semanas dentro de unidades de escavação cuja matriz é composta por esses solos escuros. É inevitável, ao final de um dia trabalho, que mãos e roupas não estejam enegrecidas, cobertos por uma mistura de terra preta e suor. Os povos indígenas que habitaram os sítios de terra preta da Amazônia central no final do primeiro milênio DC devem ter tido uma experiência semelhante: seus pés estavam provavelmente sempre escuros e é também provável que as crianças tivessem suas peles constantemente enegrecidas pelo escuro do solo, que às vezes forma quase uma tinta. Nessa associação entre a coloração do solo e áreas de habitação, é provável que a cor negra da terra estivesse associada a noções de casa, habitação e de um mundo dominado pela cultura em contraposição ao mundo da natureza. Terras pretas foram formadas e ocupadas durante mais de mil anos na Amazônia central.

Esses solos estão entre os testemunhos mais permanentes e duradouros da presença humana na região, mas também os eram para os diferentes grupos indígenas que a habitaram no passado. Estudos recentes mostram que há uma tendência de concentração de alguns tipos de plantas em solos de terra preta (Junqueira et al. 2011). É óbvio que os povos antigos da região tinham ciência dessa propriedade e dela deveriam se utilizar para construir seus próprios conceitos sobre o significado desses espaços, que, revestidos de simbolismos se constituíam em “lugares” cheios de significado (Neves 2005). Seria maravilhoso se se pudesse fazer, paralelamente à escavação física desses sítios, uma espécie de tafonomia de seus diferentes significados.

5.4. Terras pretas em sítios Manacapuru e Paredão:

A presença de terras pretas em quase todos os sítios conhecidos das fases Manacapuru e Paredão indica que esses eram assentamentos sedentários, fato corroborado pelas datações de carbono 14 neles realizadas, indicando, em alguns casos, ocupações permanentes com centenas de anos de duração (Moraes & Neves 2012, Neves et al. 2004, Neves & Petersen 2006). Por “permanentes”, entende-se aqui ocupações nas quais uma boa parte do ciclo anual deveria ser passada nos assentamentos, principalmente no inverno, onde o nível dos rios sobre

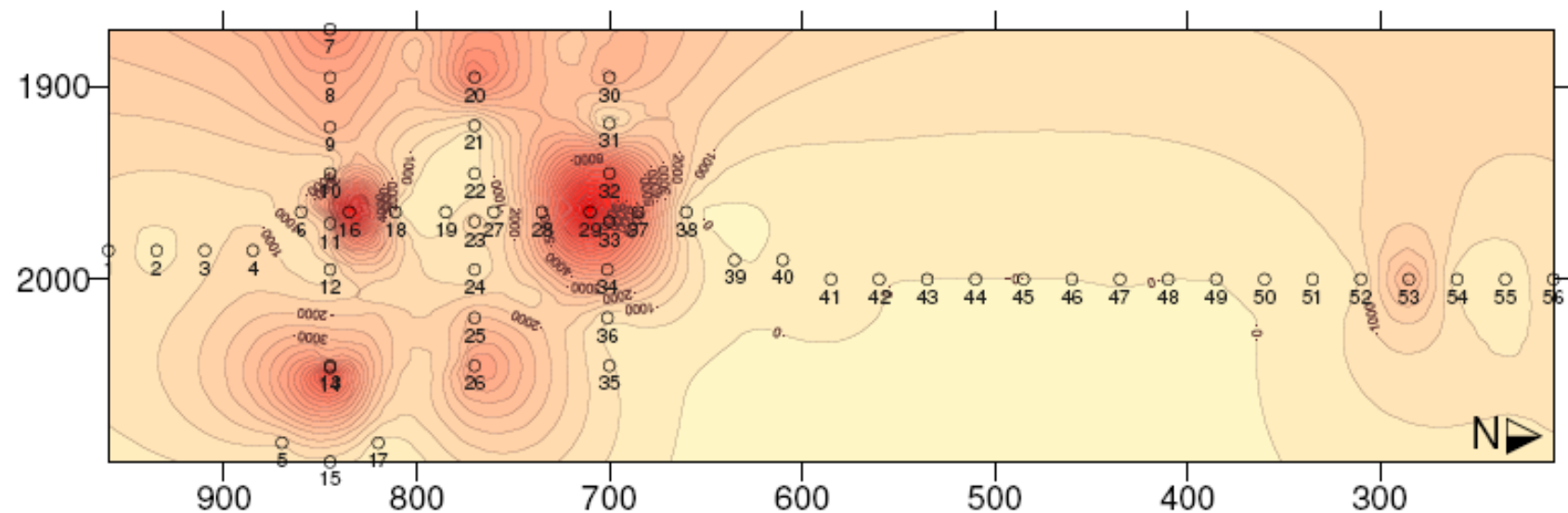
consideravelmente, as praias e lagos desaparecem e as águas tomam conta das planícies, afogando as várzeas e os igarapés. No verão, é provável que grupos familiares, de idade ou clã abandonassem as aldeias para acampar nas praias, coletando ovos de tracajá e pescando, nessas que são as estações de fatura na Amazônia.

Além da formação de terras pretas, há outros sinais no registro arqueológico que corroboram a hipótese de que as ocupações eram sedentárias: a construção de casas em aldeias de formato circular ou em ferradura e a construção de montículos artificiais. A esses dois elementos pode-se também acrescentar a abertura de centenas de pequenas covas, dispostas em áreas públicas nos sítios, às quais denominamos “feições”. Essas estruturas e feições mostram, nessa época, uma constituição regular e disciplinada das aldeias constituindo uma espécie de gramática do uso do espaço, sem dúvida repleta de significados simbólicos. Desde os trabalhos pioneiros de Reichel-Dolmatoff (1971) e Stephen Hugh-Jones (1985) sabe-se como, no noroeste da Amazônia, a construção e uso das grandes malocas multifamiliares se constituem a partir de uma série de princípios através dos quais essas casas atuam como uma metonímia do próprio universo (Hugh-Jones 1995). No Brasil central, “pátria” por excelência das aldeias circulares etnográficas tão bem descritas na literatura e associadas a grupos falantes de línguas da família Macro-Gê (Maybury-Lewis 1979), é sabido como a constituição dessas

aldeias, pontos fixos no universo, construídos com uma rígida geometria, incorpora, emula e estrutura as relações sociais.

As evidências de que as ocupações Manacapuru eram aldeias circulares ou em forma de ferradura vêm dos resultados consistentes obtidos no mapeamento de diferentes sítios. Já se discutiu brevemente como a variabilidade estratigráfica dos depósitos de terras pretas corresponde a diferentes áreas de atividades. É notável, como em muitos desses sítios, as áreas de atividade, com concentrações muito superiores de cerâmica e terras pretas mais profundas, compõem setores mais menos discretos e bem definíveis dispostos ao redor de áreas com muito menos cerâmicas e solos antrópicos menos profundos. Tal padrão é visível, por exemplo, no sítio Osvaldo, uma aldeia Manacapuru ocupada no início do século VII DC (Fig. 5.4-1).).

A ocupação do sítio Osvaldo ocorreu concomitantemente à de outros sítios da região, conforme se verifica na tabela, que mostra que esses quatro sítios foram ocupados de maneira concomitante ao menos na segunda metade do século VII DC, de 650 a 690.



Legenda de numeracao das sondagens e tradagens:

1- S960 E1985	12- S845 E1995	23- S770 E1970	34- S701 E1995	45- S485 E2000
2- S935 E1985	13- S845 E2045	24- S770 E1995	35- S700 E2045	46- S460 E2000
3- S910 E1985	14- S845 E2046	25- S770 E2020	36- S700 E2020	47- S435 E2000
4- S885 E1985	15- S845 E2095	26- S770 E2045	37- S685 E1965	48- S410 E2000
5- S870 E2085	16- S835 E1965	27- S760 E1965	38- S660 E1965	49- S385 E2000
6- S860 E1965	17- S820 E2085	28- S735 E1965	39- S635 E1990	50- S360 E2000
7- S845 E1870	18- S811 E1965	29- S710 E1965	40- S610 E1990	51- S335 E2000
8- S845 E1895	19- S785 E1965	30- S700 E1895	41- S585 E2000	52- S310 E2000
9- S845 E1921	20- S770 E1895	31- S700 E1919	42- S560 E2000	53- S285 E2000
10- S845 E1945	21- S770 E1920	32- S700 E1945	43- S535 E2000	54- S260 E2000
11- S845 E1971	22- S770 E1945	33- S700 E1970	44- S510 E2000	55- S235 E2000
				56- S210 E2000

0m 100m 200m

Figura 5.4-1: Sítio Osvaldo – mapa de densidade de cerâmicas indicando a composição de uma aldeia circular no setor sul do sítio - Chirinos 2007

Tabela 5.4-1: Datas obtidas para as ocupações da fase Manacapuru.

Sítio	Nº da amostra	Proveniência	Prof. (cm)	Data (1σ)	Nº Lab.
Osvaldo	497	S710 E1966	41	1550 $\pm$ 40	Beta 143608
	498	S710 E1966	41	1290 $\pm$ 30	Beta 143609
	499	S710 E1966	35	1370 $\pm$ 40	Beta 143610
	234	S710 E1966	34	1730 $\pm$ 90	Beta 143611
	248	S710 E1966	36	1330 $\pm$ 40	Beta 143612
	362	S710 E1966	45	1290 $\pm$ 40	Beta 143613
	368	S710 E1966	42	1360 $\pm$ 50	Beta 143614
	167	S710 E1966	54	1440 $\pm$ 70	Beta 143615
	170	S710 E1966	50-60	1350 $\pm$ 30	Beta 143616
	270	S845 E1921	60-70	1260 $\pm$ 30	Beta 143623
Açutuba		Ac II-B UI	30-40	1270+60	Beta 90723
		Ac II-B UI	40-50	1230+70	Beta 106437
		Ac II-B UI	50-60	1590+60	Beta 106438
Hatahata	1892	N1152 W1360	155	960+40	Beta 143597
	1855	N1152 W1360	160-170	1070+70	Beta 143596
	1869	N1152 W1360	180-190	1080+40	Beta 143598
	1873	N1152 W1360	192	1300+40	Beta 143599
L. Grande	330	U1	158	1260+40	Beta 143606

Enquanto Osvaldo é um sítio Manacapuru unicomponencial, Hatahara e Açutuba são sítios multicomponenciais, como estratigrafias bastante complexas. Lago Grande, por sua vez, é um sítio essencialmente Paredão, apesar de ter em sua base uma ocupação da fase Açutuba e também fragmentos de cerâmicas Guarita na superfície. Em todos esses sítios, mesmo nos multicomponenciais, é visível a disposição de concentrações de cerâmicas ou montículos formando arranjos circulares ou em forma de ferradura associados às ocupações Paredão (Fig. 14 - Plantas de sítios indicando concentrações de montículos e cerâmicas em estruturas circulares ou semi-circulares, exceto Laguinho).

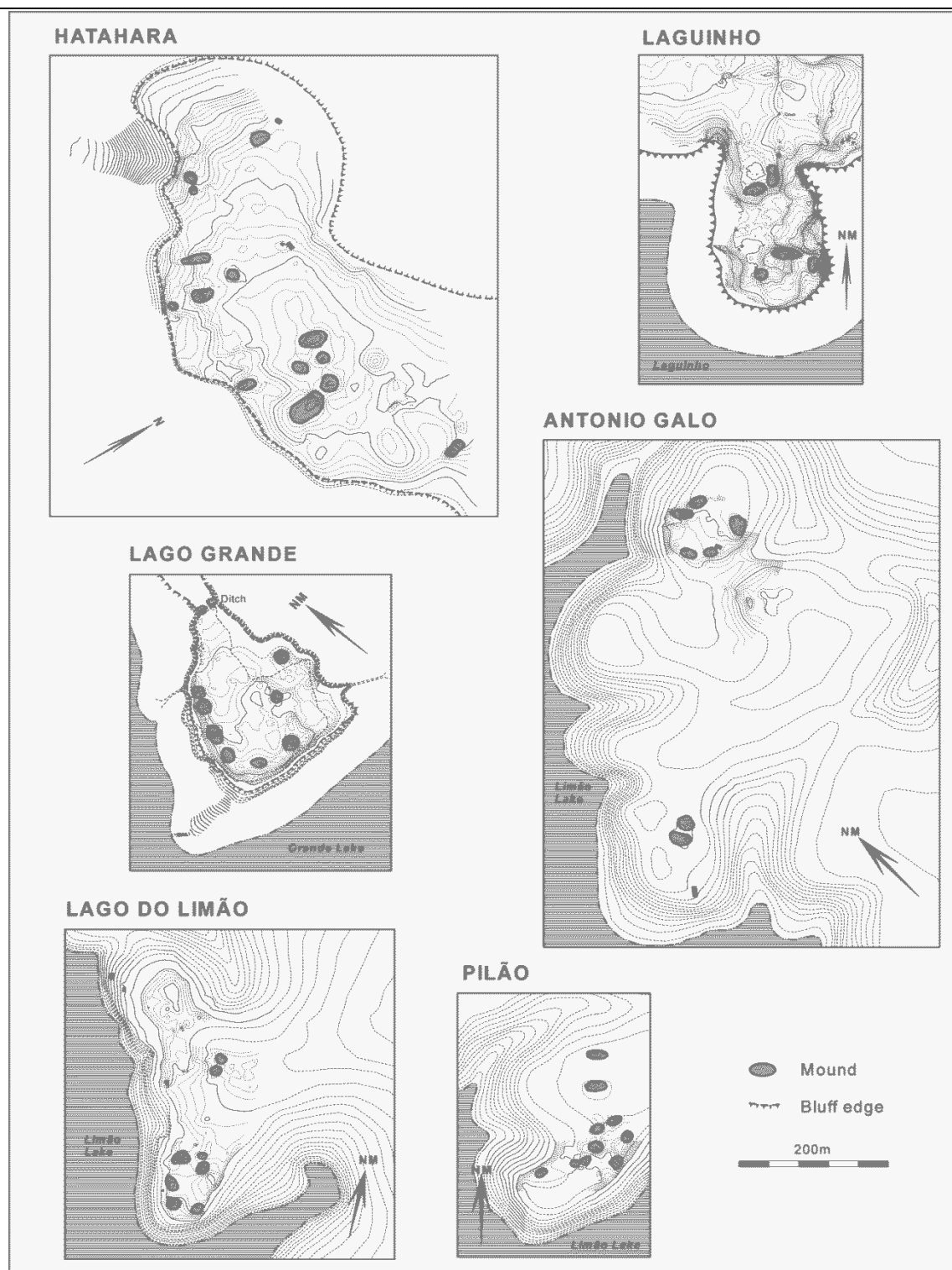


Figura 5.4-2: Plantas de sítios indicando concentrações de montículos e cerâmicas em estruturas circulares ou semi-circulares (exceto Laguinho).

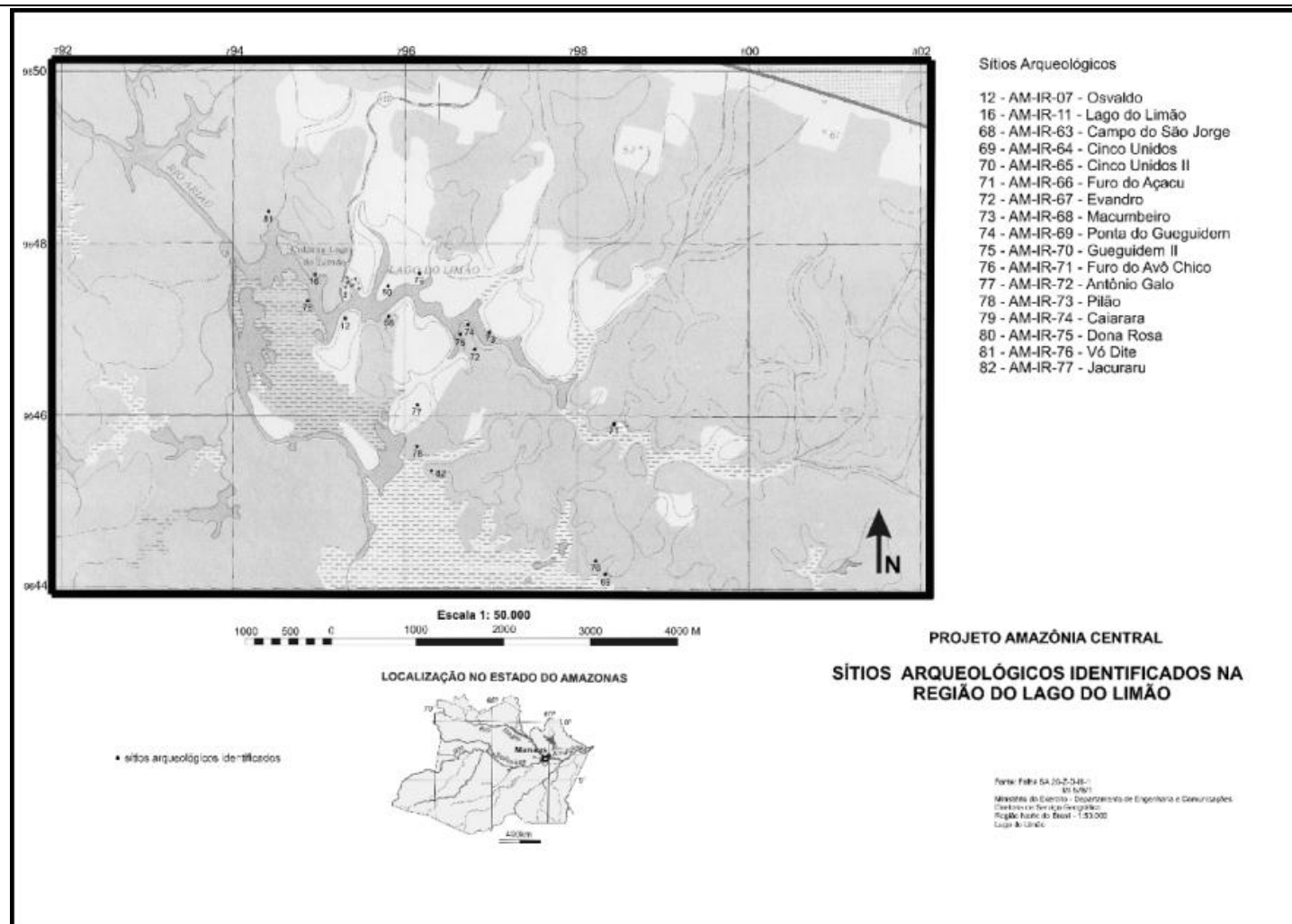


Figura 5.4-3: Sítios identificados por C. Moraes (2007) no entorno do Lago do Limão.

Na região do lago do Limão, Claide Moraes fez um exaustivo levantamento identificando cerca de 15 sítios, a maioria deles com materiais Paredão (Figura 5.4-3). Em alguns desses sítios, além de Osvaldo, é notável a formação de montículos circulares, conforme se pode ver nos sítios Antonio Galo e Lago do Limão (Moraes 2007). Nesses casos, as estruturas circulares compõem apenas uma parte dos sítios, geralmente em suas extremidades, como se formassem “bairros” ou setores bem delimitados em assentamentos de médio e grande porte.

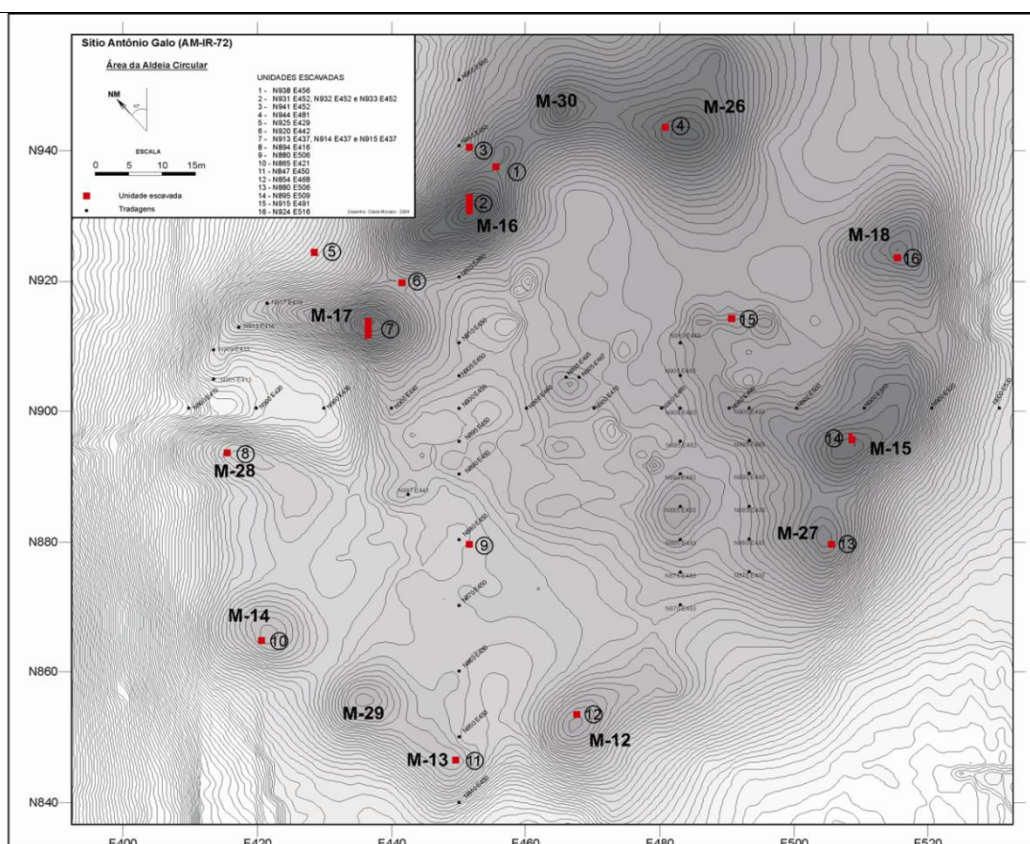


Figura 5.4-4: Sítio Antônio Galo – Montículos dispostos ao redor da praça central na parte norte do sítio. Fonte: C. Moraes 2011.

Em outros casos, como o do sítio Lago Grande, a totalidade da aldeia tinha um formato circular, localizada em uma península adjacente ao lago homônimo.

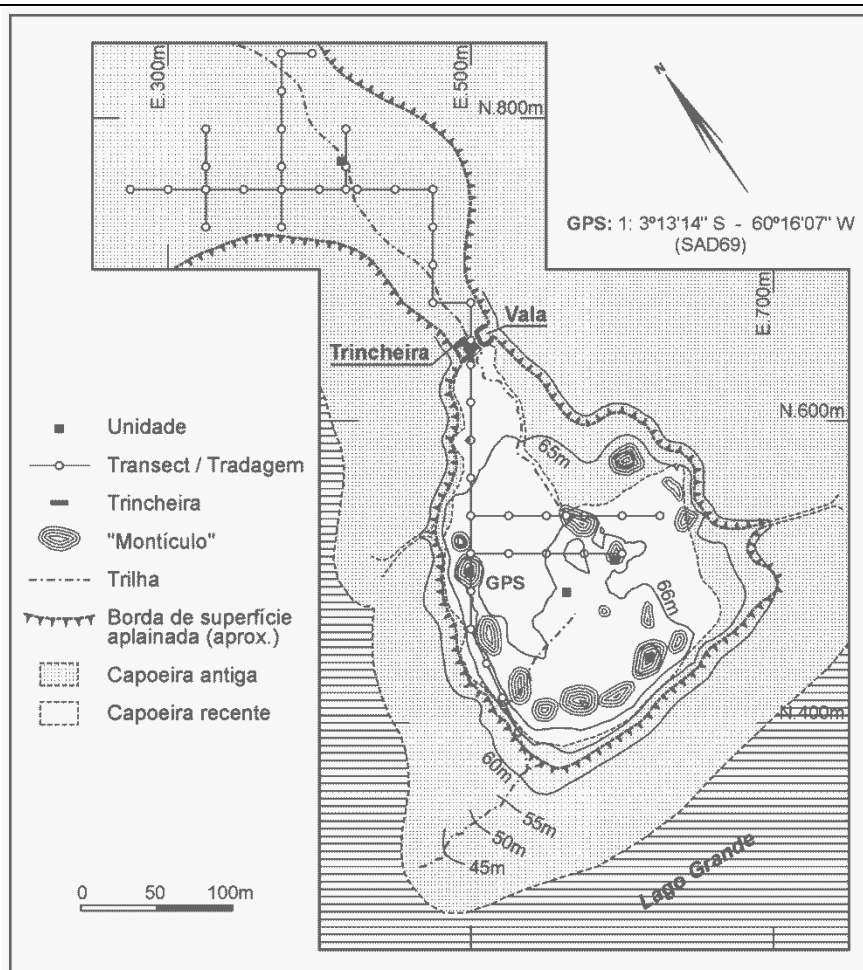


Figura 5.4-5: Sítio Lago Grande – planta da aldeia circular com pátio central.

Na área de confluência, há, portanto, uma clara associação entre a formação de aldeias circulares e ocupações Manacapuru e Paredão contemporâneas. Em alguns casos, a distância entre sítios com cerâmicas diferentes é bastante pequena, como o caso de Lago Grande e Osvaldo, que distam menos de 5 km em linha reta, em uma viagem que se pode realizar por uma rede de lagos de várzea durante

as épocas de cheia. É interessante notar como, em Lago Grande, por exemplo, há uma presença pequena, mas regular de fragmentos Manacapuru ao longo de todo o depósito, enquanto que no sítio Osvaldo ocorre o oposto. Mongeló (2011) mostrou como, no sítio Lago Grande, a análise dos dados da Unidade 1 (N500 E500) indicou uma presença pouco consistente de material Manacapuru, ante a grande preponderância de material Paredão, com um pequeno aumento na frequência de materiais Manacapuru na base. No sítio Osvaldo, por outro lado, no sítio Osvaldo, Chirinos (2007) mostrou como, na unidade S710 E1966 havia, ao longo da sequência, uma frequência de cerca de 13% de materiais Paredão em meio a um depósito com predominância de cerâmicas Manacapuru.

As evidências de circulação de cerâmicas por ocupações com materiais distintos, aliadas à forma comum dividida por esses assentamentos, bem como pela sua concomitância de ocupação, indicam a presença na região, do século VII ao século IX DC, de um sistema regional multiétnico semelhante, por exemplo, ao verificado atualmente nas bacias do alto rio Negro e alto Xingu. Na raiz dessa hipótese está a premissa de que as diferenças entre as cerâmicas Manacapuru e Paredão seria, ao menos no início da formação desse sistema, indicativa de grupos étnicos distintos.

A tentativa de correlação entre padrões no registro arqueológico e grupos étnicos ou linguísticos é antiga e remonta pelo

menos aos trabalhos pioneiros de Gordon Childe na década de vinte. Desde a década de sessenta, arqueólogos estão conscientes de que a associação simples entre padrões no registro arqueológico e padrões etnográficos ou etnohistóricos é altamente problemática. A literatura etnográfica das terras baixas América do Sul está repleta de exemplos de sistemas regionais multilinguísticos, onde grupos que falam diferentes idiomas partilham, por exemplo, o uso dos mesmos tipos de cerâmicas e ocupam aldeias com formas semelhantes. Tais exemplos mostram que não há nenhuma correlação simples entre o funcionamento dinâmico de sistemas sociais e da dimensão estática do registro arqueológico. No caso particular da Amazônia e do norte da América do Sul a literatura histórica tem evidências de que, no século XVI, e em algumas áreas até o presente, grupos indígenas locais foram regionalmente integrados em redes multiétnicas, incluindo a produção especializada e troca de bens, a mobilização para a guerra e a condensação periódica em formações sociais hierarquizadas (Biord-Castillo 1985, Butt-Colson 1973). Esses processos ensejavam também o desenvolvimento de línguas francas, apesar de padronização na cultura material gerado por redes de troca. É provável, de fato, que muitas das formações amazônicas sociais nos quinhentos anos que precederam a conquista europeia tiveram esse padrão estrutural geral (Neves 2008). Talvez a região onde isso seja mais óbvio seja a do atual estado do Amapá.

Desde pelo menos os anos 1960, há inúmeros estudos de caso que demonstram que não existe uma correlação universal entre língua e cultura material. Tais estudos geraram algumas das grandes mudanças teóricas sofridas pela arqueologia anglo-americana no período: o desenvolvimento das abordagens Processual e Pós-Processual. Por essa razão, arqueólogos se distanciaram da tentativa de estabelecer correlações sobre as fronteiras étnicas no passado com base no registro arqueológico, a partir da premissa de que o comportamento cultural varia em uma resolução muito mais fina do que o que pode ser visível a partir das dimensões normalmente mais grosseiras do registro arqueológico. É, portanto, de se esperar que a busca de correlações entre grupos linguísticos e o registro arqueológico de várzea América do Sul seja uma tentativa em vão. Por um lado, a literatura etnográfica mostra os problemas metodológicos claros dessa abordagem. Por outro lado, muitos arqueólogos parecem tampouco interessados em segui-la.

O problema em abandonar qualquer tipo de correlação nesse sentido é que, sem elas, é praticamente impossível se estabelecer algum diálogo entre a antropologia social e a arqueologia para entender a história antiga da ocupação das terras baixas da América do Sul. É assim importante retornar à literatura arqueológica para verificar como este problema metodológico está sendo tratada em outros contextos culturais, geográficos e cronológicos. Por outro lado, o saudável abandono da análise cerâmica como única fonte de

informação para mapear a diversidade cultural no passado, e a incorporação de outras dimensões de variabilidade, como tamanho e forma dos assentamentos e cronologias regionais mostra a possibilidade de verificação de que, em alguns casos, fases ou tradições cerâmicas co-variam, em sequências regionais, com mudanças na forma e padrões de assentamento. Tais diferenças, quando baseadas em diferentes linhas de evidência, podem ser interpretadas como o registro de diferentes grupos étnicos ou sistemas regionais no passado (Neves 2010).

É notável, nos últimos anos, uma retomada em estudos que procuram correlacionar padrões no registro arqueológico a padrões lingüísticos no passado (Anthony 2007, Renfrew 2000, Kirch 1997). Anthony (2007) em um exaustivo estudo sobre as origens e expansões de grupos falantes de línguas da família indo-europeia, incorporou uma série de conceitos da geografia humana e reciclou conceitos antigos da arqueologia para propor uma hipótese sobre o centro de origem dos falantes dessas línguas. Um dos conceitos antigos da arqueologia reciclado por Anthony foi o de “cultura arqueológica”, proposto na primeira metade do século XX por Gordon Childe.

O conceito de cultura arqueológica já foi aqui apresentado na discussão do contexto da ocupação dos grupos Pocó-Açutuba e sua potencial correlação de grupos falantes de línguas da família Arawak.

No caso das ocupações posteriores, associadas aos sítios Manacapuru e Paredão, sua aplicação pareceria mais problemática, uma vez que, embora tivessem um padrão semelhante de ocupação de aldeias circulares, esses grupos tinham cerâmicas distintas e mantiveram tais diferenças ao longo de pelo menos dois séculos de convivência concomitante na área. O exame da cronologia e das semelhanças e diferenças entre cerâmicas pode ajudar a resolver esse dilema. Primeiramente, as ocupações Manacapuru são mais antigas na área de confluência que as Paredão. Em segundo lugar, as pode-se estabelecer com muito mais facilidade uma conexão entre as cerâmicas Manacapuru e Açutuba que entre as cerâmicas Paredão e Açutuba. Esses fatores indicam quase certamente que há continuidade histórica entre as ocupações Açutuba e as ocupações Manacapuru e que os grupos que produziam cerâmica se estabeleceram na área a partir de outro local.

As pesquisas recentes de Claide Moraes no baixo Madeira, na região de Borba, têm trazido evidências de ocupações com cerâmicas semelhantes as Paredão, denominadas por Simões como Axinim (Simões & Lopes. 1987), e datadas do século II DC (Moraes & Neves 2012). Há, portanto, evidências para se propor que, em algum momento em meados do primeiro milênio DC, grupos que produziam cerâmicas Paredão iniciaram sua ocupação da Amazônia central, já previamente habitada por grupos que produziam cerâmicas Manacapuru, e que tais grupos, inicialmente distintos, estabeleceram

relações horizontais e simétricas que eventualmente conduziram ao desenvolvimento de um sistema regional multiétnico baseado na circulação de cerâmicas e no compartilhamento de uma mesma cosmologia baseada na ocupação de aldeias circulares. É também bastante provável que a exogamia provesse a base social para o funcionamento desse sistema, mas não há ainda evidências arqueológicas para apoiar tal hipótese, como não há também condições ainda de se determinar a cronologia do início da formação de aldeias circulares.

Na literatura das terras baixas, conceitos como “sistemas regionais” ou “redes regionais” têm sido utilizados de maneira bastante interessante como recursos para explicar formas de articulação entre grupos locais distintos sem que se recorra à tipologia neo-evolucionista clássica que contrapõe, por exemplo, tribos a cacicados (Heckenberger & Neves 2009). Tais redes, no entanto, não surgiram do além e cabe à arqueologia identificar o contexto histórico no qual inicialmente se formaram. Já se discutiu anteriormente, como a virada do primeiro milênio AC para o primeiro milênio DC foi uma época de mudanças sociais profundas pelas terras baixas (Neves 2011). É no contexto desse quadro geral de mudanças que se deve buscar as primeiras manifestações visíveis da constituição de redes regionais. Na área de confluência, isso ocorreu na metade do primeiro milênio DC, através da articulação entre grupos Manacapuru e Paredão.

O fenômeno de constituição de redes regionais não ocorreu apenas nas terras baixas da América do Sul; pelo contrário, desde Malinowski é da Melanésia que vêm os exemplos mais conhecidos. Anthony (2007: 105) mostra como, em contextos etnográficos, a correlação entre redes regionais multiétnicas e padrões na cultura material aponta para uma tendência na qual, em regiões com ocupações de longa duração, a diversidade linguística será sempre maior que a diversidade na cultura material. Este foi exatamente o caso do alto Xingu, documentado por Heckenberger (2005: 70-73), onde, à presença de dois estilos cerâmicos distintos e diferentes formas de ocupação de aldeias emergiu, no início do segundo milênio DC, um padrão formado por um contexto arqueológico comparável ao das atuais redes de relações documentas etnograficamente no alto Xingu.

É possível, uma vez mais, vislumbrar uma história semelhante na Amazônia central no primeiro milênio DC. Desde o primeiro milênio AC, ocupações Pocó/Açutuba se estabelecem na região, com um registro arqueológico marcado, em poucos casos pela formação de terras pretas. No início do primeiro milênio DC tais ocupações vão se tornando mais sedentárias, com a consequente formação de depósitos de terras pretas. As cerâmicas retêm algumas características decorativas da fase Açutuba, como a construção de apêndices modelados sobre flanges mesiais e a decoração incisa, mas diminui bastante, por exemplo, o uso da policromia. A pasta, por sua

vez, se torna mais dura e homogênea. Essas transformações se formalizam, no século V DC, na chamada fase Manacapuru. A partir do século VII DC são visíveis sinais de ocupações com cerâmicas da fase Paredão. Evidências de presença de cerâmicas Paredão em sítios Manacapuru e vice-versa mostram que esses grupos estabeleceram relações de troca entre si. A ausência de estruturas defensivas associadas a esses contextos mostra também que tais relações eram aparentemente pacíficas. Ao longo de pelo menos dois séculos esses grupos ocuparam a área de confluência, com uma frequência cada vez maior de sítios Paredão. Do século final do século X DC em diante, não há mais evidências de ocupações Manacapuru, ao passo que as últimas datas para ocupações Paredão vêm do início do século XIII DC. Não há ainda elementos para explicar o desaparecimento de cerâmicas Manacapuru no registro arqueológico da área de confluência, mas é plausível supor que a rede regional evoluiu para um padrão mais simples, caracterizado pela produção de um único grupo de vasos, embora seja também plausível supor que mais de uma língua era falada por esses grupos. Por outro lado, Helena Lima e Claide Moraes, que conhecem bem as cerâmicas Manacapuru e Paredão, respectivamente, apontam para influências mútuas, principalmente da primeira sobre a segunda, ao longo do processo de ocupação. Tal influência é notável, por exemplo, na presença de pequenos apêndices zoomorfos modelados no repertório decorativo plástico da cerâmica Paredão.

A frequência aparentemente maior de sítios Paredão, que são um pouco mais tardios que os da fase Manacapuru, indica que um processo de crescimento demográfico ocorreu na região entre os séculos VII e XI DC.

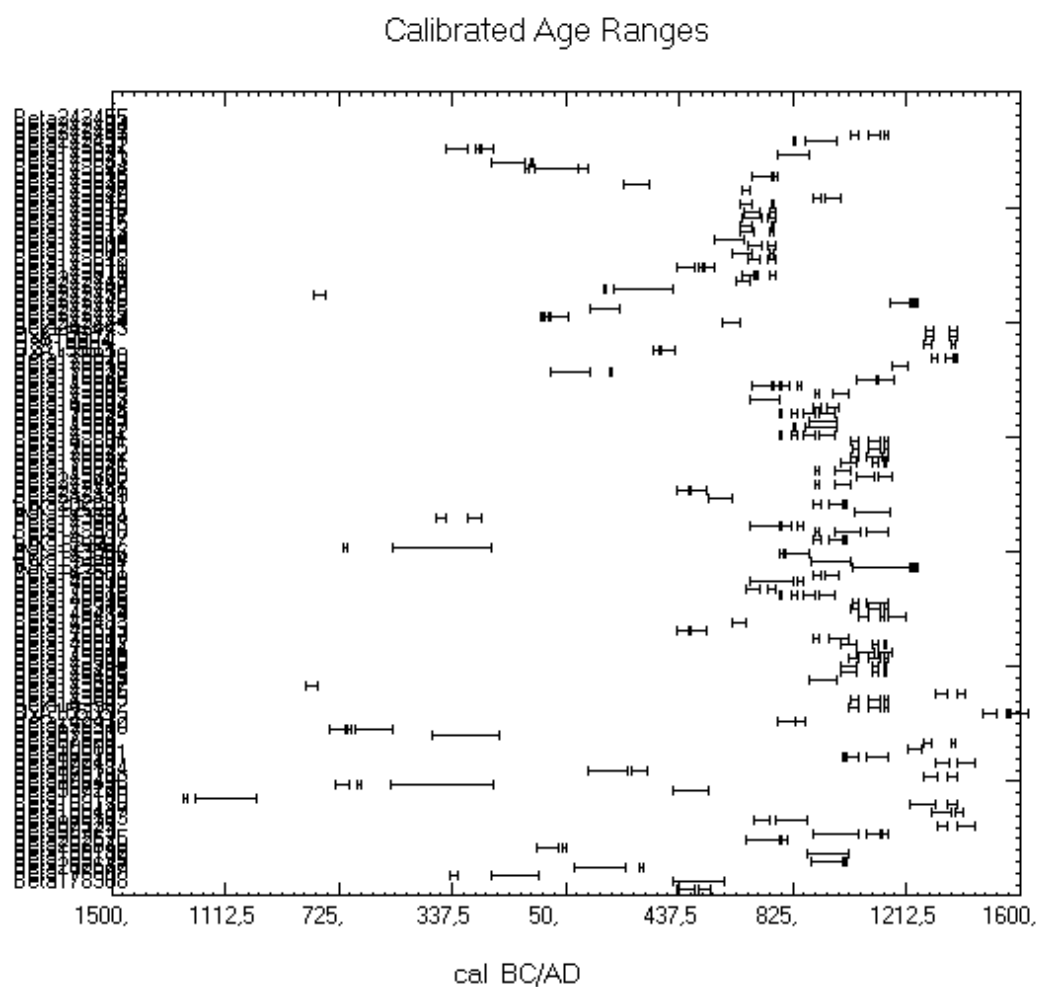


Figura 5.4-6: Projeto Amazônia Central - compilação de datas radiocarbônicas com concentração ao redor do ano 1.000 DC.

Esse processo é inferido também pelo aumento no tamanho dos sítios, que chegam, no caso das ocupações Paredão, a dezenas de hectares, como os casos de Açutuba (900 ha.), Laginho (25 ha.) e Hatahara (16 ha.), Antônio Galo (15 ha) e Lago do Limão (15 ha.).

Todas essas ocupações são, sem dúvida, assentamentos sedentários, com diversos setores identificados, incluindo montículos residenciais, cemitérios, paliçadas, valas, pátios circulares ou em forma de ferradura e caminhos. Em alguns desses sítios, devido a processos de construção de montículos, os depósitos com terras pretas podem chegar a 270 cm de profundidade como no caso do sítio Laguinho.



Figura 5.4-7: Sítio Laguinho – vista do montículo e detalhe do perfil estratigráfico do montículo sendo preparado para fotografia.

Márcio Castro (2009) fez uma estimativa do volume de terra e fragmentos cerâmicos necessários para construir os montículos no sítio Laguinho e chegou aos seguintes números. Para o montículo 1, considerando 180 cm de profundidade a partir do topo, como identificado na escavação da unidade N998 E988, os resultados foram: 1750 m² de área, 167 m de perímetro e 1320 m³ de volume da unidade N998 E988, até o nível considerado de 180 cm. Apenas nessa unidade, de 1 m² e 180 cm de profundidade, foram contabilizados 10.230 fragmentos de cerâmica que totalizaram 110,33 kg. Se fizermos uma extrapolação simples, e claramente exploratória teremos, para todo o montículo, 7,5 milhões de fragmentos de cerâmica com massa de 80,9 toneladas (Castro 2009: 95). No mesmo sítio Laguinho, para um outro montículo, denominado “ferradura”, realizaram-se os mesmos cálculos com os seguintes resultados: com uma estimativa de 150 cm de profundidade a partir do topo, conforme observado nas unidades N1119 E980/1 e N1102/1 E961, com o software, os resultados foram: 1946 m² de área, 224 m de perímetro e 1607 m³ de volume. Projetando a densidade cerâmica obtida nas escavações do montículo 1, para o montículo Ferradura, chega-se a uma estimativa de 9,13 milhões de fragmentos cerâmicos totalizando 98.500 Kg, ou 98,5 toneladas (Castro 2009: 96). Os cálculos realizados por Castro são ilustrativos e não devem se tomados literalmente, mas dão uma ideia da massa de terra e

fragmentos cerâmicos mobilizados para a construção desses montículos.

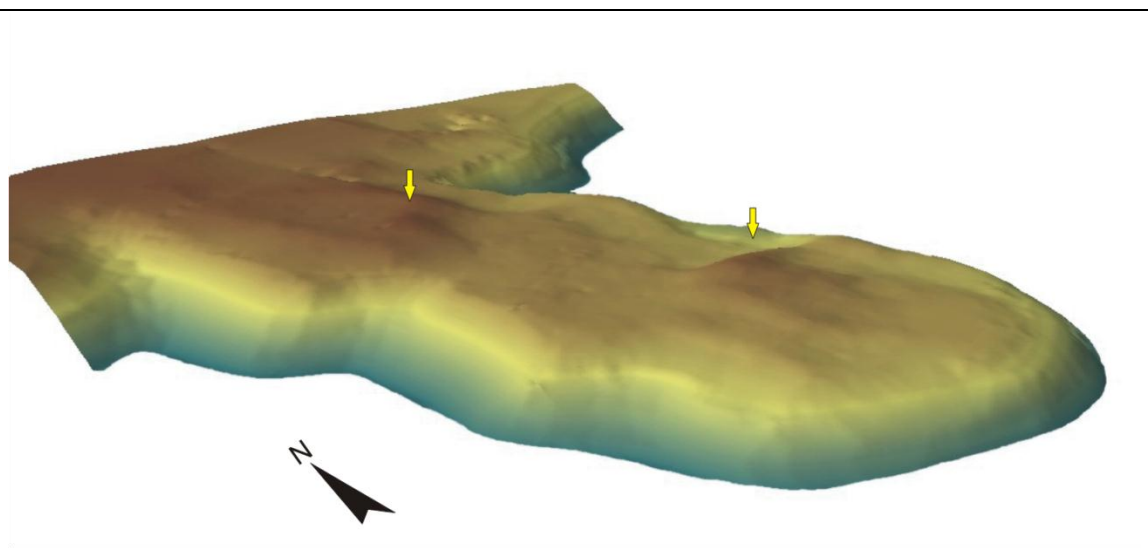


Figura 5.4-8: Sítio Laginho - modelo topográfico com dois montículos em destaque. Castro 2009

O estabelecimento do caráter artificial dos montículos associados à fase Paredão foi feito por Juliana Machado (2005). À época do trabalho de Machado, montículos já haviam sido identificados em diferentes sítios da área de confluência, como Açutuba e Hatahara. Trata-se de elevações de altura variada, podendo chegar a cerca de 3 m., que se destacam na paisagem dos sítios. (Figura 5.4-9). Inicialmente, não estava claro se essas estruturas eram ou não artificiais e, se artificiais, se haviam construído artificialmente ("mounds") ou se eram acúmulos como lixeiras ("middens"). Em 1999, a escavação de um desses montículos, no sítio Hatahara, evidenciou a presença de três sepultamentos

secundários coletivos em sua base: um em urna, dois diretos (Figura 5.4-10).

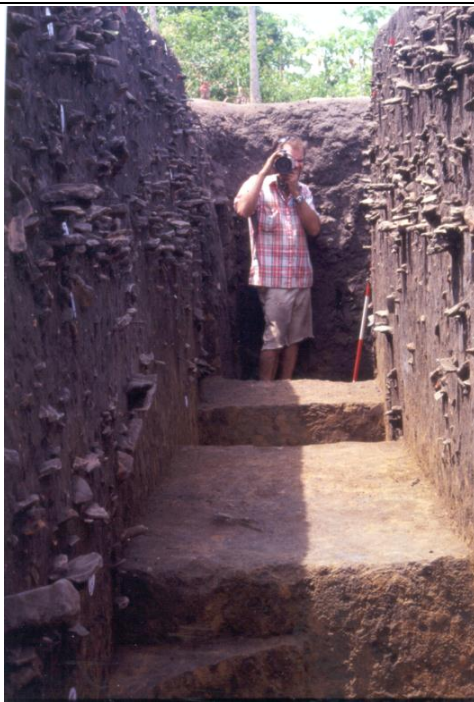


Figura 5.4-9: Sítio Hatahara, trincheira escavada em montículo revelando camadas construtivas de fragmentos cerâmicos. Foto: E. Neves



Figura 5.4-10: Sítio Hatahara, sepultamentos escavados em 1999, foto E. Neves

Essa associação levou à formulação da hipótese de que essas estruturas teriam um caráter funerário, repetindo algo que parecia ocorrer também no sítio Açutuba, onde, em 1997, a escavação de outro montículo revelou, em sua base, a presença de uma urna, embora sem sepultamentos em seu interior. Em 2001, para averiguar o caráter funerário do montículo no sítio Hatahara, foi aberta uma unidade de escavação que revelou uma grande quantidade de sepultamentos, todos eles aparentemente diretos e primários. Mais uma vez, a hipótese funerária para o montículo parecia se confirmar. Aliado a isso havia também a presença do único sepultamento em urnas no centro do montículo, o que poderia também indicar algum tipo de hierarquia cristalizada nos padrões funerários.

Em 2002 uma nova etapa de escavação se realizou no sítio, desta vez o objetivo de conectar, através de uma trincheira, as duas unidades previamente abertas, em 1999 e 2001. A abertura da trincheira, surpreendentemente, não revelou a presença de sepultamentos, indicando que havia dois conjuntos funerários distintos sob o montículo. A datação dos sepultamentos confirmou essa hipótese, ao trazer datas distintas para os conjuntos. A partir dessas evidências passou-se a contemplar outra hipótese, a de que a associação entre os sepultamentos e o montículo seria aleatória e, que, portanto, não haveria uma articulação entre eles. Tal foi, pelo menos, o caso dos sepultamentos escavados em 1999, que são muitos séculos mais antigos que os escavados em 2001. Essa

hipótese foi posteriormente confirmada quando se identificaram fragmentos ósseos humanos na própria matriz do montículo, o que mostra que os ossos também foram adicionados como material construtivo (Figura 5.4-11). Uma descrição detalhada do complexo contexto funerário do sítio Hatahara pode ser encontrada na tese de mestrado Anne Rapp Py-Daniel (2010), atualmente professora da Universidade Federal do Oeste do Pará.



Figura 5.4-11: Sítio Hatahara vista de sepultamentos geral nível 90-100-110, foto Val Moraes, 2006

Do mesmo modo que no sítio Laguinho, os montículos do sítio Hatahara têm uma surpreendente quantidade de fragmentos cerâmicos. A cerâmica, juntamente com a terra preta, foi o principal material desses montículos construtivo. Em outros sítios da fase Paredão, como Antônio Galo, os montículos foram construídos por

latossolo amarelado, no sítio Pilão, próximo a Antônio Galo, o material construtivo era latossolo misturado à laterita (Moraes 2008) (Figura 5.4-12). No sítio Hatahara, a datação detalhada do montículo 1, baseada em uma bateria de amostras retiradas de níveis artificiais de 10 cm., mostrou que processo construtivo foi bastante rápido, já que não há diferença significativa entre as datas da base e do topo do montículo (Neves et al. 2004).

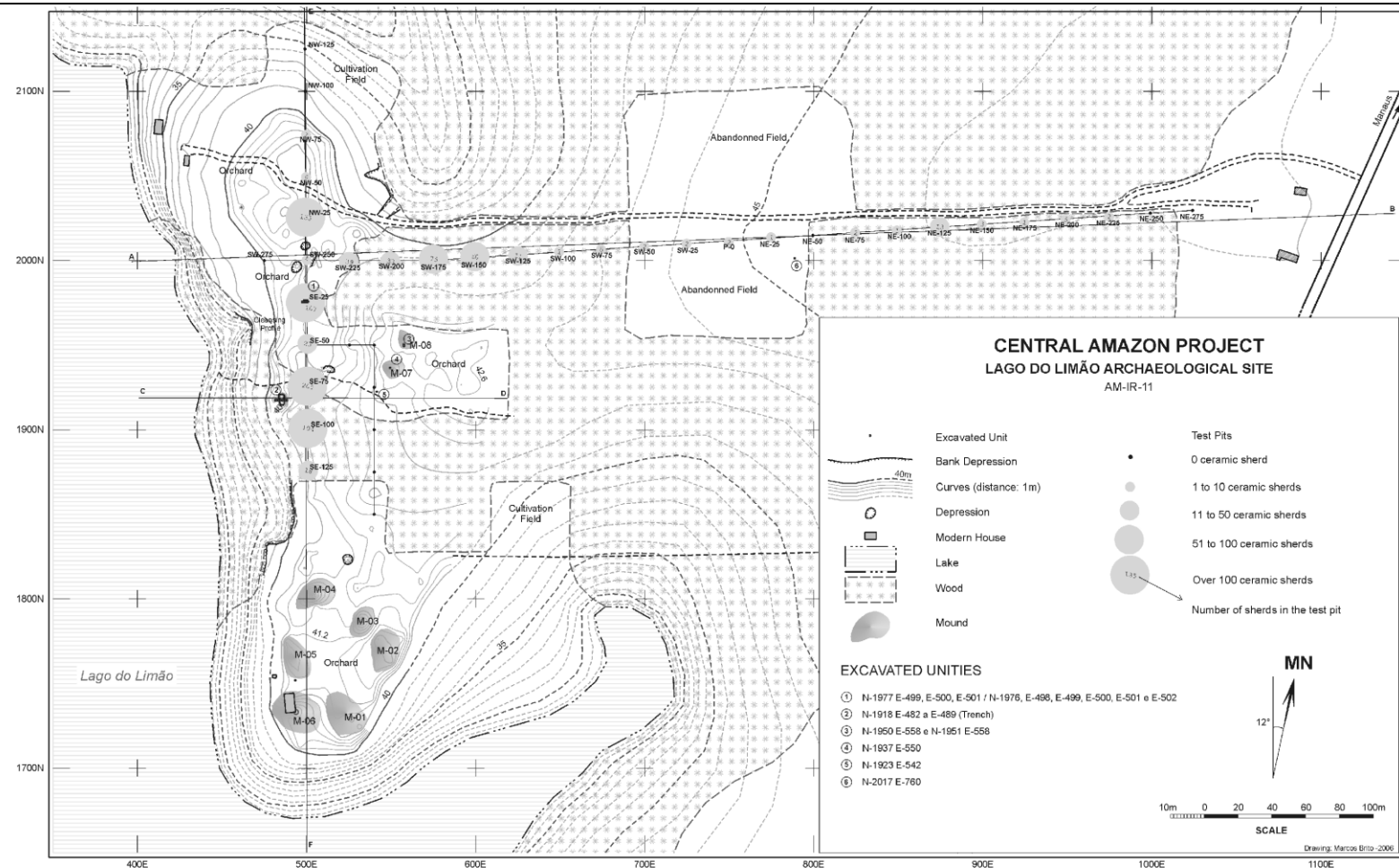


Figura 5.4-12: Sítio Antônio Galo - Concentração de fragmentos cerâmicos em base de montículo de terra. Foto: C. Moraes.

O mapeamento da disposição de montículos - sejam eles de terra e cerâmica, apenas de terra ou de terra e laterita – nos sítios Açutuba, Antônio Galo, Lago do Limão, Lago Grande, Pilão e Hatahara mostra um padrão circular e semi-circular em sua distribuição (Moraes & Neves 2012). Esse tipo de configuração básica, no

entanto, varia de sítio para sítio (Figura 5.4-2). No caso de Lago Grande, toda a aldeia tinha um formato circular, composto pelos montículos localizados na periferia delimitando um pátio central (Donatti 2003). Nos casos de Açutuba e Hatahara, identifica-se um padrão semi-circular ou de ferradura, com a parte aberta do semicírculo apontando para o sul. Nesses casos, os sítios têm uma área bem maior que a área de distribuição dos montículos, que aparentemente ocupavam uma parte central desses assentamentos. No caso de Pilão, a planta do sítio mostra a presença de dois montículos em forma de ferradura interpolados entre si, com a parte aberta do semicírculo também apontando para o sul. Moraes (2007) mostrou de maneira convincente que a composição diferente dos materiais construtivos dos montículos indica um processo de reocupação do sítio em dois eventos distintos.

O caso dos sítios Lago do Limão e Antônio Galo é interessante porque são sítios extensos, com formato alongado, situados sobre barrancos às margens de cursos d'água relacionados a um sistema de rios e lagos de várzea da área do Lago do Limão (Figuras 5.4-13A e 5.4-13B). Nas extremidades desses sítios é visível um padrão de construção de montículos formando um arranjo circular bem definido, como se fossem "bairros" ou setores bem definidos (Figura 5.4-2).



Map 03 - Lago do Limão site.

Figuras 5.4-13A e 5.413B: Plantas dos sítios Antônio Galo e Lago do Limão indicando, já nos mapeamentos preliminares (2005), concentrações circulares de montículos nas extremidade norte e sul dos assentamentos

Em ambos os casos, são também visíveis as cavas das quais se extraiu o solo para construir essas estruturas.



Figura 5.4-14: Sítio Antônio Galo - vista de um dos montículos. Foto: Val Moraes

Na escavação dos montículos do sítio Antônio Galo, Moraes (2010) identificou um contexto interessante relacionado às atividades construtivas. Ali, na camada imediatamente anterior à base dos montículos, que são de terra, há um contexto tafonômico que permitiu a preservação de fogueiras que aparentemente foram apagadas pela deposição das primeiras levas de terra associadas à construção. Trata-se, provavelmente, de uma atividade simbólica associada ao início da construção da estrutura. No mesmo conjunto, em outro montículo, Moraes (2010) identificou também uma camada espessa de fragmentos cerâmicos, com uma grande quantidade de

trempe, também associada ao início do processo de construção (Fig. 5.4-12). Nesse caso, é também provável que esse contexto seja muito mais simbólico que funcional, ou seja, que os fragmentos foram depositados para, de alguma maneira, “inaugurar” o processo de construção da estrutura.

A construção de montículos parece estar associada apenas às ocupações Paredão, mas sua disposição em padrões circulares ou semicirculares segue um plano de aldeia já detectado na ocupação do sítio Osvaldo, associado à fase Manacapuru, o que reforça a hipótese de constituição de uma rede regional ao longo dos séculos na área de confluência.

Outro elemento que indica o caráter sedentário das ocupações dessa época são as feições que representam provavelmente lixeiras. A escavação de covas para depósito de materiais descartados é um comportamento que já era notável nas ocupações Pocó-Açutuba. Nesses contextos, no entanto, tal comportamento está associado tanto ao enterramento de cerâmicas de ocupações anteriores, o que é visível no sítio Boa Esperança, região de Tefé (Costa 2012), como também como formação de lixeiras ricas em restos faunísticos e botânicos. Durante as ocupações Paredão, esse comportamento parece ter se ampliado, ao ponto de se poder identificar uma verdadeira profusão de feições nos casos onde escavações mais amplas foram abertas, como é o caso do sítio Laginho.



Figura 5.4-15: Conjunto de feições sobrepostas evidenciadas em escavação do sítio Laginho. Foto: J. Gomes.

Ali, em um contexto que é ao mesmo tempo um paraíso e um pesadelo para qualquer arqueólogo, em uma área de 16 m², dezenas de feições que se entrecortam, interferindo uma sobre a outra, foram identificadas e escavadas. Márcio Castro (2009) construiu uma tipologia para as feições de sítios e o que chama a atenção é sua variabilidade formal e também de conteúdo: há feições com grande quantidade de fragmentos cerâmicos, outras sem cerâmicas, mas com restos de fauna e flora. No sítio Laginho, tal variabilidade, e a grande quantidade na qual se apresentam, não por coincidência em uma área que é um pátio entre os dois grandes montículos do sítio, parece confirmar a hipótese de que eram lixeiras (Fig. 28 A e B –

Sítio Laguinho - Aspectos de feições antes e depois de escavação, fotos E. Neves).



Figura 5.4-16 A e B: Sítio Laguinho - Aspectos de feições antes e depois de escavação, fotos E. Neves

As feições encontradas nos sítios da área de confluência são verdadeiras cápsulas de informações concentradas em locais com pequeno volume. Em primeiro lugar, é notável o contraste estratigráfico entre elas e o solo adjacente, mesmo que cerca de 1.4000 anos tenham se passado desde sua formação, conforme se verifica pelas datações realizadas. Tal contraste mostra uma estabilidade surpreendente, dadas as condições de lixiviações intensas características dos solos em regiões equatoriais. Em segundo

lugar, e certamente devido a tais propriedades tafonômicas, as feições têm permitido uma recuperação razoáveis de vestígios macrobotânicos que normalmente não seriam recuperáveis em contextos típicos de sítios a céu aberto. Ligia Lima (2010) realizou um estudo preliminar em duas feições do sítio Laguinho e identificou uma grande quantidade de macro-vestígios.

Finalmente, deve-se mencionar os cemitérios. O registro arqueológico das ocupações Manacapuru e Paredão é, na área de confluência, o mais rico em preservação de vestígios funerários, com um surpreendente contexto revelado por um cemitério com 36 sepultamentos diretos identificados no sítio Hatahara (Py-Daniel 2010). No sítio Hatahara foram identificados três contextos funerários cronologicamente distintos. O mais antigo datado do final do primeiro milênio AC é associado às ocupações Pocó-Açutuba tem um sepultamento em urna e dois sepultamentos diretos em estágio relativamente ruim de preservação (Fig. 5.4-10). O segundo contexto funerário é composto por uma série de sepultamentos em urnas da fase Manacapuru, datados dos séculos VI e VII DC, que têm materiais ósseos em estado de conservação ruim (Figura 5.4-17). O terceiro contexto é composto por 36 sepultamentos diretos, alguns primários, outros secundários, associados pelas datas a ocupações da fase Paredão no final do primeiro milênio DC (Fig. 5.4-11).



Figura 5.4-17: Sítio Hatahara - área de concentração de urnas funerárias da fase Paredão. Foto: Val Moraes.

Não será aqui apresentada uma análise tafonômica exaustiva e tampouco uma descrição osteológica dos sepultamentos, trabalho já realizado por Py-Daniel (2010). A par das condições excepcionais para um sítio a céu aberto localizado a pouco mais de 300 km ao sul da linha do Equador, a presença de três cemitérios distintos no sítio Hatahara é digna de nota pela redundância ou recalcitrância no uso do mesmo local como cemitério por populações diferentes. Jean-Pierre Chaumeil (1997) mostrou a presença de pelo menos dois tipos de tratamento dados à morte e aos mortos nas terras baixas da América do Sul. O primeiro, mais consagrado na literatura, enxerga os mortos como inimigos ou como indivíduos que devam ser esquecidos, cujas referências físicas e onomásticas devem ser

evitadas a todo o custo. Nesses casos, é de se esperar uma baixa visibilidade arqueológica em termos, por exemplo, de formação de cemitérios. No segundo grupo as referências à morte e aos mortos são comuns, com destaque para o fato de que tais formas de relacionamento poderiam estar também associadas ao culto de flautas sagradas, ou “de jurupari”, comuns, por exemplo, na bacia do rio Negro (Chaumeil 1997). Para Chaumeil, cultos de flautas sagradas, que permanecem escondidas durante boa parte do ano e são usadas em rituais de iniciação masculinas, estão associadas a sociedades com comportamentos territoriais mais marcados, grupos sedentários com paisagens simbólicas bem definidas, como o caso de grupos falantes de línguas da família Arawak do noroeste da Amazônia (Hill 1993). Tais elementos são compatíveis com o padrão sedentário dos assentamentos da área de confluência durante o primeiro milênio DC.

A formação de terras pretas provoca uma mudança ecológica local no espaço ocupado pelos sítios arqueológicos. Atualmente, na área de confluência, por exemplo, há algumas espécies de plantas, como a limorana (*Chlorophora tinctoria*), o tucumã (*Astrocarium aculeatum*) e o urucuri (*Atalea excelsa*) que colonizam esses locais. Na bacia do baixo Madeira foi identificado um padrão que associa sítios de terra preta com alguns tipos de comunidades florísticas (Fraser et al. 2011). É provável que um padrão semelhante seja visível em outras partes da Amazônia, embora as composições

florísticas das áreas de terra preta devam variar de acordo com as características ecológicas mais amplas das áreas onde se situam os sítios arqueológicos. O termo “lugares persistentes” é às vezes usado em arqueologia para designar aqueles tipos de materiais, arranjos ou feições criados na ocupação inicial de um local que, posteriormente, atraem as ocupações subsequentes, agindo como elementos que estruturam paisagens e constroem referências regionais para a ocupação de uma determinada área. O sítio Hatahara poderia ser tratado como um local persistente pelas propriedades que possui. Py-Daniel (2010) mostrou como a construção dos montículos residenciais da ocupação Paredão no sítio envolveu, além do uso da terra preta e das cerâmicas como materiais construtivos, a manipulação de restos ósseos humanos inteiros, inclusive crânios, como materiais construtivos. Parece claro, portanto, que quem construiu esses montículos estava ciente do fato de que havia sepultamentos no sítio. É provável que tal propriedade conferisse ao assentamento algum tipo potência como local de ocupação humana.

O caso do sítio Hatahara está longe de ser uma exceção. Pelo contrário, na área de confluência é comum que sítios tenham sido ocupados mais de uma vez. De fato, pode-se afirmar que a reocupação cíclica dos mesmos locais, em uma regular recalcitrância redundante, redundou na estruturação de uma paisagem que pontuada por ilhas antropizadas cercadas por mares de matas em diferentes estágios de manejo. Arroyo-Kalin (2008) usando dados de

variação magnética dos solos do entorno do sítio Lago Grande, mostrou como houve no passado o uso do fogo nesses locais, provavelmente para permitir alguma forma de manejo. Mesmo assim, há que se considerar que a tecnologia de manejo da floresta utilizada por esses grupos dispunha, além do fogo, do uso de machados de pedra. Denevan (1992) mostrou como a utilização de machados de pedra enseja uma relação totalmente diferente com a floresta, que provavelmente resultava em um grau de intinerância muito menor que o documentado para as sociedades do tipo “cultura de floresta tropical” consagradas por Lowie e Steward no *Handbook of South American Indians*. Afinal, a quantidade de tempo e energia gasta na abertura de uma área de mata alta com um machado de metal é infinitamente menor que com um machado de pedra. Sítios arqueológicos com terras pretas, assim, além da riqueza dos solos que continham, apresentavam também, ao longo do primeiro milênio DC na área de confluência a propriedade material de ser mais acessíveis à limpeza por terem sua cobertura vegetal composta por palmeiras e plantas típicas de áreas de capoeira. A essas propriedades físicas acrescentam-se as propriedades simbólicas já brevemente discutidas.

A paisagem regional da área de confluência no primeiro milênio DC era assim plenamente antropizada, o que faz sentido no quadro dos princípios da ecologia histórica. O interessante, nesse caso, é que a arqueologia permite que se compreenda quais foram as relações

sociais nas quais se desenvolveram tais modificações: a de assentamentos sedentários, com padrões regulares de reocupação, cobertos por montículos artificiais dispostos em padrões circulares ou semi-circulares, em alguns casos com a presença de cemitérios nos assentamentos, assentamentos que por sua vez eram integrados por redes de troca. Esse quadro estável, típico de “sociedades frias”, perdurou na região por pelo menos seis séculos até ser profundamente modificado no início do segundo milênio DC

6. A História acelerada – as ocupações Guarita e as mudanças nas formas de vida na Amazônia central no início do segundo milênio DC.

6.1. Introdução:

Na arqueologia da área de confluência são visíveis, além dos sítios com terras pretas, cerâmicas coloridas, pintadas em vermelho, preto e branco, presentes na superfície de vários dos sítios da região. Tais cerâmicas pertencem à fase Guarita da Tradição Polícroma da Amazônia, também definida por Hilbert em sua obra de 1968. Talvez devido à decoração pintada que têm, bem como a uma decoração plástica peculiar, cerâmicas Guarita chamam a atenção de arqueólogos e leigos desde o século passado, tendo já sido citadas e desenhadas por Barbosa Rodrigues no século XIX, na apresentação de sua obra “A Necrópole de Miracanguera”, publicada no volume “Antiguidades do Amazonas” (Barbosa Rodrigues 1892).

Cerâmicas da fase Guarita têm características formais e decorativas bastante diferentes das cerâmicas anteriormente produzidas na área de confluência. Dentre essas características há a presença de decoração pintada em faixas grossas, vermelhas e negras, sobre uma base branca (Fig. 6.1-1A e B). Essas faixas podem ser retilíneas ou curvilíneas, em motivos geométricos, zoomorfos ou representando partes do corpo humano. Em alguns casos, o nível de elaboração dos padrões decorativos pintados tem tal sofisticação que Gaspar de Carvajal, em 1542, chegou a comparar essa cerâmica à

mais bela cerâmica de Málaga, ao descrever vasos encontrados em uma aldeia abandonada visitada pela expedição de Francisco de Orellana a jusante de Coari, a famosa “aldeia da louça”.

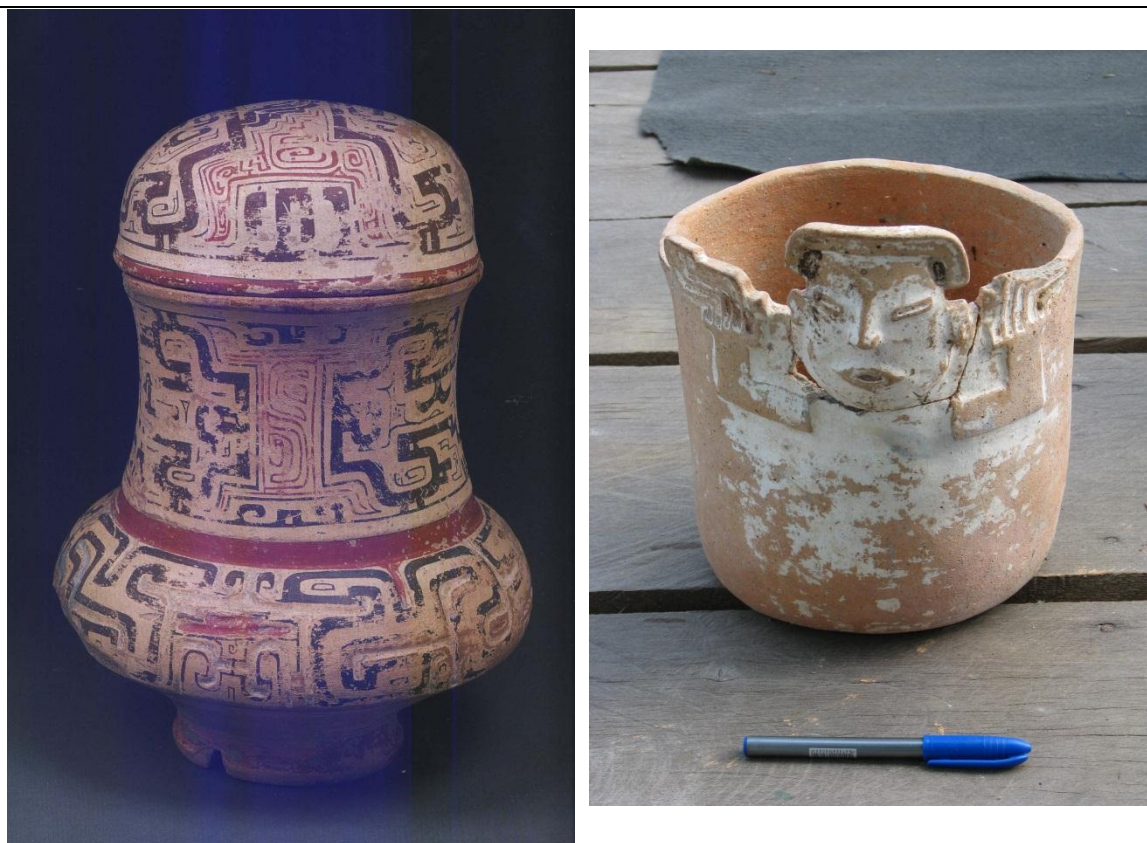


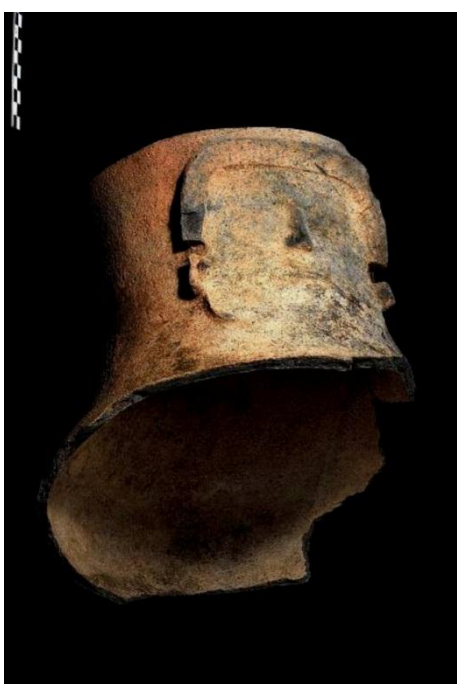
Figura 6.1-1A e B: (A) - Urna policroma da fase Guarita, proveniência desconhecida, acervo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Foto: F. Chaves. (B) - Vaso da fase Guarita encontrado no sítio São Raimundo do Miriti, na divisa dos municípios de Codajás e Coari, acervo particular. Foto: M. Lima.

A decoração pintada nas cerâmicas da fase Guarita é visível em pratos de diferentes formas e também em urnas funerárias (Figura 6.1-2).



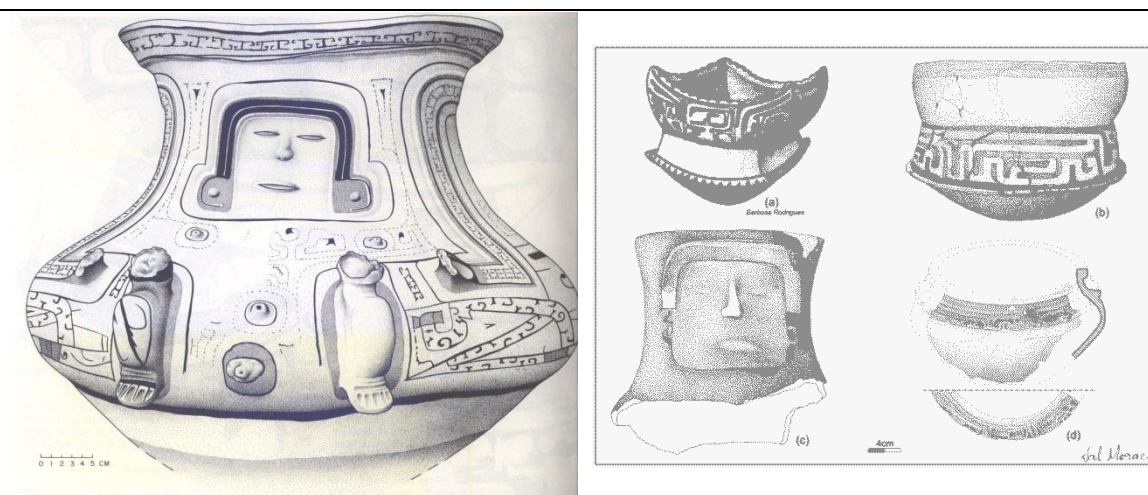
Figura 6.1-2: Prato da fase Guarita com decoração pintada, sítio Lauro Sodré, acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Foto: J. Caldas.

Atualmente, muitas das urnas Guarita conhecidas tiveram suas pinturas erodidas, mas os casos conhecidos de urnas pintadas mostram uma vez mais um padrão decorativo sofisticado. Além das pinturas é comum nas urnas também a presença de decoração plástica, normalmente antropomorfa. Nesses casos, são comuns representações de braços e pernas, marcados pela aplicação de roletes largos e pouco espessos, e também de olhos, bocas e narizes indicando feições faciais. Nas urnas antropomorfas Guarita a cabeça pode estar representada tanto nos corpos das urnas como também nas tampas. Em ambos os casos, faces vêm sempre acompanhadas por uma espécie de tiara, marcada também por roletes largos e poucos espessos, aplicada sobre os olhos (Figuras 3A, B, C e D).



Figuras 6.1-3A, B, C e D: (A) e (B) - Urnas funerárias antropomorfas da fase Guarita, sítio Urucurituba, Prefeitura Municipal de Urucurituba (AM). Fotos: E. Neves; (C) - Fragmento do bojo superior de uma urna antropomorfa encontrada no sítio Cemitério do Curupira (antiga Clareira 19), durante as prospecções do Gasoduto Coari - Manaus, município de Coari. Foto: V. Moraes. (D) - Urna funerária encontrada no sítio Costa do Gabriel, no município de Anamã. Foto: M. Lima.

Tais tiaras têm uma estabilidade formal notável e são visíveis em cerâmicas da tradição policroma espalhadas por uma grande área que vai do baixo rio Madeira, na Amazônia central, até o rio Napo, no sopé dos Andes equatorianos.



Figuras 6.1-4A e B: A Urna funerária do tipo Nuevo Rocafuerte, fase Napo, tradição Policroma, rio Napo, Equador (Evans & Meggers 1968), Fig. 4 B - Exemplos de vasos da fase Guarita, tradição policroma, na Amazônia central. Desenhos: V. Moraes, M. Brito.

Na área de confluência em particular, e Amazônia central em geral, há também outras categorias de cerâmicas intimamente associadas à fase Guarita. Dentre eles há um grupo de vasos com boca circular ou quadrangular que têm em sua parte mesial flanges formadas por um ou mais roletes ali aplicados. Tais flanges, em sua face superior, produzem um campo para a aplicação de excisões retilíneas e curvilíneas que se estendem até o lábio dos vasos. Estes, por sua vez, são caracterizados pela aplicação de um rolete adicional em sua extremidade, reforçando-os.



Figura 6.1-5: Vasos da fase Guarita com decoração excisa e flanges mesiais, comunidade Lauro Sodré, município de Coari, médio Solimões. Foto: E. Tamanaha.

Vasos excisos com flanges mesiais são verdadeiros fósseis-guia das ocupações Guarita e funcionam como um excelente marcador cronológico e cultural em toda a Amazônia central.

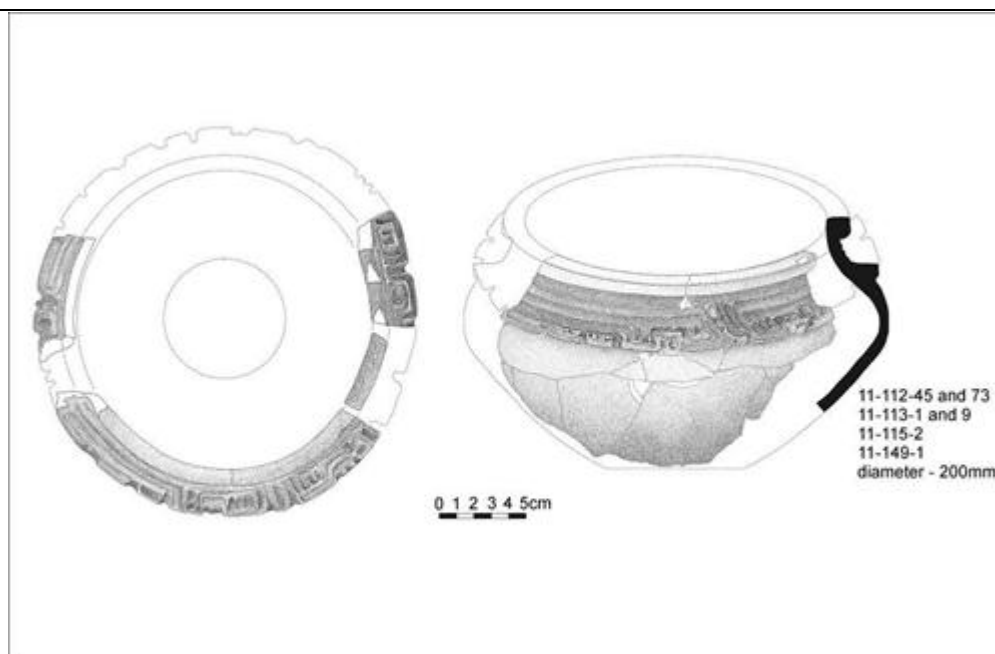


Figura 6.1-6: Vaso da fase Guarita com flange mesial e decoração excisa, sítio Lago do Limão. Desenho: V. Moraes

Cerâmicas da fase Guarita compõem um conjunto maior, com ampla distribuição pelas terras baixas, que é da Tadição Polícroma da Amazônia. Cerâmicas da tradição policroma são encontradas em uma

área que vai desde a ilha de Marajó até o alto rio Amazonas, nos contrafortes dos Andes peruanos. Com exceção da região de entorno da cidade de Santarém, onde as ocupações têm materiais diferentes, praticamente toda a calha do rio Amazonas foi, no primeiro milênio DC, ocupada por populações que produziam cerâmicas da tradição policroma. Foi exatamente essa razão que levou Meggers e Evans (1957) a empreender seus estudos pioneiros sobre a arqueologia da foz do rio Amazonas e posteriormente na região do rio Napo, no Equador (Evans & Meggers 1968). Além da margem dos rios Amazonas e Solimões, sítios com cerâmicas policromas são também encontrados ao longo de alguns dos seus principais afluentes como: o Madeira, desde a cachoeira do Teotônio, o Negro, desde São Gabriel, o Japurá/Caquetá, desde Araracuara e o Napo.

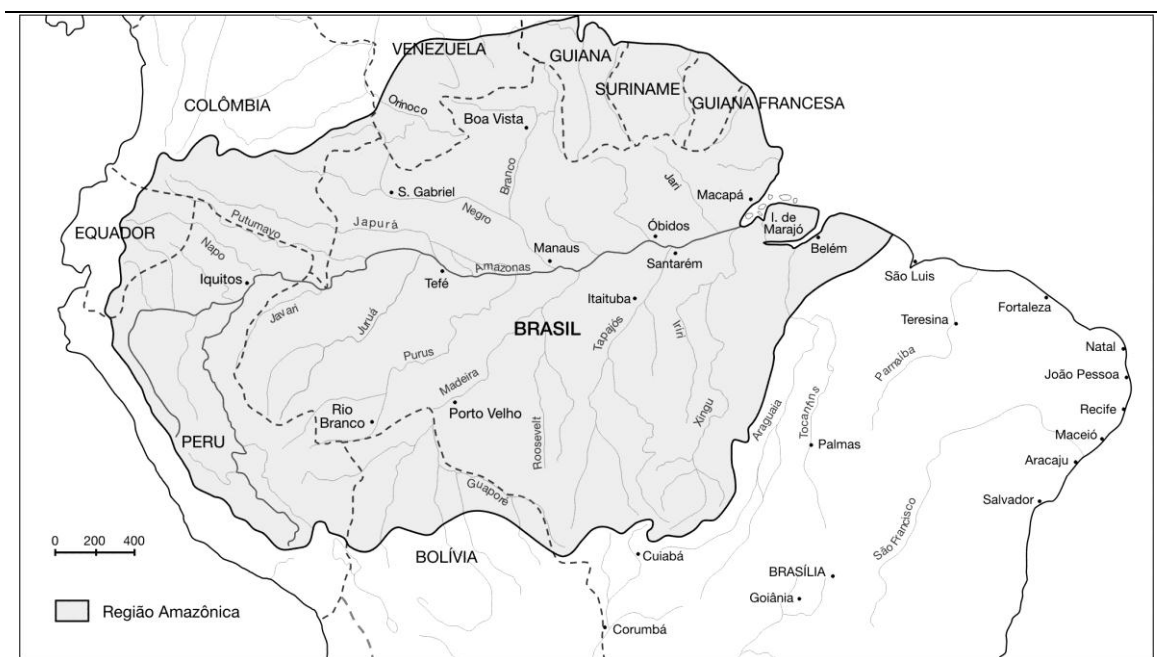


Figura 6.1-7: Mapa da bacia amazônica indicando os locais mencionados. Fonte: Neves 2006.

Apesar da ampla distribuição geográfica é notável a estabilidade formal que mantêm cerâmicas policromas localizadas às vezes em sítios distantes milhares de quilômetros entre si (Figuras 6.1-3, 4 e 5). Ao longo dos anos, tais cerâmicas foram sendo classificadas em fases locais e receberam nomes como: Marajoara (ilha de Marajó), Guarita (região de Manaus), Borba (baixo rio Madeira), Jatuarana (alto rio Madeira), Tefé (região de Tefé), Nofurei (Araracuara, rio Caquetá), Santa Luzia (alto rio Solimões), Zebu (região de Leticia), Napo (rio Napo) e Caimito (alto Amazonas e Ucayali, entre Iquitos e Pucalpa) (Tamanaha 2012). Exceto a fase Marajoara - que tem tantas características formais e decorativas próprias que podem levar a uma revisão de sua própria inserção na tradição policroma -, o que se percebe, em todas essas outras fases, é um grande e nuançado contínuo, indicando que as barreiras entre uma fase e outra são arbitrárias.

Examinado à distância, em uma escala continental, a cronologia e distribuição geográfica dos sítios com cerâmicas da tradição policroma reflete uma estrutura bem definida que talvez revele um processo histórico concreto. Com exceção da ilha de Marajó, onde as datas mais antigas para as cerâmicas policromas chegam ao século III DC (Schaan 2004), no alto Madeira, Amazônia central e Amazônia ocidental, há um padrão onde as datas mais antigas vêm de meados do primeiro milênio DC, no sítio Teotônio, alto Madeira, e vão ficando paulatinamente mais recentes à medida que se baixa o curso deste

rio (Almeida 2012). Na foz do Madeira, no entorno de Iatacoatiara, as datas já são mais recentes, do final século IX DC. A partir daí, e subindo os rios Amazonas e Solimões, as datas ficam cada vez mais recentes, até chegar ao século XIII DC no Peru e Equador.

A interpretação mais óbvia para esse padrão é que os sítios com cerâmicas policromas representariam o registro arqueológico de um processo de expansão demográfica iniciado em meados do primeiro milênio DC na região do alto Madeira e que rapidamente teria levado à colonização do baixo curso desse rio, com posterior colonização do rio Amazonas, entre a boca do Madeira e a boca do Negro, seguida de uma rápida expansão Solimões acima. O senso comum, neste caso, parece estar certo: conforme se mostrará aqui, as mudanças nas formas de assentamento, além das diferenças as ocupações pré-policromas e as ocupações policromas, são tão bem marcadas a ponto de se poder considerar que são ocupações de grupos distintos. Em outras palavras, parece claro que, ao menos em seu início, a expansão policroma verificada no registro arqueológico parece refletir de fato um processo de expansão demográfica de um outro grupo, originário da bacia do alto Madeira, que varreu parte da calha do Amazonas e, principalmente, toda a calha do Solimões e alto Amazonas na transição do primeiro para o segundo milênio DC.

6.2 Os sítios policromos na Amazônia central:

Na área de confluência e em toda a Amazônia central as ocupações policromas são invariavelmente superficiais. Ao longo dos

anos, o mapeamento da distribuição de cerâmicas policromas em sítios multicomponenciais na região mostrou um padrão no qual, na maioria dos casos, as ocupações policromas, embora mais tardias, são normalmente menos extensas que as ocupações anteriores da fase Paredão, como, por exemplo no caso do sítio Antônio Galo.

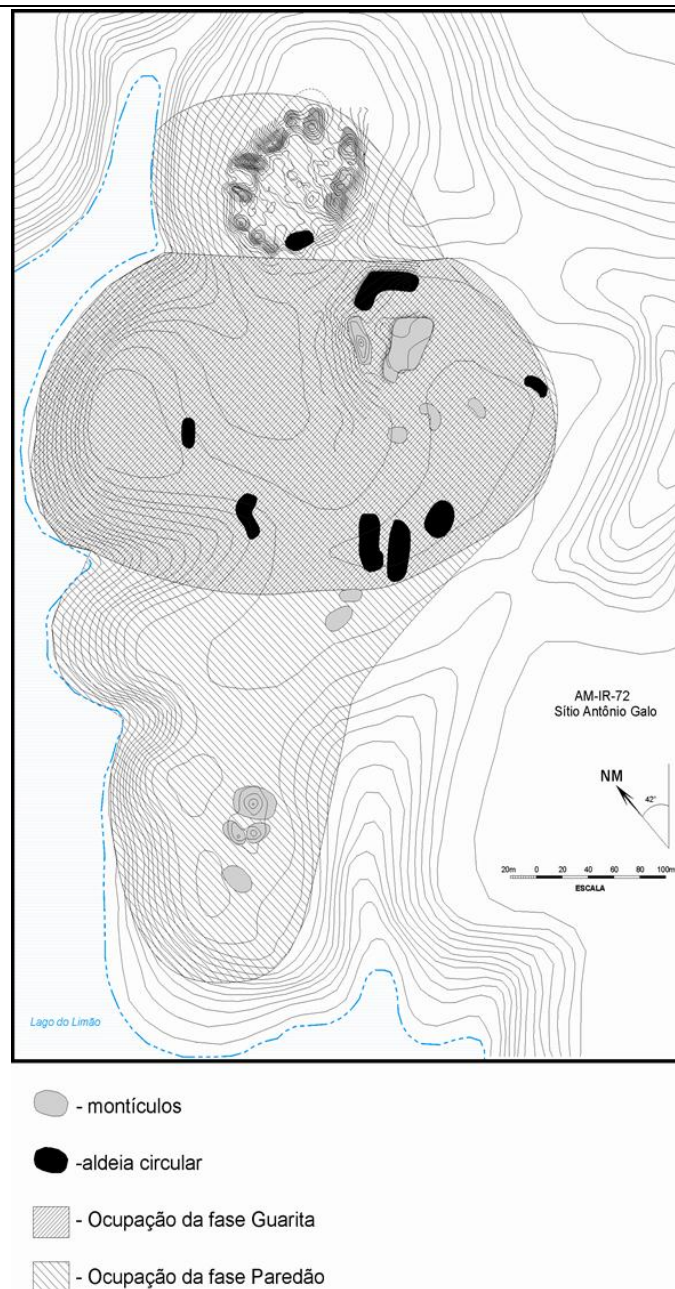


Figura 6.2-1: Sítio Antonio Galo - Superposição das ocupações Guarita e Paredão, C. Moraes 2011.

Do mesmo modo, embora cerâmicas Guarita tenham sido identificadas na superfície de alguns montículos, tal associação parece ser posterior à construção dessas estruturas. Rebellato (2007), em seu estudo de marcadores geoquímicos no sítio Hatahara mostrou como houve uma mudança da forma de ferradura da aldeia na ocupação Paredão para um formato linear na aldeia da ocupação Guarita.



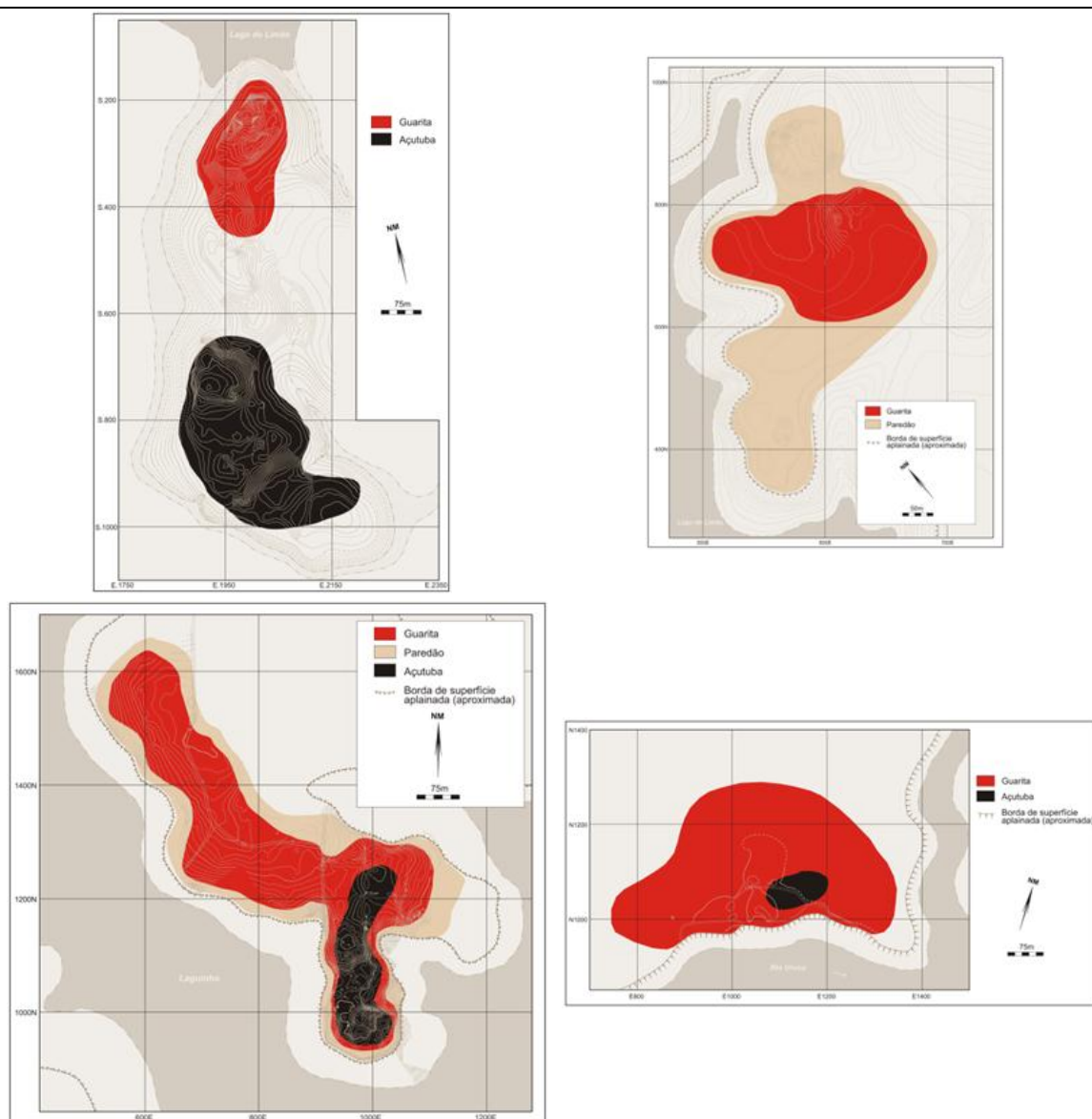


Figura 6.2-2: Comparação das áreas de dispersão de cerâmicas da fase Guarita (vermelho) com ocupações precedentes (bege e preto). Desenho: M. Brito.

Essas mudanças parecem também indicar que o tamanho da população dos grupos que fizeram cerâmicas Guarita não foi maior que o tamanho das ocupações da fase Paredão. Ao contrário, ocupações Guarita na área de confluência são normalmente pouco profundas e, embora associadas normalmente a terras pretas, não está claro se de fato tais ocupações tiveram algum papel na formação desses solos ou se apenas deles se utilizaram para estabelecer seus

assentamentos. Recentemente, Eduardo Tamanaha (2012) apresentou um exaustivo estudo sobre sítios Guarita na área localizada ao longo da calha do Solimões que vai de Manaus a Coari, uma distância aproximada, em linha reta, de 400 km. O trabalho de Tamanaha é importante por que traz a comparação de sete sítios, localizados em micro-ambientes distintos, como a várzea do Solimões e a planície aluvial do rio Negro, mas também em afluentes de pequeno porte do Solimões, como o rio Urucu (Fig. 6.2-3). A par da excelente documentação de campo e das análises de laboratório, Tamanaha (2012) fez também uma útil compilação das datas disponíveis para sítios com cerâmicas da tradição policroma na calha do rio Amazonas/Solimões, exceto da ilha de Marajó. A compilação de Tamanaha é elucidativa pois, apesar de confirmar o padrão no qual as datas se tornam mais recentes, em termos gerais, de leste para oeste, mostra também que, ao se analisar o mesmo padrão em uma escala de maior magnitude, ou seja, a escala local, a distribuição das datas é aparentemente não-linear, isto é, não há claramente uma tendência para datas mais recentes em direção oeste. Na área de confluência e adjacências, por exemplo, as duas datas mais antigas para ocupações Guarita vêm do sítio Vila Nova, no baixo rio Negro, a cerca de 300 km a montante de Manaus (Simões & Lopes 1987) e no do sítio Nova Esperança II, localizado no baixo curso do rio Urucu, a mais de 100 km da montante da boca do lago homônimo, do qual é um dos formadores, na boca do rio Solimões (Tamanaha 2012).



Figura 6.2-3: Localização dos sítios da fase Guarita na Amazônia central estudados por E. Tamanaha (2012).

Tal padrão mostra que a colonização do rio Solimões pelos grupos produtores de cerâmicas Guarita deve ter ocorrido “pelas beiradas”, o que faz sentido quando se considera a visível presença de grupos Paredão à época nesses locais. É certo que a chegada dos grupos Guarita na área de confluência não foi uma surpresa para seus ocupantes anteriores e tampouco um evento repentino. No final do primeiro milênio DC a calha do Amazonas/Solimões era um verdadeiro “sistema mundo” onde grupos distantes entre si, conforme procurou se mostrar no capítulo anterior, eram direta ou indiretamente interligados por redes de relações que incluíam o comércio e possivelmente também a exogamia. Além do mais, a etnografia e etnohistória nos mostram como tambores de sinalização, conhecidos no Uaupés, eram amplamente utilizados na Amazônia e Orinoco até final do século XIX. A reserva técnica do MAE guarda dois destes tambores.

Conforme proposto por Miller (1999) e confirmado por Almeida (2012) as datas mais antigas para cerâmicas policromas fora da ilha de Marajó vêm do alto Madeira, embora não do século VIII AC, como propôs Miller, e sim, mais provavelmente do século V DC. No alto Madeira, tais cerâmicas foram denominadas por Miller como pertencentes à fase Jatuarana (Miller 1999), mas as semelhanças formais com cerâmicas Guarita são, uma vez mais, notáveis (Figura 6.2-4). Em pouco mais de 400 anos, ocupações com cerâmicas

Policromas já são visíveis na região de Itacoatiara, na margem do rio Amazonas oposta à foz do rio Madeira.



Figura 6.2-4: Betty Meggers ao lado da urna da fase Jatuarana coletada em Humaitá, rio Madeira. Foto: E. Miller.

6.3 Estruturas defensivas e guerra na virada do milênio:

Os tambores Paredão, além da presença daquele grupo totalmente diferente, que fazia uma cerâmica espalhafatosa - às vezes parecida com os cacos antigos enterrados sob o solo escuro das aldeias -, devem provavelmente ter soado com um ritmo e urgência diferentes dos normais. Isto porque, ao menos no baixo Madeira e área de confluência e baixo Madeira, há indícios que associam o final das ocupações Paredão à construção de estruturas defensivas como valas ou paliçadas. No sítio Vila Gomes, localizado na margem oposta à cidade de Borba, no rio Madeira, Claide Moraes (Moraes & Neves 2012) escavou uma vala de cerca de 1.500 metros

de extensão, escavada ao redor de um assentamento da fase Axinim, que corresponde na área do baixo Madeira, cronológica e estilisticamente, às ocupações Paredão na área de confluência. Do mesmo modo que os sítios Paredão na área de confluência, o sítio Vila Gomes é um grande assentamento de terra preta. As escavações de Moraes mostram que um razoável investimento de tempo e energia foi dispendido na construção da vala, que corta a periferia da área de terra preta. Na parte central da estrutura, há dois locais de passagem, não escavados, que permitiam o acesso ao assentamento (Moraes & Neves 2012). Na mesma região de Borba, na periferia da cidade, Moraes identificou uma outra vala artificial, hoje parcialmente atulhada, que a tradição oral local remete à época dos índios. De fato, toda a região do baixo Madeira é repleta de estruturas do tipo, a ponto de uma das Terras Indígenas locais, dos índios Mura, e localizada em Autazes, ser conhecida como “Trincheira”. É comum, na região que se associe tais valas ou trincheiras a época da Cabanagem, mas as datas obtidas para algumas delas mostram que foram construídas na transição do primeiro ao segundo milênio DC (Neves 2008). Nada impede, no entanto, que tenham sido recicladas naquela época de lutas intensas em todo o vale do Amazonas.

O caso de Vila Gomes é interessante porque o sítio não tem ocupações policromas – ali conhecidas como da fase Borba (Simões & Lopes 2007) – sobre as ocupações Axinim. Como a vala foi construída posteriormente à formação da terra preta, e baseado na data obtida

por Moraes, do final do primeiro milênio DC (Moraes & Neves 2012), pode-se fazer uma pequena reconstituição dos eventos a ela relacionados. Inicialmente, o sítio era um grande assentamento Axinim ocupada continuamente há alguns séculos, desde o início do primeiro milênio DC. No século X DC, a vala foi construída, cortando a periferia do assentamento, mas, logo depois, o sítio é abandonado e não mais reocupado até o início do período colonial. A ausência de ocupações policromas no sítio Vila Gomes é, no entanto, um fenômeno local, já que sítios com estas cerâmicas, da fase Borba, são comuns na região (Moraes & Neves 2012).

Na área de confluência, três outras estruturas defensivas, também associadas a ocupações da fase Paredão, foram identificadas e escavadas: duas valas, nos sítios Açutuba e Lago Grande, e uma paliçada, no sítio Laguinho (Neves 2008, Tamanaha 2012). Em um dos casos, Lago Grande, há escassos sinais de ocupações Guarita posteriores ao assentamento Paredão. Em Laguinho e Açutuba, por outro lado, os sinais de ocupações Guarita são visíveis em milhares de fragmentos cerâmicos distribuídos pela superfície. As valas nos sítios Lago Grande e Açutuba são, como no caso de Vila Gomes, depressões lineares visíveis na topografia dos sítios, mesmo se cobertas por vegetação. No caso, de Açutuba, trata-se, de fato, de duas valas com alinhamento paralelo, com cerca de 150 metros de extensão no total, construídas na parte dos fundos do sítio, justamente o local mais vulnerável a ataques, já que na parte norte

do sítio, que é lindeira à planície aluvial do rio Negro, há um barranco de cerca de 30 metros de altura que oferece uma defesa natural ao assentamento.

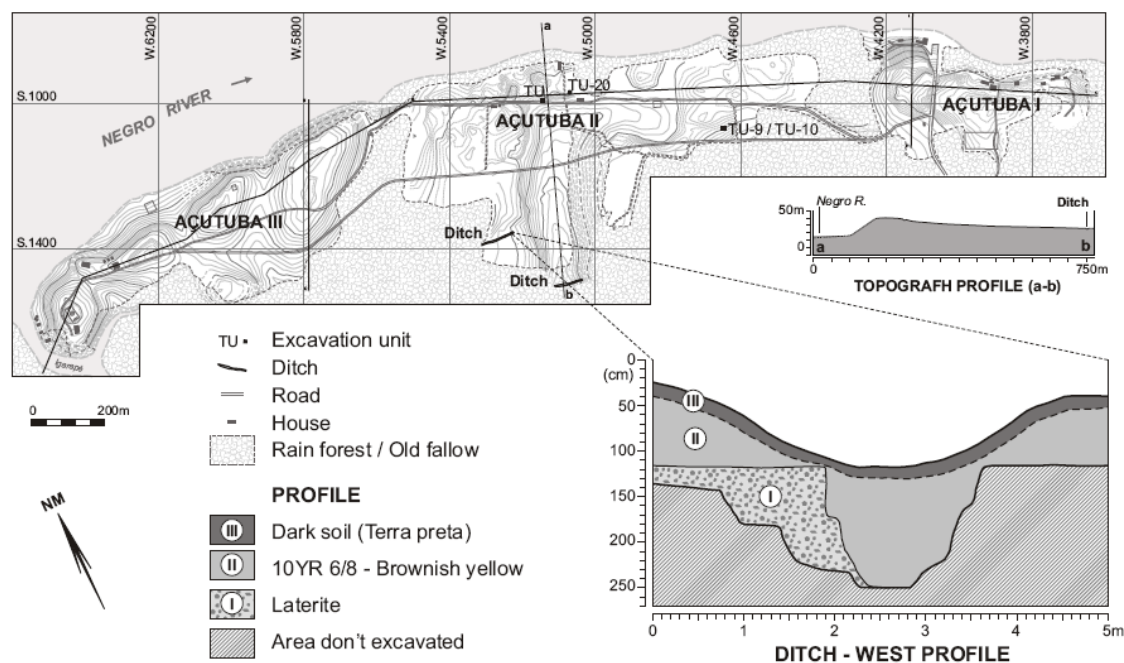


Figura 6.3-1: Planta do sítio Açutuba com indicação das valas escavadas na extremidade sul. Desenho: M. Brito.

A estratigrafia do corte de perfil da vala mostra tratar-se de uma estrutura artificial: a camada de laterita é claramente cortada por uma depressão, cujos limites correspondem aos limites da própria vala original, e que, por sua vez, foi preenchida por terra após seu abandono. Um exame detalhado do perfil deste mesmo corte mostra também a presença de duas manchas escuras paralelas que se projetam da superfície ao fundo da vala: os sinais do que restou de uma linha de estacas paralelas que deveriam corresponder a uma paliçada construída dentro da vala.



Figura 6.3-2: Escavação de perfil em vala no sítio Açutuba. Foto: E. Neves.

Embora em uma dimensão menor, o mesmo fenômeno é visto no sítio Lago Grande: trata-se, uma vez mais, de um assentamento implantado em um barranco alto, com 40 metros de queda abrupta para o lago da várzea do Solimões que dá nome ao sítio. Este, por sua vez, ocupa uma península bem delimitada por um istmo estreito, o local onde se cortou a vala (Figura 6.3-4). Ainda que coberta por uma capoeira antiga, é perceptível, em ambos os lados da vala, a redeposição da terra que foi retirada da escavação. A datação de uma amostra de carvão retirada do solo depositado no fundo da vala indica que ela foi construída antes do século XI DC (Neves 2008). A implantação da vala no istmo proveu uma defesa para a área do sítio

mais vulnerável a ataques, já que os altos barrancos fornecem uma defesa natural.

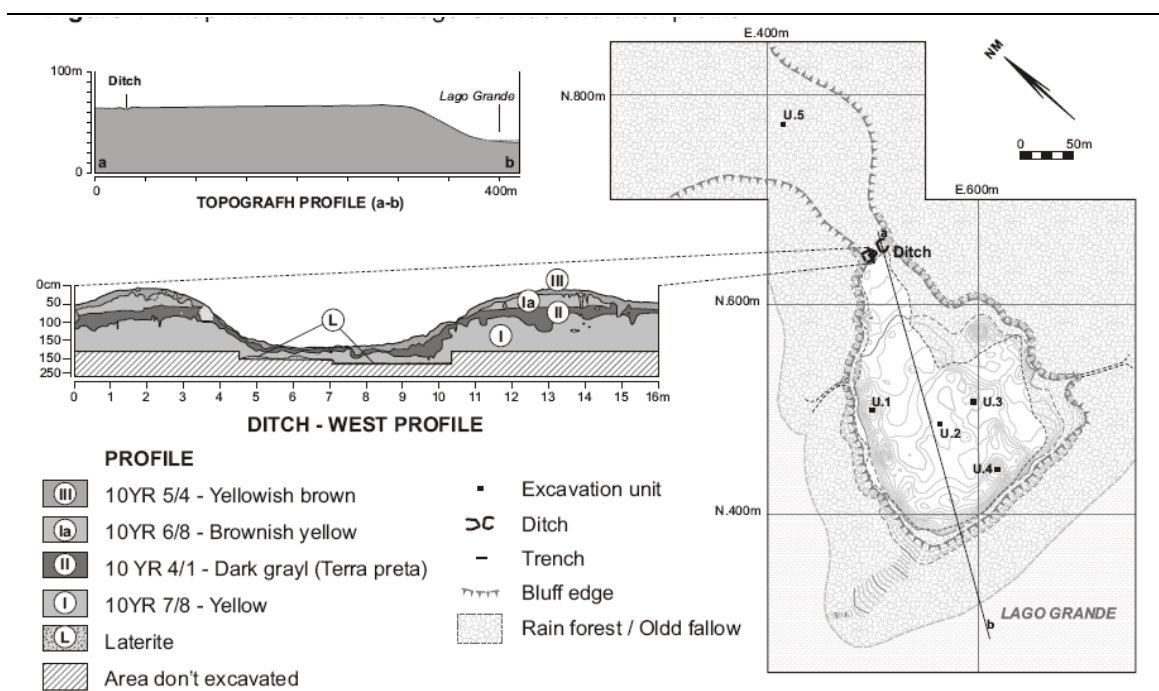


Figura 6.3-4: Planta do sítio Lago Grande com indicação de vala no istmo. Mapa: M. Brito.

A paliçada do sítio Lagunho foi identificada inicialmente por pura sorte e, posteriormente, por bastante persistência. Lagunho é um sítio complexo, multicomponencial, que teve pelo menos quatro ocupações distintas desde o início da era Cristã. Sua área total é de cerca de 25 ha. (Castro 2009) e ele pode ser dividido, talvez de uma maneira um pouco grosseira, em dois grandes setores: o setor sul, uma espécie de cidadela que corresponde à área do sítio onde ocorrem os grandes montículos e feições anteriormente discutidos, e o setor norte, onde os depósitos arqueológicos são bem menos profundos (Fig. 6.3-4).

PROJETO AMAZÔNIA CENTRAL
SÍTIO ARQUEOLÓGICO LAGUINHO
AM-IR-46

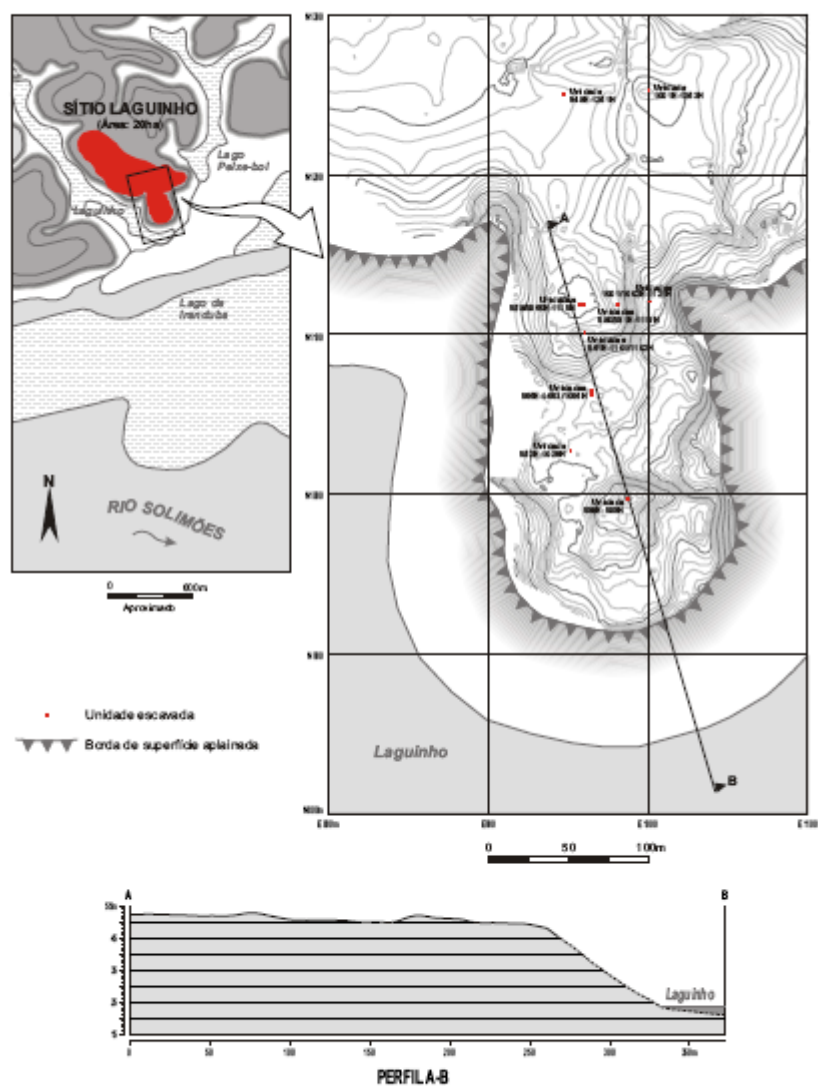


Figura 6.3-5: Planta do sítio Lagoínho. Desenho: M. Brito.

Do mesmo modo que Lago Grande, Laguinho está também assentado sobre uma área de escarpas íngremes que mergulham abruptamente para a várzea do rio Solimões. Nas escavações de 2009 decidiu-se privilegiar intervenções no setor norte do sítio, com o objetivo de identificar evidências de casas para a definição de alguns parâmetros demográficos. Para isso, identificou-se aleatoriamente um local para a abertura de unidades de escavação. Eduardo Tamanaha, que coordenava as escavações notou a presença de pequenas manchas escuras, de secção longitudinal arredondada, e passou a, literalmente, persegui-las através da abertura de novas unidades de escavação.



Figura 6.3-6: Alinhamento de manchas escuras indicando paliçada, sítio Laguinho, foto J. Gomes.

Ao final, evidenciou partes de um alinhamento de estacas de quase 40 metros de extensão, que também corta um istmo e protegia a o setor sul do sítio, a “cidadela”, em sua parte mais vulnerável, que é a do contato com a terra firme. As manchas escuras alinhadas de maneira linear, a grande extensão, e o fato de cortar o istmo, permite que se interprete a estrutura como uma paliçada. Esta estrutura, no entanto, não foi datada (Fig. 6.3-7).

A escavação das três valas e da paliçada nos sítios do baixo Madeira e área de confluência, e a datação de duas dessas estruturas, é compatível com a hipótese de que a transição entre as ocupações Paredão/Axinim e as ocupações policromas (Guarita/Borba) no baixo rio Madeira e área de confluência não foi totalmente pacífica estando associada a formas de conflito, aberto ou velado. O ideal, para fortalecer ainda mais a hipótese, seria se escavar as valas e trincheiras relatadas, por exemplo, para a região de Autazes, na foz do rio Madeira. De qualquer modo, são crescentes na arqueologia da Amazônia as evidências que apontam para a construção de estruturas defensivas no passado, como o acaso das “*montaignes couronnées*” ou “montanhas coroadas” da Guiana Francesa: dezenas de assentamentos localizados em topos de colinas e cercados por valas circulares ou elípticas. Heckenberger (2005) relatou também a presença de grandes valas, que interpretou a estruturas defensivas, ao redor dos assentamentos pré-coloniais do

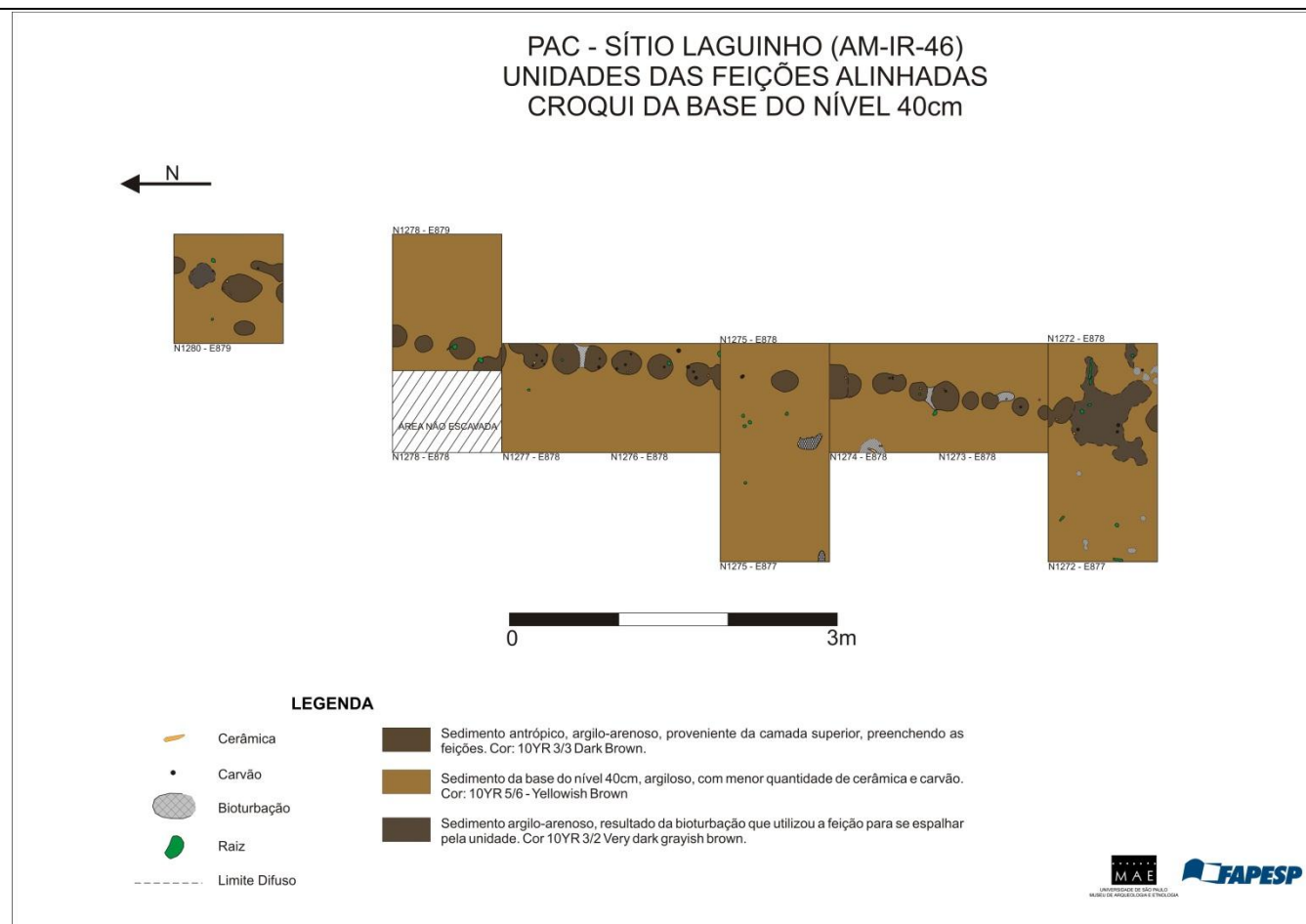


Figura 6.3-7: Planta das feições alinhadas ao longo de 8m (dos 40m) encontradas no sítio Laguinho. Desenho. E. Tamanaha.

alto Xingu. Na região de Iauareté, no médio rio Uaupés, bacia do alto rio Negro, Neves (2001) identificou, graças à informação oral dos índios Tarianos, um assentamento ocupado no início do século XV DC, também cercado por uma vala defensiva, que teria sido ocupado por ocasião de uma série de conflitos entre os Tarianos, que eram recém-chegados a área, e os outros povos que já ocupavam a região. Essa rica tradição oral já havia sido coletada no final do século XIX por Antonio Brandão de Amorim e publicadas postumamente no início do século XX (Brandão de Amorim 1926). Robin Wright (1990) coletou ainda outros relatos sobre a guerra no passado do alto rio Negro.

Na literatura da antropologia evolucionista, a guerra é normalmente entendida como um mecanismo que poderia, no passado, ter acelerado processos que levariam à emergência do estado ou da centralização política (Carneiro 1970). No caso da Amazônia central, no entanto, este não parece ter sido o caso. Ao contrário, a guerra, ou os conflitos armados que geraram a demanda pela construção de estruturas defensivas, parecem estar ligados ao processo de expansão dos grupos que produziam cerâmicas policromas pelo baixo rio Madeira e rio acima pelas calhas dos rios Amazonas e Solimões. Do mesmo modo, não parece que os conflitos inferidos pela presença das valas e paliçada tenham ocorrido por problemas de competição por recursos.

Tal hipótese é baseada em uma série de fatores: primeiramente pelo fato de que dois dos sítios onde se escavaram valas – Lago Grande e Vila Gomes – não foram posteriormente reocupados ou o foram de maneira esparsa. Em segundo lugar, pelo fato já mencionado de que, na área de confluência, os assentamentos Guarita são via de regra menores que os assentamentos anteriores, da fase Paredão. Em terceiro lugar, porque os assentamentos Guarita na área de confluência e médio Solimões parecem ter sido ocupados por períodos relativamente curtos, com uma pegada sedentária menos visível que a dos sítios das ocupações anteriores. Finalmente, porque não há estruturas monumentais associadas às ocupações policromas.

O contraste entre as ocupações Manacapuru/Paredão e Guarita na Amazônia central pode ser sumarizado na tabela abaixo:

Tabela 6.3-1: Tabela comparativa entre as ocupações Manacapuru/Paredão com a Guarita na Amazônia central.

Elementos comparativos	Manacapuru/Paredão	Guarita
Sepultamentos em urnas	Presentes	Presentes
Construção de montículos	Presente	Ausente
Formação de terra preta	Presente	Presente às vezes
Ocupações sedentárias	Frequente	Infrequente
Tamanho relativo dos assentamentos	Maior	Menor
Profundidade relativa dos depósitos	Maior	Menor

Baseado nas interpretações acima se pode propor uma hipótese para a transição entre as ocupações Manacapuru/Paredão e Guarita na área de confluência, aqui brevemente esboçada. No início do século X DC, as margens dos grandes rios eram ocupadas por populações sedentárias associadas aos grupos Manacapuru/Paredão. Grupos vindos do alto Madeira iniciam sua ocupação da região por essa época, procurando inicialmente os locais distantes da várzeas do Amazonas e Solimões para se assentar. Posteriormente, tais grupos passam a procurar os locais próximos aos rios de águas brancas e a disputar ocupação direta ou indireta dessas áreas. O processo não foi rápido, pois há uma data do início do séc. XIII DC para a fase Paredão no sítio Lago do Limão (Moraes 2007), mas, em linhas gerais, no século XII DC as evidências de ocupações Paredão na área virtualmente desaparecem.

Os grupos que produziam cerâmicas Policromas ocuparam as margens do Amazonas/Solimões até o início da colonização europeia, no séc. XVI DC. Assim, foram os descendentes dos “Guarita”, “Tefé”, “Zebu”, “Caimito”, “Napo” etc. os primeiros grupos que tiveram contato com o pequeno grupo liderado por Francisco de Orellana que desceu o rio Napo e o Amazonas em 1542. Aparia, o Grande, cacique poderoso do rio Napo, se embriagava de caçuma em vasos cerâmicos tributários de uma tradição à época já milenar, com origem no séc. V DC na bacia do alto rio Madeira.

Não se fará aqui um trabalho exaustivo dessa e de outras fontes da Amazônia do início do período colonial, mas alguns pontos necessitam ser discutidos. Um deles diz respeito à diversidade linguística de grupos que ocupavam a região à época. É intrigante, no relato de Carvajal, por exemplo, a referência ao domínio rudimentar que tinha Orellana da língua dos Omágua: *"El Capitán se lo agradeció y les dio de lo que tenía, y después de se lo haber vendido, los índios quedaron muy contentos de ver el buen tratamiento que se les hacía, y en ver que el Capitán les entendía su lengua"* (Carvajal 2002: 25). É consenso que os grupos Cocama que atual e historicamente habitam o alto Amazonas e alto Solimões são descendentes dos Omágua (Gow 2003). Os Cocama atualmente falam uma língua da família Tupi-Guarani (Rodrigues 1986, Urban 1992). A conexão Cocama-Omágua levou autores como Nimuendaju (1944), em seu "Mapa Etno-Histórico", a propor que a língua Omágua pertenceria ao tronco Tupi. Donald Lathrap (1970) e Greg Urban (1982), por sua vez, levaram a hipótese adiante e propuseram uma filiação ainda mais específica, desta vez com a família Tupi-Guarani. Auxiliomar Ugarte (2009: 78), por sua vez, considera a hipótese de que Orellana tenha aprendido a língua dos Omágua durante os meses que passou no vale do Coca, no Equador, nos preparativos da expedição de Gonzalo Pizarro, da qual fazia parte originalmente antes de bandear-se rio Napo abaixo em sua própria viagem à foz do Amazonas.

A presença de falantes de línguas da família Tupi-Guarani no alto Amazonas sempre foi algo difícil de ser explicado no contexto da distribuição de línguas indígenas pelas terras baixas (Gow 2003). Um exame do mapa sintético de distribuição de línguas Tupi apresentado por Urban (1992: 89) ilustra bem esse dilema: com exceção de Cocama e Omágua, todas as outras línguas Tupis estão geograficamente representadas em uma área que tem o rio Amazonas e o rio Madeira como limites setentrional e ocidental, respectivamente, a muitas centenas de quilômetros de distância do alto Amazonas. A única exceção, além de Omágua e Cocama, vem os Waiãpi do norte do Amapá e Guiana Francesa, mas é bem sabido que tais grupos ali se fixaram nos últimos dois séculos, a partir de uma viagem que se iniciou no baixo Xingu (Gallois 1993).

A afiliação das línguas Cocama e Omágua à família Tupi-Guarani foi um dos elementos-chave para a formulação do “modelo cardíaco” de Lathrap (1970) e da hipótese sobre as origens e dispersões dos Tupi-Guarani de Brochado (1984). O isolamento geográfico desses grupos com relação a outros falantes de Tupi-Guarani, no entanto, torna difícil a aceitação acrítica de tais afiliações. Uma alternativa a esse problema foi proposta por Urban (1996) que sugeriu que os Omágua/Cocama teriam incorporado o Tupinambá – ou algum tipo de língua geral – como língua no final do século XVI e início do XVII em função das mudanças trazidas pelo início da colonização europeia. Trabalhos ainda mais recentes, de Ana

Suely Cabral (2011), sugerem que o Cocama, apesar do léxico Tupinambá, tem uma estrutura gramatical que não é Tupi-Guarani, o que apoia em alguma medida a hipótese de Urban. É sabido também que processos de mudanças linguísticas como o proposto para os Omágua/Cocama ocorreram em outros contextos das terras baixas; o caso mais famoso é talvez o dos Carib insulares das Antilhas menores no séculos XV e XVI DC (Dreyfus 1993): grupos que originalmente falavam línguas Carib e, ao ocuparem as Antilhas menores, pouco antes do início da colonização, acabaram por adotar a língua Arawak dos povos que subjugaram e cujos territórios ocuparam. O problema com a hipótese de Urban, no entanto, é que ela pressupõe um nível de integração dos povos da alta Amazônia com o circuito comercial e político das colônias portuguesas do Atlântico que me parece pouco amparado nas evidências disponíveis para o início do período colonial. No caso dos Carib insulares, havia um contexto mais amplo de ocupação de falantes de línguas Arawak nas Grandes Antilhas – representados pelos Taíno – e no litoral das Guianas, que envelopava tais grupos oriundos do planalto das Guianas e os envolvia em relações comerciais e bélicas. No caso do alto Amazonas, a distância de milhares de quilômetros desta região ao litoral Atlântico, e o relativo pouco tempo transcorrido entre o estabelecimento das primeiras feitorias e vilas no litoral do nordeste, já no final da primeira metade do século XVI DC, tornava difícil a criação de um

contexto que justificasse uma mudança tão drástica, e em tão pouco tempo, no início do período colonial.

Uma alternativa a esse impasse, que será aqui proposta, é que o processo de mudança linguística proposto por Urban e Cabral ocorreu antes do início da colonização europeia e foi resultado direto da história de expansão dos grupos produtores de cerâmicas Policromas pelo alto e médio Amazonas a partir do início do segundo milênio DC. Para o exame dessa hipótese é, no entanto, comparar, de maneira ligeira, a expansão policroma pela Amazônia com um processo bastante parecido, e talvez melhor documentado, que foi o da expansão Tupinambá pelo litoral Atlântico.

6.4 A expansão policroma e seus correlatos:

A discussão sobre a origem e modos de expansão dos grupos que produziam cerâmicas Policromas é um tema central da arqueologia amazônica desde a década de 40, tendo sido objeto de estudos clássicos e fundadores da disciplina (Evans & Meggers 1968, Lathrap 1970). As hipóteses de Meggers e Lathrap sobre o tema já foram por demais repassadas e não carece uma vez mais que sejam enunciadas, a não ser nos pontos que sejam atualizados pelos dados recente obtidos pelas pesquisas na área de confluência e também ao longo do alto Madeira (Almeida 2012), baixo Madeira (Moraes 2012) e médio Solimões (Tamanaha 2012).

De 1948 a 1956 Meggers e Evans realizaram três grandes expedições de campo com o objetivo de traçar as origens, movimentos e decadência da tradição policroma na Amazônia. Essas três expedições – na foz do Amazonas, Guiana Inglesa e rio Napo –, resultaram em trabalhos monumentais, talvez os mais duradouros da vasta produção amazônica desses dois cientistas estadunidenses (Meggers & Evans 1957, Evans & Megges 1960, 1968). É notável, nessas três obras, o esforço no uso da arqueologia para o teste de hipóteses amplas sobre a história cultural dos povos das terras baixas. Assim, o esforço de pesquisa na foz do Amazonas tinha como objetivo explicar a aparente anomalia que representava o contexto arqueológico da fase Marajoara, da tradição policroma, marcado por evidências de sedentarismo e alguma forma de hierarquia sancionada, em meio a uma região, a foz do Amazonas, supostamente ocupada por grupos de cultura de floresta tropical. Com base em escavações e na interpretação dos resultados, esses autores propuseram uma origem externa, no norte da América do Sul, para os grupos policromos, com dois potenciais caminhos de acesso à foz do Amazonas: litorâneo pela costa da Guiana ou fluvial amazônico pelos rios Napo e Amazonas abaixo. As pesquisas na Guiana Inglesa e rio Napo foram concebidas para testar tais hipóteses.

Os dados da Guiana Inglesa não trouxeram evidências de ocupações policromas, mas a arqueologia do rio Napo é repleta de

sítios com esses materiais, denominados localmente como fase Napo (Evans & Meggers 1968). Meggers e Evans propuseram que os materiais da fase Napo representariam a manifestação mais antiga, na Amazônia, da expansão de grupos policromos de oeste para leste. As próprias datas produzidas por Evans e Meggers (1968: 93), no entanto, não confirmaram inequivocamente sua hipótese, ao contrário, praticamente a enterraram, já que vêm do final do século XII DC e do final do século XV DC. A cronologia produzida pelo PAC na Amazônia central, e também por outros autores, jogou a pá de cal que faltava, e confirmando a antiguidade relativa maior da tradição policroma na Amazônia central que no alto Amazonas (Heckenberger et al. 1998, Simões & Kalkmann 1987).

Em 1970, Donald Lathrap publicou “O Alto Amazonas”, talvez a mais brilhante síntese já feita sobre a arqueologia da Amazônia. Nessa obra inspiradora, Lathrap ofereceu sua própria hipótese para explicar as origens da tradição policroma, o já apresentado “modelo cardíaco”. Para a presente discussão, três das expectativas do modelo cardíaco podem ser avaliadas à luz dos dados arqueológicos recentemente obtidos. A primeira delas previa uma grande antiguidade para o início das ocupações policromas na Amazônia central, em torno de 5.000 AC (Lathrap & Oliver 1987), o que foi falsificado de maneira consistente pela cronologia obtida para a área, que situa o início de tais ocupações no final do primeiro milênio DC. A segunda expectativa era de que a expansões dos grupos policromos

ocorreriam devido à pressão demográfica em áreas ribeirinhas. Uma vez mais, os dados arqueológicos das ocupações Guarita não sustentam essa hipótese, uma vez que o que parece ter ocorrido, a partir do século XI DC, foi uma notável redução na densidade demográfica da área de confluência e médio Solimões, inferida, por exemplo, pela diminuição relativa da área de ocupação dos assentamentos.

A terceira expectativa será discutida agora com um pouco mais de detalhe porque diz respeito aos sentidos gerais das expansões, bem como aos grupos étnicos e linguísticos a elas associados. No modelo de Lathrap (1970), posteriormente reelaborado por Brochado (1984), expansões policromas teriam tido um sentido centrífugo a partir da Amazônia central, com expansões rios Solimões e Madeira acima e rio Amazonas abaixo. É bom lembrar que esses autores, notadamente Brochado, associaram tais movimentos expansivos à expansão de grupos de falantes de línguas da família Tupi-Guarani a partir da Amazônia central: nesse esquema, falantes de “proto-Tupinambá” teriam se expandido ao longo de toda a calha do Amazonas, em direção ao litoral, através do curso do baixo rio Amazonas e ilha de Marajó, e em direção ao alto Amazonas, através do curso do rio Solimões. Todo esse raciocínio, no entanto, foi erguido a partir da evidência de que os grupos Omágua e Cocama do alto Amazonas são falantes de uma língua muito próxima ao Tupinambá. Conforme já se discutiu aqui, no entanto, as relações

históricas entre Cocama, Omágua e línguas Tupinambá são ainda incertas. Ainda no esquema de Brochado, os construtores de aterros da fase Marajoara teriam sido também falantes de línguas Tupinambá, bem como ancestrais dos grupos Tupinambá do litoral Atlântico. Finalmente, os grupos que subiram o rio Madeira a partir da Amazônia central teriam sido ancestrais dos Guaraní que ocupavam partes da Bolívia, Paraguai, Argentina, centro-oeste, sudeste e sul do Brasil no século XVI DC.

Antes de discutir uma vez mais a questão da presença de falantes de uma língua aparentada ao Tupinambá no alto Amazonas, cabe rapidamente examinar se se sustentam ou não os outros sentidos de expansão propostos por Brochado. No caso da calha do Madeira, a resposta é negativa, uma vez que, como já se mostrou anteriormente, as datas para ocupações policromas são mais antigas no alto curso que no baixo curso desse rio. Se houve, portanto, alguma expansão demográfica policroma pelo Madeira, ela foi rio abaixo e não rio acima. A mesma objeção é válida para o modelo de expansão para o baixo Amazonas. Para que tal hipótese estivesse correta, seria necessária a presença de ocupações policromas ao longo de toda a calha do baixo rio Amazonas, desde a boca do rio Madeira até seu estuário. Não há, no entanto, até o momento, qualquer evidência desse tipo, um fato já notado por Evans e Meggers (1968: 102) e reiterado por Neves (2006). Ao contrário da calha do Solimões, onde ocupações policromas são contínuas e

mostram um padrão cronológico bem delineado, o que se vê na calha do baixo Amazonas é que a região atualmente compreendida entre as cidades de Itacoatiara, na foz do Madeira, e Parintins, na extremidade oriental da ilha de Tupinambarana, foi a zona de uma fronteira persistente nos séculos que antecederam a o início da colonização europeia, separando a oeste grupos associados a ocupações policromas e a leste grupos associados a ocupações incisas e ponteadas, como Konduri e Tapajós. Nunca houve de fato uma expansão da tradição policroma pelo baixo Amazonas e estuário, o que eventualmente levará que se considere que a fase Marajoara foi um fenômeno local e híbrido da foz do Amazonas, tributário de diferentes complexos locais antigos, relacionado apenas indiretamente à tradição policroma.

A única parte do modelo expansionista de Brochado e Lathrap que se mantém para a Amazônia é a relativa à expansão policroma ao alto Amazonas, embora as cronologias atuais mostrem que foi um processo mais recente do que por eles proposto. Feita a ressalva cronológica, cabe aqui, finalmente, examinar a conexão entre os Omágua/Comama e uma língua aparentada ao Tupinambá. Tal associação não é surpreendente, se compararmos a expansão policroma pelo alto Amazonas com a expansão Tupinambá pela costa Atlântica. Essa comparação, mesmo que breve, mostrará que os paralelismos entre esses dois processos são grandes o suficiente para que considere que tiveram uma mesma base cultural. Entre os pontos

em comum, há que se mencionar: a presença explícita (Tupinambá do litoral) e inferida (Guarita) da guerra, a rapidez das expansões e de ocupações dessas áreas – o litoral e a calha do Solimões – por essas populações, as evidências - nos dois casos - de assentamentos relativamente pequenos ocupados por algumas décadas, resultado de um padrão de mobilidade relativamente, ao menos no nível de décadas, o amplo uso de canoas, indicando uma adaptação efetiva ao mar e ao grande rio, não só como provedores de recursos, mas como vias de transporte e comunicação.

O desenvolvimento detalhado do argumento acima exposto não será feito agora, mas é importante contextualizar, na história antiga das terras baixas, a ocupação Tupinambá do litoral, para ressaltar ainda mais os paralelos com a expansão Guarita. Do mesmo modo que a calha do Solimões era ocupada anteriormente às ocupações Guarita por grupos como Paredão/Manacapuru, os litorais sul, sudeste e nordeste eram também ocupadas por populações distintas antes da chegada dos Tupinambá, com destaque para grupos Gê/Aratu em locais tão distantes como São Paulo e Bahia, e também para sambaquieiros ao longo praticamente de toda a costa. A esta altura, deve estar claro que o uso de “Tupinambá” aqui realizado é expressa e propositalmente genérico, incluindo todos os grupos não Guaranis falantes de línguas Tupi-Guarani que ocupavam o litoral do sudeste e nordeste, e partes da zona da mata mineira, das planícies aluviais do rio São Francisco e outras zonas de mata atlântica

interiorana no início do séc. XVI DC e desde talvez o início do primeiro milênio AC (Scheel-Ybert et al. 2008). Sob tal denominação comum, inclui-se, no mesmo texto, inimigos outrora mortais como os Tamoio, Tupiniquin, Tememinó, Caeté, Tupinambá, Aimorés etc. O argumento poderia também ser ampliado para a discussão sobre os Guaraní do sul do país, mas não há agora tempo e espaço para fazê-lo. O sacrifício da resolução, diversidade e riqueza etnográficas e históricas locais no altar da generalização arqueológica, se faz em nome da capacidade, permitida por tal abstração, de se compreender relações históricas e políticas em escala continental. Afinal, algo de novo sempre resultou das vezes que o litoral Atlântico foi invadido e ocupado por grupos estranhos e totalmente diferentes vindos de longe.

O uso genérico de “Tupinambá” segue, portanto, os princípios de definição de uma cultura arqueológica, já apresentados anteriormente: a ocorrência comum de tecnologias, formas de assentamento e tratamento dos mortos, tipos de artefatos, religião (quando manifestada arqueologicamente). No caso dos Tupinambá, a arqueologia brasileira há mais de 40 anos reconheceu tal nível de padronização, principalmente no referente à forma, decoração e tecnologia dos artefatos cerâmicos, definindo a tão discutida e polêmica “tradição trupiguarani”. O reconhecimento, é certo, foi também amparado pelo rico corpo de crônicas e relatos produzidos pelos europeus sobre os grupos indígenas do litoral. A etnologia

indígena das terras baixas, no entanto, percorrendo seus próprios caminhos, e por certo de maneira mais sofisticada, se permitiu também identificar um nível geral de abstração entre os diferentes grupos Tupi-Guarani, conforme proposto, em 1986, por Eduardo Viveiros de Castro na abertura de sua clássica obra *"Araweté: Os Deuses Canibais"*: "parto da hipótese de que existe algo comum ou geral entre as diferentes sociedades Tupi-Guarani, para além da identidade linguística e por trás de uma aparente diversidade morfo-sociológica" (1986: 23). Foi seguindo essa hipótese, e baseado em sua própria etnografia Araweté, que Viveiros de Castro logrou mostrar a quantidade de elementos em comum entre sociedades Tupi-Guarani dispersas pelo tempo e pelo espaço: "trata-se do que eu chamaria de excesso ou complementaridade do discurso cosmológico em relação à organização social. Ou seja: como se pode dar conta da coexistência, na práxis Araweté, de uma organização "frouxamente estruturada" – número restrito de categorias sociais, ausência de segmentos ou divisões globais, fraca institucionalização ou formalização das relações interpessoais, relativa indistinção das esferas pública e doméstica, poucos mecanismos integrativos a nível geral – com uma extensa taxonomia do mundo espiritual, mas de difícil redução a princípios homogêneos, uma ativa presença desse mundo na vida cotidiana, o papel fundamental dos mortos, e toda uma orientação "vertical", celeste, do pensamento?" (Viveiros de Castro 1986: 24-25).

Tais formas de estar no mundo e no universo têm também manifestações materiais que constituem padrões. No caso da arqueologia Tupinambá, por exemplo, é notável que, à padronização estrita na produção cerâmica e à preferência pela localização de assentamentos em áreas de mata atlântica, não exista um claro padrão de forma de aldeia e tão pouco de duração na ocupação dos assentamentos. Trata-se, aparentemente, do caso onde um padrão arqueológico se constituiu pela recorrência explícita de alguns domínios – ecológico e da produção material – e pela variação aleatória de outros – relativos a padrões de assentamentos. Nesse aspecto, são notáveis os contrastes entre o rigor e simetria das ocupações Manacapuru/Paredão na Amazônia central e as ocupações Guarita posteriores. O mesmo vale para os sambaquis monumentais ou as aldeias circulares Aratu do litoral e os sítios Tupinambá da mesma área, que aparentemente não seguem um padrão geométrico definido. No caso das ocupações Guarita, a aparente falta de forma definida dos assentamentos se contrapõe a uma preocupação em produzir cerâmicas formalmente padronizadas. Eduardo Tamanaha (2012) mostrou como, as cerâmicas de diferentes sítios Guarita por ele estudados entre Coari e Manaus mantêm uma rígida padronização formal e decorativa que contrasta com diferentes tecnologias de produção e queima dos artefatos. Parece claro, nesse caso, que a forma e decoração das cerâmicas era uma maneira ativa de delimitar, através dessa categoria de objetos, alguma forma de identidade para

esse grupo de recém-chegados, ocupantes de uma área já previamente habitada por grupos totalmente distintos.

Seria fascinante estudar a tradição oral dos índios Tikuna do alto Solimões para tentar identificar referências aos antigos conflitos com os Omágua ou grupos a eles relacionados. O relato de Cristobal de Acuña, de 1641, faz referência explícita a tais conflitos: “pela parte norte os Águas (Omáguas) têm como inimigos os Tecunas, que, segundo boas informações, não são nada inferiores aos Curinas, nem em número e em coragem, pois também fazem guerra aos adversários que enfrentam terra adentro” (Acuña 1994: 118). É provável que os ancestrais dos Tikuna ocupassem as áreas adjacentes às várzeas do Solimões até os séculos XII e XIII DC e de lá tenham sido deslocados para áreas de terra firme devido à expansão policroma. Essa situação, que emula a dos Tupi e Tapuia no Nordeste e Sudeste, criou uma espécie de tensão estrutural que se manteve até após o início do período colonial, quando epidemias e ações militares portuguesas e espanholas levaram à lenta mas constante diminuição demográfica dos grupos Omágua da várzea do alto Solimões ao longo dos séculos XVI e XVII DC. A partir do século XVIII DC, com a várzea já esvaziada de seus antigos inimigos, os Tikuna passam a recolonizá-la, sendo hoje seus principais ocupantes Nimuendaju (1952: 8).

É provável que antes da expansão policroma a várzea do Solimões fosse ocupada por grupos distintos entre si, exibindo uma grande diversidade cultural e linguística regional. A expansão policroma criou uma espécie de *tabula rasa*, padronizando o registro arqueológico dessa grande área nos últimos séculos que antecederam a conquista. Uma tarefa importante para as próximas décadas na arqueologia amazônica é justamente realizar o mapeamento dessa diversidade pré-policroma. Nesse sentido, é possível mais uma comparação entre os contextos da várzea do Solimões e do litoral Atlântico. É bastante plausível que essa última área tenha tido uma grande diversidade cultural antes da expansão Tupinambá, diversidade gestada ao longo dos milênios pelos povos pescadores coletores que a habitaram. Portanto, do mesmo modo que expansão Tupinambá padronizou o registro arqueológico do rio Solimões, a expansão Tupinambá fez o mesmo pelo litoral. Nesse último caso, tal padronização, por sua vez, proveu as condições linguísticas para a posterior expansão do nheengatu – e de toda a toponímia a ele associada – pelo território nacional.

À luz dos paralelismos aqui apresentados, parece menos anômala a presença de falantes de uma língua aparentada ao Tupinambá no alto Amazonas. Pelo contrário, a arqueologia mostra que é possível situar cronologicamente o início a presença Tupinambá nessa área no início do segundo milênio DC. Fica no ar, no entanto, uma pergunta que tem que ser bem respondida para que tal hipótese

ganhe consistência: se o registro arqueológico do rio Solimões do segundo milênio DC é padronizado, como explicar a diversidade linguística relatada pelos primeiros europeus que passaram pela área nos séculos XVI e XVII DC?

Para responder essa pergunta, é necessário, uma vez mais, recorrer à velha discussão sobre a possibilidade de estabelecimento de correlações entre línguas e o registro arqueológico. David Anthony, que lida com problemas análogos em seus estudos sobre expansões de falantes de línguas indo-europeias, propôs que línguas são correlacionadas com cultura material em casos de fronteiras culturais antigas, estáveis e persistentes (Anthony 2007: 104). Tal tipo de fronteira, denominado como “robusta” por Anthony (2007: 105), são aquelas que delimitam áreas que incluem grupos com diferentes padrões adaptativos, de produção material, religião etc. No caso da arqueologia e etnografia das terras baixas, há várias dessas fronteiras identificáveis no tempo e espaço: a já mencionada oposição entre tupi e tapuia ao longo das zonas de contato da mata atlântica com áreas de cerrado, campos ou caatinga; a separação, pelo planalto meridional de grupos Jê do Sul – representados arqueologicamente por sítios das tradições Itararé e Taquara – assentados serra acima e os grupos Guaraní estabelecidos em áreas mais baixas; a ocupação do planalto central do Brasil por grupos Jê, representados arqueologicamente pela tradição Aratu.

Ainda de acordo com Anthony (2007: 108), fronteiras robustas anteriores ao advento dos estados nacionais geralmente se estabeleceram sob duas condições: em contextos de grandes ecótonos como alguns já mencionados ou então em áreas que foram pontos finais de processos migratórios de larga-escala. Nesse último caso, a persistência da fronteira ocorre em parte devido à oposição com grupos culturalmente diferentes. Esse pode ter sido o contexto do alto Amazonas nos séculos decorridos entre o estabelecimento das primeiras ocupações policromas e a chegada dos europeus, dos séculos XIV DC a XVI DC. Atualmente, esta é uma região conhecida pela grande diversidade etno-linguística, bem como pela presença de redes de relações, pacíficas ou não, integrando esses grupos distintos (Santos & Barclay 1994: xxv).

Nesse contexto, é plausível que os grupos associados à tradição policroma que ocuparam o alto Amazonas no final do período pré-colonial falassem alguma língua aparentada ao Tupinambá. Nunca é demais lembrar que o suposto centro de origem da tradição policroma é a região do alto Madeira, também provável centro de origem das línguas Tupi em geral e das línguas Tupi-Guarani em particular. Nas outras áreas de ocupação policroma mais antiga, como na Amazônia central, o médio Solimões e o baixo Madeira, por exemplo, as características de fronteira robusta haviam desaparecido muitos séculos antes do início de colonização, o que explica a emergência das diferenças linguísticas anotadas pelos viajantes dos

séculos XVI e XVII DC. Nesse sentido, tais formações deveriam ter o mesmo caráter multi-étnico e multilinguístico como tantas outras da Amazônia antiga nos últimos séculos que antecederam a chegada dos europeus.

Mais que um exercício acadêmico, a argumentação aqui apresentada visa mostrar que é falsa a dicotomia rígida que opõe os arqueólogos que aceitam a possibilidade de correlações entre línguas e o registro arqueológico e aqueles que a rejeitam. Para escapar desse beco-sem-saída conceitual há que considerar o contexto no qual tais correlações podem ter se desenvolvido e testar a plausibilidade da hipótese com outras fontes de informações – contextuais, ambientais, geográficas, culturais, políticas - que não apenas a dimensão fria e estática dos objetos que jazem sobre o solo.

7. A serviço da História: a arqueologia da Amazônia central no contexto das terras baixas da América do Sul

7.1 A Amazônia sob o signo da incompletude:

Há pouco mais de um século, no texto *"Terra sem História"*, escrito após sua viagem ao alto rio Purus, trabalhando na comissão de limites entre o Brasil e o Peru, Euclides da Cunha produziu um relato que é representativo de uma certa concepção - bastante entranhada dentro e fora da academia - sobre a história dos povos da Amazônia. Sobre a Amazônia e seus habitantes, dizia Euclides"

"Destarte a natureza é portentosa, mas incompleta. É uma construção estupenda a que falta toda a decoração interior. Compreende-se bem isto: a Amazônia é talvez a terra mais nova do mundo ... Nasceu da última convulsão geogênica que sublevoou os Andes, e mal ultimou o seu processo evolutivo com as várzeas quaternárias que se estão formando e lhe preponderam na topografia instável.

Tem tudo e falta-lhe tudo, porque lhe falta esse encadeamento de fenômenos desdobrados num ritmo vigoroso, de onde ressaltam, nítidas, as verdades da arte e da ciência."

O texto de Euclides é sintomático menos por ser diferente e mais por representar a certa concepção à qual me referi

anteriormente. Os exemplos são muitos e alguns outros serão posteriormente aqui enumerados, embora não de maneira exaustiva. Antes de seguir adiante, é importante ao menos apresentar que concepção é essa. Por falta de uma denominação melhor, decidi chama-la como o “princípio da incompletude”. O princípio da incompletude representa uma forma persistente de anacronismo no tratamento de um tema como a história da ocupação humana da Amazônia. Mais do que uma postura com relação ao passado, ele se revela também na maneira pela qual a Amazônia e seus povos são referidos, por exemplo, na discussão sobre políticas públicas contemporâneas.

Do texto de Euclides depreende-se qual é a essência básica do princípio da incompletude. A ideia de que algo sempre faltou à Amazônia e seus povos: a agricultura, o Estado, a história, as cidades, a escrita, a ordem e o progresso. (No caso particular de Euclides, falta até “ordem geológica”). Normalmente, os textos produzidos a partir do princípio da incompletude vêm recheados com argumentos de ausência, de escassez, de falta. Apesar de representativo para o contexto amazônico, o princípio da incompletude vale também para discussões mais amplas sobre os povos indígenas das terras baixas sul-americanas, antes e depois do início da colonização europeia. É, assim, notável como, desde o século XVI, o uso da preposição “sem” tem sido utilizado com frequência para designar os povos e a natureza aqui encontrados

pelos europeus, como, por exemplo, na clássica formulação de Pero de Magalhães Gândavo sobre os Tupinambá: povos “sem fé, sem lei, sem rei”.

O objetivo aqui é discutir apenas a arqueologia e suas relações com a antropologia social na Amazônia. No século XIX tais disciplinas estavam em processo de constituição acadêmica e era assim comum que não houvesse uma separação clara entre as dimensões de suas práticas. Foi a partir dessa época que o princípio da incompletude penetra o discurso da ciência para os povos amazônicos, através das obras de Humboldt e Von Martius. Noelli & Ferreira (2007) denominaram esse movimento de ideias como “teoria do degeneracionismo”. Para Humboldt e Martius, um dos elementos indicadores do estado de degeneracionismo dos povos indígenas das terras baixas sul-americanas seria a variedade de línguas indígenas faladas pelas terras baixas. Nas palavras de Martius, em seu texto “O Estado de Direito entre os Autóctones do Brasil”): *“Milênios sem resultado passaram por esta humanidade e o único testemunho de sua alta antiguidade é exatamente esta completa dissolução, esta fragmentação total de tudo quanto estamos acostumados a saudar, como energia vital de um povo, representado aí pela ruína absoluta”*.

Os princípios da incompletude e do degeneracionismo foram definitivamente incorporados à arqueologia da Amazônia a partir de meados do século XX, com a organização do *Handbook of South*

American Indians por Julian Steward, onde se formalizou a divisão do continente sul-americano em quatro grandes áreas culturais que corresponderiam também a estágios evolutivos. Nesta divisão, caberia aos Andes centrais o papel de centro de inovações culturais, enquanto que às outras áreas restaria o de recipiente dessas inovações, cuja capacidade de aceitação estaria associada a condições ambientais locais.

Essa imagem foi formada pelos primeiros cientistas europeus que viajaram pela área, a partir do século XVIII, que relataram atravessar áreas onde havia sinais muito escassos de ocupação humana, e posteriormente confirmada ao longo do século XIX e do início do século XX por antropólogos e naturalistas. O problema, no entanto, é que os poucos relatos disponíveis para a Amazônia, produzidos por espanhóis e portugueses nos séculos XVI e XVII são totalmente distintos, e nos falam de grandes assentamentos, ocupados por milhares de pessoas, localizados ao largo do Amazonas e seus principais afluentes. Do mesmo modo, já no final do século XIX, as primeiras pesquisas arqueológicas realizadas na foz do rio Amazonas e em partes da Amazônia central, pareciam corroborar os relatos dos primeiros conquistadores.

Como explicar as diferenças entre essas distintas fontes de informação? O fato é que os povos indígenas do novo mundo, incluindo os da Amazônia, tinham baixa imunidade contra muitas das

doenças infecciosas trazidas pelos europeus, cuja rápida disseminação levou ao desaparecimento de grupos que jamais provavelmente haviam visto um homem branco. Além do mais, ao contrário de outras partes do novo mundo, como os Andes e a Mesoamérica, afloramentos rochosos são relativamente raros na Amazônia, principalmente ao longo das planícies aluviais do rio Amazonas e seus principais afluentes. Assim, o solo foi a principal matéria-prima utilizada pelos povos antigos da Amazônia para erguer as estruturas de suas construções, seus canais de irrigação, seus locais de culto religioso. É muito difícil, para os olhos de quem não é treinado, diferenciar estruturas artificiais construídas com solo, como por exemplo aterros, de formações naturais. Essa dificuldade aumenta ainda mais se tais estruturas estiverem recobertas por floresta.

Os arqueólogos que trabalham na Amazônia sabem que o quadro construído por cientistas pioneiros desde o século XVIII até meados do século XX resulta dessa combinação de fatores: populações locais rapidamente exterminadas pela propagação de doenças nos séculos XVI e XVII, crescimento da floresta sobre áreas previamente ocupadas, nos séculos XVII e XVIII, encobrindo estruturas de terra e outros sinais de ocupação humana e, para culminar, o ciclo da borracha no final do século XIX e início do século XX, uma época extremamente difícil para os povos indígenas da Amazônia, que em muitos casos foram utilizados como mão-de-obra

escrava. Era, portanto, natural que esses povos tivessem o modo de vida nômade e disperso pela floresta descrito pelos cientistas da época. Tal modo de vida era muito mais uma adaptação às condições históricas do momento que às condições ecológicas da Amazônia.

Nos últimos trinta anos tem ocorrido uma revisão radical desse quadro ortodoxo de conhecimento. Praticamente por qualquer área da Amazônia onde têm realizado pesquisas, arqueólogos vêm encontrado evidências de ocupações humanas no passado, mesmo em locais hoje cobertos por floresta aparentemente virgem. Hoje sabemos que a Amazônia tem sido ocupada há cerca de 14.000 anos, tão cedo como em outras partes das Américas, por diferentes povos, com distintas formas de organização social e política, desde bandos nômades de caçadores-coletores até sociedades sedentárias hierarquizadas que produziram objetos de pedra e cerâmica extremamente refinados, hoje guardados em museus nas Américas e Europa.

Os dados da Amazônia central aqui apresentados e discutidos já permitem que se faça uma espécie de revisão desta revisão, bem como uma breve análise de alguns de seus dilemas para que se mostre, ao final, algumas perspectivas que podem trazer uma contribuição teórica mais interessante da arqueologia à antropologia das terras baixas. Não farei aqui uma revisão exaustiva, mas destacarei alguns aspectos que considero pertinentes à discussão.

O primeiro deles diz respeito à antiguidade da ocupação humana. Graças aos trabalhos de Miller, Roosevelt e Magalhães, dentre outros, sabe-se hoje que a ocupação humana da Amazônia remonta ao final do Pleistoceno e início do Holoceno. Isso quer dizer que a ocupação da Amazônia é tão antiga como em outras partes do continente americano e que, sobretudo, as áreas tropicais úmidas não se constituíram como uma barreira à ocupação humana por grupos caçadores-coletores, conforme proposto por Headland e Bailey no início dos anos 90. Assim, no início do Holoceno diferentes partes da bacia Amazônica – Carajás, médio Caquetá, savanas guianenses, Amazônia central, região de Santarém – já eram ocupadas e, o que é mais interessante, sem a prevalência de uma única tradição cultural, conforme se pode observar pelas indústrias líticas, que apresentam tanto repertórios de objetos de lascados unifacialmente, como em Carajás e no Caquetá, bi-facialmente, na Amazônia central, Guianas e Monte Alegre e até indústrias de machados lascados, no alto Madeira. Tal padrão fundador, a meu ver, constitui de saída o que é a característica mais marcante da antropologia amazônica: a da diversidade cultural, marcada, por exemplo, pela grande quantidade de famílias linguísticas – com diferentes áreas de dispersão – e de línguas isoladas ali representadas. É interessante notar, no entanto, que em algumas partes da Amazônia com sinais de ocupações antigas verifica-se também hiatos nas sequências cronológicas locais durante o Holoceno médio. Tais hiatos devem representar menos o

sinal da ausência de ocupações e talvez a adoção de estratégias econômicas que deixaram menor visibilidade no registro arqueológico.

Outra inovação importante feita nos últimos anos diz respeito à identificação, por Roosevelt e Miller, e anteriormente por Simões, de contextos de produção de cerâmicas antigas no baixo Amazonas, litoral do Pará e médio Guaporé. Tais cerâmicas, com datas que chegam a cerca de 7.000 anos no sambaqui fluvial de Taperinha, perto de Santarém, e há 5.500 anos nos sambaquis do litoral Paraense, estão entre as mais antigas do continente americano, mais antigas certamente que as mais antigas cerâmicas das terras altas, atestando que a Amazônia foi um centro independente de inovação cultural no passado. É interessante notar, no entanto, que, do mesmo modo que a produção de artefatos líticos, a produção de vasos cerâmicos foi também aparentemente abandonada e só retomada após alguns milênios, como parece ter sido o caso da região de Santarém. Também no caso da produção antiga de cerâmicas nota-se desde cedo a manifestação de diferenças culturais marcantes: uma vez que as cerâmicas do litoral do Pará, baixo Amazonas e médio Guaporé parecem ser bem distintas umas das outras.

Um dos temas que mais têm atraído a atenção de arqueólogos e cientistas de outras áreas tem sido o estudo das chamadas terras pretas. O estudo de terras pretas é importante porque a presença

desse tipo de solo antrópico traz uma forte evidência de que as populações antigas da Amazônia modificaram as condições naturais dos locais onde viviam, falsificando, portanto, os princípios do determinismo ambiental. Nessa perspectiva, terras pretas poderiam ter sido criadas deliberadamente com o objetivo de aprimorar a qualidade dos solos normalmente pobres da Amazônia. O interessante, no entanto, é que a esmagadora maioria dos sítios de terra preta já escavados não eram locais de roça, mas sim de habitação. Na Amazônia central, tais solos foram inclusive “desperdiçados” e usados na construção de estruturas artificiais como montículos habitacionais. Ainda na Amazônia central, terras pretas se formaram também em áreas da várzea do rio Solimões, locais onde os solos já são naturalmente férteis e não necessitam de aprimoramento. Essas evidências mostram que as terras pretas não foram necessariamente uma solução para um problema adaptativo dos povos amazônicos antigos, mas simplesmente o correlato arqueológico do estabelecimento da vida sedentária pela região, já que a maioria das camadas de terra preta em sítios arqueológicos começou a se formar a partir de 2.000 anos, época a partir da qual são mais visíveis modificações paisagísticas como construção de canais, valas, aterros e também o surgimento de grandes aldeias.

Apesar de ainda pouco frequentes no Brasil, os primeiros estudos com macro e micro-vestígios de plantas feitos em sítios localizados em diferentes partes da Amazônia têm trazido também

informações interessantes. Tais estudos mostram, como era de se esperar, que as práticas agro-ecológicas dos povos antigos da Amazônia eram marcadas pela diversificação, com a presença de um grande número de cultivares. De maneira surpreendente, no entanto, eles têm mostrado também uma relativa desimportância da mandioca como a base da dieta desses povos. Não quero dizer aqui que a mandioca não era cultivada antes da conquista europeia, mas talvez ela o fosse de maneira menos disseminada como é atualmente. De fato, é forçoso reconhecer, como já o fez Denevan há 20 anos, que o padrão “clássico” de agricultura de floresta tropical, baseado no cultivo itinerante de roças de toco ou de coivara, e com uma importante especialização na mandioca, seja um resultado das mudanças resultantes da colonização europeia: a adoção dos machados de metal garantiu o aumento da itinerância, ao mesmo tempo em que o cultivo da mandioca se tornou mais disseminado. Surpreendente também nesses estudos é a quantidade de plantas não domesticadas, principalmente palmeiras, presente no repertório desses sítios. Na ilha de Marajó, caso ainda mais radical, não há, ao menos até o momento, qualquer evidência de agricultura associada aos construtores de aterros que ocuparam a área durante o primeiro milênio DC.

Arqueólogos têm uma dificuldade imensa em tratar de casos como esses, uma herança do pensamento evolucionista e a consequência é a proliferação de termos deselegantes como

“horticultores incipientes” ou plantas “semi-domesticadas”. É curioso, no entanto, notar que no caso da Amazônia antiga a incipiência, a transição parecem ter sido o “estado natural das coisas” e não um caminho a algo que acabou não acontecendo.

Passo agora brevemente ao último exemplo, que é o da dimensão política. Arqueólogos passamos os últimos 20 anos tentando mostrar que havia sociedades hierarquizadas na Amazônia. Nesse aspecto, creio que fomos bem sucedidos. Há hoje bons exemplos de conjuntos de sítios arqueológicos no alto Xingu, Marajó, Santarém, Amazônia Central e Bolívia que indicam a presença de sociedades sedentárias, formas claras de modificação da paisagem e algum tipo de hierarquia associada à mobilização de mão-de-obra para construção de estruturas monumentais. Tais exemplos desafiam a meu ver a etnologia das terras baixas a incorporar os dados arqueológicos na formulação de hipóteses sobre as políticas ameríndias, já que não há exemplos etnográficos comparáveis. Quando estudadas, no entanto, numa perspectiva de história de longo prazo como a aqui proposta verifica-se que tais formações sociais hierarquizadas e centralizadas tinham uma tendência à fragmentação, à dissolução, mesmo antes da conquista europeia, exemplo no passado, e em outra escala, de processos de recusa ao estado propostos há quarenta anos por Pierre Clastres (1973)..

Talvez a lição mais importante trazida pela arqueologia amazônica nas últimas décadas tenha sido mostrar que não existe na região nenhuma barreira natural à ocupação humana, à inovação cultural, à invenção. Ao contrário, se fizermos uma história comparativa dos povos ameríndios, verificaremos que algumas das plantas mais importantes domesticadas no novo mundo, como a mandioca e o tabaco, o foram na Amazônia ou suas adjacências nas terras baixas. O mesmo vale para a cerâmica, como já foi aqui apontado. Solos de terra preta indicam a capacidade de modificação da paisagem e a presença de sítios de grande porte interligados por redes de estradas mostram que houve períodos de adensamento demográfico com algum tipo de hierarquia bem marcada. A arqueologia nos mostra hoje que nada era potencialmente impossível na Amazônia.

Faltou, no entanto, “conversar com os russos”. Os russos nesse caso são os povos antigos da Amazônia que, à revelia e para desgosto de alguns arqueólogos, produziram artefatos de pedra lascada e depois pararam de fazê-lo, inventaram a cerâmica e depois a deixaram de fabricar, criaram solos férteis, como a terra preta, mas não tiravam deles todo o seu sustento, domesticaram plantas, mas não tinham paciência para ser agricultores, vislumbraram a possibilidade do Estado, mas dela sempre fugiam quando podiam. Na Amazônia central, ao longo dos séculos, malgrado as alternâncias entre ocupações frias e quentes, fica claro que os movimentos foram

de alternância entre formas de vida bastante distintas, mas nunca, necessariamente, em direção ao estado, mesmo nos contextos de densidade demográfica maior.

Neste ponto gostaria de voltar ao tal princípio da incompletude. Tal ideia está baseada em premissas de escassez, de que algo profundo está sempre faltando, mas talvez incompleta seja nossa capacidade de entender a Amazônia, sua história e sua natureza em seus próprios termos. Clastres (1973) e Sahlins (1972) já mostraram há décadas que o estado ou a adoção da agricultura, quando pensados a partir da perspectiva do indivíduo, são um péssimo negócio. Está na hora talvez de virar o quadro de cabeça para baixo e trabalhar com a premissa de que a abundância, e não a escassez, é o ponto de partida para uma reflexão sobre a história antiga da Amazônia. Nesse quadro não faz mesmo o menor sentido se pensar em acumulação, obrigação ou compulsoriedade principalmente no longo prazo.

Do mesmo modo, embora a colonização europeia tenha causado um impacto profundo nos modos de vida antigos dos povos indígenas das terras baixas, incluindo a diminuição populacional, os padrões de organização social e política das sociedades indígenas contemporâneas têm raízes profundas e são resultantes históricas de eventos marcados por conflito, aliança, fuga ou abandono ocorridos antes e depois da conquista. Para uma compreensão mais ampla

desses processos é importante entender como se organizavam e articulavam politicamente os povos indígenas amazônicos nos séculos anteriores ao início da colonização européia, tarefa essa essencialmente arqueológica.

No século XVI DC, enquanto os descendentes dos povos Guarita que ocupavam a calha do Solimões estabeleciam seus primeiros contatos com os europeus, o filósofo gascão Etienne de la Boétie redigiu seu "Discurso da Servidão Voluntária" (1982). Nesse texto, La Boétie se pergunta "como pode ser que tantos homens, tantos burgos, tantas cidades, tantas nações suportam às vezes um tirano só, que tem apenas o poderio que lhes dão?". Para mim, esta é uma das questões mais importantes que a arqueologia, não só na Amazônia, pode nos ajudar a entender. Por que, após dezenas de milhares de anos vivendo como caçadores-coletores, as sociedades humanas abriram mão de sua liberdade em prol da agricultura e do estado? Pode ser que os povos antigos da Amazônia central tenham escapado a esse "vício de servir", desenvolvendo maneiras engenhosas de vida no bosque tropical. Essa é uma lição que vale a pena ser aprendida, nem que seja só por seu valor moral.

8. Referências:

Acuña, Cristobal de

1641 (1994) *Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas*, Rio de Janeiro: AGIR Editora.

Almeida, Fernando Ozorio

2008 *O Complexo Tupi da Amazônia Oriental*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.

2012 *A Tradição Policroma na Bacia do Alto rio Madeira*, Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.

Amorim, Antonio Brandão de

1926 Lendas em Nheengatú e Português. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro 154(100): 9-475. Reproduced by the "Fundo Editorial da Associação Comercial do Amazonas", Manaus, 1987.

Anthony, David

2007 *The Horse, the Wheel, and Language: How Bronze-Age Riders from Eurasian Steppes Shaped the Modern World*, Princeton: Princeton University Press.

Arroyo-Kalin, Manuel, Eduardo G. Neves & William Woods

2009 Anthropogenic Dark Earths of the Central Amazon Region: Remarks on their Evolution and Polygenetic Composition. In: William Woods et al (Org.), *Amazonian Dark Earths: Wim Sombroek's Vision*. *Amazonian Dark Earths: Wim Sombroek's Vision*. New York: Springer, pp. 99-125.

Arvelo-Jiménez, Nelly and Horacio Biord

1994 The Impact of Conquest on Contemporary Indigenous Peoples of the Guiana Shield: The System of Orinoco Regional Interdependence. In: *Amazonian Indians from prehistory to the present: anthropological perspectives*. Anna Roosevelt, ed. Tucson: University of Arizona Press, pp. 55-78.

Balée, William

1989 The culture of Amazonian forests. *Advances in Economic Botany* 7: 1-21.

1994 *Footprints of the Forest. Ka'apor Ethnobotany - the Historical Ecology of Plant Utilization by an Amazonian People*. New York: Columbia University Press.

1995 *Historical Ecology of Amazonia. In: Indigenous peoples and the future of Amazonia: an ecological anthropology of an endangered world*. Leslie Sponsel, ed. Tucson: University of Arizona Press, pp. 97-110.

Balée, William and Denny Moore

1994 Language, Culture, and Environment: Tupí-Guaraní Plant Names Over Time, In: *Amazonian Indians from prehistory to the present: anthropological perspectives*. Anna Roosevelt, ed. Tucson: University of Arizona Press, pp. 363-380.

Bandeira, Arkley

2008. *O Sambaqui do Bacanga na ilha de São Luís - Maranhão: um estudo sobre a ocorrência cerâmica no registro arqueológico*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia da Universidade de São Paulo.

Barnett, William and John Hoopes, eds

1995 *The Emergence of Pottery. Technology and Innovation in Ancient Societies*. Washington: Smithsonian Institution Press, pp. 115-131.

Barbosa Rodrigues, João

1892 Antiquidades do Amazonas – A Necrópole de Mirakanguéra, *Velloso – Contribuições do Museu Botânico do Amazonas*, vol. II: 1-40.

Barse, William

2000 Ronquin, AMS Dates, and the Middle Orinoco Sequence, *INTERCIENCIA*, 25(7): 337-341.

2003 Holocene Climate and Human Occupation in the Orinoco, *Under the Canopy: The Archaeology of Tropical Rain Forests*, J. Mercader, ed., New Brunswick: Rutgers University Press, pp. 249-270.

Bellwood, Peter

2005 *First Farmers: The Origins of Agricultural Society*, Oxford: Blackwell Publishing.

Biord-Castillo, Horácio

1985 El contexto multilingüe del sistema de interdependencia regional del Orinoco. *Antropologica*, 63-64: 83-101.

Bittencourt, Ana Luísa V. & Patrícia M. Krauspenhar

2006 Possible Prehistoric Anthropolgenic Effect on *Araucaria angustifolia* (Bert.) O. Kuntze Expansion during the late Holocene, *Revista Brasileira de Paleontologia* 9(1):109-116.

Boomert, Arie

2000 *Trinidad, Tobago and the Lower Orinoco Integration Sphere: an archaeological/ethnohistorical study*, Alkmaar: Cairi Publications.

Brochado, José P.

1984 *An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture into Eastern South America*. Ph.D. Dissertation, University of Illinois.

1989 A expansão dos tupi e da cerâmica da tradição policrômica amazônica, *Dédalo* 9(17-18): 41-47.

Brochado, José P. & Donald Lathrap

1982 *Chronologies in the New World: Amazonia*. ms.

Bush, Mark, Dolores Piperno and Paul Colinvaux

1986 A 6,000 year history of Amazonian maize cultivation. *Nature*, vol. 340: 303-305.

Buarque de Holanda, Sergio

1996 (1959) *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

Bueno, Lucas

2006 As Indústrias Líticas da região do Lajeado e sua inserção no contexto do Brasil Central, *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, (15/16): 37-58.

Butt-Colson, Audrey

1973 Inter-tribal trade in the Guiana Highlands. *Antropologica*, 34: 1-69.

Cabral, Ana Suelly

2011 Different Histories, Different Results: the origin and development of two Amazonian Languages. *Papia* 21: 9-33.

Carneiro, Robert

1970 A Theory of the Origin of the State. *Science* 169: 733-738.

1983 The Cultivation of Manioc Among the Kuikuru of the Xingu. In: *Adaptive Responses of Native Amazonians*, R. & W. Vickers, eds. New York: Academic Press, pp. 65-111.

Caromano, Caroline Fernandes

2010 *Fogo no Mundo das Águas: antracologia no sítio Hatahara*, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Carvajal, Gaspar

2002 (1542) A "Relación" de Frei Gaspar de Carvajal, in: *O Novo Éden: A fauna da Amazônia nos Relatos dos Viajantes e Cronistas Desde a Descoberta do rio Amazonas por Pinzón (1500) até o Tratado de Santo Ildefonso*, N. Papavero, D. M. Teixeira, W. L. Overal & J. R. Pujol-Luz, Belém: Editora do Museu Paraense Emilio Goeldi, pp. 20-41.

Cascon, Leandro Mathews

2010 *Alimentação na Floresta Tropical: um estudo de caso no sítio Hatahara*, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Castro, Marcio Walter de Moura

2009 *Padrões de Assentamento da Fase Paredão na Amazônia Central*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.

Cavalli-Sforza, L.

2003 Demic diffusion as the basic process of human expansions, In: P. Bellwood & C. Renfrew, eds. *Examining the Farming/Language Dispersal Hypothesis*, Cambridge: McDonald Institute for Archaeological Research, pp. 79-88.

Chaumeil, Jean-Pierre

1997. Entre la memoria y el olvido: Observaciones sobre los ritos funerarios en las tierras bajas de América del Sur. *Boletín de Arqueología* PUCP 1: 207-232.

Childe, V. Gordon

1957 *The Dawn of European Civilization*. London: Routledge Kegan Paul.

Clastres, Pierre

2003 (1974) *A Sociedade Contra o Estado: Pesquisas de Antropologia Política*, São Paulo: Cosac & Naify

Costa, Bernardo L. S.

2012 *Levantamento Arqueológico na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã - Estado do Amazonas*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.

Costa, Fernando W. S.

2002. *Análise das Indústrias Líticas da Área de Confluência dos Rios Negro e Solimões*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

2009 *Arqueologia das Campinaranas do Baixo Rio Negro: Em Busca dos Pré-Ceramistas nos Areais da Amazonia Central*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo: Universidade de São Paulo.

Chirinos P., Ricardo.

2007 *Padrões de Assentamento no Sítio Osvaldo, Amazonas*, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.

Cruxent, José and Irving Rouse

1958-59 *An Archaeological Chronology of Venezuela*. Pan-American Union, Social Science Monographs, nº 6.

de la Boétie, Étienne

1982 (1574) *Discurso da Servidão Voluntária*, tradução de Laymert Garcia dos Santos, São Paulo: Brasiliense.

Denevan, William

1992 The Pristine Myth: The Landscape of the Americas in 1492. *Annals of the Association of American Geographers*, 82(3): 369-385.

1996 A Bluff Model of Riverine Settlement in Prehistoric Amazonia. *Annals of the Association of American Geographers*, 86(4): 654-681.

Descola, Philippe

1986 *La Nature Domestique: Symbolisme et praxis dans l'écologie des Achuar*. Paris: Foundation Singer-Polignac/Edition de la Maison des sciences de l'homme.

Dillehay, Tom

2008 "Profiles in Holocene History". In H. Silverman & W. H. Isbell (eds.), *Handbook of South American archaeology*. New York: Springer, 2008, pp. 29-43.

Dillehay, Tom (ed.)

2011 *From Foraging to Farming in the Andes: new perspectives on food production and social organization*. New York: Cambridge University Press.

Donatti, Patrícia B.

2003 *A ocupação pré-colonial da área do Lago Grande, Iranduba, AM*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

Dreyfus, Simone

1993 Os Empreendimentos Coloniais e os Espaços Políticos Indígenas no Interior da Guiana Ocidental (entre o Orenoco e o Corentino) de 1613 a 1796. In: *Amazônia: Etnologia e História Indígena*, E. Viveiros de Castro and M. Carneiro da Cunha, eds. São Paulo: Núcleo de História Indígena e Indi-genismo - USP, pp. 19-41.

Erickson, Clark

1995 Archaeological methods for the study of ancient landscapes of the Llanos de Mojos in the Bolivian Amazon. In: *Archaeology in the lowland American Tropics: current analytical methods and applications*, Peter Stahl, ed. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 66-95.

Evans, Clifford & Betty J. Meggers

1960 *Archaeological Investigations in British Guiana*. Washington, DC: Bureau of American Ethnology, Bulletin 177.

1968 *Archaeological Investigations on the Rio Napo, Eastern Ecuador*, Smithsonian Contributions to Anthropology, vol. 6. Washington: Smithsonian Institution Press.

Falesi, Ítalo

1974 Soils of the Brazilian Amazon. In: *Man in the Amazon*, Charles Wagley, org. Gainesville: University Presses of Florida, pp. 201-229.

Fausto, Carlos

2001 *Inimigos Fiéis. História Guerra e Xamanismo na Amazônia*. São Paulo, São Paulo: EDUSP.

Franzinelli, Elena & Hamilton Igreja

2002 Modern sedimentation in the Lower Negro River, Amazonas State, Brazil, *Geomorphology* (3-4): 259-271.

Galvão, Eduardo

1960 Áreas culturais indígenas do Brasil: 1900/1959. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi*, NS, Antropologia, 8.

Gamble, Clive

1993 *Timewalkers: the prehistory of global colonization*, London: Penguin.

Glaser, Bruno & William I. Woods, eds.

2004. *Amazonian dark earths: Explorations in space and time*. Berlin: Springer Verlag.

Gnecco, C. & S. Mora

1997 Late Pleistocene/early Holocene tropical forest occupations at San Isidro and Peña Roja, Colombia, *Antiquity*, 71: 683-690.

Gomes, Denise M. C.

2002 *Cerâmica Arqueológica da Amazônica: vasilhas da coleção tapajônica MAE-USP*. São Paulo: FAPESP/EDUSP/Imprensa Oficial SP.

2008 *Cotidiano e Poder na Amazônia Pré-Colonial*. São Paulo: Edusp.

2011 Cronologia e conexões culturais na Amazônia: as sociedades formativas da região de Santarém – PA, *Revista de Antropologia*, 54(1): 269-314.

Goulding, Michael, Maria L. Carvalho & Efrem G. Ferreira

1988 *Rio Negro: Rich Life in Poor Water*. The Hague: SPB Academic Publishing.

Gow, Peter

2003 “Ex-Cocama”: Identidades em Transformação na Amazônia Peruana, *MANA* 9(1):57-79.

Guapindaia, Vera Lúcia

2008 *Além da margem do rio: as ocupações Konduri e Pocó na região de Porto Trombetas, PA*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.

Hazenfratz, Roberto, Guilherme Mongeló, Casimiro Munita & Eduardo Neves.

2012 Comparison of INAA elemental composition data between Lago Grande and Osvaldo archaeological sites in the central Amazon: a first perspective. *Journal of Radioanalytical and Nuclear Chemistry*, 291: 43-48

Headland, Thomas and Robert Bailey

1991 Introduction: Have Hunter-Gatherers Ever Lived in Tropical Rain Forest Independently of Agriculture? *Human Ecology*, 19(2)

Heckenberger, Michael

2002 Rethinking the Arawakan Diaspora: Hierarchy, Regionality, and the Amazonian Formative, In: *Comparative Arawakan Histories: Rethinking Language and Culture Areas in the Amazon*, J. Hill & F. Santos-Granero, eds., Urbana: University of Illinois Press, pp. 99-122.

2005 *The Ecology of Power: Culture, Place, and Personhood in the Southern Amazon, AD 1000-2000*.

Heckenberger, Michael J. & Eduardo G. Neves

2009 Amazonian Archaeology, *Annual Review of Anthropology* 38: 251-266.

Heckenberger, Michael J., Eduardo G. Neves & James B. Petersen

1998. De onde surgem os modelos?: Considerações sobre a origem e expansão dos Tupi. *Revista de Antropologia* 41:69-96.

Heckenberger, Michael J., James B. Petersen & Eduardo Neves

1999 Village size and permanence in Amazonia: Two archeological examples from Brazil, *Latin American Antiquity* 10(4): 353-376.

Herrera, Leonor, Warrick Bray & Colin McEwan

1980-1981 Datos Sobre la Arqueología de Araracuara, *Revista Colombiana de Antropología*, XXIII: 185-251.

Hilbert, Peter

1958 Preliminary results of archaeological investigations in the vicinity of the mouth of the rio Negro, Amazonas. *Actas del XXXIII Congreso Internacional de Americanistas*, Tomo II. San José, pp. 370-377.

1962 New Stratigraphic Evidence of Culture Change on the Middle Amazon (Solimões). *Akten des 34 Internationalen Amerikanistenkongresses*, Vienna, pp. 471-476.

1968 *Archäologische Untersuchungen am Mittlern Amazonas*. Berlin: Dietrich Reimer Verlag.

Hilbert, Peter & Klaus Hilbert

1980 Resultados preliminares de pesquisa arqueológica nos rios Nhamundá e Trombetas, baixo Amazonas, *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi*, NS: 75

Hill, Jonathan

1993 Keepers of the Sacred Chants: the poetics of ritual power in an Amazonian society. Tuscon: University of Arizona Press.

Hoopes, John

1994 Ford revisited: a critical review of the chronology and relationships of the earliest ceramic complexes in the New World, 6000-1500 B.C. *Journal of World Prehistory* 8 (1): 1-49.

Hugh-Jones, Stephen

1985 The Maloca: a world in a house. In: *The Hidden Peoples of the Amazon*, E. Carmichael. S. Hugh-Jones, B. Moses & D. Tayler. London: British Museum Publications, pp. 78-93.

Iriarte, J., I Holst, O Marozzi, C Listopad, E Alonso, A Rinderknecht, J Montana

2004 Evidence for cultivar adoption and emerging complexity during the mid-Holocene in the La Plata basin, *Nature*, 432 (7017): 614-617.

Jordan, Carl

1985 Soils of the Amazon Rainforest. In: *Amazonia*, G. Prance and T. Lovejoy, eds. Oxford: Pergamon Press, pp. 83-94.

Junqueira, André B., G. H. Shepard, C. Clement & J. Frazer

2011 Secondary Forests on Anthropogenic Soils of the Middle Madeira River: Valuation, Local Knowledge, and Landscape Domestication in Brazilian Amazonia, *Economic Botany*, 65: 85-99.

Kern, D; G. Aquino, F. Frazão, W. Sombroek, T. Myers & E. Neves

2003 Distribution of Amazonian Dark Earths in the Brazilian Amazon. In: J. Lehmann; D. Kern; B. Glaser; W. Woods. (Org.). *Amazonian Dark Earths: Origins, Properties, Management*. Kluwer Academic Publishers.

Kirch, Patrick

1997 *The Lapita Peoples: Ancestors of the Oceanic World*. Oxford: Blackwell.

Lathrap, Donald

1968a Aboriginal occupation and changes in river channel on the Central Ucayali, Peru. *American Antiquity* 33(1): 62-79.

1968b The "Hunting" Economies of the Tropical Forest Zone of South America. In: *Man the Hunter*, R. Lee & I. DeVore, eds. pp. 23-29, Chicago: Aldine.

1970a *The Upper Amazon*. London: Thames & Hudson.

1970b Review of Archäologische Untersuchungen am Mittlern Amazonas, by P. Hilbert. *American Antiquity* 35(4): 499-501.

1974 The Moist Tropics, the Arid Lands, and the Appearance of Great Art Styles in the New World. In: *Art and Environment in Native North America*, M. King & I. Traylor, eds. Lubbock: Texas Tech University Museum, pp. 115-158.

1977 Our Father the Cayman, Our Mother the Gourd: Spinden Revisited or a Unitary Model for the Emergence of Agriculture in the New World. In: *Origins of Agriculture*, C. Reed, ed. The Hague: Mouton, pp. 713-751.

Lathrap, Donald and José Oliver

1987 Agüerito: el complejo policromo mas antiguo de America en la confluencia del Apure y el Orinoco (Venezuela). *Interciencia*, 12: 274-289.

Latrubesse, Edgardo & Elena Franzinelli

2002 The Holocene alluvial plain of the middle Amazon River, Brazil, *Geomorphology*, 44(3-4): 241-257.

Lévi-Strauss, Claude

1962 *La Pensée Sauvage*, Paris: Plon.

Lévi-Strauss, Claude & Didier Eribon

2005 *De Perto e de Longe*, São Paulo: Cosac & Naify.

Lima, Helena Pinto.

2008 *A História das Caretas: A Tradição Borda Incisa na Amazônia Central*, Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Univesidade de São Paulo.

Lima, Helena Pinto & Bruno M. Moraes

2010 Produção de Conhecimento e Preservação em Debate: Aspectos da Arqueologia na Cidade de Manaus, *Revista de Arqueologia* 23 (1): 90-107.

Lima, Helena Pinto; Neves, Eduardo Góes; Petersen, James B.

2006 A Fase Açutuba: Um Novo Complexo Cerâmico na Amazônia Central. *Arqueología Suramericana*, Popayan - Colômbia, 2(1): 26-52.

Lima, Lígia T.

2010 *Feições: Vestígios Antrópicos na Amazônia Central*. Relatório Final de Iniciação Científica, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.

Lima, Luis Fernando E.

2003. *Levantamento Arqueológico das Áreas de Interflúvio na Área de Confluência dos Rios Negro e Solimões*. Dissertação de

Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia Brasileira do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

Lowie, Robert

1948 The Tropical Forests: An Introduction, In: *Handbook of South American Indians*, vol. 3, J. Steward, ed. Washington, DC: Bureau of American Ethnology, Smithsonian Institution, Bulletin 143, pp. 1-56.

Machado, Juliana S.

2005 *A formação de montículos artificiais: um estudo de caso no sítio Hatahara, Amazonas*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia Brasileira do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

Magalhães, Marcos

1994 *Arqueologia de Carajás: a presença pré-histórica do homem na Amazônia*. Rio de Janeiro: Companhia Vale do Rio Doce.

Maybury-Lewis, David, ed.

1979 *Dialectical Societies. The Gê and Bororo of Central Brazil*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.

Meggers, Betty J.

1954 Environmental Limitation on the Development of Culture. *American Anthropologist*, 56: 801-823.

1971 *Amazonia: Man and Culture in a Counterfeit Paradise*. Chicago: Aldine.

1990 Reconstrução do Comportamento Locacional Pré-Histórico na Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, NS, Antropologia, vol.6 (2): 183-203.

1996 Amazonia: man and culture in a counterfeit paradise (2nd ed.). Chicago: Aldine.

1997 La cerámica temprana en América del Sur: invención independiente o difusión? *Revista de Arqueología Americana* 13: 7-40.

Meggers, Betty & Clifford Evans

1957 *Archaeological Investigations at the Mouth of the Amazon*. Washington: Bureau of American Ethnology, Bulletin n° 167.

1961 An Experimental Formulation of Horizon Styles in the Tropical Forest of South America. In: *Essays in Pre-Columbian Art and Archaeology*, Samuel Lothrop, ed. Cambridge, Mass: Harvard University Press, pp.372-388.

1983 Lowland South America and the Antilles. In: *Ancient South Americans*, Jesse Jennings, ed. San Francisco: W. H. Freeman, pp. 287-335.

Meggers, Betty & Jaques Danon

1988 Identification and Implications of A Hiatus in the Archaeological Sequence on Marajó Island, Brazil. *Journal of the Washington Academy of Sciences*, 78(3): 245-253.

Meggers, Betty & Eurico Miller

2003 Hunter-Gatherers in Amazonia during the Pleistocene-Holocene Transition. In: *Under the Canopy: The Archaeology of Tropical Rain Forests*, J. Mercader, ed., New Brunswick: Rutgers University Press, pp. 291-316.

Meggers, Betty, Ondemar Dias, Eurico Miller and Celso Perota

1988 Implications of archaeological distributions in Amazonia. *Proceedings of a Workshop on Neotropical Distribution Patterns*. P. Vanzolini & W. Heyer, eds. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências. pp. 275-294.

Mongeló, Guilherme Zdonek

2010 *Análise dos processos de interação entre os sítios Lago Grande e Osvaldo com base no material cerâmico*. Relatório final de Iniciação Científica, Museu de Arqueologia e Etnologia Universidade de São Paulo.

Mora, Santiago

2003 *Early Inhabitants of the Amazonian Tropical Rainforest: A study of human and environmental dynamics*. University of Pittsburgh Latin American Archaeological Reports.

Mora, Santiago, Luisa F. Herrera, Ines Cavelier & Camilo Rodríguez

1991 *Cultivars, Anthropic Soils and Stability: a preliminary report of archaeological research in Araracuara, Colombian Amazon*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Latin American Archaeology Reports, nº 2.

Moraes, Claide de Paula.

2007 *Levantamento Arqueológico da Região do Lago do Limão, Iranduba, AM*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

2012 *Arqueologia Regional na Amazônia: A Fase Paredão e sua Inserção no Contexto Pré-Colonial*, Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.

Moraes, Claide de Paula & Eduardo Neves

2012 O Ano 1000: Adensamento Populacional, Interação e Conflito na Amazônia Central. *Amazônica: Revista de Antropologia*, 4: 122-148.

Miller, Eurico T.

1983 *História da Cultura indígena do Alto-Médio Guaporé (Rondônia e Mato Grosso)*, Dissertação de Mestrado. PUC-RS, Porto Alegre, 1983.

1992 Adaptação Agrícola Pré-Histórica no Alto Rio Madeira. In *Prehistoria Sudamericana: nuevas perspectivas*. Meggers, B. J. (ed.), Taraxacum-Washington.

1999 A Limitação Ambiental como Barreira à Transposição do Período Formativo no Brasil. Tecnologia, Produção de Alimentos e Formação de Aldeias no Sudeste da Amazônia. In *Formativo Sudamericano, una revelacions*; Lederberger-Crespo, P. (Ed.), Ediciones Abya-Yala, Quito-Ecuador, pp. 331-339.

2009 Pesquisas Arqueológicas no Pantanal do Guaporé: A Sequência Seriada da Cerâmica da Fase Bacabal, In: *Arqueologia Interpretativa: o método quantitativo para estabelecimento de sequências cerâmicas*, Betty J. Meggers, org. Porto Nacional: UNITINS, pp. 103-117.

Miller, Eurico et alli.

1992 *Arqueologia nos empreendimentos hidrelétricos da Eletronorte; resultados preliminares*. Brasília: Eletronorte.

Myers, Thomas

1973 Toward the Reconstruction of Prehistoric Community Patterns in the Amazon Basin. In: *Variation in Anthropology*, D. Lathrap and J. Douglas, eds. Urbana: Illinois Archaeological Survey, pp. 233-252.

Neves, Eduardo G.

1998 *Paths in Dark Waters: Archaeology as Indigenous History in the Upper Rio Negro Basin, Northwest Amazon*, Unpublished PhD Dissertation, Department of Anthropology, Indiana University.

1999 *Changing Perspectives in Amazonian Archaeology*. In: *Archaeology in Latin America*, G. Politis and B. Alberti (eds.), London: Routledge, pp. 216-243.

2001. Indigenous historical trajectories in the upper Rio Negro basin. In C. McEwan, C. Barreto, & E. Neves, eds., *Unknown Amazon: Culture in nature in ancient Brazil*, London: British Museum Press: pp. 266-285.

2005 O lugar dos lugares: escala e intensidade das modificações paisagísticas na Amazônia central pré-colonial em comparação com a Amazônia contemporânea, *Ciência & Ambiente* 31: 79-91.

2006. *Arqueologia da Amazônia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

2006 *Tradição Oral e Arqueologia na História Indígena do Alto Rio Negro*. In: Louis Forline; Rui Murrieta; Ima Vieira. (Org.). *Amazônia, Além dos 500 Anos*. Belém: Editora do Museu Paraense Emílio Goeldi, 2006, v. , p. 1-37.

2007 El Formativo que nunca terminó: la larga historia de la estabilidad en las ocupaciones humanas de la Amazonía Central. *Boletín de Arqueología PUCP*, 11: 117-142.

2008a Ecology, Ceramic Chronology and Distribution, Long-Term History and Political Change in the Amazonian Floodplain, in: H. I. Silverman & W. H. Isbell (orgs.), *Handbook of South American Archaeology*, Springer, New York, pp. 359-379.

2008b Warfare in Pre-Colonial Amazonia: When Carneiro Meets Clastres. In: Axel Nilsen & William Walker. (Org.). *Warfare in Cultural Context: Practice Theory and the Archaeology of Violence*. Tucson: University of Arizona Press, pp. 139-164.

2010 A Arqueologia da Amazônia Central e as classificações na Arqueologia Amazônica. In: Edithe Pereira; Vera Guapindaia. (Org.). *Arqueologia Amazônica* 2. Belém: Editora do Museu Paraense Emilio Goeldi, 2010, pp. 561-579.

2011a El nacimiento del "Presente Etnográfico": la emergencia del patrón de distribución de sociedades indígenas y familias lingüísticas en las tierras bajas sudamericanas, durante el primer milenio d. C.. In: Jean-Pierre Chaumeil; Óscar Espinosa

de Rivero; Manuel Cornejo Chaparro. (Org.). *Por donde hay soplo: Estudios amazónicos ne los países andinos. Por donde hay soplo: Estudios amazónicos ne los países andinos*. Lima: Instituto Francés de Estudios Andinos, pp. 39-65.

2011b Archaeological Cultures and Past Identities in Precolonial Central Amazon. In: Alf Hornborg & Jonathan Hill. (Org.). *Ethnicity in Ancient Amazonia: Reconstructing Past Identities from Archaeology, Linguistics, and Ethnohistory*. Boulder: University of Colorado Press, pp. 31-56.

Neves, Eduardo G. & James B. Petersen

2006 The Political Economy of Pre-Columbian Amerindians: Landscape Transformations in Central Amazonia. In: W. Balée & C. Erickson (eds.), *Time and Complexity in Historical Ecology: Studies in the Neotropical Lowlands*. New York: Columbia University Press 2006.

Neves, Eduardo G., James B. Petersen, Robert Bartone & Carlos Augusto da Silva

2003 Historical and Socio-cultural origins of Amazonian dark earths, in: J. Lehmann, et al. (eds.), *Amazonian Dark Earths: Origin, Properties, Management*, Dordrecht: Kluwer 1—45.

Neves, Eduardo G., James B. Petersen, Robert N. Bartone & Michael J. Heckenberger

2004. The timing of terra preta formation in the central Amazon: Archaeological data from three sites. In B. Glaser, and W. I. Woods, eds., *Amazonian dark earths: Explorations in space and time*, Berlin: Springer Verlag, pp. 125-134.

Nimuendajú, Curt

1944 *Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes*. Brasília: IBGE (1982)

Nordenskiöld, Erland

1930 *L'archéologie du bassin de l'Amazone*. Ars Americana, vol. 1. Paris.

Oliveira, Alexandro, Douglas Daly, A. Vicentini & Mario Cohn-Haft

2001 Florestas sobre Areia: Campinaranas e Igapós, in: *Florestas do Rio Negro*, A. Oliveira & D. Daly, eds. São Paulo: Companhia das Letras/UNIP/The New York Botanical Garden, pp. 181-219.

Oliver, José

1989 *The Archaeological, linguistic and ethnohistorical evidence for the expansion of Arawakan into Northwestern Venezuela and Northeastern Colombia*. Ph.D. Dissertation, University of Illinois.

Oyuela-Caycedo, Augusto

1995 Rock versus Clay: the evolution of pottery technology in the case of San Jacinto 1, Colombia. In: W. Barnett and J. Hoopes, (eds.). *The emergence of pottery: Technology and innovation in ancient societies*. Washington, Smithsonian Institution Press: 133-144.

Pärssinen, Marti, Denise Schaan & Alceu Ranzi

2009. Pre-Columbian geometric earthworks in the upper Purús: a complex society in Western Amazonia, *Antiquity* 83: 1084-1095.

Petersen, James B., Eduardo G. Neves & Michael Heckenberger

2001. Gift from the past: Terra preta and Prehistoric Amerindian Occupation in Amazonia, In *Unknown Amazon, Culture in Nature in Ancient Brazil*, McEwan, C.Barreto and Eduardo Neves, eds. London: British Museum Press.

Petersen, James B., Michael J. Heckenberger, & Eduardo G. Neves.

2003. A prehistoric ceramic sequence from the central Amazon and its relationship to the Caribbean. In L. Alofs and R. Dijkoff, eds., *Proceedings of the 19th International Congress for Caribbean Archaeology*, pp. 250-259. Aruba: Archaeological Museum of Aruba.

Petersen, James B., Eduardo G. Neves, Robert N. Bartone & Manuel A. Arroyo-Kalin.

2004. *An overview of Amerindian cultural chronology in the central Amazon*. Paper presented at the annual meeting of the Society for American Archaeology, Montreal.

Pires, José M. & Gillian Prance

1985 The Vegetation types of the Brazilian Amazon. In: *Amazonia*, Ghilleen Prance and Thomas Lovejoy, eds. Oxford: Pergamon Press, pp. 109-145.

Politis, Gustavo

1996 *Nukak*, Bogotá: Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas - SINCHI

Porro, A.

1993 *As Crônicas do Rio Amazonas. Notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia*. Petrópolis: Vozes.

Posey, Darrell

1986 Manejo de Floresta Secundária, Capoeiras, Campos e Cerrados (Kayapó)". In: *Suma Etnológica Brasileira*, Vol. I, Etnobiologia, Berta Ribeiro (coord.) Petrópolis: Vozes/FINEP, pp. 173-185.

Prümers, Heiko

2004 Hügel umgebem von "schönen Monstern": Ausgrabungen in der Loma Mensoza (Bolivien), in: *Expeditionen in vergessene Welten: 25 Jahre archäologische Forschungen in Amerika, Afrika und Asien*, Bonn: AVA-Forschungen Band 10, pp. 47-78.

Py-Daniel, Anne Rapp

2010, *Arqueologia Funerária na Amazônia Central*, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.

Raffles, Hugh

2002 *Amazonia, a Natural History*. Princeton: Princeton University Press.

Rebellato, Lilian

2007 *Interpretando a Variabilidade Cerâmica e as Assinaturas Químicas e Físicas do Solo no Sítio Arqueológico Hatahara, AM*, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.

Reichel-Dolmatoff, Gerardo

1971 *Amazonian Cosmos*. Chicago: University of Chicago Press.

Renfrew, Colin

1987 *Archaeology and Language: The Puzzle of Indo-European Origins*, London: Jonathon Cape.

2000 At the Edge of Knowability: Towards a Prehistory of Languages, *Cambridge Archaeological Journal*, 10(1): 7-34.

Rindos, David

1984 *The Origins of Agriculture*. New York: Academic Press.

Rival, Laura

2002 *Trekking Through History: the Huaorani of Amazonian Ecuador*, New York: Columbia University Press.

Rodrigues, Aryon Dall'Igna

1986 *Línguas Brasileiras: Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola.

Roosevelt, Anna

1980 *Parmana: Prehistoric maize and manioc subsistence along the Amazon and Orinoco*. New York: Academic Press.

1989 Resource management in Amazonia before the Conquest. *Advances in Economic Botany* 7: 30-62.

1991 *Moundbuilders of the Amazon: Geophysical Archaeology on Marajó Island, Brazil*. San Diego: Academic Press.

1995 Early Pottery in the Amazon. Twenty Years of Scholarly Obscurity. In: *The Emergence of Pottery. Technology and Innovation in Ancient Societies*, William K. Barnett and John Hoopes, eds. Washington: Smithsonian Institution Press, pp. 115-131.

Roosevelt, Anna et alli

1991 Eighth Millennium Pottery from a Prehistoric Shell Midden in the Brazilian Amazon. *Science* 254: 1621-1624.

1996 Paleoindian Cave Dwellers in the Amazon: The Peopling of the Americas. *Science*, 272: 373-384.

Roosevelt, A. C., J. Douglas & L. Brown

2002 The Migrations and Adaptations of the First Americans: Clovis and Pré-Clovis Viewed from South America, In: N. G. Jablonski (ed.), *The First Americans: The Pleistocene Colonization of the New World*, Memoirs of the California Academy of Sciences 27, 159-235, San Francisco.

Rostain, Stéphen

2008 The Archaeology of the Guianas: an overview, in: H. I. Silverman & W. H. Isbell (orgs.), *Handbook of South American Archaeology*, Springer, New York, pp. 279-302.

2010, « Pre-Columbian Earthworks in Coastal Amazonia » Diversity, special issue "Long-Term Anthropic influences on the Diversity of Amazonian Landscapes and Biota" William Balée (éd.), www.mdpi.com/journal/diversity 2(3): 353-369.

Rouse, Irving

1992 *The Tainos: rise and decline of the people who greeted Columbus*. New Haven: Yale University Press.

Santos, Fernando & Frederica Barclay

1994 *Guía Etnográfica de la Alta Amazonía*, Quito: FLACSO.

Sahlins, Marshall

1972 *Stone Age Economics*, Chicago: Aldine.

Schaan, Denise

2001 Os Dados Inéditos do Projeto Marajó, *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo*, 11: 141-164.

2008 The Non-Agricultural Chiefdoms of Marajó Island, in: H. I. Silverman & W. H. Isbell (orgs.), *Handbook of South American Archaeology*, Springer, New York, pp. 339-357.

Schaan, Denise, Miriam Bueno, Alceu Ranzi, Antonia Barbosa, Arlan Silva, Edegar Casagrande, Allana Rodrigues, Alessandra Dantas & Ivandra Rampanelli

2010 Construindo paisagens como espaços sociais: o caso dos geoglifos do Acre, *Revista de Arqueologia* 23(1): 30-41.

Shady, Ruth

2006 La Civilización Caral: Sistema Social y Manejo del Territorio y sus recursos. Su trascendencia en el proceso cultural Andino, *Boletín de Arqueología PUCP*, 10: 59-89.

Scheel-Ybert, Rita; Kita Macario; Angela Buarque; Roberto M. Anjos; Mariana Beauclair

2008, A new age to an old site: the earliest Tupiguarani settlement in Rio de Janeiro State? *Anais da Academia Brasileira de Ciências* 80 (4): 763-770.

Schmidt, Max

1917 *Die Aruaken. Ein Beitrag zum Problem der Kulturverbreitung*. Leipzig: Veit & Comp.

Simões, Mario

1974 Contribuição à arqueologia dos arredores do baixo rio Negro. In: Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas 5. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi* 26. pp. 165-200.

1981 Coletores-pescadores ceramistas do litoral do Salgado (Pará). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Nova Série, nº 78: 1-31.

Simões, Mario & Ana Kalkmann

1987 Pesquisas arqueológicas no Médio Rio Negro (Amazonas). *Revista de Arqueologia* 4(1): 83-116.

Simões, Mário & Daniel Lopes

1987 Pesquisas arqueológicas no baixo/médio Rio Madeira (Amazonas). *Revista de Arqueologia* 4(1): 117-134.

Shorr, Nicholas

2000 Early Utilization of Flood-Recession Soils as a response to the Intensification of Fishing and Upland Agriculture: Resource-Use Dynamics in a Large Tikuna Community, *Human Ecology*, 28(1): 73-107.

Smith, Nigel

1980 Anthrosols and Human carrying Capacity in Amazonia. *Annals of the Association of American Geographers*, 70(4): 553-566.

Sternberg, Hilgard

1998 *A água e o homem na várzea do Careiro*, 2ª edição, Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.

Steward, Julian

1948 Culture Areas of the Tropical Forests. In: *Handbook of South American Indians*, vol. 3, J. Steward, ed. Washington, DC: Bureau of American Ethnology, Smithsonian Institution, Bulletin 143, pp 883-903.

Tamanaha, Eduardo Kazuo

2012. *A Tradição Policroma no Baixo e Médio rio Solimões*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.

Ugarte, Auxiliomar

2009 *Sertões de Bárbaros: o mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos – séculos XVI – XVII*. Manaus: Valer.

Urban, Greg

1992 A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: *História dos Índios no Brasil*, M. Carneiro da Cunha, org. S. Paulo: Cia. das Letras/FAPESP/SMC, pp. 87-102.

1996 "On the geographical origins and dispersion of tupian languages", *Revista de Antropologia* 39(2):61-104.

Valle, Raoni Bernardo Maranhão

2012 *Os Petróglifos da Bacia do Rio Negro, Estado do Amazonas*, Tese de Doutorado em Arqueologia, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia Universidade de São Paulo.

Vicentini, A.

2001 As Florestas de Terra Firme, In: *Florestas do Rio Negro*, A. Oliveira & D. Daly, eds. São Paulo: Companhia das Letras/UNIP/The New York Botanical Garden, pp. 145-177.

Viveiros de Castro, Eduardo

1986 *Araweté: os deuses canibais*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Williams, Dennis

1997 Early pottery in the Amazon: a correction, *American Antiquity*, 62(2): 342-352.

Wiley, Gordon and Phillip Philips

1958 *Method and Theory in American Archaeology*. Chicago: University of Chicago Press.

Wilson, Daniel

1999 *Indigenous South Americans of the Past and Present: An Ecological Perspective*, Boulder: Westview Press.

Woods, W. I. & J. M. McCann.

1999 *The anthropogenic origin and persistence of Amazonian dark earths*. Yearbook of the Conference of Latin American Geographers 25: 7-14.

Wright, Robin

1990 Guerras e Alianças nas Histórias dos Baniwa do Alto Rio Negro. *Ciências Sociais Hoje*, 217-236.

Wüst, Irmhild

1994 The Eastern Bororo from an Archaeological Perspective. In: *Amazonian Indians from prehistory to the present: anthropological perspectives*. Anna Roosevelt, ed. Tucson: University of Arizona Press, pp. 315-342.

Wüst, Irmhild & Cristiana Barreto

1999 The Ring Villages of Central Brazil: A Challenge for Amazonian Archaeology, *Latin American Antiquity* 10 (1), 3-23, Washington, D.C.